

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**“TRIBUNOS DO POVO, SERVOS DE DEUS”:**

Um estudo antropológico sobre políticos e religião na cidade de  
Porto Alegre

MARCIO MARTINS DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

ORIENTADOR: PROF. DR. ARI PEDRO ORO

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2005

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha família, cujo apoio incondicional é, com certeza, o maior dos motivos pelos quais posso me considerar um privilegiado, concluindo um curso de pós-graduação num país onde o acesso a um ensino de qualidade ainda é apenas uma utopia para grande parte da população. Não existem palavras capazes de descrever o que meus pais, Leopoldo e Maria, meus avós, Eloi e Rosalina, e meu irmão Cristiano significam para mim. Tudo o que posso dizer é que esta dissertação é mais deles do que minha.

Meu orientador, professor Ari Pedro Oro, merece um agradecimento especial por ser meu grande mentor neste intrincado caminho que é o aprendizado do “fazer antropológico”. Tenho certeza que levarei por toda a vida estes quase cinco anos de trabalho conjunto.

Agradeço aos vereadores Almerindo Filho e Valdir Caetano e a seus assessores, bem como a todas as pessoas com quem convivi na Câmara Municipal de Porto Alegre, pela disponibilidade e atenção dispensadas em meio a um cotidiano bastante atribulado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, pela qualidade das discussões e pelas condições que permitiram que esta pesquisa fosse efetivada. Ao citar o PPGAS, não deixo de referir-me a esta Universidade, ainda pública e gratuita, que me acolheu ao longo dos últimos sete anos.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que garantiu um mínimo de tranquilidade nestes dois anos de mestrado.

Aos professores do “Pós”, Caleb Alves, Claudia Fonseca, Cornelia Eckert, Ceres Victora, Sérgio Batista, Ruben Oliven e Maria Eunice, que, cada um ao seu modo, contribuíram para meu crescimento intelectual e ainda propiciaram excelentes momentos de descontração.

Aos professores Emerson Giumbelli, da UFRJ, e Ricardo Mariano, da PUCRS, pelas inestimáveis sugestões e questionamentos que tentei incorporar.

A Rose, pela disposição em solucionar os maiores “pepinos” do mundo sem deixar de ser uma pessoa querida e atenciosa.

Aos companheiros do NER, por manterem sempre vivo este saudável espaço de discussão acadêmica: muito aprendi neste núcleo de pesquisa, tanto com os professores (e grandes amigos) Bernardo Lewgoy e Carlos Steil, quanto com colegas como Grazielle (minha parceira no campo), Bruno, Antonio, Thais, Jonas, Cíntia, César, Valdir, Susana e Nicolás.

Agradecimentos mais do que especiais aos meus colegas mestrandos e doutorandos da turma de 2003: Alessandro (o contador de histórias), Cristian, Diego, Laura, Luiz Gustavo (o melhor anfitrião do Nordeste), Miriam, Nádia (a mulher que copiava), Nicole (a moça do *abstract*), Pablo, Pilar (a menina dos cachinhos), Rodrigo, Rogério, Rosana (a dona do salão de festas), Soraya, Talita, Tom (o melhor “anfitrião” de Floripa), Toninho (o melhor anfitrião de São Paulo) e Verônica. Compartilhamos alegrias, dramas, celebrações e até algumas briguinhas, mas isso faz parte da jogada.

A Clê e às “garotas do xerox”, Lisa e Lelê, pela força, pelos papos e por me deixarem tirar cópias “no caderninho”. Ao Mauro, nosso livreiro, por motivos similares.

Aos amigos que não estavam em nenhum dos parágrafos anteriores, mas sempre estiveram ao meu lado nesta caminhada: Júlio, André “Buyuh”, Henrique, Marco, Andréa, Schultz, Lagranha, Alessandro, Daniel, Letícia, Juliano, JR, Aline, Nívea, Mariana, Marcelo, Marina, Michelle, Christian, Mauro, Camila, Juceli, Roberta, Tales, Anacleto, Donizeti, André “Bitoca”, Bruno, Luiz Antônio, Thiago... é tanta gente que sempre acaba faltando alguém.

Aos grandes mestres do rock mundial que embalaram as longas e cansativas madrugadas de escrita solitária.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para este trabalho e não foram citados neste breve espaço, peço desculpas, deixando a certeza de que isto foi só um esquecimento momentâneo, insignificante perto de tudo o que ainda tenho que fazer para lhes retribuir.

Que a Força esteja conosco, sempre.

## RESUMO

A presente dissertação pretende ser uma contribuição para o debate acerca das combinações e imbricações entre a religião e a política no Brasil, enfocando a atuação de dois vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) que são também pastores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

A etnografia do primeiro mandato destes pastores-vereadores, incluindo-se aí sua recente campanha à reeleição, traz subsídios para a reflexão acerca das interferências mútuas entre estes dois campos da realidade social. Se, no início, vemos tais parlamentares colocarem sua Igreja acima dos partidos e buscarem uma “sacralização” da tribuna, *locus* que pretendem converter em mais um espaço de difusão da “palavra de Deus”, com o passar do tempo, todavia, evidencia-se uma necessidade destes sujeitos se adequarem a uma lógica de atuação condizente com uma certa concepção de política vigente no país, a qual enfatiza a importância de uma democracia “moderna” e “laicizada”. Entretanto, isto necessariamente não implica num enfraquecimento do papel de mediação que estes agentes cumprem ao estabelecer vínculos entre as instâncias burocrático-estatais e seus “fiéis-eleitores”: as “doações” que fazem aos “necessitados” são inscritas numa lógica de reciprocidade que, baseada em elementos presentes num certo “imaginário religioso”, se pretende bastante diferenciada do clientelismo e do assistencialismo. Por outro lado, a análise da votação obtida por estes parlamentares nas últimas eleições sugere que este “trabalho social” não foi suficiente para expandir as “bases eleitorais” para além do espaço da Igreja: ao invés de uma ampliação, houve um pequeno declínio em relação ao pleito anterior, convidando-nos a uma reflexão sobre os limites da expansão eleitoral dos “políticos religiosos”.

**Palavras-chave:** Religião, política, evangélicos, vereadores, Igreja Universal do Reino de Deus, Porto Alegre.

## **ABSTRACT**

The present dissertation intends to be a contribution to the debate on the combinations and links between religion and politics in Brazil, focusing the actuation of two city councilors of Porto Alegre's City Chamber (Câmara Municipal de Porto Alegre – CMPA) who are also pastors in the Universal Church of the Kingdom of God (Igreja Universal do Reino de Deus – IURD).

The ethnography of the first mandate of these pastors-councilors, including their recent re-election campaign, brings subsidies for reflection about the mutual interference between these two fields of social reality. If, in the beginning, we see the councilors placing their church above political parties and trying to make the tribune a sacred place, a *locus* which they intend to convert in one more space where “God’s word” is spread, as time goes by, though, becomes evident the necessity of these subjects to adequate themselves to a logic of actuation suitable with a certain conception of politics valid in the country, which emphasizes the importance of a “modern” and “laic” democracy. However, that doesn’t necessarily imply in weakening the mediation role that these agents fill while establishing bonds between the state bureaucratic instances and their “faithful-voters”: the “donations” which are made to the “needy” are inscribed in a logic of reciprocity that, based in elements present in a “religious imaginary”, intends to be very different from clientelism and assistencialism. On the other hand, the analysis of the amount of votes received by these politicians in the last elections suggests that this “social work” was not enough to expand the “electoral basis” beyond church territory: instead of a growth, there was a little decay compared to the last election, inviting us to a reflection on the limits of the electoral expansion of the “religious politicians”.

**Keywords:** Religion, politics, evangelicals, councilors, Universal Church of the Kingdom of God, Porto Alegre

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>Contextualizando o tema.....</b>	<b>9</b>
<b>Objeto de pesquisa e problematização.....</b>	<b>12</b>
<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – “UMA RELAÇÃO COMPLICADA”: QUANDO A RELIGIÃO E A POLÍTICA SE ENCONTRAM.....</b>	<b>18</b>
<b>Secularização: um conceito primordial.....</b>	<b>18</b>
<b>Religião e política: tensões e interações.....</b>	<b>21</b>
<b>As constituições brasileiras, as igrejas e o Estado.....</b>	<b>23</b>
<b>Constituinte de 1986: marco do ingresso pentecostal na política.....</b>	<b>28</b>
<b>Evangélicos nas eleições nacionais e estaduais.....</b>	<b>29</b>
<b>Uma “nova força” na política brasileira.....</b>	<b>35</b>
<b>Igreja Universal, carisma institucional e eleições municipais.....</b>	<b>37</b>
<b>Escolhidos por Deus, pela Igreja e pela comunidade.....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO II – “QUEM DOA AOS POBRES, EMPRESTA A DEUS”: À PROCURA DE SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DO COTIDIANO.....</b>	<b>45</b>
<b>Situando a Câmara Municipal de Porto Alegre.....</b>	<b>45</b>
<b>Os “gabinetes evangélicos”.....</b>	<b>47</b>
<b>Religião e dinheiro: tentando entender a “necessidade de ajudar”.....</b>	<b>54</b>
<b>Muitos pedidos, poucos recursos.....</b>	<b>56</b>
<b>Os pedidos: visitas, telefonemas, cartas e emails.....</b>	<b>58</b>
<b>Igreja, pedidos e dinheiro.....</b>	<b>59</b>
<b>Dinheiro corruptor.....</b>	<b>63</b>
<b>Acompanhamentos, conselhos e mediações.....</b>	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO III - “DE PASTORES A VEREADORES”: APRENDENDO AS REGRAS DO JOGO.....</b>	<b>73</b>
<b>Ocupando a tribuna: linguagem formalizada e campo político.....</b>	<b>73</b>

<b>O tempo das sessões</b> .....	<b>75</b>
<b>O início do mandato</b> .....	<b>77</b>
<b>Projetos e polêmicas</b> .....	<b>82</b>
<b>Liberdades em conflito</b> .....	<b>85</b>
<b>Instituição religiosa e fidelidade partidária</b> .....	<b>90</b>
<b>Lombadas e pardais</b> .....	<b>95</b>
<b>Divergências acirradas</b> .....	<b>99</b>
<b>CAPÍTULO IV – “IRMÃOS E COMPANHEIROS”: NOVAS ALIANÇAS E A BUSCA PELO SEGUNDO MANDATO</b> .....	<b>104</b>
<b>O curto período “na oposição”</b> .....	<b>104</b>
<b>Aproximando-se do PT</b> .....	<b>108</b>
<b>Reagindo às críticas</b> .....	<b>113</b>
<b>Um período pouco movimentado</b> .....	<b>118</b>
<b>A campanha eleitoral de 2004</b> .....	<b>122</b>
<b>A campanha no culto</b> .....	<b>127</b>
<b>Caminhadas e “bandeiraços”</b> .....	<b>130</b>
<b>O que disseram as urnas</b> .....	<b>135</b>
<b>CAPÍTULO V – “A PALAVRA DE DEUS NO PARLAMENTO”: REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA</b> .....	<b>139</b>
<b>Imaginários e sociedade</b> .....	<b>139</b>
<b>Representações sociais</b> .....	<b>140</b>
<b>O Evangelho no Parlamento</b> .....	<b>141</b>
<b>O “religioso” e o “homem de Deus”</b> .....	<b>143</b>
<b>Representações sobre a política</b> .....	<b>146</b>
<b>Partidos políticos e Igreja: uma relação sempre complicada</b> .....	<b>150</b>
<b>Avaliando o mandato</b> .....	<b>154</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS : “TRIBUNOS DO POVO, SERVOS DE DEUS”</b> .....	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

Relatar os caminhos (e descaminhos) que levaram o pesquisador a se aproximar de um determinado tema com certeza não é um procedimento original, mas não deixa de ser um exercício de fundamental importância, sobretudo quando realizado no âmbito de um trabalho que é resultado de um empreendimento de pesquisa de caráter etnográfico. Assim, aproveito este espaço para contar, brevemente, como entrei em contato pela primeira vez com os sujeitos que constituem o foco desta dissertação.

Devo dizer que este trabalho é, na verdade, fruto de uma trajetória de pesquisa iniciada em 2000, quando me engajei na investigação do Professor Dr. Ari Pedro Oro sobre as relações entre religião e política no Rio Grande do Sul<sup>1</sup>. Era uma tarde de sábado, em fins de setembro daquele ano, quando fui assistir a um culto da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na “Catedral da Fé”, enorme templo localizado na Avenida Júlio de Castilhos, no Centro de Porto Alegre. As eleições municipais estavam próximas, a propaganda eleitoral cobria os muros da cidade, carros de som, pequenos comícios e “carreatas” agitavam as ruas, mas uma dúvida me afligia: onde estavam os candidatos da IURD, de quem tanto tinha ouvido falar? A resposta viria em poucos minutos: entrando no templo, já pude perceber que boa parte dos fiéis usava adesivos e/ou camisetas com a foto, o nome e o número de “seu” candidato a vereador. Com raríssimas exceções, o escolhido era Valdir Caetano. Num momento mais próximo ao início do culto, chegou um carro de som repetindo constantemente o *jingle* do candidato, ele próprio entrando no prédio após mais alguns instantes.

Iniciado o culto, em meio a toda a efervescência e emoção que é peculiar às igrejas neopentecostais como a Universal (Corten, 1996), o pastor que coordenava as celebrações fazia alguns comentários sobre a importância do pleito que se aproximava, afirmando a necessidade de “mandarmos homens de Deus para a Câmara”. Foi então que ocorreu algo que me deixou definitivamente fascinado com o que estava presenciando: o celebrante disse, em tom de interrogação, que todos ali tinham candidato, mas precisava ter certeza de que sabiam quem ele era. Dito isto, as cerca de mil pessoas que ocupavam a Catedral da Fé responderam, em uníssono, com o nome e o número do Pastor Valdir Caetano.

Trata-se de um fato que possivelmente não surpreenderia pesquisadores mais experimentados, mas não posso negar que foi algo impressionante para mim, apenas um iniciante na abordagem da participação dos evangélicos na política. A partir de então comecei a ter noção do poder de mobilização proporcionado por uma estrutura organizacional tal

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa estava vinculada a um projeto mais amplo, intitulado *Evangélicos e Afro-brasileiros na política nos países do Cone-Sul: Conexões e Influências*, que ainda está em execução.

como aquela da Igreja Universal, que, no pleito em questão, acabou por eleger para a Câmara Municipal de Porto Alegre não apenas Valdir Caetano, como também o Pastor Almerindo Filho.

Nos meses seguintes e durante todo o ano de 2001, segui com meu trabalho como bolsista de iniciação científica<sup>2</sup>, coletando matérias de jornais nacionais e locais, realizando entrevistas e fazendo visitas periódicas à Câmara Municipal de Porto Alegre. No primeiro semestre de 2002, após conversar com meu orientador, concluímos que o conjunto destes dados que eu havia coletado poderia subsidiar reflexões bastante interessantes. Assim, a atuação dos pastores-vereadores Valdir Caetano e Almerindo Filho acabou sendo tema de meu Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais da UFRGS, intitulado *Entre o Púlpito e a Tribuna: um estudo sobre a atuação dos vereadores evangélicos na Câmara Municipal de Porto Alegre*, cuja defesa foi realizada em outubro de 2002. Nele, meu objetivo primordial era desvendar como se constituíam os discursos em plenário destes dois parlamentares, havendo uma especial preocupação com a maneira através da qual eles transpunham para o campo político linguagens e simbologias consideradas típicas do campo religioso. Devo ressaltar que esta questão, abordada de uma maneira exploratória naquele momento, é o ponto de partida do presente trabalho, sendo inegável, portanto, o fato desta dissertação ser, mais do que qualquer outra coisa, uma continuação da referida monografia.

Com estes questionamentos em mente, no início de 2003 ingressei no curso de Mestrado em Antropologia Social desta mesma universidade, optando por dar prosseguimento à investigação e pretendendo enriquecê-la com a discussão teórico-metodológica fornecida neste ambiente acadêmico. Assim, após dois anos em que pude intensificar as visitas à Câmara Municipal de Porto Alegre e debater com professores e colegas, apresento os resultados de minha etnografia, tendo consciência da impossibilidade de solucionar todas as questões levantadas, mas com a expectativa de, ao menos, ter contribuído, por pouco que seja, para a compreensão deste fenômeno tão importante para as atuais ciências sociais brasileiras.

### **Contextualizando o tema**

O tema desta dissertação é, portanto, o conjunto das relações entre religião e política. Nos últimos anos, as combinações e imbricações entre estes diferentes campos da realidade social vêm recebendo especial atenção da mídia brasileira (“especializada” ou não), em virtude dos resultados cada vez mais expressivos obtidos em eleições recentes por candidatos identificados com grupos religiosos – na maior parte das vezes, membros de igrejas

---

<sup>2</sup> Na ocasião contava com os recursos de uma bolsa PIBIC/CNPq.

evangélicas pentecostais –, bem como pela crescente aproximação dos candidatos “leigos” com tais organizações. Os comentários dos “analistas políticos especializados”<sup>3</sup>, por exemplo, têm sido freqüentes, avaliando a atuação destes sujeitos de forma ora positiva, ora negativa.

Numa situação assim configurada, torna-se especialmente importante para os interessados na investigação desta temática ter muito cuidado na definição do enfoque e na incorporação das discussões e questionamentos teórico-conceituais trazidos por outros pesquisadores, a fim de bem realizar o processo de transformação de um “problema social” em “problema científico” (Bourdieu, 1989a).

Em tal contexto, cabe ressaltar que a análise de fenômenos tradicionalmente identificados como “políticos” vem se constituindo num importante foco de pesquisa para os antropólogos. Buscando superar uma certa divisão de trabalho entre as Ciências Sociais que identificava “a política” como alvo privilegiado de sociólogos ou cientistas políticos, alguns pesquisadores têm buscado demonstrar como os métodos e técnicas da pesquisa antropológica podem trazer novas e interessantes contribuições para o debate. Assim, trabalhos como os de Goldman & Palmeira (1996), Teixeira (1998), Bezerra (1999; 2001) e Kuschnir (1999) sinalizam esta reorientação dos estudos antropológicos sobre política, anteriormente voltados apenas para as “sociedades simples” ou “tradicionalistas”<sup>4</sup>. Agora, eleições, comícios e até mesmo as relações cotidianas travadas em instituições como o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais de Vereadores se tornam passíveis de observação etnográfica, possibilitando o levantamento de questões que, longe de desqualificar, complementam as análises efetivadas pelas outras disciplinas.

Além disso, considero importante lembrar que o já referido interesse pela participação de agentes religiosos na política pode ser enxergado como uma das conseqüências da “expansão evangélica” ocorrida no Brasil ao longo das últimas décadas<sup>5</sup>. O crescimento numérico deste segmento religioso logo despertou o interesse acadêmico, impulsionando análises sociológicas e antropológicas acerca do fenômeno, sendo alguns exemplos marcantes as coletâneas organizadas por Antoniazzi (1994) e Pierucci & Prandi (1996) e os livros de Oro (1996) e Corten (1996).

No âmbito destes estudos, o ingresso na atividade política de sujeitos vinculados a tais igrejas foi um dos pontos que mais chamou a atenção, especialmente após a Assembléia Nacional Constituinte de 1986, quando foram eleitos 36 deputados identificados com este

---

<sup>3</sup> Refiro-me a jornalistas como José Barrionuevo (ex-colunista de Zero Hora), Armando Burd (Correio do Povo) e Claudio Humberto (site [www.claudiohumberto.com.br](http://www.claudiohumberto.com.br)).

<sup>4</sup> Vide, por exemplo, Evans-Pritchard & Fortes (1979) e Leach (1996).

<sup>5</sup> Os dados fornecidos pelos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são indicadores muito sugestivos do que vem ocorrendo: de 6,62% da população brasileira em 1980 os ditos “evangélicos” passaram para 10 % em 1991, chegando a notáveis 15,4% nos recentemente divulgados números do Censo de 2000.

segmento religioso, formando a primeira “bancada evangélica” no Congresso Nacional. Nos anos seguintes, a quantidade de evangélicos no parlamento brasileiro apresentou uma pequena redução, mas manteve uma certa constância numérica: em 1990 foram eleitos 31 deputados, enquanto em 1994 as urnas sagraram 30 representantes deste segmento religioso. Entretanto, o final da década de 90 traria mudanças notáveis neste quadro: nas eleições gerais de 1998 foram eleitos nada menos do que 49 deputados (Freston, 2001), dentre os quais 17 ligados a Igreja Universal do Reino de Deus, sendo 14 pastores e 3 apoiados pela instituição. Além disso, podemos lembrar que a Universal obteve, no pleito em questão, a eleição de 26 deputados nas assembleias legislativas dos estados (Fonseca, 1998:20). O ano de 2000 marcou as primeiras “candidaturas oficiais” da IURD para os legislativos municipais, resultando na eleição de aproximadamente 350 vereadores vinculados a esta Igreja, em todo o país (O Globo, 17/10/2004). Mais recentemente, o jornal Folha de São Paulo especulou que, nas eleições gerais de 2002, a bancada evangélica teria chegado a aproximadamente 60 cadeiras na Câmara Federal (matéria de 10/10/2002) <sup>6</sup>.

Neste contexto, alguns estudiosos do tema, buscando complementar suas análises com dados que vão além do período eleitoral, se dedicaram a um acompanhamento do cotidiano dos políticos evangélicos no interior das casas legislativas onde trabalham. Tal proposta é perceptível em algumas contribuições bastante recentes, de autores como Oro (2003a; 2003b), Fonseca (2002) e Machado (2002). Malgrado certas diferenças de enfoque, acarretadas pelas filiações disciplinares e teóricas de cada pesquisador, estes trabalhos manifestam uma preocupação comum: trata-se da necessidade de relativizar e problematizar o relacionamento entre os campos religioso e político, questionando a idéia de uma separação pura e simples e privilegiando as tensões e articulações complexas e variadas que se estabelecem entre estas duas esferas da realidade social.

Esta pesquisa se insere na perspectiva acima enunciada, fazendo uso dos recursos metodológicos da antropologia para efetivar uma observação sistemática da atuação de dois políticos evangélicos, ambos integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus, na cidade de Porto Alegre. Desta forma, considero que esta investigação se justifica em dois sentidos: como uma forma de explorar questões consideradas relevantes pela sociedade e como uma contribuição para alguns dos debates acadêmicos mais importantes para os cientistas sociais dedicados ao estudo dos fenômenos religioso e político.

---

<sup>6</sup> Estes dados serão melhor discutidos no Capítulo I.

### **Objeto de pesquisa e problematização**

O objeto desta investigação é constituído pela análise das representações e práticas relacionadas à política de parte de dois pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, eleitos em 2000 como vereadores da cidade de Porto Alegre. Além disso, o objeto alcança também os assessores dos mencionados parlamentares, bem como outros vereadores com os quais interagiram ao longo deste mandato.

A literatura sociológica e antropológica produzida nos últimos anos é pródiga em nos demonstrar a complexidade das interfaces entre os campos religioso e político, visível através de uma diversidade de engajamentos, posições e formas de participar da “vida pública” (Corten, 1996, 1997; Dodson, 1997; Pierucci, 1996; Michel, 1997). Considero que tal processo só pode ser entendido quando tomamos como referência o processo de secularização da sociedade, levando em conta as nuances ressaltadas por alguns pesquisadores dedicados à análise do fenômeno religioso no mundo contemporâneo. Ou seja, a preocupação não está necessariamente voltada para um declínio das crenças e práticas religiosas, mas sim para as transformações no campo religioso advindas das constantes transformações inerentes à modernidade (Hervieu-Léger, 1987). Assim, considero elucidativa a formulação de Pierucci, que entende secularização como “a passagem de uma situação de monopólio ou hegemonia de uma única religião para um cenário diversificado de pluralismo religioso plenamente aceito e definitivamente instalado (...)” (Pierucci, 1997a:116). Uma das características deste pluralismo seria a “entrada no mundo” por parte de certos “crentes”, situação um tanto original se pensarmos que anteriormente os ditos evangélicos tinham como um de seus sinais diacríticos mais notáveis uma espécie de “distanciamento das questões mundanas” (Oro, 1996)<sup>7</sup>.

Nesta configuração sócio-cultural em que tentamos compreender a participação evangélica na política, uma das questões centrais que vem à tona é a discussão acerca do que seria o surgimento de um “modo de fazer política” peculiar, do qual os representantes da IURD são considerados exemplos paradigmáticos. Esta atuação seria pautada por uma construção de legitimidade que toma como base a “necessidade de vigilância constante”, a fim de combater os “muitos inimigos”, fazendo uso de uma linguagem em que as simbologias bíblicas não podem deixar de estar presentes (Conrado, 2000). Em outras palavras: também na política a IURD construiria sua identidade por oposição aos “outros” dos quais busca constantemente se diferenciar e, até mesmo, se defender, semelhantemente ao que indicou Jungblut (1992).

Para que fosse possível explorar etnograficamente este ponto, elaborei um primeiro grupo de questões gerais, que serviram como orientação para a pesquisa: como estes políticos

---

<sup>7</sup> O debate teórico acerca da “secularização” também será realizado no Capítulo I.

interpretam o processo que os levou à Câmara Municipal? Como concebem sua atuação no Parlamento e seu papel enquanto legisladores, e como isto se relaciona com os valores religiosos que adotam e defendem? Como se configura sua “atividade parlamentar”, em termos de práticas como a apresentação de propostas, realização de pronunciamentos e participação em discussões com os demais integrantes da Câmara, e quais conteúdos, símbolos e representações são acionados nestes contextos?

Prosseguindo com os questionamentos, parece-me importante relativizar a constatação de que políticos evangélicos teriam uma atuação voltada única e exclusivamente para os “irmãos” vinculados às suas Igrejas. Têm sido cada vez mais freqüentes, por exemplo, os casos em que os representantes da IURD manifestam preocupações com a defesa dos “pobres” e “oprimidos” de uma maneira mais genérica<sup>8</sup>. Flavio Conrado (2000), inspirado em Bourdieu (1989b) chega a afirmar que, a fim de consolidar sua inserção no campo, os políticos evangélicos vêm incorporando uma certa lógica de atuação própria à concepção de política predominante em nossa sociedade, de tal maneira que os interesses imediatos de sua instituição não sejam mais os únicos a fornecer orientação. Renato Janine Ribeiro (2003), por sua vez, enxerga aí mais uma faceta do “poder vampirizante” da política em nossa sociedade, perceptível na capacidade que este campo teria para absorver e neutralizar “energias” oriundas de outras instâncias.

A partir daí, portanto, surge meu segundo conjunto de questões: tais sujeitos se consideram mais vinculados ao partido ou à Igreja? Como se efetiva o relacionamento com suas “bases eleitorais”? Quais mecanismos o “povo” pode utilizar para se relacionar com estes parlamentares e qual o conteúdo de suas “demandas” e pedidos? Por fim, de que maneira pode ser explicada a passagem de um início de mandato calcado nos simbolismos religiosos para um momento atual em que os políticos religiosos parecem tão “secularizados” quanto os demais?

### **Procedimentos metodológicos**

Uma vez que esta pesquisa se baseou num enfoque antropológico, tentei partir da perspectiva dos atores sociais, com a pretensão de descobrir significados e representações a partir das falas e ações dos sujeitos. Desta forma, fiz uso de métodos e técnicas qualitativos, conforme nos apresenta a literatura especializada em Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia (por exemplo, Peirano, 1995; Cardoso, 1986).

Para delinear a trajetória de vereadores e assessores, acessar suas representações e concepções acerca dos valores religiosos e da prática política e obter suas próprias

---

<sup>8</sup> Importante ressaltar, também, que grande parte dos fiéis da Igreja podem ser enquadrados na categoria de “pobres” e “oprimidos” (Corten, 1996).

interpretações acerca de certas questões com as quais se defrontaram ao longo do mandato, realizei entrevistas semi-dirigidas, com base em um roteiro previamente elaborado. Este instrumento foi construído como uma espécie de “guia”, contendo uma série de indicações para questionamentos que visavam elucidar a problemática levantada. A utilização do roteiro, entretanto, não significa que as entrevistas foram pautadas por uma rigidez temática: conforme o desenrolar do diálogo, procurei ter a sensibilidade de intervir de maneira cuidadosa e pontual na exposição do informante. Além disso, na realização das entrevistas tentei seguir os conselhos de Thiollent (1980), buscando constituir uma relação intersubjetiva entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, relativizando o posicionamento do pesquisador e reconhecendo meu “lugar de poder”, enquanto agente inserido no campo acadêmico e dotado de uma espécie de poder socialmente legitimado. Devo esclarecer, todavia, que, no caso de políticos e assessores, por se tratarem de sujeitos cujas atividades profissionais envolvem uma agenda diária com inúmeros compromissos, sua disponibilidade de tempo é limitada, impedindo encontros com duração maior do que uma hora.

As entrevistas também foram utilizadas para obter relatos sobre o cotidiano do gabinete, a fim de, simultaneamente, realizar um levantamento sobre quais atividades são realizadas pelas pessoas que ali trabalham e compreender as interpretações que elas dão a este trabalho. Em todas estas interações com os pesquisados tive que levar em conta a objetividade relativa dos conhecimentos ali obtidos, problematizando as diversas relações e mediações oriundas das peculiaridades do contexto da pesquisa (Thiollent, 1980). Importante lembrar, também, que, em algumas destas ocasiões estive acompanhado pelo meu orientador, o Prof. Dr. Ari Pedro Oro. Tal situação acarretou conseqüências que devem ser objeto de reflexão: no mínimo, não posso desconsiderar as representações que estes políticos têm sobre a universidade, problematizando as especificidades que isto traz para a inserção em campo, o relacionamento com os informantes e a imagem que estes têm de mim enquanto alguém que trabalha conjuntamente com um professor universitário.

No fim das contas, tive a oportunidade de realizar três entrevistas com cada um dos parlamentares, incluindo-se nesta contagem o material que foi utilizado na já referida Monografia de Conclusão (Santos, 2002), mas certamente pôde receber uma nova abordagem, enriquecida pelos aportes teóricos que recebi durante o curso de Mestrado. Também entrevistei formalmente cinco assessores, sendo quatro do gabinete de Almerindo Filho e um do gabinete de Valdir Caetano. Este descompasso se justifica pelo motivo já citado anteriormente: foi bastante complicado encontrar “brechas” na agenda destes interlocutores, habituados a uma rotina que envolve deslocamentos constantes, tanto dentro do prédio da CMPA como fora dele. Na verdade, apenas os *chefes de gabinete*, hierarquicamente situados logo abaixo dos próprios vereadores, parecem deter um maior controle sobre seu próprio

tempo. Possivelmente em virtude desta situação, ambos acabaram por se tornar “informantes-chave” desta pesquisa, sendo provavelmente as pessoas com quem conversei por mais tempo ao longo destes mais de três anos de visita à Câmara Municipal. Neste mesmo contexto, a “movimentação incessante” que caracteriza os gabinetes limitou meus diálogos com outros assessores, sendo marcante o fato de eu jamais ter conseguido realizar entrevistas formais com outros integrantes da equipe de Valdir Caetano que não fossem sua *chefe de gabinete*. Ganha importância, desta forma, a utilização de um diário de campo, no qual eu registrava, mesmo que pontualmente, os rápidos diálogos que travava com estes sujeitos. Tais informações permeiam minha etnografia, estando presentes em todas as descrições que faço ao longo deste trabalho.

Com a intenção de possibilitar uma apreensão mais cuidadosa dos dados etnográficos, realizei observações diretas não sistematizadas durante as entrevistas. Estes encontros, realizados nos próprios gabinetes, puderam revelar um pouco da dinâmica interna destes locais, uma vez que o trabalho não era totalmente interrompido pela entrevista e, de uma forma ou de outra, eu não estava interagindo somente com o entrevistado do momento, mas também com os demais assessores ali presentes. Ao mesmo tempo, busquei estar atento à organização física dos gabinetes: sua divisão espacial, a distribuição dos móveis e demais equipamentos, as fotografias, cartazes e mensagens afixados na parede também são reveladores de significados e representações sociais. Em todos estes momentos, tentei levar em consideração as possíveis mudanças acarretadas pela presença do pesquisador naquele espaço social.

A técnica da observação participante<sup>9</sup>, classicamente tida como um dos recursos metodológicos definidores da Antropologia, também cumpriu um papel importante nesta pesquisa. Inicialmente, empreguei este recurso nas sessões realizadas no plenário da Câmara Municipal. Abertas ao público, tais reuniões são momentos privilegiados para observar a atuação destes sujeitos enquanto “profissionais da política”<sup>10</sup>, constituindo-se em parte fundamental da atividade parlamentar. No total, entre 2002 e 2004, calculo que estive presente em aproximadamente 35 destes eventos. Observando os discursos dos vereadores evangélicos, bem como os debates e votações nos quais eles estiveram presentes, creio que pude obter elementos cruciais para a análise das práticas destes agentes. Num outro momento da pesquisa, com a proximidade das eleições municipais de 2004, pude acompanhar algumas atividades dos vereadores fora da Câmara, tais como visitas a igrejas,

---

<sup>9</sup> Em relação a esta técnica, estou adotando a definição dada por Schwartz e Schwartz: “(...) definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.” (Schwartz e Schwartz, *apud* Cicourel, 1980: 89).

<sup>10</sup> Uso esta expressão numa alusão à obra de Max Weber (s/d).

caminhadas, “carreatas” e “bandeiraços”, eventos classificados como “contato com as bases eleitorais”. Além disso, durante o período eleitoral, de agosto a outubro do referido ano, coletei todos os informativos, “santinhos”, panfletos e adesivos aos quais tive acesso, além de gravar as aparições de Valdir Caetano e Almerindo Filho no Horário Eleitoral Gratuito, transmitido pelos canais abertos de televisão da cidade de Porto Alegre.

Por fim, devo destacar a importância como material de pesquisa do conjunto de pronunciamentos e opiniões manifestadas em plenário durante esta legislatura, sobre os quais tentei lançar um olhar etnográfico. Neste caso, interessavam também as discussões em que os demais legisladores debatiam ou discutiam com Valdir Caetano e Almerindo Filho. Para obtenção deste material, que resultou num banco de dados que abarca o período de janeiro de 2001 até agosto de 2004, foi indispensável a contribuição do serviço de taquigrafia da Câmara, cujos arquivos estão disponíveis no *site* desta casa legislativa na Internet ([www.camarapoa.rs.gov.br](http://www.camarapoa.rs.gov.br)).

\*\*\*\*\*

Esquemáticamente, optei por dividir o trabalho em cinco capítulos. No Capítulo I tento delinear um quadro do debate teórico acerca do fenômeno da “secularização”, com especial ênfase nas imbricações entre o religioso e o político na sociedade contemporânea. Apresentadas as linhas gerais desta discussão fundamental, me baseio na bibliografia especializada para fazer um breve histórico da inserção dos evangélicos na política brasileira, iniciando com as relações entre Estado e religiões no período imperial e culminando com as “bancadas evangélicas” formadas a partir dos anos 80. Por fim, apresento o caso porto-alegrense, traçando um breve perfil dos pastores-vereadores vinculados à Igreja Universal e discutindo o pleito que os levou à Câmara Municipal, em 2000.

O Capítulo II é dedicado a uma etnografia do cotidiano dos gabinetes desses parlamentares evangélicos. Primeiramente, faço uma descrição do espaço físico destes locais, apresentando os sujeitos que ali trabalham e as atividades às quais estão comumente dedicados. Na sequência, abordo os pedidos de dinheiro, serviços e bens materiais recebidos diariamente pelos gabinetes, intentando analisar como vereadores e assessores recebem estas demandas e estabelecem critérios para hierarquizar a importância e a pertinência das solicitações, identificando também quais mecanismos são acionados para efetivar uma possível resolução destes “problemas”.

No Capítulo III me proponho a descrever etnograficamente a atuação parlamentar de Valdir Caetano e Almerindo Filho. Inspirado em alguns dos procedimentos metodológicos

adotados por Max Gluckman<sup>11</sup>, tento reconstruir certas situações ocorridas no plenário da Câmara, especialmente debates e polêmicas entre os pastores-vereadores e outros parlamentares que discordam de suas práticas. Assim, considero possível perceber como o relacionamento entre estes sujeitos foi se alterando ao longo do tempo, sobretudo em virtude de um processo em que os políticos evangélicos tiveram que “adaptar-se” às regras do campo político para que suas proposições tivessem alguma possibilidade de obterem aprovação.

A primeira parte do Capítulo IV segue na mesma linha, desta vez abordando as intensas discussões que marcaram a segunda metade do mandato de Valdir Caetano e Almerindo Filho, quando ambos os vereadores deixaram o bloco oposicionista do parlamento porto-alegrense e se aliaram aos integrantes da “situação”. Esta nova polêmica, ao mesmo tempo em que joga nova luz sobre o debate acerca da relação entre a Igreja e os partidos políticos, demonstra como a participação de agentes religiosos no parlamento não é algo que seja aceito com facilidade pelos “profissionais da política”. Na segunda parte deste capítulo, apresento os resultados de minhas observações durante a campanha dos pastores-vereadores à reeleição, apresentando as estratégias adotadas pelas lideranças da IURD neste último pleito e discutindo sua eficácia, considerando um resultado final que pode ser avaliado como surpreendente.

Por fim, no Capítulo V analiso as reflexões dos próprios vereadores e assessores sobre suas experiências ao longo do primeiro mandato. A ênfase, aqui, está na discussão sobre os sentidos assumidos pela presença de pastores evangélicos na política. Por um lado, me interessam as impressões destes agentes sobre a aceitação que receberam por parte dos “profissionais”, e por outro, a avaliação dos resultados obtidos durante o período, considerando as peculiaridades da inserção nas esferas institucionais da política de sujeitos que dizem orientar suas ações “nas palavras de Deus” contidas na Bíblia.

---

<sup>11</sup> Refiro-me à análise sobre as relações entre negros e brancos na Zululândia, na qual o autor faz uso do procedimento metodológico que denominou “método do estudo de caso estendido”, cuja unidade de análise não é exatamente um grupo territorialmente definido, mas sim uma “situação social” (Gluckman, 1987). Desta forma, tem como intenção observar a atuação ou comportamento dos membros de uma comunidade em determinadas ocasiões, sempre que possível comparando aquilo que verificou com outros momentos anteriormente observados.

## CAPÍTULO I

### “UMA RELAÇÃO COMPLICADA”: QUANDO A RELIGIÃO E A POLÍTICA SE ENCONTRAM

#### **Secularização: um conceito primordial**

Quando pretendemos compreender a participação dos pentecostais no campo da política, logo somos remetidos ao conceito de secularização, que ao longo dos últimos anos foi alvo de consideráveis debates entre os cientistas sociais dedicados ao estudo do fenômeno religioso.

Elaborado como conceito sociológico no contexto de uma série de análises que pretendiam explicar as transformações inerentes ao advento e consolidação da modernidade, principalmente no chamado “mundo ocidental”, o termo pretende designar, basicamente, um processo de mudanças acentuadas no papel da religião enquanto instância organizadora da sociedade e fornecedora de orientação para as ações humanas.

Pierucci (1998; 2003), analisando a obra de Max Weber, nos lembra que este clássico da sociologia é referência para grande parte daqueles que fazem uso do termo “secularização”, seja para afirmá-lo, seja para contestá-lo. O sociólogo da USP pretende demonstrar como muitas críticas feitas a Weber, alegando que seu paradigma está superado, se baseiam numa leitura equivocada das proposições do pensador alemão. Entretanto, não é meu objetivo discutir a validade das idéias weberianas, bastando, no presente momento, apresentar os principais pontos da argumentação de Pierucci. Em primeiro lugar, o autor considera que devemos entender o chamado “desencantamento do mundo” como parte de um processo mais amplo de racionalização do Ocidente<sup>1</sup>. Tal desencantamento é um processo que ocorre em sociedades religiosas por excelência, se constituindo num longuíssimo período de “racionalização religiosa” cujos momentos mais notáveis seriam aqueles em que bruxas, feiticeiros e demais agentes tidos como possuidores de poderes mágicos foram perseguidos, no intuito de estabelecer a hegemonia de uma certa crença, calcada em princípios “mais racionais” – no caso, cristãos. Já a secularização seria um processo mais recente e, de um certo ângulo, ainda mais radical, uma vez que implicaria num abandono, numa subtração do religioso, cuja influência social seria reduzida de forma bastante acentuada. Neste contexto, a religião perde seu valor cultural, não tem mais a função integradora de outrora e, no que mais

---

<sup>1</sup> Pierucci chega a afirmar que “Weber se pretende o sociólogo que, ao eleger as religiões como objeto, produz uma dupla macro-sociologia: uma sociologia geral da mudança social como inevitável racionalização da vida, e uma sociologia específica da modernização ocidental” (Pierucci, 2003: 18).

nos interessa no âmbito deste trabalho, é separada do Estado, não sendo mais necessária para fornecer legitimidade a governos, leis e instituições políticas (Pierucci, 1998).

Marcel Gauchet, por sua vez, em sua polêmica obra *Le désenchantement du monde: une histoire politique de la religion* (1985), elabora uma tipologia das metamorfoses do religioso no mundo ocidental<sup>2</sup>. Este autor tenta demonstrar como saímos da etapa da “religião pura” ou “plena”, que cumpria a função de uma dimensão fundante do mundo, intervindo diretamente no cotidiano, para o momento das “religiões da transcendência”, datado em meados do primeiro milênio da era cristã. Nesta nova etapa, caracterizada por eventos como o nascimento do Estado, o surgimento de uma divindade “de outro mundo”, a apreensão laica da realidade e a experiência da subjetividade, a religião é questionada, sendo deslocada para “fora do mundo” – o cristianismo seria a maior expressão desta “religião de saída da religião” (Gauchet, 1985: II). Por fim, nos últimos dois séculos estaríamos presenciando o “fim da religião”, com o esvaziamento completo da função estruturante do religioso. A partir daí, a religião passaria definitivamente para o registro singular das subjetividades individuais.

Já Bryan Wilson (1998) destaca a necessidade de constatarmos como o processo de secularização é irreversível, apesar de não ser homogêneo: a organização da sociedade moderna se transforma conforme a religião vai perdendo sua posição estrutural hegemônica. Convém lembrar que o campo político é um dos locais, juntamente com o campo técnico-científico e o campo do comportamento social, em que tal autor vê a secularização como inevitável: o poder político prescindiria, hoje, de qualquer legitimação religiosa (Wilson, 1998). Sobre esta situação, Prandi comenta que, atualmente, “por mais presente que a religião possa nos parecer no dia-a-dia, as decisões mais importantes e mais fundamentais e que afetam a vida de praticamente todo o mundo são sempre tomadas sem que nenhuma referência a Deus tenha que ser feita” (Prandi, 1997:63-64).

Contudo, dada a complexidade da questão, o debate de forma alguma poderia encerrar-se por aí. Se muitos pesquisadores tendem a concordar com a “tese da secularização”, vários outros lhe fazem uma contraposição quase direta<sup>3</sup>.

Bastante notável é o caso de Peter Berger, autor que, em obra anterior (Berger, 1986), se mostrava um dos grandes advogados da referida tese. Em artigo recente (Berger, 2001) ele chega até mesmo a afirmar que nada nos leva a crer que a modernização leva necessariamente a um declínio da religião, seja no âmbito societário, seja na mentalidade das pessoas. Se os “efeitos secularizantes” da modernidade são inegáveis, concomitantemente podemos perceber verdadeiros “movimentos de contra-secularização”. Mais do que isso, devemos atentar para o fato de que

---

<sup>2</sup> Steil (1994) faz uma excelente discussão acerca das teses propostas por Gauchet na obra em pauta.

<sup>3</sup> Pierucci (1997b) elaborou uma lista considerável de autores, contrários ou favoráveis à tese da secularização, a qual considero desnecessário reproduzir no momento.

“a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual. Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso. Inversamente, instituições religiosamente identificadas podem desempenhar um papel social ou político mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições representam.” (Berger, 2001:10)

Considero importante observarmos que, conforme interpreta Mariz (2001), Berger não nega a existência do processo de secularização, sendo ele, em verdade, simultâneo àquilo que por ora chama de “dessecularização”. Seria mais frutífero para nossas análises considerar que ambos são “frutos da relação dialética entre religião e modernidade em diferentes contextos e momentos históricos” (Mariz, 2001:26). Assim, podemos retomar por um novo caminho a preocupação com o “sentido” de mundo que a religião fornece aos sujeitos, nos âmbitos públicos e privados de suas vivências.

Clifford Geertz (2001), por sua vez, avalia que vivenciamos um período em que a religião apresenta uma certa “fluidez”, em que o “sentido” permeia o mundo e nos trespassa em todos os momentos. O que este autor pretende, em última instância, é demonstrar como a religiosidade e todo o conjunto de práticas, sentimentos e experiências a ela vinculados não podem ser reduzidos a um nível puramente individual ou “subjetivo”. A fé não é construída na solidão, e a cada dia os eventos religiosos ganham um caráter de maior publicidade, se distanciando da esfera privada. Importa verificar como isto influi na constituição e no conteúdo de identidades públicas diversificadas, autônomas e intensamente sentidas pelos sujeitos. Concluindo este raciocínio, vemos que:

“A projeção de grupos e lealdades religiosamente definidos em todos os aspectos da vida coletiva, partindo da família e do bairro para fora, faz parte, portanto, de um movimento geral que é muito maior do que ela própria: a substituição de um mundo construído com uns poucos tijolos análogos, modernos e mal encaixados, por um mundo não mais uniformemente nem menos completamente construído com muitos tijolos menores, mais diversificados e mais irregulares.” (Geertz, 2001:157)

Tais reflexões, juntamente com aquelas proporcionadas por Berger, nos conduzem a um entendimento do fenômeno próximo àquele de Hervieu-Léger, para quem o conceito não se refere a um desaparecimento da religião quando defrontada com a “moderna” racionalidade, mas sim a uma reorganização e recomposição do campo religioso no contexto da modernidade (Hervieu-Léger, 1987). Neste mesmo sentido, Pierucci (1997b) considera

que ganhamos possibilidades explicativas quando passamos a vislumbrar o pluralismo religioso não somente como um resultado, mas também como um *fator* de secularização crescente. Enfim, talvez seja interessante seguirmos as sugestões de Hervieu-Léger (1997), atentando, em nossas pesquisas, para as contradições entre tendências secularizantes e dessecularizantes.

Assumindo minha preocupação com o estudo da diversidade destas possíveis combinações, inspiro-me na reflexão de Pierre Sanchis, quando este autor afirma que “as formas contemporâneas de religião não vão mais deixar de articular-se visivelmente à política” (Sanchis, 2001: 40). Ao mesmo tempo, voltando o olhar para o caráter contingente dos fenômenos, procurando relativizar as dicotomias e os determinismos, busco assumir uma postura que se aproxima de Velho (1995). Desta forma, penso ser possível ir além de oposições simplistas e enxergar a religião como elemento constitutivo da modernidade.

### **Religião e política: tensões e interações**

Daniele Hervieu-Léger (1997) nos recorda que a preocupação com a separação do religioso e do político já era visível no pensamento dos “clássicos” da sociologia: mesmo que por vias consideravelmente diversas, Marx, Weber e Durkheim tendiam a concordar que esta ruptura era uma consequência inevitável das transformações que caracterizavam o processo de “modernização” da sociedade. Esta diferenciação de instituições seria parte integrante de um processo de racionalização que teria como uma de suas condições e consequências primordiais o confinamento da religiosidade ao âmbito das opções privadas do sujeito – ele mesmo cada vez mais “individualizado” e tido como autônomo.

Todavia, a mesma autora assinala que o trabalho empírico que vem sendo realizado durante as últimas décadas revela que, mesmo em locais vistos como os mais dessacralizados e “avançados”, podemos observar interferências de todo o tipo entre as instâncias políticas e religiosas (Hervieu-Léger, 1997: 365). Numa relação complexa e carregada de conflitos e tensões, os próprios elementos constitutivos da modernidade também são enxergados como possibilitadores da continuidade de uma certa “presença da religião”:

“Recuperadas no interior de uma modernidade definida como resultante de um triplo processo de afirmação da autonomia do sujeito, de racionalização e de diferenciação das instituições, as relações entre a religião e a política nas modernas sociedades ocidentais se inscrevem assim sob o triplo signo da separação, da conflitualização e da tentação permanente de redução de cada termo ao outro, num tipo de antinomia cujo paradoxo é se alimentar da afinidade que as tradições judias e cristãs – religiões da modernidade – mantêm elas mesmas com os processos de autonomização e de racionalização aos quais elas

são conduzidas a se opor para existir como religiões.” (Hervieu-Léger, 1997:367 – tradução minha)

Seguindo a linha de raciocínio desta autora, torna-se perceptível a existência de algumas semelhanças estruturais entre o religioso (e as práticas religiosas) e certas configurações do político; para ficarmos num exemplo simples, Hervieu-Léger menciona a comparação, que pode ser bastante frutífera, entre o funcionamento de certas organizações de esquerda e a estrutura de “igrejas” ou “seitas”. Enfim, talvez o ponto primordial a ser tocado seja a constatação de que na atualidade não se crê menos do que outrora: ao contrário disto, as crenças proliferam e circulam com uma intensidade considerável, sendo um fator-chave para caracterizar esta situação a maneira desregulada e “livre” através da qual se dá esta circulação, que evidencia o fim do monopólio absoluto de um determinado sistema religioso em relação aos demais<sup>4</sup> (Hervieu-Léger, 1997).

Patrick Michel (1997) é outro autor que nos fornece subsídios para a discussão. Preocupado com o estatuto e o papel do religioso nos modernos processos de redefinições e recomposições da democracia, Michel considera que o suposto “reencantamento do mundo” tem relação direta com “um trabalho de refreamento de um processo mais amplo de desencantamento político” (Michel, 1997:13 – tradução minha). Em outras palavras, as interferências e conexões entre os dois campos não necessariamente representam um “retrocesso” na direção de um estado de coisas avaliado como indesejável ou ultrapassado, podendo, em muitas situações, funcionar como um estímulo à consolidação de regimes democráticos. Isto, evidentemente, sem desconsiderar a possibilidade de fazer-se de uma determinada religião o pilar para um regime autoritário – este é o caso de alguns países em que o islamismo se tornou parte constitutiva da própria estrutura estatal e administrativa. Neste sentido, o autor procura enxergar a crescente interação da religião com a política por um viés positivo ou, no mínimo, questionador da idéia de que um dos “resultados da modernização” seria uma secularização inabalável.

Em verdade, Michel sugere que é um tanto quanto empobrecedor para nossos estudos presumir uma relação de autonomia entre os campos religioso e político. Seria mais interessante enxergá-los como pertencentes a uma matriz comum, onde as passagens de um ao outro estão baseadas em mecanismos bastante complexos de recargas e redefinições recíprocas (Michel, 1997:14). Em suma, os campos devem ser entendidos como estando em constante relação, sem que seja possível definir com clareza a existência de fronteiras entre eles.

---

<sup>4</sup> Mais uma vez é importante destacar que a autora está falando do chamado “mundo ocidental”, sendo importante lembrar que fenômenos como os verificados nos países em que o islamismo possui uma posição hegemônica constituem realidades bastante diversas daquela a que estamos fazendo referência.

A preocupação do analista, portanto, deve se voltar para os usos que os diferentes grupos e movimentos políticos podem fazer (e efetivamente fazem) dos valores, discursos e referenciais fornecidos pela religião. Desta forma, com alguma sensibilidade será possível ao pesquisador descobrir as especificidades suscitadas a partir do ingresso de um determinado grupo religioso nas esferas, formais ou informais, da atuação política. No caso deste trabalho, tal inserção se dá através de sujeitos identificados como “representantes” de um grupo religioso.

No fim das contas, as interessantes contribuições de Michel me parecem estar sintetizadas, em grande medida, na idéia de que:

“O religioso, veículo de ideologização, não aparece aqui mais autônomo que o político, o qual pretende, todavia, sê-lo. Ambos convergem para estruturar os universos de sentido, diferentes uns dos outros, mas em constante relação de revestimento e encaixe, de complementaridade e de oposição, mesmo de justaposição. O religioso como o político são partes integrantes de uma matriz comum, no seio da qual se organiza sua colocação em relação, que funciona em essencial sobre a base de redistribuições pontuais e recargas recíprocas.” (Michel, 1997:21-22 – tradução minha)

Numa visão geral, torna-se evidente, a partir das obras citadas, que o religioso e o político seguem se articulando de formas complexas e variadas, apesar do suposto caráter secular da sociedade e das instituições democráticas no mundo ocidental. Assim sendo, o mais próximo de uma conclusão a que podemos chegar é a percepção de que “genericamente falando, as relações entre religião e política nos tempos modernos têm sido não apenas diversificadas, multiformes, mas também equívocas, polissêmicas” (Pierucci & Prandi, 1996:241).

### **As constituições brasileiras, as igrejas e o Estado**

Na tentativa de efetivar uma reflexão acerca da participação dos evangélicos na política brasileira, penso que é interessante principiarmos com a lembrança de que o vínculo legal entre o Estado e a Igreja Católica perdurou, no Brasil, ao longo de toda a duração dos períodos colonial e republicano. Mariano considera, inclusive, que tal este fato é “o principal responsável pela hegemonia religiosa de que o catolicismo ainda desfruta no Brasil e, ao mesmo tempo, pela posição minoritária e subalterna dos demais grupos religiosos no campo religioso brasileiro” (Mariano, 2002: 7). Apenas para ilustrar o grau de intensidade que assumia este relacionamento entre os poderes estatais e o catolicismo, lembremos que os dirigentes do Estado Colonial eram, simultaneamente, chefes da Igreja de Roma no país, o

que, por si só, já indica uma explicação para a tendência governamental de discriminar negativamente outras religiões.

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em decorrência da invasão do território da metrópole por parte das tropas napoleônicas, no ano de 1808, acarretou uma sutil mudança nesta situação: em virtude dos laços políticos e econômicos com a Inglaterra, os portugueses se viram obrigados a assegurar a liberdade de culto para os estrangeiros que estivessem residindo na Colônia. Tal medida visava, evidentemente, garantir que os ingleses instalados no Brasil, majoritariamente protestantes, não fossem importunados devido às suas crenças religiosas. Posteriormente, após a independência nacional, a Constituição promulgada em 1824 pelo imperador Dom Pedro I estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império, mas garantia uma certa liberdade religiosa aos praticantes de “outras religiões”, cujos cultos deveriam estar restritos aos limites do espaço doméstico. Os constrangimentos aos não-católicos eram, todavia, ainda maiores do que o impedimento de terem seus próprios templos: devido à ausência de uma burocracia estatal plenamente instituída, as autoridades eclesásticas católicas detinham um verdadeiro monopólio na concessão de registros de nascimento, casamento e óbito, além de possuírem um notável predomínio nas instituições de saúde e educação. Somente alguns anos depois teríamos uma ampliação dos direitos dos não-católicos: a lei 1.144, de 1861, permitiu os casamentos mistos, enquanto o Decreto 3.069, de 1863, possibilitou que o escrivão do juiz de paz efetivasse os registros de óbitos destas pessoas, ao mesmo tempo em que lhes garantia um “lugar especial” nos cemitérios públicos (Mariano, 2002).

Neste contexto, somando-se as pressões inglesas com a constatação do governo brasileiro de que seria fundamental contar com mão-de-obra estrangeira para substituir os escravos na grande lavoura, o século XIX apresentou um importante crescimento do protestantismo no território nacional. De início, eram majoritariamente imigrantes: anglicanos ingleses e luteranos suíços e alemães. Posteriormente, em meados de 1850, começaram a chegar ao país com mais frequência missionários dedicados à conversão de novos adeptos para sua religião. Num período de relações bastante conflituosas entre a Igreja Católica e o governo imperial, cujo momento mais marcante foi a chamada Questão Religiosa, em princípios da década de 1870, a tolerância do clero católico em relação aos protestantes mostrou-se cada vez menor. É significativo, neste sentido, saber que “o Estado imperial mostrou-se intransigente na defesa da liberdade de culto e religião prevista na Constituição, inibindo em grande parte os atos mais hostis dos católicos” (Mariano, 2002: 12).

De qualquer maneira, foi somente após a Proclamação da República que ocorreram modificações mais significativas no relacionamento entre Igreja e Estado. Influenciado pelo ideário liberal apregoado por muitas das lideranças do movimento republicano, o novo

governo emitiu um decreto que teria fundamental importância na redefinição do campo religioso brasileiro ocorrida ao longo do século XX:

“Sancionado pelo Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, o Decreto n. 119A de 7 de janeiro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, separou a Igreja Católica do Estado, extinguiu o padroado, proibiu os órgãos e autoridades públicos de expedir leis, regulamentos ou atos administrativos que estabelecessem religião ou a vedassem e instituiu plena liberdade de culto e religião para os indivíduos e todas as confissões, igrejas e agremiações religiosas (Scampini, 1978: 84). Inscritas na Constituição de 1891, a separação da Igreja Católica do Estado e a instituição da plena liberdade religiosa e de culto para todos os indivíduos e credos religiosos propiciariam, no decorrer do século XX, a ascensão de um mercado aberto no campo religioso brasileiro. (...) Ao resultar em liberdade, diversificação e competição religiosas, a separação entre Igreja Católica e Estado permitiu o ingresso e a formação de novos grupos religiosos, concedeu plena liberdade à maioria das associações religiosas e, com isso, não só permitiu a constituição de um verdadeiro mercado religioso em solo nacional como abriu passagem para que, no limite, a hegemonia do catolicismo viesse futuramente a ser posta em xeque pela eficiência do proselitismo dos concorrentes.” (Mariano, 2002: 14)

Todavia, não devemos concluir que o texto da lei tenha garantido, imediatamente, a instauração de uma liberdade religiosa plena no território brasileiro. Emerson Giumbelli, por exemplo, demonstra como “em nosso regime de ‘separação’ pululavam os vínculos, compromissos, contatos, cumplicidades entre autoridades e aparatos estatais e representantes de instituições católicas” (Giumbelli, 2000: 155 *apud* Mariano, 2002: 14). Além disso, a discriminação negativa em relação a certos segmentos permaneceu, o que é especialmente notável quando tomamos conhecimento da história das religiões afro-brasileiras.

Esta nova configuração jurídica e social, todavia, permitiu o aparecimento dos primeiros políticos evangélicos. Segundo Leonildo Silveira Campos (2002), antes mesmo dos anos 30 estes sujeitos atuaram em pequenas cidades de alguns poucos Estados da federação, pertencendo a uma “segunda geração” de evangélicos brasileiros e sendo, em sua maioria, integrantes de famílias de grandes sítiantes ou fazendeiros. Francisco Augusto Pereira, rico fazendeiro de café convertido ao presbiterianismo que se tornou prefeito de Lençóis Paulista, em São Paulo, no ano de 1902, e Ernesto Luiz de Oliveira, Pastor da Igreja Presbiteriana de Curitiba e Secretário da Agricultura do Paraná são alguns dos exemplos que o autor nos apresenta de protestantes envolvidos com atividades políticas no período em questão. Entretanto, o próprio Campos trata de relativizar o peso da opção religiosa no trajeto que levou tais agentes a alcançarem estas posições: segundo ele, “a maioria desses políticos foi eleita em função do capital econômico ou simbólico acumulado por suas famílias ou por eles mesmos” (Campos, 2002: 3).

A Revolução de 30, que findou a República Velha e colocou Getúlio Vargas no poder pela primeira vez, trouxe consigo uma intensificação das pressões da Igreja Católica sobre o Governo Provisório. Neste processo, os insistentes apelos do cardeal Dom Sebastião Leme resultaram num decreto que tornava o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. As lideranças católicas também se esforçaram para criar a Liga Eleitoral Católica (LEC), instituição através da qual pretendiam incentivar a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte de políticos dispostos a lutar pela inserção de princípios de seu interesse na Constituição que viria a ser promulgada em 1934 (Mariano, 2002). Numa reação a esta nova investida dos católicos, que pretendiam recuperar ao menos parte dos privilégios que tinham anteriormente, alguns evangélicos se organizaram e conseguiram eleger como deputado federal o pastor metodista Guaracy Silveira, de São Paulo. Entretanto, nem todas as iniciativas foram bem sucedidas: os esforços da “União Cívica Evangélica Paulista” para granjear votos entre os 15 mil evangélicos que se supunha haver no estado naquele período não foram suficientes para eleger o pastor presbiteriano Miguel Rizzo Jr., que obteve insuficientes 3.533 votos. Dentre as explicações para este fracasso, já nesta época surgia a alegação de que existiria um grande divisionismo entre os protestantes, argumento este repetido por diversas igrejas e segmentos ao longo dos últimos 70 anos (Campos, 2002).

Lembremos, contudo, que a Constituição de 1934 foi suspensa após o golpe através do qual Getúlio Vargas instituiu a ditadura do Estado Novo. Assim, será somente em 1945, com a queda do regime varguista e a instauração de uma nova Constituinte que teremos novas possibilidades de participação de evangélicos na política. Campos (2002) relata como surgiram, neste período, propostas de que este segmento religioso lançasse candidatos únicos em cada Estado, a fim de concentrar as votações. Ao mesmo tempo, instaurou-se um debate acerca de quem deveriam ser esses “representantes”: os pastores, que assim teriam que se afastar de suas atividades congregacionais, ou membros “leigos” da comunidade, que cotidianamente se dedicam a outros ofícios. Nesta polêmica, onde mais uma vez as divergências denominacionais se explicitaram e realmente acabaram por frustrar os planos das lideranças protestantes, revelou-se uma expectativa de que o “político evangélico” ideal deveria ser alguém que, antes de qualquer coisa, estivesse disposto a combater frontalmente a Igreja Católica. Assim sendo, a postura liberal de Guaracy Silveira, novamente o único evangélico eleito, desagradava a muitos: longe de se apresentar como anti-católico, este pastor fazia questão de agradecer a todos que nele votaram, reconhecendo que não se elegeria sem contar também com os votos dos não-evangélicos (Campos, 2002).

Nas décadas seguintes, uma maior organização garantiu um engajamento mais efetivo de evangélicos nas instâncias parlamentares do centro do país. A este respeito, Leonildo Campos afirma que:

“A participação mais planejada dos evangélicos na política ganhou corpo após a segunda guerra mundial, entre os protestantes históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como consequência dessas estratégias, nos anos 50 e 60 tomaram parte na política da cidade de São Paulo leigos evangélicos como Camilo Aschar e Osny Silveira, advogados, Lauro Monteiro da Cruz, médico e Carlos René Egg. Já os pentecostais demoraram um pouco mais de tempo, pois somente nos anos 60 puderam eleger os pastores Levy Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal ‘O Brasil para Cristo’, respectivamente deputado federal e estadual. Muitos desses políticos continuaram atuantes nos primeiros anos do período militar, mas surgiram outros, mais anticomunistas, alinhados ao regime militar, entre outros: Rafael Gioia Jr., Fausto Rocha e Ivan Espíndola de Ávila, os dois primeiros radialistas, de crença batista. Agora, dentro desse novo quadro, ser um ‘político evangélico’ era mais do que ser anti-católico, era preciso ser ferrenhamente anticomunista.” (Campos, 2002: 6)

Conforme ressalta este autor, o golpe militar de 1964 representa um novo marco no relacionamento dos evangélicos com o governo do país. Para entender esta aproximação, devemos lembrar que, se inicialmente apoiou o movimento que derrubou o presidente João Goulart, a Igreja Católica logo se tornou uma das maiores forças de oposição ao regime, num contexto em que a repressão sofrida por leigos e membros do clero revoltou todos os segmentos desta instituição religiosa, e não apenas suas alas mais “progressistas” e “radicais”. Urgia, então, buscar novos aliados:

“Em face da oposição católica, o Estado de exceção, privado desse apoio na sociedade civil, rompe com sua prática política de privilegiar esse grupo religioso em prejuízo dos demais, passando a costurar alianças com (e barganhar o apoio) de novos interlocutores religiosos, visando à legitimação de sua autoridade e do exercício de seu poder. Os evangélicos destacam-se entre estes aliados, tanto por seu encarniçado anticomunismo, sua inclinação pelo clientelismo, como pela ávida busca – dada sua condição de minoria discriminada – de poder, recursos, reconhecimento social e político (...)” (Mariano, 2002: 20)

Esta aproximação entre evangélicos e militares logo despertou desconfianças em parte das lideranças católicas, que prontamente retomaram teorias conspiratórias, relacionando o crescimento do protestantismo no Brasil com algum tipo de orquestração liderada por países estrangeiros, entre os quais os Estados Unidos. O fato é que o Brasil recebeu inúmeros missionários norte-americanos ao longo dos anos 60, mas a eficácia de seu proselitismo deve ser relativizada: as igrejas que mais cresceram desde então foram as pentecostais, em sua maioria lideradas e/ou fundadas por brasileiros e independentes de recursos vindos do exterior (Mariano, 2002).

Paul Freston (2001) ressalta que, malgrado esta proximidade com o governo central, não ocorreu um aumento na representação parlamentar dos segmentos evangélicos: esta permaneceu estável durante todo o regime militar (1964-85). Além disso, não havia um

posicionamento ideológico claro e homogêneo entre estes políticos, situação evidenciada pelo fato de alguns deles se vincularem a segmentos não-marxistas da oposição. Deve-se destacar, também, que a maioria destes parlamentares provinha da região Sudeste e integrava igrejas protestantes históricas.

### **Constituinte de 1986: marco do ingresso pentecostal na política**

A redemocratização iniciada em 1985 trouxe consigo a promessa de novos tempos para o Brasil. Em meio ao turbilhão de esperanças e expectativas, merece destaque especial a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que teria a responsabilidade de elaborar uma nova Carta Magna para o país. Pois é justamente este o evento que “inesperadamente mudou a face pública do protestantismo” (Freston, 2001: 19).

A Convenção Geral da Assembléia de Deus, por exemplo, decidiu, ainda em 1985, que buscaria eleger um representante em cada estado da federação. Assim, partindo de prévias internas, lançou candidatos em 18 estados, 14 dos quais foram eleitos e um, classificado como suplente, assumiu sua cadeira no parlamento posteriormente (Freston, 2001). Outras igrejas, como a Universal e a Quadrangular, também elegeram deputados federais, contribuindo para um aumento significativo na quantidade de parlamentares vinculados ao segmento pentecostal: dentre os 36 deputados evangélicos eleitos para a Constituinte, nada menos do que 20 eram pentecostais, revertendo o predomínio dos históricos neste campo de atuação. Formou-se, então, aquela que é considerada a primeira “bancada evangélica” no Congresso Nacional.

Pierucci (1996) relaciona este fenômeno com um movimento do que denomina “evangelismo conservador”, conjunto de instituições religiosas que, no período em questão, estaria buscando publicidade em dois sentidos: marcando presença na opinião pública através da mídia e participando ativamente da esfera pública política. O autor também argumenta que este ativismo evangelista se baseava numa ressonância em apelos de certos grupos populares, cujas demandas de cunho tradicionalista e moralista legitimavam sua condição de “representantes”. Assim, estes parlamentares participaram da Constituinte como advogados de uma suposta “maioria moral”, tendo posicionamentos marcantes em questões referentes a temas polêmicos, como a censura, a liberdade sexual e os direitos da mulher. Pierucci chega mesmo a sugerir que poderíamos estar assistindo à formação de uma “nova direita cristã”. De qualquer maneira, o discurso de tais evangélicos deixava transparecer uma “recusa da separação entre política e moral privada” (Pierucci, 1996:178), que revelava toda sua ambigüidade quando se percebia o quanto alguns destes crentes trabalharam para satisfazer interesses particularistas de si mesmos e de seus grupos religiosos. Cabe destacar a

existência de uma diminuta “esquerda evangélica” no interior desta bancada, a qual foi se distanciando dos demais durante o processo.

No geral, a atuação destes políticos não foi desprovida de dissensões e divergências internas, conforme sintetiza Pierucci:

“Foi uma trajetória de alianças com o poder econômico (UDR, UBE, ‘centrão’) e com o governo federal, política e materialmente vantajosa, marcada, porém, desde o início, por rupturas internas à bancada, que foram acentuando-se no percurso. O fortalecimento de pontes com o Planalto, da parte da maioria conservadora, redundaria num alargamento das fissuras com a minoria de esquerda, uma minoria, diga-se de passagem, cada vez mais escandalizada com o insaciável apetite dos crentes conservadores por benesses, verbas, cargos e concessões de emissoras de rádio e canais de TV: para suas igrejas, sim, mas também para si próprios.” (Pierucci, 1996: 189)

Os preceitos éticos dos integrantes da “bancada evangélica” também foram seriamente questionados, sobretudo considerando-se o posicionamento que assumiram em algumas das mais polêmicas votações da Constituinte. Alguns veículos de imprensa ressaltaram que a postura assumida por estes deputados em relação a proposições sobre a reforma agrária e a duração do mandato do então Presidente José Sarney, por exemplo, se definiu a partir da obtenção de recursos financeiros e benefícios como concessões de estações de rádio e televisão. Com base neste comportamento por alguns entendido como “fisiológico”, Freston (2001) sugere que, mais do que uma direita ideologicamente consistente, estes parlamentares poderiam ser classificados como integrantes de um “centro oportunista”.

Importa destacar que a Assembléia em questão, enquanto um evento que pretendia “reescrever o Brasil”, mobilizou muitas lideranças pentecostais na direção de uma nova interpretação acerca do seu próprio envolvimento na esfera pública. A Bíblia, que antes era vista como contendo em si as justificativas para o não-envolvimento com atividades políticas, passou a falar de uma necessidade dos evangélicos cumprirem com seu destino de “serem cabeça e não cauda”. Consolidou-se, a partir daí, a idéia de que “irmão vota em irmão”, uma das mais importantes palavras de ordem utilizadas nas eleições que ocorreram desde então (Freston, 2001).

### **Evangélicos nas eleições nacionais e estaduais**

As eleições majoritárias também se tornaram alvo de preocupação explícita dos evangélicos a partir do período em questão. Com a proximidade das eleições presidenciais de 1989, as primeiras com votação direta desde 1960, chamou a atenção, inicialmente, a

tentativa do então governador do estado de Goiás e integrante de uma pequena igreja não-pentecostal, Íris Rezende, conquistar a indicação daquela que era a maior agremiação política do país, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Político que tradicionalmente não dependeu do voto protestante, Rezende forjou uma nova relação com as lideranças deste segmento religioso durante sua atuação como Ministro da Agricultura. Apresentando-se como líder de toda uma comunidade, ele logo atraiu apoio de pastores e empresários evangélicos, que chegaram até mesmo a criar o “Movimento Evangélico Pró-Íris”. Assim, quando o PMDB resolveu indicar outro candidato para a disputa, a maioria dos líderes de igrejas demorou a se definir por outro postulante (Freston, 2001).

O segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, contudo, suscitou aos evangélicos a necessidade de um posicionamento mais claro. Mariano e Pierucci (1996) sugerem que a justificativa para o posicionamento dos líderes evangélicos (pentecostais em especial) neste pleito se definiu a partir de uma interpretação em que Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), era identificado como símbolo de intolerância religiosa, ora sendo vinculado aos regimes socialistas de inspiração soviética, “ateus e perseguidores do Evangelho”, ora sendo visto como representante de uma hegemonia católica, extremamente prejudicial ao avanço deste segmento religioso. Desta maneira, Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), foi o “escolhido”, pois era um “homem de Deus” que acima de tudo garantiria a manutenção da liberdade religiosa – categoria constantemente acionada nos momentos em que certas igrejas se vêem como perseguidas. Ocorreu, nesta segunda rodada do pleito presidencial, um engajamento tal na campanha deste candidato que a política foi levada para dentro dos templos, estando presente na pregação de bispos e pastores de instituições como a IURD a necessidade de “escolher bem” o próximo presidente da República. Cabe lembrar, porém, que Lula chegou a receber apoio de “setores progressistas” de algumas igrejas protestantes históricas (Mariano & Pierucci, 1996).

Posteriormente, quando emergiram inúmeras denúncias contra Collor e integrantes do seu governo, culminando com o *impeachment* do presidente, em 1992, foi necessário encontrar uma explicação para o fracasso daquele homem que teria sido agraciado com as bênçãos divinas. Neste momento, “nada mais natural do que sacar o velho e sempre eficaz argumento da ação demoníaca sobre o ser humano” (Campos, 2002: 20). Assim, jornais e programas de televisão de igrejas neopentecostais<sup>5</sup> afirmavam que Collor estaria sofrendo as conseqüências do fato de supostamente ter realizado “cultos satânicos” na Casa da Dinda, sua residência particular. Até mesmo as mortes de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha, e de Pedro Collor, irmão que denunciou à imprensa as ilegalidades supostamente cometidas

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre as distinções entre pentecostalismo e neopentecostalismo, ver Oro (1996) e Mariano (1999).

pelo presidente, estariam vinculadas as “atividades demoníacas” por ele praticadas (Campos, 2002).

Lembremos, também, que ao longo dos anos 90 foram fundadas duas importantes associações que visavam congregar diferentes denominações do campo evangélico. Em 1991 lideranças situadas no que seriam o centro e a esquerda do mundo protestante fundaram a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), inicialmente pouco representativa. Com o tempo, a entidade conseguiu atrair para suas fileiras a Convenção Geral da Assembléia de Deus, outras igrejas pentecostais de menor porte e a maioria das igrejas históricas. A Igreja Universal do Reino de Deus inicialmente aproximou-se da AEVB, mas, vendo que não teria hegemonia sobre ela, o Bispo Macedo, seu líder, resolveu fundar uma entidade concorrente. Surgiu, assim, o Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB), basicamente constituído pela IURD e pela Convenção de Madureira, dissidência da Assembléia de Deus que estava se estruturando de forma independente. Assim como a AEVB, a nova associação incorporou diversas denominações de pequeno porte, mas, além disso, obteve o grande trunfo de contar com a adesão de Nilson Fanini, presidente da Convenção Batista Brasileira e, a partir de 1995, líder da Aliança Batista Mundial. Uma das principais diferenças entre as duas associações residia no fato de que o CNPB defendia explicitamente a necessidade de aumentar o poder político das igrejas, com a intenção de ampliar o poder de barganha nas negociações com o governo e obter mais recursos para a difusão de suas mensagens religiosas (Freston, 2001).

Em tal contexto, as eleições presidenciais de 1994 serviram para explicitar publicamente as divergências entre as duas entidades. Caio Fábio, pastor presbiteriano que presidia a AEVB, ganhou considerável projeção no período, sendo, inclusive, apresentado por alguns veículos de mídia como o oposto do polêmico Edir Macedo. Na iminência do pleito, a AEVB lançou um documento intitulado “Dez Mandamentos do Voto Ético”, onde apregoava, entre outras coisas, que nenhum eleitor evangélico deveria se sentir culpado por ter posições políticas diferentes de seu pastor, cujas opiniões deveriam ser consideradas como aquelas de um cidadão comum, e não como profecias divinas. Em conseqüência, o CNPB contra-atacou, defendendo o direito do pastor adotar posições políticas e indicar candidatos aos seus fiéis e acusando Caio Fábio de estar aliado com Lula, que mais uma vez disputava a Presidência da República (Freston, 2001).

Todavia, de uma maneira geral o pleito não atraiu as atenções das lideranças pentecostais da mesma maneira que havia ocorrido em 1989. Segundo Paul Freston, esta discricção se deveria a uma série de fatores, quais sejam: “o desaparecimento do espectro do comunismo ateu; o fiasco do governo Collor; o pronunciamento da AEVB acerca do ‘voto ético’; a maior preocupação da esquerda em cortejar os evangélicos; e a falta de um candidato

anti-Lula capaz de galvanizar os protestantes como fez Collor.” (Freston, 2001: 39 – tradução minha).

Dois aspectos, entretanto, merecem ser destacados em relação ao pleito de 1994: o crescente poder político da IURD, revelado de maneira bastante evidente na polarização entre as duas associações evangélicas, e a maior preocupação de Lula em conseguir o apoio de setores protestantes. A “esquerda evangélica” aproximou-se do PT, chegando até mesmo a propor alterações ao programa de governo do candidato, em questões como liberdade religiosa, aborto, meios de comunicação de massa e homossexualismo. A Igreja Universal, por sua vez, não fez acordo oficial com nenhum candidato, como em 1989. Edir Macedo “mostrou simpatia simultânea por Orestes Quécia do PMDB e Fernando Henrique Cardoso [do PSDB], optando pelo último quando ficou claro que ele era o único candidato que poderia derrotar Lula” (Freston, 2001: 40). Além disso, esta talvez tenha sido a única igreja a retomar os clichês anti-Lula da campanha de 1989: o candidato do PT era acusado de ser comunista, ter a intenção de perseguir os evangélicos, receber o apoio da Igreja Católica e freqüentar terreiros de umbanda e candomblé para pedir ajuda aos “demônios” (Campos, 2002).

Se o apoio a Fernando Henrique foi tendência majoritária entre os protestantes, cabe ressaltar que este ocorreu de uma maneira pouco entusiástica. Paul Freston (2001) considera que esta situação é fruto da combinação de alguns elementos evidenciados no período em questão: o estilo e as convicções pessoais do próprio candidato, um renomado sociólogo que chegou a perder uma eleição para a Prefeitura de São Paulo por, dentre outros motivos, ter se confessado ateu; um certo constrangimento dos líderes religiosos em apoiar enfaticamente alguém que se supunha não crer em Deus; a origem intelectual e elitista do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pouco vinculado à realidade deste segmento religioso.

Em termos de representação parlamentar, em 1994 as urnas sagraram 30 deputados evangélicos, dos quais 19 eram pentecostais e 11 membros de igrejas históricas. Deste total, 10 integravam um dos ramos da Assembléia de Deus e 6 pertenciam à Igreja Universal (Freston, 2001).

Outros políticos evangélicos obtiveram sucessos consideráveis nestas eleições. A carioca Benedita da Silva, ex-membro da Assembléia de Deus, convertida ao presbiterianismo em meados dos anos 90, tornou-se a primeira mulher negra a se eleger para o Senado em toda a história do Brasil. Ressaltemos, contudo, que, enquanto integrante do Partido dos Trabalhadores, sua trajetória política fundou-se em militâncias que a diferenciam do “padrão sectário” da maior parte dos políticos evangélicos. Todavia, é inegável que sua identidade religiosa contribuiu para sua ascensão, sobretudo devido à sua proximidade com setores do Movimento Evangélico Progressista (MEP). O mesmo Íris Rezende que pleiteava candidatar-se à Presidência da República pelo PMDB em 1989 obteve uma das mais expressivas votações para o Senado, elegendo-se pelo Estado de Goiás. Talvez o caso mais

surpreendente tenha sido o de Francisco Rossi, que fez uma campanha fazendo forte uso de sua identidade evangélica e chegou ao segundo turno na disputa para o governo do Estado de São Paulo, obtendo 43% dos votos neste que é o maior colégio eleitoral do país. A peculiaridade deste candidato residiria no fato de ser “um político de carreira se convertendo e continuando sua carreira num novo estilo evangélico” (Freston, 2001: 44).

Os anos seguintes assistiram ao esvaziamento da Associação Evangélica Brasileira e do Conselho Nacional dos Pastores do Brasil: a primeira em virtude de uma série de incidentes em que seu líder, o pastor Caio Fábio, se viu envolvido, o segundo devido ao abandono da IURD, que, com a ampliação de sua própria força política, não viu mais necessidade em continuar servindo como pilar de sustentação para a entidade (Freston, 2001).

Em 1998 ocorreram novas eleições presidenciais, sendo digno de nota o fato dos dois principais candidatos, novamente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, terem organizado comitês agregando os evangélicos que os apoiavam. Campos (2002) assinala que, mais uma vez os protestantes se posicionaram mais favoravelmente a FHC, que concorria à reeleição graças a uma mudança constitucional aprovada durante seu governo. Entretanto, é significativo que, pela primeira vez, a IURD se mostrou um pouco mais simpática a Lula, publicando em seu jornal *Folha Universal* entrevistas e frases favoráveis ao candidato do PT. É possível que, com esta atitude, a Igreja quisesse manifestar algumas reservas em relação a Cardoso, devido a medidas desfavoráveis a ela que este teria tomado durante seu primeiro mandato. Seja como for, Campos afirma que “a IURD conseguiu estabelecer compromissos eleitorais, em diversos Estados e em nível federal, com a *entourage* do Presidente, conseguindo em troca disso barrar alguns processos que contra ela estavam em andamento na Justiça” (Campos, 2002: 24-25). A ampla vantagem que FHC apresentava nas pesquisas de opinião, indicando que sua reeleição era praticamente inevitável, não permitiu, contudo, que o apoio dos evangélicos fosse uma moeda de troca muito valorizada, deixando-os numa posição que não parecia mais vantajosa do que aquela que obtiveram no primeiro mandato do Presidente (Freston, 2001).

As eleições para o governo de certos estados, porém, se caracterizaram por uma influência mais decisiva das lideranças deste segmento religioso. No Distrito Federal, os próprios integrantes do Partido dos Trabalhadores reconheceram que o fracasso do então governador Cristovam Buarque, que pretendia reeleger-se, deveu-se, em boa medida, à sua incapacidade de manter uma boa relação com os evangélicos durante o mandato, culminando numa retomada de extremadas posturas “anti-PT” por parte de instituições como a Comunidade Sara Nossa Terra. Em São Paulo, Francisco Rossi chegou a estar à frente nas pesquisas, mas perdeu a vaga no segundo turno para Paulo Maluf, que conseguiu formar uma Frente Cristã liderada pela Renascer em Cristo. O caso mais significativo, entretanto, foi o do

Rio de Janeiro, onde tanto Anthony Garotinho, eleito governador, quanto Benedita da Silva, sua vice, eram membros da Igreja Presbiteriana. A este respeito, comenta Paul Freston:

“Garotinho teve considerável apoio entre os Batistas e a Assembléia de Deus. A brochura de seu Comitê Evangélico mostra os dois principais apelos: ‘parceria’ entre o governo do estado e as igrejas em programas sociais, e possíveis cargos no governo. De fato, em meados do primeiro ano de seu governo, um programa de assistência para famílias pobres foi levado adiante em grande medida via igrejas evangélicas, levando a acusações de favorecimento religioso. Por outro lado, havia apenas dois evangélicos em posições de importância no seu governo.” (Freston, 2001: 49)

As eleições de 1998 apresentaram, também, um aumento considerável na quantidade de parlamentares evangélicos: as igrejas deste segmento elegeram nada menos que 49 deputados, sendo dois terços vinculados a denominações pentecostais (Freston, 2001). Deste total, 17 eram ligados à IURD, sendo 14 pastores e 3 apoiados pela instituição. Deve ser destacado, também, o fato de, no pleito em questão, a Universal ter conseguido eleger nada menos que 26 deputados nas assembleias legislativas dos estados (Fonseca, 1998). No Rio Grande do Sul esta instituição elegeu os dois candidatos que apresentou – um deputado estadual e um federal –, sugerindo comprovar-se aqui o achado da pesquisa “Novo Nascimento”, realizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo a qual “os fiéis da Universal concentram seus votos (95%) em candidatos da própria Igreja” (Fernandes *et alli*, 1998:146-147).

Por sinal, a pesquisa coordenada por Rubem César Fernandes fornece alguns subsídios indispensáveis para avaliar o interesse evangélico por política. Se os evangélicos têm um baixo nível de participação cívica, se aproximando da população em geral, no que se refere à relação com os políticos os números já são bem diferentes: 2% dos “crentes” haviam se dirigido a políticos para dar sugestões, 6% para fazer pedidos e 3% para fazer reclamações, contra percentuais de 0,4%, 2% e 0,5%, respectivamente, quando se considera a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um todo. Os autores consideram que a explicação para esta diferença pode estar no fato de que os evangélicos sentem-se como tendo os “seus” representantes (Fernandes *et alli*, 1998). No mesmo sentido, a presença em comícios, “carreatas” e eventos afins é reduzida, mas a participação em discussões sobre política na Igreja é considerável, chegando a 17% entre os fiéis da IURD. Estes últimos, inclusive, se destacam pelo fato de 56% orarem por algum candidato específico, o que se deve à peculiaridade de tratar-se de uma instituição religiosa que “incorpora as eleições como uma ocasião importante para os combates da fé. (...) [e] estende a disputa religiosa para o plano político com mais evidência e naturalidade que as demais denominações” (Fernandes *et alli*, 1998:122). Entretanto, quando vislumbramos que os 27 candidatos evangélicos nas eleições

proporcionais cariocas de 1994 não representavam mais do que 8% do total e obtiveram nada menos que 13,59% do total de votos nominais, somos levados a refletir sobre a capacidade de mobilização deste segmento religioso (Fernandes, *et alli*, 1998).

De qualquer maneira, é inegável a importância do fenômeno da participação política dos evangélicos no Brasil contemporâneo. Analisando a situação, Joanildo Burity chega a afirmar que “os partidos e candidatos que não levam em consideração os grupos religiosos em seu discurso e estratégia correm sério risco de se complicarem ou inviabilizarem eleitoralmente” (Burity, 1997:46).

### **Uma “nova força” na política brasileira**

O sucesso eleitoral da IURD pode ser entendido como consequência da adoção do modelo das “candidaturas oficiais”, assim explicado por Oro:

“[A Igreja] realiza, antes das eleições, uma campanha para os jovens de 16 anos obterem seu título eleitoral e efetua uma espécie de ‘recenseamento’ de seus membros/fiéis, no qual figuram seus dados eleitorais. Tais dados são apresentados aos bispos regionais que, por sua vez, os transmitem ao Bispo Rodrigues<sup>6</sup>. Juntos deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Uma vez lançados os candidatos, usam os cultos, as concentrações em massa e a mídia própria (televisão, rádio, jornal) – de acordo com a legislação eleitoral – para fazer publicidade dos mesmos.” (Oro, 2003c: 55)

Para que possamos compreender a importância que esta instituição religiosa assumiu enquanto “força política”, considero que as negociações que culminaram na aliança entre o PT e o Partido Liberal (PL) nas eleições presidenciais de 2002 são muito significativas: é possível que os petistas não estivessem apenas buscando atrair a simpatia do setor empresarial, indicando para a vice-presidência da República o senador José Alencar, dono do conglomerado têxtil Coteminas. Mais do que isso, especula-se que haveria também um interesse, mesmo que velado, em contar com os “votos fiéis” da IURD (Fonseca, 2002). Cabe ressaltar, neste momento, que desde 1995 o anti-esquerdismo da Universal foi gradualmente sendo reduzido. Se, conforme já indiquei, antes das eleições de 1998 as reclamações contra o Governo Federal serviram como um “alerta” que levou FHC e seus aliados a fazerem concessões a IURD, garantindo seu apoio à reeleição do presidente, durante o segundo

---

<sup>6</sup> O deputado federal Carlos Rodrigues (PL/RJ) era coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus até princípios de 2004, quando teve seu nome citado numa série denúncias contra Waldomiro Diniz, então assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Visando evitar complicações, a direção da IURD resolveu afastá-lo de suas funções, tanto no âmbito político como no plano religioso.

mandato a situação foi outra. Artigos no jornal de circulação nacional *Folha Universal* e pronunciamentos do Bispo Rodrigues apresentaram diversas críticas à conduta do governo na “área social”, aproximando-se daquilo que apregoava a oposição de esquerda. Sendo uma igreja “genuinamente brasileira” que não depende de recursos financeiros do exterior, a IURD estava numa posição que a permitia questionar as multinacionais, a dependência do país em relação ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e a privatização de empresas estatais. Uma fala de Rodrigues em fevereiro de 2000, no dia do vigésimo aniversário do PT, pode ser considerada paradigmática: este deputado federal, na ocasião responsável pela coordenação política da IURD, ressaltou o quanto sua igreja anteriormente combatia o partido sem conhecê-lo, confessando que finalmente haviam se dado conta de que “lutavam pela mesma coisa”. Destacou, então, que a luta por um mundo mais fraterno e justo os aproximava, dizendo que isto explicava o fato do PL ter acompanhado o PT em 90% das votações ocorridas durante a legislatura em questão (Freston, 2001).

No primeiro turno, contudo, a Universal, assim como a grande maioria das igrejas evangélicas, apoiou Garotinho, que enfatizou bastante sua identidade evangélica durante a campanha. Este apoio ocorreu inclusive nos estados em que o PL lançou candidatos a deputado ou senador em coligação com o PT. Todavia, no segundo turno das eleições presidenciais, o PL e a IURD declararam publicamente seu apoio a Lula. Carlos Rodrigues, falando como líder político da Igreja e vice-presidente nacional do partido, anunciou que a opção por Lula se devia à esperança de que ele fizesse um governo voltado para os pobres. Garotinho, por sua vez, também declarou seu apoio ao candidato do PT, passando a atuar conjuntamente com Rodrigues como mediador junto a outras igrejas evangélicas. Assim, Renascer em Cristo, Metodista, Batista, Sara Nossa Terra e alguns pastores dissidentes da Assembléia de Deus expressaram sua opção por Lula numa reunião ocorrida dia 17 de outubro, no Rio de Janeiro. Enquanto isso, José Serra, o outro presidenciável que permanecia na disputa, conseguiu angariar o apoio das Assembléias de Deus e da Quadrangular. Cabe registrar que esta mobilização visando conquistar o eleitorado evangélico também se estendeu para os estados: no Rio Grande do Sul, por exemplo, o candidato do PT, Tarso Genro, contou, em sua campanha, com o Comitê Religioso de Apoio à Frente Popular, onde nada menos do que 36 igrejas evangélicas estavam representadas. Analisando estes fatos ocorridos durante a campanha eleitoral de 2002, Ari Pedro Oro comenta que “nunca na história republicana brasileira recente ocorreu uma aproximação tão grande entre política e religião, um interesse tão explícito e uma disputa tão aberta pelos votos evangélicos” (Oro, 2003c: 63).

Em relação à participação dos protestantes no parlamento, o jornal *Folha de São Paulo* especula que, em 2002, a “bancada evangélica” teria chegado a pelo menos sessenta deputados, dos quais 23 seriam filiados às Assembléias de Deus, 22 à Igreja Universal, oito

seriam batistas e os demais de outras denominações (matéria de 10/10/2002). Além disso, dobrou o número de senadores evangélicos: anteriormente eram dois (Marina Silva e Íris Rezende) e agora passaram a ser quatro (Marina Silva, reeleita, Bispo Crivella, Magno Malta e Paulo Otavio). O caso de Marcello Crivella, bispo da IURD eleito senador pelo PL do Rio de Janeiro, é extremamente significativo: conhecido por seus discos de música *gospel* e pelo trabalho assistencial que realiza na região Nordeste do Brasil, este jovem político obteve 3.235.570 votos, superando nomes já consagrados como Artur da Távola e Leonel Brizola, além do próprio pastor Manoel Ferreira, da Assembléia de Deus (Oro, 2003c).

### **Igreja Universal, carisma institucional e eleições municipais**

O sucesso eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus não se restringiu às eleições de âmbito nacional e estadual. No pleito municipal de 2000 esta instituição religiosa conseguiu eleger centenas de vereadores em todo o país, numa extensão bem sucedida da já referida estratégia das “candidaturas oficiais”.

Ao longo dos últimos anos, alguns pesquisadores têm se questionado acerca dos motivos do êxito político desta denominação religiosa. De certa forma, podemos dizer que esta confissão realiza uma “sacralização da política”, transformando o voto de seus fiéis num ato quase sagrado, comparável às dádivas em dinheiro, com as quais compartilha a condição de arma fundamental para “elevar e glorificar o nome de Jesus”, conquistando a prosperidade e salvação esperadas. Assim, “a Universal mobiliza na esfera política crenças, valores, símbolos, e cosmovisões do seu universo simbólico, e a partir deles produz uma ressemantização do voto” (Oro, 2003c: 59). Além disso, na busca pela compreensão do fenômeno é importante levar em conta a verificação de que na IURD prevalecem o carisma e o poder da instituição e de sua hierarquia, “clima semelhante ao que reinava na Igreja Católica antes do último concílio”, como aponta Sanchis (1994:164). Em outras organizações, como a Assembléia de Deus, por exemplo, em virtude de uma estrutura organizacional diferenciada, o carisma pessoal detém importância maior para obtenção do voto.

Oro (2001a), na tentativa de compreender o êxito eleitoral da Universal, especialmente quando comparada a outras organizações religiosas, retoma o conceito weberiano de carisma e suas apropriações feitas por autores como Bourdieu e Séguy. Importa aqui a distinção entre carisma pessoal e carisma de função ou instituição, que seria notável em igrejas fortemente institucionalizadas e hierarquizadas, nas quais a preeminência de um determinado indivíduo como profeta ou místico é fortemente hostilizada (Bourdieu, 1987). Num sentido inverso, os sujeitos devem se submeter à graça institucional e atuar respeitando as obrigações que possuem em relação à instituição possuidora do carisma. Assim, Jean Séguy é um autor que nos ajuda a entender esta “transferência”:

“(...) o carisma, na origem qualidade altamente pessoal, instável, efêmera e, por definição, intransmissível, torna-se transmissível, estável e durável, independentemente – ao menos no limite – das qualidades pessoais de seu detentor. Este último – obviamente – se propõe a reproduzir a mensagem e as exigências da instituição na qual e para a qual exerce sua função (na qual ele é, neste sentido, funcionário)” (Séguy, 1988:18 *apud* Oro, 2001a:13)

Transpondo estas considerações para o contexto brasileiro, percebemos que a IURD é uma igreja onde tanto o fundador, Edir Macedo, quanto a própria instituição possuem um carisma bastante forte, reconhecido pelos fiéis e pelos membros de sua hierarquia. Não existe, porém, muito espaço para indivíduos que se destaquem a partir de suas características ou idiossincrasias pessoais, sendo o reconhecimento da instituição fundamental para que os candidatos tenham possibilidades reais de ser eleitos:

“(...) o carisma de função se mostra preeminente sobre o carisma pessoal dos candidatos a cargos eletivos indicados ou apoiados pela Igreja. Conseqüentemente, nessa instituição não é candidato a qualquer cargo eletivo quem quer, mas quem é escolhido pela cúpula dirigente da Igreja, e o reconhecimento social que recebem, mediante a votação dos fiéis, ocorre sobretudo por serem apoiados pela instituição religiosa, mais do que por suas próprias qualidades pessoais.” (Oro, 2003a: 284)

Um dos aspectos mais interessantes indicados pela literatura é o fato de que a construção das candidaturas e da própria idéia de “representação” com a qual lidam os políticos da IURD se dá a partir de mecanismos próprios, geralmente “internos” à Igreja, como é o caso de seu jornal oficial, que possui ampla circulação nos templos:

"Se a IURD se distingue de outras igrejas pentecostais por inserir-se na esfera pública a partir de uma lógica persecutória competitiva, trazendo um novo modo de fazer política, é mister atentar para seu *modus operandi* no qual os meios de comunicação ocupam um papel específico, senão central. A hipótese com que trabalho é que este jornal não apenas revela como também opera pró-ativamente na construção das práticas eleitorais e concepções políticas da Igreja Universal do Reino de Deus. Enfocando o uso do jornal Folha Universal como instrumento de produção e reprodução de concepções políticas oficiais, pretende-se contribuir para a compreensão sociológica dessa nova força política na vida pública brasileira." (Conrado, 2000: 9)

Além do jornal, também temos a constante participação dos homens que serão selecionados como candidatos e dos políticos já eleitos e atuantes nas esferas legislativas em programas de rádio e televisão. Assim, além de “difundir a palavra de Deus”, eles usam estes espaços para divulgar suas propostas e/ou realizações, ao mesmo tempo em que mantêm um

contato mais direto com os fiéis. Um outro “mecanismo de aproximação” é a Associação Beneficente Cristã, organização assistencial em que os pastores têm uma espécie de “formação” para o contato com o povo, obtendo experiência, visibilidade e destaque entre seus companheiros.

Os resultados das eleições proporcionais no município de Porto Alegre, em 2000, atestam mais uma vez a eficiência dos procedimentos adotados pela IURD. Ressaltemos, primeiramente, que, de um total de 411 candidatos que concorriam a uma das 33 cadeiras em disputa no legislativo municipal, 17 eram vinculados a algum segmento religioso, dividindo-se entre evangélicos, católicos e afro-brasileiros. Dentre todos estes postulantes à vereança, apenas três obtiveram sucesso no pleito: os dois candidatos da IURD e um católico que, já sendo vereador, fez uso de uma articulação entre seu carisma pessoal e uma relativa proximidade com o carisma institucional da instituição religiosa à qual se filia (Oro, 2001a).

Vejamos, portanto, quem são estes sujeitos que os comentaristas políticos da capital gaúcha não deixaram de identificar como as “grandes surpresas” das eleições em questão.

### **Escolhidos por Deus, pela Igreja e pela comunidade**

Valdir Caetano é natural de São Paulo, tem 48 anos e chegou a Porto Alegre em 1996. Casado e pai de duas filhas<sup>7</sup>, é Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus desde 1999. Apresenta um programa matinal na Rádio Capital, intitulado *Nosso Tempo* e veiculado de segunda a sexta-feira. Gosta de ressaltar que a atividade radiofônica é muito importante para “travar contato com o povo”, uma vez que através do programa tem a possibilidade de atender solicitações dos ouvintes, responder suas dúvidas e saber quais são os problemas que os afligem.

Caetano conta que sua família de origem era humilde, e que exerceu a profissão de metalúrgico durante 16 anos. “*Só na Ford de São Paulo, na Ford de São Bernardo, trabalhei dez anos*”, ele relata.

Para explicar os motivos de sua dedicação à atividade política, ele começa por ressaltar a importância de sua conversão à IURD:

*“O ingresso na Igreja Universal do Reino de Deus é porque...é, a pessoa, no meu caso e no caso de todas as outras pessoas que chegam na Igreja, se pode dizer que é um vazio que a pessoa sentia, falta de algo que ela pensava que poderia ser algo material, né, e a busca*

---

<sup>7</sup> Conforme o *site* da Câmara Municipal de Porto Alegre: “Nasceu em São Paulo, à 24/11/55, filho de Gerson Caetano da Silva e Zulmira Maria de Jesus, casado com Tereza Maria dos Santos Caetano e têm as filhas Angélica e Sarah.” (Fonte: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/frames/veread/pages/valdir.htm> - acessado em 13/08/2003)

*daquela algo material fez com que ela visse que realmente não era algo material que ela precisava, e sim de algo espiritual, que é a presença dum Deus na vida dela, um Deus que é poderoso, um Deus que pode suprir todas as necessidades, né? Eu costumo dizer que as nossas coisas não são resolvidas de fora pra dentro, e sim de dentro pra fora, quando a pessoa está bem resolvida internamente, exteriormente é muito fácil.” (Entrevista com Valdir Caetano, 24/08/2001)*

O vereador não entra em maiores detalhes de quais eram os problemas que enfrentava e configuravam o “algo que faltava”. Tal exposição nos remete ao trabalho de Conrado (2000), quando este autor constata que há uma diferença importante entre os “relatos de conversão” dos “crentes” em geral e de seus representantes políticos: enquanto entre os primeiros é comum que a vida pregressa seja apresentada como carregada de desgraças e comportamentos tidos como inadequados, os segundos buscam valorizar sua trajetória anterior, tanto em aspectos pessoais como profissionais. Entretanto, é evidente que a conversão representa “um passo além”, significando o início de um período de crescentes prosperidade e felicidade.

No caso específico de Valdir Caetano, a resolução de seus “problemas interiores” foi imediatamente seguida pela incorporação a um trabalho que considera fundamental para o surgimento de sua candidatura: as atividades junto a Associação Beneficente Cristã (ABC). Como indiquei na seção anterior, tal instituição é um braço assistencial da IURD que atua junto a populações carentes, em todas as cidades nas quais a Igreja se estabeleceu. No fim das contas, é esclarecedor perceber como o próprio Caetano fala sobre o contexto que o levou a tornar-se candidato:

*“O processo não começou dentro da Igreja. O processo começou fora da Igreja devido um trabalho social muito forte, intenso, que eu faço há seis anos. Então na verdade quem começou com esse tipo de, de...de me chamarem de vereador, concorre a vereador, se eu poderia ser vereador pra poder fazer mais pela cidade, pra ajudar a cobrar o Governo Municipal, isso começou da vila, das vilas, dos bairros onde eu faço trabalho social. E, com certeza isso chegou até a Igreja, então me escolheram e eu concorri.” (Entrevista com Valdir Caetano, 24/08/2001)*

Interessante ressaltar daí que, simultaneamente à afirmação de que as “pressões da comunidade” foram desencadeadoras do processo, a última frase (especialmente o trecho “me escolheram e eu concorri”) dá a entender o reconhecimento do papel da Igreja como instituição definidora da possibilidade de que realmente viesse a participar do pleito. O trabalho que Kuschnir (1996) realizou no Rio de Janeiro nos mostra como o pertencimento do político a uma determinada comunidade, com a qual possua valores comuns, é uma das condições mais importantes para constituir a legitimidade de sua candidatura. Em tais

situações, a autora encontrou com uma certa recorrência o discurso de que as candidaturas surgiriam de uma forma um tanto quanto involuntária, correspondendo a uma espécie de mistura de dever com sacrifício por parte dos candidatos, que não poderiam desprezar as reivindicações daqueles com quem convivem cotidianamente (Kuschnir, 1996:186). De maneira similar, parece-me que Caetano tenta construir em seu discurso a idéia de que, dado o contexto em que estava inserido, era praticamente inevitável que acabasse concorrendo à vereança em Porto Alegre. Fica-se com a impressão de que os apoios e, conseqüentemente, a legitimidade para participar da disputa, vêm em dois sentidos diversos: “de baixo”, partindo da população com a qual convivia em seu trabalho social, e “de cima”, a partir da sua escolha pela Igreja, cuja “transferência de carisma institucional” e demais mecanismos para obter sucesso eleitoral através das “candidaturas oficiais” são reconhecidamente eficazes. Esta é uma interpretação excessivamente esquemática, mas que certamente nos ajuda a pensar um pouco sobre as peculiaridades que o processo de construção de legitimidade político-eleitoral pode assumir, ainda mais quando perpassado por instâncias religiosas.

De qualquer maneira, o sucesso nas urnas foi notável: Valdir Caetano, na época filiado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), obteve 10.913 votos nas eleições de 2000, constituindo-se no terceiro vereador mais votado dentre todos os que participaram do pleito daquele ano. Ainda assim, o vereador, atualmente no PL (Partido Liberal), considera que o resultado frustrou as expectativas, uma vez que diz que o trabalho foi muito bem feito e esperava uma resposta mais positiva dos “irmãos”.

Almerindo Filho nasceu em Montenegro, tem 44 anos, é casado<sup>8</sup> e possui formação profissional como Técnico Contábil. Pastor da IURD desde 1996, ministrou cultos em diversas cidades do Estado, como Dom Pedrito, Esteio e Viamão. Era responsável por uma Igreja no Bairro Tristeza desta última localidade antes de se lançar como candidato à vereança. É presidente da ASSUEC (Associação Universal dos Empresários Cristãos do Rio Grande do Sul) que, conforme indica o nome, é uma associação que congrega empresários vinculados a IURD, possuindo sede em Porto Alegre e atuando em várias cidades do interior do Estado.

Discorrendo de forma ainda mais breve que Caetano sobre seu ingresso na Igreja Universal, Almerindo explica sua entrada na política como sendo, sobretudo, uma “escolha de Deus”, que, reconhecendo seu trabalho do dia-a-dia e os valores que aprendeu a cultivar e difundir enquanto Pastor, o encarregou de mais esta missão:

*“Eu acredito que foi Deus, eu homem sem experiência, eu aprendi com o senhor Jesus a ter caráter, a ter um trabalho honesto, orar, e*

---

<sup>8</sup> Conforme o site oficial do vereador: “Almerindo da Rosa Filho nasceu em Montenegro no dia 21 de outubro de 1960, filho de Almerindo da Rosa e Talita Cardoso. É casado, há 21 anos, com Ana Maria Pacheco da Rosa.” (<http://www.almerindofilho.com.br/Perfil.asp> - acessado em 17.09.04).

*dedicar a minha vida às pessoas carentes, às pessoas viciadas, às pessoas com distúrbio espiritual, com problemas de desemprego, que as pessoas vão à Igreja, nós passamos a palavra de Deus, e elas quando crêem no senhor Jesus elas se libertam, elas mudam de vida. Então eu creio que Deus viu esse trabalho em mim e resolveu a me colocar num âmbito maior na sociedade de Porto Alegre.” (Entrevista com Almerindo Filho, 29/08/2001)*

Assim, temos aqui a concepção de um Deus que intervém diretamente no campo político, escolhendo cuidadosamente quem deve representá-lo no parlamento municipal. Esta “inspiração transcendental” é tida como a causa última da candidatura e mesmo da eleição de Almerindo, sem que isto signifique desconsiderar o fato de que seu trabalho junto aos necessitados, atuação “concreta”, não limitada à oração, seja também um fator determinante. A seguir, temos novamente o reconhecimento da importância da estrutura e da hierarquia da IURD para que a candidatura se efetive:

*“No lado material eu fui escolhido pela direção da Igreja por ser o...é difícil falar, mas tanto eu como o vereador Valdir Caetano, nós fomos escolhidos por ser, pelo nosso trabalho dentro da Igreja, né? Assim como a gente, por exemplo, como numa cidade às vezes é escolhido, numa sociedade às vezes é escolhido ‘quem nós vamos colocar de candidato? Nós vamos ter que escolher, então vamos botar aquele...’. Então foi feita uma triagem, né? A direção da Igreja escolheu nós dois.” (Entrevista com Almerindo Filho, 29/08/2001)*

Ocorreu, então, conforme as palavras do próprio vereador, uma combinação de elementos “espirituais” e “materiais” no processo que culminou na sua escolha como candidato. Diferentemente de Caetano, não há referências a exigências ou pressões por parte da comunidade onde o Pastor estava inserido. Ele fala de sua fé e do trabalho constante em prol dos desfavorecidos, mas aparentemente não exercia uma atividade de cunho assistencial mais sistemática, capaz de gerar laços estreitos com a população, como o faz Valdir Caetano. Desta maneira, mesmo que no fim das contas o “voto fiel”<sup>9</sup> tenha sido fundamental para a eleição de ambos os vereadores, me parece que, ao menos nos seus discursos e na maneira como concebem a construção de legitimidade das suas candidaturas, eles exprimem diferentes apropriações da maneira como devem se relacionar o religioso e o político. Certamente esta distinção é sutil, mas não deve passar despercebida: enquanto Caetano fala do clamor da “comunidade” seguido pela escolha da Igreja, Almerindo faz referência ao “chamado divino”, também secundado pela intervenção da instituição religiosa.

Devo deixar bem claro que através desta constatação não pretendo afirmar que um vereador seja “mais religioso” do que o outro. Entretanto, mesmo que esta análise não se

---

<sup>9</sup> Faço uso desta expressão inspirado no trabalho de Fernandes *et alli* (1998).

pretenda definitiva, considero indispensável lembrar que já na campanha eleitoral de 2000 eram notáveis algumas diferenças na maneira como os dois políticos se apresentavam, ao menos nas propagandas televisivas do Horário Eleitoral Gratuito. Oro (2001a) verificou que Valdir Caetano falava brevemente de seu trabalho social, mas não expunha nenhuma identificação religiosa específica, de forma que aqueles que não o conhecessem anteriormente não teriam como saber de sua condição de Pastor. Almerindo, por sua vez, apresentou-se como pastor evangélico, mas não esclareceu a qual denominação pertencia. As terminologias religiosas estavam pouco presentes nas duas campanhas, manifestando-se apenas em algumas poucas expressões, como o *slogan* “Fé para mudar” repetido pelo então candidato do PFL (Partido da Frente Liberal). Estamos longe de possuir uma explicação mais conclusiva acerca destas peculiaridades, pensando que tudo isto pode estar relacionado com estratégias políticas elaboradas pela direção da IURD, visando preservar seus candidatos de matérias negativas freqüentemente publicadas pela imprensa e concentrando a campanha no interior dos templos (Oro, 2001a).

Seja como for, a estratégia da IURD funcionou, pois também o Pastor Almerindo acabou sendo eleito, com a expressiva quantia de 7.645 votos. Numa avaliação diferente daquela feita por seu colega de Universal, este vereador, atualmente membro do PSL (Partido Social Liberal), gostou bastante dos resultados:

*“Para quem dois meses e meio antes não era nem conhecido em Porto Alegre, a minha campanha foi em dois meses e meio (ênfático)...e muitas pessoas da Igreja votaram em mim, eu tive muitos votos fora da Igreja, quer dizer que foi um trabalho muito forte. Às vezes a pessoa diz ‘ah, a Igreja apóia...’. Claro, o apoio da Igreja é fundamental, mas nem todos dentro da Igreja votaram em mim, foi um trabalho muito forte, um trabalho de dormir meia-noite, uma hora, teve dois dias em que nós fomos dormir 4 horas da madrugada, reunindo nossa turma, tudo, conversando, vendo o que nós ia fazer...dois meses e meio...o meu trabalho político começou dia 15 de julho, antes da eleição, foi dois meses e meio...incrível!” (Entrevista com Almerindo Filho, 29/08/2001)*

Importante notar como a atuação da Igreja, fundamental para consolidar a candidatura, agora é minimizada, não no sentido de negligenciar sua força institucional, mas sim pretendendo ressaltar a ampliação das bases sociais que o conduziram à Câmara de Vereadores. Retomando o que Caetano comentava ao avaliar seus resultados, há uma ênfase no “trabalho político” intensamente realizado durante a campanha, talvez com a intenção de dar a entender que, se é importante contar com o apoio da Igreja, isto não é suficiente por si só, sendo necessário lutar por votos de maneira similar ao que fazem todos os outros candidatos.

Enfim, mesmo que por caminhos aparentemente diferentes, a indicação e aprovação por parte da direção da IURD é o passo fundamental e indispensável para o ingresso de ambos os vereadores na política institucional, caracterizando-os como parlamentares que representam uma instituição religiosa – condição que será melhor explicada na seqüência, quando buscarmos entender que tipo de atuação se propõem a ter no cotidiano da Câmara Municipal de Porto Alegre.

## CAPÍTULO II

### “QUEM DOA AOS POBRES, EMPRESTA A DEUS”: À PROCURA DE SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DO COTIDIANO

#### Situando a Câmara Municipal de Porto Alegre

A Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) é composta por 33 vereadores, com mandatos de quatro anos. Sediada num prédio na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, no Centro da capital gaúcha, esta casa, segundo seu próprio *site* na Internet, “tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.” ([www.camarapoa.rs.gov.br](http://www.camarapoa.rs.gov.br) – acessado em 20/02/2004).

O prédio, chamado Palácio Aloísio Filho, possui três andares, por onde se distribuem os diversos serviços e setores que compõem o parlamento municipal. Para nossos interesses do momento importam, sobretudo, o plenário e os gabinetes dos parlamentares, localizados no primeiro andar.

No começo da legislatura são distribuídos os gabinetes, cabendo a cada vereador uma destas salas com aproximadamente 30m<sup>2</sup> de área. Normalmente este espaço é dividido em três ou quatro ambientes distintos<sup>1</sup>: uma pequena “recepção” onde os visitantes esperam para ser atendidos; uma ampla “área de trabalho”, cheia de computadores, mesas e arquivos, onde fica a maior parte dos assessores; e uma ou duas “salas reservadas”, dedicadas para o vereador ou algum assessor com o qual possua relacionamento mais estreito – na maior parte das vezes, seu *chefe de gabinete*. O movimento diário nos gabinetes e nos corredores é intenso, com uma circulação constante de funcionários e de pessoas procurando os vereadores para tentar solucionar demandas das mais diversas.

Os vereadores propriamente ditos não costumam comparecer na Câmara todos os dias de semana, sendo habitual encontrá-los no prédio às segundas, quartas e quintas-feiras, quando são realizadas as sessões ordinárias, nas quais ocorrem as principais discussões e votações de projetos de lei. Além disso, eles devem comparecer às reuniões semanais das comissões das quais são membros. Estes encontros não ocorrem todos no mesmo dia, variando conforme cada uma das seis comissões permanentes da CMPA<sup>2</sup>: Comissão de

---

<sup>1</sup> Na seção seguinte tentarei fornecer mais detalhes sobre cada um destes ambientes.

<sup>2</sup> No site da CMPA: “As sessões ordinárias da Câmara Municipal ocorrem nas segundas, quartas e quintas-feiras, com início às 14 horas. O período legislativo é compreendido de 15 de fevereiro a 30 de

Constituição e Justiça (CCJ), Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e do Mercosul (CEFOR), Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (CUTHAB), Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CECE), Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos (CEDECONDH) e Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM). Cada grupo destes é composto por cinco vereadores, com exceção da CCJ, integrada por sete parlamentares.

Nos gabinetes, cada vereador tem direito a sete assessores: quatro cargos em comissão (CC's) e três funcionários cedidos pela prefeitura. Em geral, os CC's são os responsáveis pelo "trabalho político" do gabinete, sendo escolhidos dentre os correligionários do vereador e quase sempre sendo filiados ao seu partido, enquanto os funcionários cedidos são mais responsáveis pelo "trabalho técnico", devido ao seu conhecimento de certas minúcias da organização burocrática dos poderes Executivo e Legislativo do Município. Todavia, não se trata de uma regra: há casos de "funcionários concursados" da Prefeitura que, tendo vínculos com certos partidos, são costumeiramente chamados para trabalhar com vereadores que integram a legenda em questão. Por fim, temos os estagiários, em número de um ou dois por gabinete, geralmente designados para funções de secretaria e recepção dos visitantes, no caso das mulheres, e envio de documentos e correspondências, no caso dos homens.

Os assessores são responsáveis por inúmeras funções políticas e burocráticas, essenciais para o funcionamento cotidiano da Câmara Municipal. Para começar, não posso deixar de lembrar que cada gabinete costuma ter ao menos dois ou três destes funcionários dedicados ao "trabalho de rua". Explicando melhor: são pessoas que raramente aparecem no prédio da CMPA, pois sua atividade primordial é percorrer a cidade, algumas vezes conjuntamente com o vereador, a fim de estabelecer contato com as "bases eleitorais", identificar problemas e reivindicações "das comunidades" e encaminhá-los para os órgãos competentes. Trata-se, portanto, de sujeitos cuja incumbência é, de uma certa forma, fornecer as informações necessárias para a elaboração das proposições do político para o qual trabalham. Já aqueles que permanecem no interior da Câmara são encarregados de lidar com questões "mais formais": basicamente manusear documentos e correspondências que circulam diariamente, atender telefonemas e responder e-mails. Todavia, há um destaque especial, da parte dos próprios informantes, para as "pessoas necessitadas" que vão

---

junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Durante o período de recesso, a Câmara poderá ser convocada, extraordinariamente, a pedido do Prefeito, do Presidente da Câmara, da Comissão Representativa e da maioria dos Vereadores. As Comissões Permanentes reúnem-se às terças e quintas-feiras, às 14 horas, e as Comissões Temporárias, pela manhã, em dia e horários variados, informados através da Agenda de Eventos da Câmara Municipal. Essas reuniões são abertas ao público." ([www.camarapoa.rs.gov.br](http://www.camarapoa.rs.gov.br) – acessado em 20/02/2004)

diretamente aos gabinetes apresentar suas demandas, que podem ir desde fichas de vale-transporte até comida, emprego e moradia.

Alguns vereadores têm assessores especializados em determinados assuntos, como economistas e advogados. Estes últimos são especialmente comuns: por vezes seu encargo é fornecer assistência jurídica para aqueles que procuram auxílio no gabinete, mas, em outros casos, sua atividade primordial é auxiliar na redação dos projetos do vereador e na leitura daqueles apresentados por outros parlamentares. Tais atribuições variam conforme o “conhecimento jurídico” do vereador ou de seu chefe de gabinete: se estes também forem advogados ou reconhecidamente souberem lidar com as minúcias do processo legislativo, a importância do assessor jurídico será menor. Seja como for, em todos os casos a palavra final é do vereador.

O cargo de *chefe de gabinete*, por sua vez, merece comentários à parte: tido como uma pessoa “de muita confiança” do vereador, ele é o grande responsável pela “administração do mandato”, liderando e atribuindo encargos e funções ao restante da equipe de assessores. Como a agenda do vereador implica em constantes visitas a locais fora do espaço da CMPA, o *chefe de gabinete* é o grande responsável pela solução de questões que demandem resposta imediata, motivo pelo qual deve ser, ao menos em tese, um grande conhecedor das idéias e concepções políticas do parlamentar. Dentre os assessores, é o único que verdadeiramente tem “acesso direto” ao detentor do mandato, sendo até mesmo responsável por muitas das idéias expostas nos pronunciamentos feitos em plenário. Frequentemente os *chefes de gabinete* relatam que sua relação com o parlamentar para o qual trabalham remete a muitos anos no passado, referindo-se a uma militância política em comum ou até mesmo a uma amizade que pode ter começado na infância. Além disso, malgrado a presença ocasional dos assessores jurídicos, se há alguém que tem a maior responsabilidade pela redação das proposições, é este “supervisor do gabinete parlamentar”<sup>3</sup>.

### **Os “gabinetes evangélicos”**

No momento em que o antropólogo pretende descrever etnograficamente um determinado espaço, é fundamental que não se atenha pura e simplesmente a uma apresentação dos caracteres e elementos físicos que lhe saltam aos olhos. Importa, também, que o etnógrafo seja capaz de demonstrar como uma determinada distribuição de objetos, uma certa divisão do ambiente conforme as atividades que ali são realizadas e as pessoas que ali podem ou não estar, dentre outros aspectos, são referidos a valores, simbolismos e representações, resultantes, em última instância, de um processo de construção social. Neste

---

<sup>3</sup> A expressão entre aspas refere-se ao nome “oficial” do cargo em questão, raramente mencionado pelos informantes. Quando o fazem, sempre é num tom de ironia e jocosidade.

sentido, considero que o trabalho de Pierre Bourdieu (1999) é uma referência fundamental: este autor, baseado em dados etnográficos coletados na sociedade cabila, busca explicitar como a organização da casa e a definição de quais atividades são mais ou menos condizentes com espaços públicos ou privados, bem como de quem pode estar presente em cada um destes momentos e lugares, é, em grande medida, decorrência da divisão entre masculino e feminino, inscrita nos *habitus* dos agentes sociais.

Vejamos, então, o que minha experiência etnográfica permite revelar sobre o local de trabalho dos parlamentares evangélicos e de seus assessores na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Desde a primeira vez em que fui ao gabinete do vereador Valdir Caetano, me chamou a atenção, ao lado dos adesivos do Partido Liberal (PL) e do pequeno informativo colado na porta, divulgando as últimas ações do referido político, uma folha de papel com a expressão “Entre sem bater!”, escrita em letras de tamanho bastante grande. No início, talvez em decorrência de algumas pressuposições que carregava sobre a política e seus agentes, fiquei bastante surpreso com uma indicação deste tipo. Em síntese, eu imaginava a Câmara Municipal como um lugar muito mais “fechado” e “restrito” à presença de visitantes externos. Todavia, após algum tempo circulando pela casa, pude perceber como este tipo de aviso é comum, estando presente em praticamente todos os gabinetes. O assunto nunca esteve presente em minhas conversas com os políticos e seus assessores, mas suponho que esta atitude tenha a ver com a idéia bastante arraigada de que o parlamento é a “casa do povo”.

Seja como for, o gabinete em questão, assim como aquele do Pastor Almerindo Filho, é composto por ambientes de três tipos, os quais, para fins descritivos, chamarei de “sala de espera”, “área de trabalho” e “sala reservada”. Vejamos, então, alguns aspectos da configuração destes espaços, sem deixar de lado especificidades inerentes à condição de “políticos religiosos” destes parlamentares<sup>4</sup>.

Logo ao entrar no gabinete de um dos vereadores-pastores, o primeiro espaço com o qual nos deparamos é uma sala de espera bastante pequena, com aproximadamente um metro de comprimento e dois de largura<sup>5</sup> e uma banquetta estofada com um material de cor preta, imitando couro. Ali, as pessoas interessadas em conversar com o vereador ou seus assessores ficam aguardando sua chamada. Nas paredes deste diminuto recinto estão afixados alguns quadros com imagens de flores e paisagens, todos contendo alguma mensagem de cunho religioso, em geral citações diretamente retiradas da Bíblia. Os temas

---

<sup>4</sup> Oro (2003b) elaborou uma tipologia diferenciando os “religiosos políticos” dos “políticos laicos”. Enquanto os primeiros “exerciam suas atividades religiosas antes de entrar na política, suas eleições se deram em razão do apoio dos fiéis de suas denominações e, atualmente, sustentam ao menos em parte sua identidade religiosa na prática política” (Oro, 2003b: 2-3 – tradução minha), os demais consideram as crenças e convicções religiosas importantes, mas não as têm como fundamentais para o exercício de suas atividades parlamentares.

<sup>5</sup> Não estou me baseando em qualquer medida mais “precisa” ou “objetiva”, apenas em percepções pessoais cujo maior objetivo é comparar os diferentes espaços do gabinete.

são variados, mas parece haver uma certa ênfase na importância do “papel missionário” dos “verdadeiros homens de Deus” – categoria através da qual os políticos evangélicos fazem questão de se apresentar para seus fiéis. O gabinete de Almerindo apresenta uma quantidade maior destes quadros, ao passo que no de Valdir Caetano as mensagens religiosas estão lado a lado com uma grande foto do vereador e uma bandeira do Partido Liberal, agremiação da qual o pastor é presidente no município de Porto Alegre. Em ambos os casos, esta sala de espera é separada da principal “área de trabalho” do gabinete por uma fina divisória de madeira, na qual há uma porta, que permaneceu aberta na maior parte do tempo em que estive nestes locais. Por sinal, nas primeiras vezes em que fui aos gabinetes os assessores pediam que eu esperasse um pouco neste “espaço intermediário”, antes de ser atendido. Após aproximadamente um ano de pesquisa, com o conhecimento mútuo já estabelecido há algum tempo, passei a ser chamado para “entrar direto”.

No gabinete de Caetano, o espaço que estou chamando de “área de trabalho” é bem maior do que a “sala de espera”, tendo algo em torno de dez ou doze metros quadrados. Todavia, praticamente todos os seus recantos são ocupados com mesas e prateleiras. Estas últimas estão presentes em quase todas as paredes, estando carregadas de arquivos, pastas e documentos diversos. Além disso, três das mesas possuem computadores, uma é ocupada pela impressora *laser* e a menor delas tem em si várias garrafas térmicas contendo água, café e chá – sempre oferecidos para os visitantes, dentre os quais não deixo de me incluir. Numa das paredes, que depois descobri ser também uma divisória, separando a “área de trabalho” da “sala reservada” do vereador, vê-se, ao lado de um mural com recados e listas de compromissos, outra grande foto de Valdir Caetano, enfocando seu rosto sorridente, à semelhança daquelas imagens que figuram nos “santinhos” distribuídos durante os períodos de campanha eleitoral. Recordo que em 2002, próximo do primeiro turno das eleições, também havia ali uma imagem de Anthony Garotinho, então candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ocasião em que obteve grande apoio das lideranças evangélicas. A única parede desprovida de murais ou cartazes é quase toda ocupada por uma grande janela, com vistas para o estacionamento no pátio da Câmara Municipal, aberta ou não conforme o clima e a época do ano. Em dias de sessão, o ambiente é preenchido pelo som dos alto-falantes do sistema interno da casa, presentes em todos os gabinetes e transmissores contínuos dos pronunciamentos que estejam ocorrendo no plenário.

Uma mesa central, maior e com algumas cadeiras ao redor, parece ser o local de trabalho preferencial de Salete<sup>6</sup>, uma senhora em torno de 45 anos que ocupa o cargo de

---

<sup>6</sup> Neste trabalho, optei por utilizar os nomes reais dos vereadores e seus “chefes de gabinete”, por se tratarem de sujeitos facilmente reconhecidos por colegas de trabalho e freqüentadores eventuais da Câmara Municipal. Para tanto, contei com a concordância dos próprios interlocutores, expressada

*chefe de gabinete* de Valdir Caetano. Muito disposta a falar sobre si mesma e seu trabalho, ela logo se tornou uma das principais informantes de minha pesquisa, me recebendo prontamente sempre que vou à Câmara. Em minhas visitas geralmente a encontrava na mesa em questão, debruçada sobre documentos que necessitam de atenção mais urgente: projetos a serem apresentados, propostas de outros vereadores na iminência de serem votadas, convites para festas e eventos, correspondências de outros políticos, reivindicações recebidas das “bases eleitorais”<sup>7</sup>, etc. Bastante solícita, Salete se tornou ainda mais interessada na pesquisa após ler um artigo de meu orientador sobre os candidatos religiosos nas eleições municipais de 2000, em Porto Alegre<sup>8</sup>. A assessora afirma ter se agradado bastante com o enfoque apresentado, segundo ela bem diferente das “críticas infundadas” que os políticos da IURD normalmente sofreriam na imprensa. Assim, após aproximadamente um ano de visitas relativamente freqüentes, tornou-se habitual Salete me convidar para sentar numa cadeira e “bater papo” por algum tempo – período este que pode ser desde alguns poucos minutos até pouco mais de uma hora. Nestes momentos ela não abandonava totalmente suas atividades, por vezes mexendo em alguns papéis ou designando atividades para os outros funcionários, sem, com isso, interromper a conversa por muito tempo.

Nas proximidades de uma das paredes laterais estão posicionadas duas mesinhas de computador, cada uma delas ocupadas por uma funcionária. Fernanda e Pâmela são as duas “secretárias”, que pareciam estar enfrentando um ritmo de trabalho bastante intenso em todos os momentos nos quais estive no gabinete. Frequentemente Salete solicitava que uma delas fosse fazer cópias *xerox* ou entregar documentos num determinado setor da Câmara, enquanto, no tempo restante, as duas moças, aparentemente em torno dos 20 a 25 anos de idade, estavam digitando correspondências e cuidando da mala-direta e dos demais cadastros mantidos pelo gabinete. Também é sua responsabilidade atender ao telefone, encaminhando para Salete as ligações que digam respeito a assuntos como pedidos de empregos, moradia e auxílios financeiros, assim como os questionamentos de pessoas interessadas em obter informações sobre o PL. As assessoras relataram que, sendo Valdir Caetano presidente do diretório municipal do partido, os materiais referentes a Porto Alegre foram transferidos da sede, no Centro da cidade, para o gabinete, uma vez que os funcionários “*não estavam dando conta da quantidade de pedidos de filiação vindos de todo o Estado*”.

Todas as três assessoras são fiéis da IURD, o que, se não fosse pelo fato de relatarem a importância de sua conversão e do momento em que conheceram o vereador (outrora apenas “pastor”, como fazem questão de enfatizar), tornar-se-ia perceptível “nas entrelinhas” de

---

durante nossos diálogos em campo. Por outro lado, utilizarei pseudônimos ao me referir aos demais assessores, com a intenção de preservar suas identidades e sua privacidade.

<sup>7</sup> Conforme apreendo do discurso destes sujeitos, as “bases eleitorais” são identificadas com os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, havendo uma especial ênfase na população das vilas nas quais Valdir Caetano “faz trabalho social” já há alguns anos.

<sup>8</sup> Refiro-me a Oro (2001a).

nossos diálogos, sobretudo através de referências aos textos bíblicos e comentários onde expressões como “*a nossa Igreja*” são bastante recorrentes.

Saete fala muito mais do que as demais, talvez em virtude de sua posição privilegiada, que a situa como hierarquicamente “superior” delas. Entretanto, sempre dialogamos na frente das duas jovens, sem que a *chefe de gabinete* demonstrasse pretender ocultar delas algum dos fatos que me relatava. Inclusive, era comum ela trazer Fernanda e Pâmela para a conversa, as incentivando a contar algum “causo” ilustrativo do assunto em questão, o que é especialmente freqüente quando estávamos falando sobre as pessoas que encaminham pedidos diversos para o vereador. Assim, fiquei sabendo de histórias que vão desde a menina do interior do Estado que mandou uma carta explicando os valores das mensalidades de sua faculdade e pedindo que o vereador pagasse tudo até o caso da simpática velhinha que, não conseguindo se sustentar apenas com a aposentadoria, visita a Câmara diariamente para vender salgadinhos nos gabinetes.

Após algum tempo de pesquisa, os momentos em que sentava para conversar informalmente com Saete se tornaram reveladores da intimidade existente entre ela e as duas assessoras: muitas vezes, enquanto escutava atentamente “causos” como estes que acabo de referir, fui surpreendido por rápidos diálogos, trocas de olhares e risadas que faziam pouco sentido para mim. Posteriormente, me dei conta de que se tratava de comentários jocosos, tanto sobre fatos ocorridos no cotidiano do parlamento, tais como “pedidos estranhos”, apelidos do vereador ou dos assessores que o acompanham no “trabalho de rua” e o comportamento de algum funcionário de outro gabinete, quanto sobre situações familiares ou pessoais delas mesmas. Tais comentários, mesmo sendo feitos com bastante discrição, parecem ser, conjuntamente com um pôster do time de futebol para o qual as três funcionárias “torcem” (“S.C. Internacional – Tricampeão Gaúcho 2004”) e o rádio sintonizado numa estação FM, elementos empregados para construir uma noção de “familiaridade” com aquele local de trabalho. A própria Saete, inclusive, por vezes deixou bem claro como considerava importante “descontrair”, pois esta seria a única maneira de conseguir lidar com “todas as dificuldades” com as quais se defrontam cotidianamente.

A principal peculiaridade do gabinete de Almerindo Filho, quando comparado ao de Caetano em termos de organização do espaço físico, diz respeito ao tamanho da “área de trabalho”, menor em virtude da existência de duas “salas reservadas”, ao invés de apenas uma. Esse espaço compartilhado pelos assessores, todavia, possui características similares àquele que acabamos de descrever: possui três mesas para computador, sempre ocupadas pelos assessores, e uma mesa menor onde está instalada a impressora. Como a área é reduzida, há uma maior proximidade entre as pessoas que ali trabalham, de forma que Flávia, Paula, Renato e Marco, assessores do vereador do PSL, parecem “bater papo” entre si com mais freqüência do que pude verificar entre aqueles que trabalham com o líder do PL.

Flávia, assessora de 22 anos, Paula, 21 anos, estagiária recém contratada e Renato, “auxiliar parlamentar”<sup>9</sup> com aproximadamente 45 anos, são os mais animados, inclusive porque Marco, motorista a serviço do vereador, passa boa parte do tempo deslocando-se pela cidade, acompanhado ou não pelo parlamentar<sup>10</sup>. Gracejos, piadas e brincadeiras são freqüentes, de tal maneira que, durante uma de minhas visitas, Paula fez questão de enfatizar o quanto se distancia de uma certa visão vigente no senso comum acerca dos fiéis de igrejas evangélicas: “*As pessoas acham que a gente é sério demais, que só se veste de um jeito, que não brinca... Não é assim não! A gente ouve música, conta piada, se diverte!*”.

Esta interação estende-se até a primeira das “salas reservadas”, situada logo ao lado deste espaço ocupado pelos assessores. Há uma porta separando os dois ambientes, mas esta, assim como aquela que separa a “sala de espera” da “área de trabalho”, raramente esteve fechada durante minhas visitas ao gabinete. Nesta sala, em cujas paredes se distribuem grandes prateleiras guardando papéis e arquivos dos mais diversos tipos, semelhantes àqueles visíveis na “área de trabalho” dos assessores de Valdir Caetano, fica Cláudio, homem com um pouco mais de 40 anos, bastante disponível, atencioso e, principalmente, disposto a atender os visitantes do gabinete, que vão desde pessoas solicitando bens e serviços até jornalistas e pesquisadores como eu e meu orientador. *Chefe de gabinete* de Almerindo Filho, Cláudio é formado em Administração de Empresas e possui uma especialização em Ciência Política. Dedicado à expansão do PSL, pequeno partido ao qual o pastor-vereador se filiou após abandonar o PFL (Partido da Frente Liberal), está sempre disposto a falar sobre seu trabalho na Câmara e os planos políticos da IURD em geral e de Almerindo em particular. Cláudio está constantemente interagindo com os demais assessores: é comum vê-lo circular entre sua sala e a deles, seja encaminhando solicitações do vereador ou demandando algum serviço, seja simplesmente participando das conversas mais informais. Algumas vezes, quando Almerindo não está presente e há a visita de alguma pessoa com a qual pretende conversar com mais privacidade, ou quando precisa realizar uma ligação telefônica mais sigilosa, o *chefe de gabinete* vai até a sala do vereador e trava este diálogo a portas fechadas. Entretanto, mesmo nestes momentos é comum que sua sala permaneça aberta e disponível para os demais assessores.

Considero que a observação do relacionamento entre os assessores, em ambos os gabinetes, pode nos remeter às proposições de Simmel, que, conforme nos apresenta Gilberto Velho (1989), chamava a atenção para o fato de que em todos os tipos de associação a sociabilidade, enquanto forma lúdica, estava presente:

“(...) acima e além de seu conteúdo específico, todas essas associações estão acompanhadas por um sentimento positivo, por uma satisfação

<sup>9</sup> Designação oficial de seu cargo, através da qual faz questão de se identificar.

<sup>10</sup> No gabinete de Valdir Caetano, esta função é ocupada pelo assessor André.

pelo próprio fato de estar associado a outros e de a solidão do indivíduo ser resolvida através da proximidade, da união com outros." (Simmel, 1971, p. 128 *apud* Velho, 1989, p. 13)

No caso em pauta, conforme sugeri anteriormente, penso que os elementos de informalidade e, até mesmo, jocosidade nas interações cotidianas constituem uma maneira através da qual estes sujeitos buscam tornar mais “descontraído” e “suportável”<sup>11</sup> um cotidiano de trabalho que, como procurarei demonstrar na seção seguinte, muitas vezes lhes aflige pela necessidade de encontrar soluções para os inúmeros “problemas” que lhes são apresentados<sup>12</sup>.

Os vereadores propriamente ditos, como indiquei anteriormente, não permanecem muito tempo no gabinete, estando lá efetivamente nos dias em que ocorrem sessões e/ou reuniões das comissões permanentes das quais fazem parte. Nesses dias em que estão na Câmara, ficam praticamente todo o tempo circulando entre o plenário ou a Sala da Comissão e seu gabinete, onde recebem as pessoas interessadas em lhe fazer pedidos, propostas ou sugestões. Conforme os assessores, durante as manhãs os vereadores estão “nas comunidades”, mantendo contato com suas bases eleitorais. Valdir Caetano, além disso, ao meio-dia apresenta o programa *Nosso Tempo*, na Rádio Capital.

As “salas reservadas” ocupadas pelos vereadores são bastante diminutas, sendo apenas um pouco maiores do que as “salas de recepção”, referidas anteriormente. Ali dentro não há nada além da mesa do vereador, com um exemplar da Bíblia e fotos da esposa e dos filhos, ao lado de vários papéis, documentos, canetas e cartões de visita. Trata-se de mesas maiores e aparentemente mais requintadas do que aquelas da “área de trabalho”, fato perceptível a partir de uma rápida observação do acabamento da madeira na qual são talhadas. De maneira similar, as cadeiras de Caetano e Almerindo são bastante “volumosas”, estofadas com um material que se assemelha ao couro. Justamente devido ao seu caráter de “reservado”, este ambiente parece ser o menos freqüentado do gabinete, sendo que, na maioria das vezes, além dos visitantes recebidos pelo vereador, apenas os *chefes de gabinete* parecem ter mais liberdades para ali entrar. Penso ser importante ressaltar também que, além dos telefonemas de pessoas em busca de soluções para seus “problemas”, os chamados de Valdir Caetano e Almerindo Filho parecem ser os únicos capazes de fazer com que os assessores interrompam nossas conversas informais. Fica-se com uma impressão de que o

---

<sup>11</sup> Faço uso, aqui, de dois termos empregados pelos próprios informantes.

<sup>12</sup> Não pretendo, de forma alguma, afirmar que tal situação seja peculiar aos evangélicos, ou às pessoas envolvidas com a atividade política. Intenciono, apenas, na esteira dos pesquisadores dedicados à realização de uma *antropologia da política*, evidenciar como, na tentativa de compreender os fenômenos políticos em nossa sociedade, há uma grande importância em voltar nossas atenções para aspectos que as análises tradicionais, normalmente preocupadas com as instituições e muitas vezes permeadas por uma certa concepção acerca da racionalidade dos agentes sociais, costumam deixar de lado.

tempo do político é tido como exíguo e precioso, de tal forma que seus pedidos devem ser atendidos o mais rapidamente possível para que tudo continue funcionando com eficiência.

### **Religião e dinheiro: tentando entender a “necessidade de ajudar”**

As representações de igrejas e agentes religiosos acerca do dinheiro têm sido objeto das investigações de sociólogos, antropólogos e historiadores voltados para os mais diversos contextos de pesquisa. Ao meu ver, a riqueza destas análises reside, em grande medida, numa percepção da importância cultural deste instrumento de trocas, cuja análise é crucial para a compreensão do desenvolvimento da sociedade ocidental.

Jacques Le Goff (1989), por exemplo, demonstra de que maneira certas mudanças na Igreja Católica e em sua relação com a sociedade acarretaram o surgimento da idéia de um purgatório, espaço intermediário entre o paraíso e o inferno no qual os sujeitos cujos pecados não fossem excessivamente graves poderiam permanecer antes de ser dignos de ascender para os céus. Isto se torna interessante quando atentamos para o fato do autor focar as inter-relações entre os campos religioso e econômico da realidade social, sem necessariamente colocar um deles como determinante da configuração do outro. Assim, podemos verificar como adaptações mútuas permitiram que os usurários, outrora condenados à danação eterna, ganhassem meios de obter a salvação, em boa parte condicionada pela possibilidade de restituir aqueles recursos que teriam obtido através de “exploração abusiva” durante sua vida. Desta maneira, estariam entrando num acordo com os ideais de caridade apregoados pela Igreja, fazendo jus à condição de “homens de Deus”. Entretanto, a “salvação definitiva” somente viria com o “auxílio terreno” das preces e penitências da esposa e de outros familiares vivos.

Seja como for, ao nos voltarmos para o estudo da relação que integrantes de igrejas pentecostais possuem com o dinheiro, não podemos deixar de fazer uma referência, mesmo que breve, ao clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber (2001). Considero importante ressaltar que nesta obra fundamental para as Ciências Sociais, o autor está bastante preocupado em diferenciar-se das análises de base economicista, chegando até mesmo a deixar implícitas em seu texto críticas ao materialismo histórico de Karl Marx. Neste sentido, longe de uma compreensão do sistema econômico como estrutura dotada da capacidade de determinar “fenômenos superestruturais” (dentre os quais a religião poderia ser enquadrada), temos, na obra weberiana, uma tentativa de esclarecer as afinidades eletivas entre esferas distintas da sociedade. Na obra em questão, a ênfase está no relacionamento entre a religião e a economia, sendo notável a interpretação de que o protestantismo e o capitalismo moderno seriam um tanto quanto complementares, apregoando valores e padrões de comportamento que favoreceriam um ao outro. Neste sentido, analisando o

desenvolvimento de certas concepções religiosas que valorizariam uma atitude ascética frente ao mundo, o autor afirma que:

“(…) a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e mais evidente prova de redenção e de genuína fé, deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão desta atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo.” (Weber, 2001: 124)

As análises de Weber podem servir como convites para uma reflexão acerca do fenômeno da expansão pentecostal no Brasil. Neste sentido, o trabalho de Oro (1992), sobre as representações do dinheiro entre fiéis e dirigentes de algumas igrejas deste segmento religioso, torna-se especialmente interessante. No texto em questão, ao mesmo tempo em que intenciona desvendar os significados que estes agentes dão ao dinheiro, o autor pretende identificar quais mecanismos são postos em prática pelas lideranças para obter doações financeiras de uma forma relativamente bem sucedida. A partir de entrevistas e da observação de cultos, Oro sugere que a valorização das ofertas financeiras está calcada em idéias já presentes no protestantismo calvinista, sobretudo aquelas que qualificam o sucesso econômico – e, conseqüentemente, a possibilidade de doar – como “sinal de graça divina e de salvação eterna” (Oro, 1992: 37). Ao mesmo tempo, esta salvação é buscada individualmente, através de um ascetismo de conduta pessoal. Por outro lado, o autor entende que devemos compreender o sucesso destes pastores através da inserção de seus pedidos num sistema de trocas bastante peculiar:

“Talvez a motivação mais importante para a realização de ofertas resida no fato de que elas se inscrevem na lógica da reciprocidade. Considerando, por princípio, que nada se obtém gratuitamente, nem mesmo em relação ao sobrenatural, e que o dinheiro constitui o bem mais significativo para selar esta relação, a doação financeira é percebida como a mais importante forma de retribuição pessoal em troca de uma graça recebida ou um gesto que visa forçar a divindade a atender a uma demanda, isto é, aceitar a oferta para reverter em benefício do próprio ofertante.” (Oro, 1992: 37-38)

Ricardo Mariano (2003a), por sua vez, relaciona esta valorização particular do dinheiro por parte de alguns segmentos evangélicos, em sua pesquisa representados pela Igreja Universal do Reino de Deus, com a adoção de preceitos da chamada “Teologia da Prosperidade”. Esta corrente teológica, originalmente divulgada pelos televangelistas americanos, difunde a crença de que os cristãos têm o direito à prosperidade material e a uma vida abundante já “neste mundo”, lhes cabendo ser capazes de tomar posse de tais bênçãos. Para tanto, é necessário colocar em prática a “fé sobrenatural”, através de confissões

públicas das benesses concedidas por Deus a seus “servos fiéis” e da disposição em se tornar “sócio da obra do Senhor”, contribuindo com o que for necessário para a manutenção financeira de sua casa, a Igreja (Mariano, 2003a: 242). Pensando nas especificidades do caso brasileiro, Mariano considera que:

“Parte considerável da resistência que a Universal enfrenta, inclusive no meio evangélico, como frisamos, decorre do fato de encabeçar a difusão da controversa Teologia da Prosperidade, que relegou a segundo plano tradicionais crenças e valores pentecostais. Mudança que se observa em vários aspectos. Se antes não representava nem virtude cristã nem veículo de redenção, a pobreza material passa de repente a ser associada à falta de fé e à insubmissão aos desígnios divinos. O rigorismo ascético e o apego ao penoso caminho estreito da salvação, por sua vez, vêm-se superados em boa medida pela exaltação da riqueza, pelo estímulo ao desejo de fruição de bens materiais e pelo enaltecimento da bem-aventurança neste mundo.” (Mariano, 2003a: 257)

Este é, portanto, o contexto sócio-cultural a partir do qual abordarei as peculiaridades da relação dos vereadores evangélicos porto-alegrenses com os pedidos que lhes são feitos pela população.

### **Muitos pedidos, poucos recursos**

Ao longo desta pesquisa, incluindo-se aí as primeiras visitas a CMPA que fiz durante meu curso de graduação, a disponibilidade de recursos limitados para os gabinetes sempre apareceu como uma grande preocupação destes políticos. Isto, evidentemente, reduz as possibilidades de resolver os “problemas” da população.

Os integrantes das equipes de trabalho dos dois vereadores são enfáticos ao manifestar sua preocupação com as “dificuldades” e “carências” que enfrentam em decorrência desta situação. Salete, questionada sobre seu cotidiano no interior da Câmara, comentou:

*“É um trabalho bem difícil, na medida que a gente não tem recursos pra atender todas as demandas. Nós não temos recursos como gabinete e recursos como Casa. E as pessoas que nos procuram aqui, elas, poucas vem sugerir um projeto, vem sugerir alguma coisa pra cidade, porque as pessoas pensam que vereador tem condições de te dar um emprego, de te dar uma ajuda financeira, então eles vem pedir cesta básica, eles vem pedir vale-transporte, o que mais vem pedir é vale-transporte-” (Entrevista com Salete, 27/06/2003)*

Neste mesmo sentido, Cláudio comenta que *“a condição dos vereadores é muito pequena em Porto Alegre, mesmo sendo capital a condição é muito pequena, o que inviabiliza uma série de coisas”* (Entrevista realizada em 16/12/2003).

Este entendimento de que os gabinetes estariam numa situação de “precariedade” se baseia numa comparação do montante de recursos disponibilizados mensalmente para cada vereador na CMPA com a realidade de outras instituições semelhantes no Brasil. Segundo os próprios informantes, em São Paulo, por exemplo, cada parlamentar recebe cerca de 80 mil reais por mês para investir em “trabalhos sociais”, da maneira que considerar mais satisfatória. Mesmo sem ter condições de obter detalhes acerca da sistemática adotada na capital paulista, pude perceber que, no mínimo, a “cota” dos políticos porto-alegrenses é muito menor: além de se limitar a aproximadamente 7 mil reais, tal quantia não vem em “dinheiro vivo”, mas sob a forma de “créditos” que podem ser empregados em “despesas internas” de custeio do gabinete, tais como contas telefônicas (incluindo-se aí os aparelhos celulares), fotocópias, material de escritório e postagem de correspondências.

Em contraposição a esta necessidade de uma administração das finanças calcada numa certa racionalidade burocrática teríamos uma representação vigente no senso comum, atribuindo aos vereadores a posse de recursos bastante amplos, sempre disponíveis para “ajudar quem precisa”. Este fato é, inclusive, constatado pelos assessores, que o levam em consideração ao avaliar as motivações daqueles que buscam no gabinete a resolução para seus *problemas*:

*“A maioria das pessoas acham que a Câmara, os gabinetes têm uma verba à disposição, e que essa verba é realmente pra fazer trabalhos sociais. Essa percepção, ela não é de todo errada, ela não surge do nada...existe algumas Câmaras, de outras capitais, que tem isso. (...) Então as pessoas acham que a gente tem essa verba, na verdade essa verba não existe. O número de pessoas que vem aqui, essa época do ano, dezembro, então, é terrível... tem pessoas que, dos mais determinados pontos de Porto Alegre, das mais determinadas situações...”* (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)

Temos aqui, portanto, uma valorização das pessoas que apresentam suas demandas ao gabinete: elas não estariam completamente enganadas, uma vez que a tal verba para “gastos sociais” existe em outras localidades. Todavia, a consequência disso é um acúmulo considerável de trabalho para os assessores, continuamente em busca de soluções para as dificuldades que lhes são apresentadas. Ao mesmo tempo, penso estar implícito nesta fala de Cláudio um entendimento de que a impossibilidade de “atender a todos” evidencia uma situação de escassez financeira que coloca os vereadores porto-alegrenses numa desvantagem em relação aos colegas de outras capitais.

### **Os pedidos: visitas, telefonemas, cartas e e-mails**

Observando a dinâmica interna dos gabinetes, pude perceber que o recebimento de pedidos e a busca por soluções para os mesmos ocupam grande parte do tempo dos assessores que ali trabalham. Os meios através dos quais estas demandas chegam são os mais diversos, envolvendo cartas, telefonemas, e-mails e visitas pessoais.

As *ligações telefônicas* parecem ser o recurso mais utilizado. Todas as vezes que estive realizando entrevistas ou conversando informalmente com vereadores e seus funcionários, nosso diálogo foi interrompido, mesmo que brevemente, para que meu interlocutor atendesse alguma ligação ou pelo menos indicasse à pessoa que estava com o telefone qual o procedimento a se tomar no momento. São apresentadas, em tais casos, solicitações das mais diversas, abarcando desde pedidos de dinheiro para comprar passagens, remédios ou comida até apelos para que o vereador faça alguma coisa para ajudar a libertar algum parente preso injustamente.

Todos os funcionários atendem esses telefonemas, inclusive porque os gabinetes possuem três linhas destinadas para o atendimento ao público funcionando simultaneamente. Todavia, em geral a ligação é passada para o *chefe de gabinete*, pois, como já indiquei, este é visto como a pessoa mais próxima do vereador, supostamente conhecendo seu pensamento e as peculiaridades de sua prática política. Em alguns casos, bastante raros, o próprio vereador, se estiver presente e disponível, pode ele mesmo atender ao telefone e conversar com o solicitante.

As *visitas pessoais* não são tão freqüentes quanto as ligações telefônicas, mas, justamente por se caracterizarem numa interação face-a-face entre os políticos e o “povo”, recebem uma atenção bastante especial. Os assessores afirmam receber no mínimo umas dez pessoas a cada dia, e lamentam não poder atender a todos da mesma forma. Cabe ressaltar que muitas destas visitas são previamente marcadas pelo telefone, para que seja possível “conversar melhor” sobre um *problema*. O pedido para conversar pessoalmente pode partir tanto daquele que procurou o gabinete quando do vereador e de seus assessores. Algumas das vezes em que agendei horário para entrevista e cheguei mais cedo ao gabinete, cruzei com pessoas saindo destas “audiências”<sup>13</sup>. São, na sua grande maioria, homens e mulheres vestidos de uma maneira bastante simples, convergindo com a imagem de “necessitados” que os vereadores fazem questão de ressaltar.

A quantidade de *cartas* que chegam aos gabinetes é bastante reduzida, dificilmente ultrapassando o número de dez por mês, conforme relatam os assessores. Escritas à mão ou datilografadas, estas missivas quase sempre vêm acompanhadas por documentos e/ou

---

<sup>13</sup> Este é o termo utilizado por alguns assessores para se referir a estes encontros entre o parlamentar e pessoas “do povo”.

recortes de jornal que visam ilustrar a narrativa de quem está pedindo ajuda ao vereador. Justamente por isso, demandam uma leitura bastante cuidadosa, que envolve não somente o trabalho do *chefe de gabinete*, mas também o de algum outro funcionário, treinado para executar uma “triagem” com a intenção de classificar e categorizar as correspondências. Os pedidos que chegam por este meio também são diversificados, mas há uma peculiaridade em relação às visitas e aos telefonemas: os assessores contam que grupos organizados, como associações de bairro e clubes de mães, preferem comunicar-se pela via impressa.

Por fim, os *e-mails* constituem um meio-de-comunicação bastante utilizado para pedidos de empregos, sendo comum o recebimento de inúmeros currículos a cada dia, havendo, por vezes, pedidos explícitos para que este material seja encaminhado para as agências com as quais o gabinete se relaciona. Similarmente ao que ocorre com as cartas, estas leituras e encaminhamentos são responsabilidade do *chefe de gabinete* e de algum outro assessor. Entretanto, ao que parece estes pedidos não são vistos como os mais problemáticos, pois, mesmo que cheguem numa grande quantidade, os meios eletrônicos agilizam sua resolução.

### **Igreja, pedidos e dinheiro**

O pertencimento à Igreja Universal do Reino de Deus, como já indiquei, é fundamental na constituição de uma “identidade política” para Almerindo Filho e Valdir Caetano. Todavia, indagados sobre as razões de seu ingresso na atividade parlamentar, ambos os vereadores chegaram a sugerir que a IURD não precisaria da política para obter recursos financeiros. A intenção seria, de uma certa forma, fazer do espaço do Parlamento uma extensão do púlpito onde o pastor prega a “palavra de Deus” para seus fiéis. Como consequência desta imagem que eles mesmos fazem questão de construir, estes vereadores são constantemente identificados por seus colegas de parlamento, pela imprensa e pelo “povo” como “religiosos políticos”, o que traz peculiaridades aos pedidos feitos em seus gabinetes. O próprio fato de usar a expressão “pastor” no seu “nome parlamentar”<sup>14</sup> já é capaz de trazer alguns “problemas”:

*“Cláudio: O que nos dificultou muito, de certa forma, é que, diferente do Pastor Valdir Caetano, que usa...nós tivemos que mudar até o nome parlamentar do vereador. O Pastor Valdir Caetano sempre usou Valdir Caetano, no início, nos primeiros dois anos, o Pastor Almerindo usava ‘Pastor Almerindo’ como nome parlamentar.”*

---

<sup>14</sup> “Nome parlamentar” é a designação utilizada pelo vereador nas correspondências e documentos oficiais da Câmara Municipal. Em geral, este é o mesmo nome através do qual o político é conhecido por seus eleitores, ou seja, aquele utilizado durante as campanhas eleitorais. Interessante notar que “apelidos” ou qualificativos referentes à atividade profissional do sujeito podem estar presentes. Em Porto Alegre, exemplos significativos são “Zé Valdir”, “Professor Garcia” e o próprio “Pastor Almerindo”.

*Marcio: É o que tá na porta.*

*Cláudio: É o que tá na porta. Nós tivemos que mudar, nós mudamos pra Almerindo Filho o nome parlamentar dele, mas a porta continua e a gente sabe assim de casos de pessoas que são até mesmo encaminhadas por outros gabinetes, até. (...)" (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Teríamos, portanto, um aumento significativo na quantidade de pessoas “encaminhadas” ao gabinete, pelo simples fato do vereador ser explicitamente identificado como pastor evangélico. No caso em questão, aparentemente houve uma tentativa de “amenizar” tal situação, alterando-se o “nome parlamentar” para “Almerindo Filho”. Não tenho condições de afirmar se os resultados de tal mudança foram significativos, mas é certo que a permanência da expressão “pastor” na porta do gabinete não pode ser desconsiderada. O “encaminhamento” feito por outros gabinetes pode ser visto, portanto, como um sinal do quão extremada pode ser esta “atração” ocasionada pelas representações existentes em torno das atividades de um pastor evangélico. Prosseguindo nesta mesma direção, devemos levar em conta uma série de crenças que existiriam acerca da IURD e seus recursos financeiros:

*“Muitos até encaminham e pegam aquela idéia assim: ‘vai lá que ele é da IURD, eles têm muito dinheiro, vai lá que eles te conseguem’. E eu não vou te dizer que a gente não consiga, muita coisa a gente consegue, mas não é porque a gente tem dinheiro, é porque a gente tem uma preocupação com essas pessoas realmente, e outros gabinetes não têm (...)" (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

A fala de Cláudio traz duas questões fundamentais. Por um lado, manifesta preocupação com uma visão que o senso comum teria sobre o dinheiro possuído pela Igreja, visão esta que poderia ser interpretada como decorrência de matérias jornalísticas bastante difundidas durante os anos 90 acerca dos procedimentos peculiares adotados por esta denominação para acarretar fundos e de uma expansão bastante visível na paisagem das grandes cidades, sobretudo com a construção de grandes “catedrais da fé” nas capitais<sup>15</sup>. Por outro lado, o assessor reafirma a importância de “ajudar aos necessitados”, com a particularidade de, neste momento, considerar esta atitude como algo que diferencia os vereadores evangélicos dos demais.

No meu entendimento podemos vislumbrar esta ênfase na assistência social como fruto da imbricação de algumas características marcantes da política e da religiosidade brasileiras. Marcos Otávio Bezerra (1999), analisando a atuação de deputados federais e senadores no Congresso Nacional durante a elaboração do Orçamento da União, percebeu que o atendimento dos “pleitos” apresentados pelas “bases eleitorais” é fundamental para que

<sup>15</sup> A respeito do crescimento da Igreja Universal no Brasil, ver Mariano (2003b).

a atuação destes parlamentares seja avaliada positivamente. Isto porque, agindo desta forma, estariam em conformidade com uma lógica de reciprocidade que transcende as trocas materiais, propiciando o estabelecimento de vínculos morais com apoiadores, partidários e a “população em geral”. Karina Kuschnir (2000), por sua vez, demonstra, em sua pesquisa sobre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como a “obrigação de atender” é decorrência da necessidade dos políticos de reafirmar constantemente seu prestígio perante as “comunidades” às quais estão vinculados. Ao mesmo tempo, Maria das Dores C. Machado (2003) relaciona a crescente ênfase nas “ações sociais” com as estratégias expansionistas adotadas por igrejas pentecostais e neopentecostais a partir de década de 1990. Em relação ao caso específico da IURD esta autora argumenta que:

“(…) o cuidado sistemático da liderança dessa denominação na divulgação de suas ações sociais é uma decorrência da necessidade de criar um mecanismo de legitimação para o grupo, mas que certamente tem a ver também com a conjuntura sociopolítica do país.” (Machado, 2003: 304)

Neste sentido, penso que o ingresso na política institucional abre novos e importantes canais para os líderes evangélicos, lhes possibilitando o contato com alguns traços importantes da cultura política brasileira, como o clientelismo e o corporativismo. Todavia, seguindo o conselho de pesquisadores como Bezerra (1999) e Kuschnir (2000), considero importante relativizar o emprego destas categorias, comumente utilizadas tanto no senso comum como nos trabalhos acadêmicos. Assim, torna-se fundamental atentarmos para uma distinção que os atores sociais em questão fazem entre os espaços da Câmara e da Igreja. Ao perguntarmos se as pessoas que faziam pedidos ao gabinete eram encaminhadas para a IURD, Almerindo respondeu, bastante enfático:

*“O que entra pra Igreja é investido em catedrais, e nos pastores, então, é como a Bíblia diz, como no começo: o que entra, a oferta que entrar pro templo de Jesus Cristo, até tem aquela passagem que a viúva pobre deu duas moedinhas, ele não teve pena dela, né, ele pegou as duas moedinhas, porque ele sabia que Deus ia abençoar ela. E teve mercadores que deram grandes quantias, o que é que Jesus fazia com aquele dinheiro? Pregava o Evangelho, Ele não comprava comida pros pobres e dava. Tem pessoas que não entendem isso: ele usava aquele dinheiro pra pregar o Evangelho.” (Entrevista com Almerindo Filho, 30/07/2003)*

Em resumo, Almerindo está dizendo que o “dinheiro da Igreja” e o “dinheiro para os carentes” têm origens e destinações bem diferentes. Cada um é doado pelos “irmãos” para um propósito específico, e seria inconcebível os pastores alterarem tal ordenamento. A justificativa para esta postura não estaria em outro lugar que não a própria Bíblia Sagrada,

como podemos verificar nas referências utilizadas pelo vereador: o exemplo citado, presente no Evangelho de Lucas (21, 1-4)<sup>16</sup> busca demonstrar como o próprio Jesus Cristo tinha clareza nesta distinção, não tendo pena da “viúva pobre” que lhe deu “duas moedinhas”, nem comprando “comida para os pobres” com o dinheiro cuja função era ajudar a “pregar o Evangelho”.

Seja como for, ambos os vereadores afirmam explicitamente que estão na CMPA para, em primeiro lugar, defender sua Igreja. Entretanto, isto acarreta um problema no relacionamento destes políticos com seus pares: são comuns as acusações de que os dois pastores estariam atuando de uma forma excessivamente particularista, visando atender os interesses de seu segmento religioso e deixando de lado “o povo de Porto Alegre”. A este respeito, Almerindo Filho tenta esclarecer:

*“Às vezes a pessoa olha pra um pastor, ‘ah, o vereador só vai abençoar gente da Igreja’. Não, a gente abençoa quem precisar (...)”*  
(Entrevista com Almerindo Filho, 30/07/2003)

Notemos como uma linguagem eminentemente “da Igreja” é transposta para a Câmara: ao invés de “atender” ou “beneficiar” as pessoas que procuram seu gabinete, Almerindo está as “abençoando”, o que seria, na sua concepção, nada além do esperado da parte de um pastor evangélico.

Salette reforça esta “indiferenciação” dos pedidos recebidos cotidianamente:

*“Quando a pessoa vem aqui, às vezes a pessoa, isso é comum aqui dentro da casa, não só no nosso gabinete, eles vêm dizer assim: ‘eu trabalhei na campanha’. Tu tá sabendo que a pessoa não trabalhou, mas, o que é comum a gente dizer, mesmo no telefone: ‘Olha, no que nós pudermos lhe ajudar, não importa se a senhora é da Igreja, não é da Igreja, é da comunidade, trabalhou, não trabalhou, não precisa disso. Se a gente puder lhe ajudar, e fazer um encaminhamento, nós vamos fazer, indiferente de tudo.”* (Entrevista com Professora Salette, 27/06/2003)

Não tenho a intenção de concordar ou não com as afirmações, bastante recorrentes no início desta legislatura, de que a atuação de Valdir Caetano e Almerindo Filho seria pautada pelo “particularismo”, mas é certo que a literatura já demonstrou como esta realmente é, muitas vezes, uma característica marcante dos políticos evangélicos (Corten, 1996). De qualquer forma, em tempos mais recentes tem sido constante a alegação que acabo de

---

<sup>16</sup> O trecho em questão é: “E, olhando ele, viu os ricos lançarem as suas ofertas na arca do tesouro; E viu também uma pobre viúva lançar ali duas pequenas moedas; E disse: Em verdade vos digo que lançou mais do que todos, esta pobre viúva; Porque todos aqueles deitaram para as ofertas de Deus do que lhes sobeja; mas esta, da sua pobreza, deitou todo o sustento que tinha.” (<http://www.geocities.com/Paris/Parc/4097/Lucas3.html> - consultado em 20/02/2004).

comentar: se todas as pessoas, enquanto “filhas de Deus”, são “irmãs”, não haveria motivos para o parlamentar fazer distinções e privilegiar alguns segmentos em detrimento de outros. Indo além, fica até mesmo implícito no discurso de meus interlocutores que seria absurdo agirem de outra maneira.

### **Dinheiro corruptor**

Considerando-se a grande quantidade de pedidos que chegam a cada dia, os assessores não se cansam de dizer que é preciso “ter cuidado” e nunca desistir de “procurar soluções”. Em primeiro lugar, eles enfatizam que o fornecimento direto de dinheiro é um recurso que, embora bastante empregado durante um determinado período, não fazem mais questão de utilizar. A este respeito, Cláudio relata:

*“A gente, no primeiro ano dessa legislatura aí, no primeiro ano do mandato, nós dávamos muito dinheiro aqui. (...) as pessoas vinham pedir, nós dávamos. Esse dinheiro sai do nosso bolso, é importante de frisar.” (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Esta postura seria conseqüência de certas atitudes das pessoas que fazem pedidos aos gabinetes, as quais não eram percebidas no início do mandato, dada a inexperiência dos vereadores e suas equipes. Atualmente, todos afirmam ser necessária uma atenção muito grande para identificar aqueles que “realmente precisam”. Salete chega, inclusive, a falar sobre uma categoria de “freqüentadores assíduos” da Câmara, que já seriam conhecidos de todos os vereadores e equipes:

*“Tem uma clientela, pode-se dizer assim da Casa, que é uma clientela fixa...eles sempre estão circulando, e eles vão de gabinete em gabinete...e eles mentem, eles contam histórias, assim. Eles vêm, acho que arrecadar vales, então tu vê, assim.” (Entrevista com Salete, 27/06/2003)*

Ao mesmo tempo, Cláudio afirma que:

*“Existem pessoas bem intencionadas, que realmente tão necessitando (...) [mas] tem pessoas que são assim, são de carteirinha aqui, tem pessoas que tão aqui há quatro anos aqui pedindo, e pedem em todos os gabinetes.” (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Na verdade, Salete e Cláudio não parecem necessariamente condenar essas pessoas, indicando apenas que teriam “pena” delas. O problema não estaria no fato de ajudá-las, mas sim em, ao fazer isso, deixar de contribuir para aqueles que “precisam mais”.

Considero que podemos entender estas concepções sobre as doações como permeadas por certas atitudes em relação ao dinheiro e ao trabalho que Oliven (2001) identificou como vigentes no Brasil. Através da análise de algumas composições da música popular brasileira, sobretudo dos anos 30 e 40, este autor conclui que, em nossa sociedade:

“O ‘horror ao batente’ se transformou na ‘mandragem’, que pode ser vista simultaneamente como uma estratégia de sobrevivência e uma concepção de mundo através da qual alguns segmentos das classes mais baixas rejeitavam a disciplina e a monotonia associadas ao mundo do trabalho assalariado” (Oliven, 2001: 224)

Oliven considera também que, nos dias atuais, malgrado a inevitabilidade de se lidar com o dinheiro em toda e qualquer classe social, uma crescente monetarização da vida cotidiana convive, em nosso país, com uma “forte resistência a encarar o dinheiro como um valor central” (Oliven, 2001: 232). Haveria, neste sentido, uma dificuldade histórica em falar sobre trocas e relações em termos explicitamente “monetários”.

Não pretendo dizer, com isso, que meus interlocutores tenham aversão ao uso da moeda ou dificuldades em “lidar com o dinheiro”. Sugiro apenas que as conclusões de Oliven podem nos ajudar a compreender as representações que estes políticos têm em relação aos “pedintes”. Em outros termos: o dinheiro teria, para eles, um “potencial corruptor” bastante elevado: os vereadores fazem doações com a intenção de ajudar as “pessoas necessitadas”, mas muitas delas não utilizam tais recursos da maneira tida como “correta”, o que seria atestado pelo fato de periodicamente retornarem à Câmara, “mentindo” e “contando histórias”. Neste sentido, talvez seja possível aproximar a imagem destes “freqüentadores assíduos” da CMPA com a figura do malandro, uma vez que ambos pretenderiam obter o dinheiro necessário para sua subsistência por outros caminhos que não sejam o do próprio trabalho.

Tal constatação ganha força quando verificamos como a disposição para trabalhar tem grande importância nas representações destes agentes políticos sobre as possibilidades de transformação social. Salete, por exemplo, ao falar sobre sua própria conversão à IURD, comenta:

*“Tu pode buscar, te fortalecer na presença de Deus, mas não...porque a Igreja não ensina assim, ó: ‘Ai, Meu Deus, preciso de um emprego’. E aí eu fico dormindo, fico deitada ali, ‘Oh, preciso muito de um emprego’, e alguém vai bater na tua porta e oferecer um emprego. Então tu tem que ir à luta, né. Porque ‘ajuda-te e serás ajudado, batei e abrir-se-vos-á’.” (Entrevista com Professora Salete, 27/06/2003)*

Penso que aqui, mais do que em qualquer outro momento, podemos perceber uma referência à ética do trabalho analisada por Weber e tida como característica do

protestantismo. No caso peculiar destes políticos vinculados à IURD, a grande valorização da “ajuda aos necessitados” tem, atrelada a si, a necessidade de uma contrapartida por parte destas pessoas que receberam auxílio. Para tanto, seria fundamental fazer o possível para “se fortalecer na presença de Deus”, esforçando-se ao máximo para obter sucesso e encontrar a salvação, resultado que, em última instância, é visto como conseqüência do empenho individual. A importância de transformar o parlamento num espaço de pregação da palavra de Deus é, a partir daí, reforçada, valorizando os “irmãos de fé” que já estão no “caminho da salvação” e destacando a necessidade de “mostrar o caminho” para os demais:

*“A gente acha que aqueles que são da Igreja tem mais condição até do que aqueles que não estão na Igreja, porque...a palavra, a fé que mudou a minha vida, que mudou a vida do vereador, mudou a vida dos assessores, das pessoas, daqueles que convivem conosco, é a mesma que vai mudar a vida deles, se eles souberem, então, despertar a fé deles.” (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Ainda a respeito desta tensão entre “ajudar os necessitados” e valorizar os “esforços individuais”, cabe lembrar um fato bastante marcante da história recente da IURD. Refiro-me ao fechamento da Associação Beneficente Cristã (ABC), ocorrido em meados de 2003. Questionando sobre os motivos deste fechamento, obtive de Almerindo Filho uma resposta que delinea o que poderíamos chamar de “limites do assistencialismo”:

*“Marcio: Ela [a ABC] fechou aqui ou fechou nacionalmente?”*

*Almerindo Filho: Fechou nacionalmente. Ela está reabrindo agora aqui, mas, um dos motivos (...) um dos motivos é que a demanda era demais, né. Tinha pessoas que não queriam nem trabalhar e queriam ser sustentados. Acontece o problema, é, um dos maiores problemas que existe é doação de alimentos, que a pessoa vem, pega, e muitas vezes ela troca o alimento por cigarro, bebida, por outras coisas que não tem nada a ver, por vício. Então, é uma das coisas mais difíceis que o político tem é ministrar o fornecimento de alimento. A pessoa precisa, mas tem muitas pessoas que não sabem aproveitar.” (Entrevista com Almerindo Filho, 30/07/2003)*

O representante evangélico nos apresenta uma avaliação bastante negativa daqueles que “não querem trabalhar”, comentando de que maneira as doações voltadas para os “necessitados” podem ser convertidas em “vícios”, tais como o cigarro e a bebida – produtos cujo consumo é enfaticamente condenado pela doutrina da Igreja. Neste momento entram em jogo a “ponderação” e a “sabedoria” que caracterizariam a ação política dos “homens de Deus”: é preciso “ministrar” fornecimento de alimento, analisando todos os casos e sabendo que, mesmo sendo muitos “aqueles que precisam”, é importante ter em mente que alguns

“não sabem aproveitar”. Em outras palavras: é necessário que o vereador e sua equipe sejam capazes de fazer escolhas, sempre.

### **Acompanhamentos, conselhos e mediações**

Uma vez que as doações em papel-moeda foram, se não necessariamente descartadas, pelo menos colocadas num plano bastante secundário, tornou-se necessário que políticos e assessores encontrassem mecanismos minimamente eficientes para encaminhar as demandas que lhes são apresentadas. Alguns pedidos mais “simples” podem ser resolvidos de uma maneira “direta”. É bastante comum, por exemplo, desempregados solicitarem passagens de ônibus para poderem se deslocar pela cidade à procura de trabalho. Em tais casos, a solução costuma ser obtida com recursos próprios do vereador e de seus assessores:

*“A gente tira de nós mesmos, porque não tem uma estrutura na casa, de ajuda. Então, o que a gente dá, no mês passado eu dei todos os meus vales e ainda, e depois eu não tinha vale-transporte (rindo). São coisas que a gente vai lidando com isso, não é?” (Entrevista com Salete, 27/06/2003)*

Isto não é, entretanto, algo que seja feito com muita satisfação, visto que, similarmente ao que ocorre quando se doa “dinheiro vivo”, dificilmente há como saber se a pessoa utilizou os vales para propósitos efetivamente “dignos”, como vimos anteriormente: sempre há a possibilidade de recursos como estes serem trocados por coisas “indignas” como cigarros ou bebidas.

Por isso mesmo, o ideal, segundo os informantes, é realizar um *acompanhamento* atento dos “pedintes”. Podemos exemplificar este procedimento com as pessoas que chegam ao gabinete dizendo estar com fome: os assessores relatam que, ao invés de dar dinheiro para o solicitante, preferem convidá-lo a descer até o andar térreo do prédio, onde fica o restaurante da CMPA, e pagar, com recursos “do próprio bolso”, um almoço para a pessoa em questão. Caso esta não aceite a proposta, insistindo que preferia ter o dinheiro diretamente em suas mãos, surge uma desconfiança em relação à “sinceridade” de suas intenções.

Todavia, na maior parte das vezes a situação é mais complexa. Há, por exemplo, pessoas que, além de estarem elas próprias famintas, relatam que a situação de sua família é bastante precária. Nestes momentos, torna-se difícil “tirar do próprio bolso” dinheiro suficiente para resolver o problema e, mesmo que isto fosse possível, seria bastante complicado acompanhar as pessoas para saber se estão fazendo “bom” uso do que receberam. Torna-se necessário, portanto, utilizar outros mecanismos. A idéia, conforme relata Cláudio,

é efetivar uma intermediação com órgãos públicos e agentes privados capazes de apresentar soluções concretas para as demandas das pessoas:

*“A partir do segundo ano nós começamos então a fazer assim: vamos ver o que tem a prefeitura, o governo do Estado, quais são as áreas de assistência que a gente pode ajudar essas pessoas. Então a gente faz assim: ah, a pessoa precisa de cesta básica, a FASC<sup>17</sup> tem um determinado, uma cota de cestas básicas por mês que ela destina à população carente, a FASC hoje é descentralizada, cada bairro tem seu centro administrativo e consegue fazer isso aí. (...) a gente indica então aos conselhos tutelares, que o conselheiro tutelar tem autoridade de indicar as famílias pra ingressarem no Bolsa-Família, Bolsa-Escola também, que é um subsídio do governo aí pra que as pessoas possam ter um mínimo de rendimentos mensal. Então a gente começou a descobrir isso daí, então a nossa, digamos, ajuda, que antes era monetária passou a ser até mais efetiva, a gente conseguiu então encaminhar essas pessoas, dar um encaminhamento pra elas, pra que elas pudessem ter seus problemas, aqueles mais imediatos, resolvidos.” (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Atentemos, neste relato, para a avaliação de que o atendimento realizado através de canais burocráticos e institucionais seria “mais efetivo”. Os exemplos citados sugerem que seria papel do vereador indicar *caminhos*, intermediando o contato dos “solicitantes” com programas e instituições cuja existência e/ou funcionamento lhes é desconhecido. Cabe destacar, entretanto, que, além dos órgãos estatais, certas instituições privadas também são acionadas, especialmente na procura por empregos, considerada pelos assessores um dos problemas mais graves que a população enfrenta:

*“Nós fizemos um levantamento, por exemplo, como o nível das pessoas, a grande maioria...tem pessoas até com nível mais assim que nos procuram...mas a grande maioria, a pessoa, ela não tem base, ela não tem informação, aí, pobrezinhos, né... A gente notou o seguinte: um dos segmentos que emprega, os condomínios tão se articulando de terceirizar o trabalho. Antigamente os condomínios tinham um zelador, e ali ficava anos, e agora os condomínios tão terceirizando, então tem vigia, porteiro, funcionário pra limpeza. Então essas empresas que se constituem terceirizadas, de prestação de serviços pra condomínio, elas empregam essas pessoas, então nós fizemos um levantamento de endereços de todas essas agências, em Porto Alegre, agências de emprego, e o endereço dessas empresas que terceirizam, e gente dá eles...” (Entrevista com Salete, 27/06/2003)*

Primeiramente, notemos a importância deste trabalho de intermediação que é reforçada pela concepção de que as pessoas que procuram o gabinete não teriam, em sua maioria, “base” ou “informação” para que pudessem resolver seus problemas por si mesmas.

---

<sup>17</sup> Fundação de Assistência Social e Cidadania, instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Na situação em pauta, o trabalho do gabinete consiste em encaminhar os desempregados (ou, pelo menos, seus currículos) para agências de emprego e empresas que indicam trabalhadores para condomínios. Importante lembrar que, deixando de lado possíveis especificidades de ordem religiosa, encontramos entre estes vereadores porto-alegrenses um relacionamento bastante estreito com organizações não-estatais, o que nos remete novamente ao estudo de Bezerra (1999) sobre o Congresso Nacional. Todavia, há uma diferença essencial entre os dois casos: enquanto senadores e deputados federais conseguem alocar recursos do Orçamento da União para obras que interessam a certas empreiteiras e “escritórios de consultoria”, fomentando a circulação de *dinheiro*, os vereadores, ao menos até onde pude obter informações, estão envolvidos com o recrutamento de mão-de-obra para empresas que trabalham com serviços terceirizados, instituindo uma verdadeira circulação de *pessoas*.

Neste contexto, o trabalho de Kuschnir novamente traz importantes contribuições, desta vez ajudando a pensar na atuação do vereador como *mediador*. Refletindo sobre a posição peculiar ocupada por estes políticos num conjunto diversificado de sistemas culturais e simbólicos, a autora comenta:

“(...) com todas as variações de matriz, em uma sociedade complexa, heterogênea e diferenciada, o domínio público é, em princípio, o *locus* da negociação política. Esta envolve valores e interesses específicos, relacionados direta ou indiretamente com a esfera do poder. Sabemos que, de algum modo, toda a vida social, nos mais diferentes níveis (...) expressa relações de poder material e simbólico. Mas na sociedade moderno-contemporânea, particularmente com o desenvolvimento do Estado, constitui-se o domínio da política como um campo específico, no qual agentes mais especializados vão ocupar posições estratégicas nesse processo amplo de negociação e interação dos diversos atores.” (Kuschnir, 2000:84)

Considero que os dados apresentados até o momento podem ser lidos sob a ótica sugerida por Kuschnir, indicando uma clara demarcação da posição privilegiada que os vereadores ocupam no âmbito municipal. Tais agentes são capazes de estabelecer campos de comunicação, interação e trocas entre sujeitos que dificilmente estabeleceriam contato de outra forma. Considero significativo neste sentido um caso que observei numa de minhas visitas ao gabinete de Almerindo Filho: uma senhora ligou para Cláudio expondo a situação de seu filho, que estaria preso por envolvimento num crime que não cometeu. Não sabendo o que fazer, seguiu a indicação de uma amiga e procurou contatar o gabinete. Ouvindo este “drama pessoal”, o assessor fez uma série de questionamentos sobre o ocorrido, solicitando que a mulher juntasse todos os documentos relativos ao caso que tivesse à sua disposição e indicando o telefone de um advogado “amigo do gabinete” para o qual ela deveria ligar

imediatamente<sup>18</sup>. Esta senhora, “uma pessoa carente”, pelo que me foi relatado, dificilmente teria dinheiro para contratar os serviços de um advogado por conta própria. Uma opção à sua disposição seria acionar a defensoria pública, mas não podemos esquecer que o acesso à justiça no Brasil é um processo reconhecidamente lento e complicado. Desta maneira, a mediação do gabinete torna-se indispensável para, se não resolver o “problema”, ao menos agilizar o desenlace das negociações com o Judiciário.

Esta articulação com os “parceiros” também se faz notar no atendimento a pedidos “das comunidades”, sobretudo aqueles vindos de creches, clubes de mães e associações de bairro. De medalhas para campeonatos de futebol até brinquedos para festas infantis, são inúmeros e diversificados os “auxílios” que os vereadores obtêm com a contribuição de empresários pertencentes ao seu círculo de relacionamentos. Estes atendimentos constituem, efetivamente, uma das atividades mais valorizadas pelos vereadores, sendo apresentadas por eles e seus assessores como algumas das maiores realizações de seus mandatos. O “Projeto Mão Amiga”<sup>19</sup>, articulado por Almerindo Filho, e o “trabalho social” que Valdir Caetano continuou realizando nas “comunidades”, com quem já tinha contato antes de ser eleito, são recorrentemente citados pelos interlocutores, como podemos ver na resposta do assessor parlamentar Renato, do gabinete de Almerindo Filho, acerca daquilo que considera mais importante no trabalho que realiza cotidianamente:

*“A gente faz assim, né, a gente faz visitas periódicas numa comunidade, num bairro, numa associação de bairro, e ali a gente entra em contato com os moradores, né. E a gente chega lá e pergunta: ‘olha, quais as maiores dificuldades que existe aqui, pros moradores do bairro?’, né. Então: ‘olha, a gente está o seguinte, quando chove, a boca de lobo aí, quando chove, bastou dez minutos de chuva, fica, sabe, intransitável a rua, entra água dentro de casa, a gente tem que sair com..., tem que arregaçar as calças, tem que tirar o sapato...’, quer dizer, ‘e os ratos, né, muito rato, é perigo de ter contágio de doença...’. Então a gente faz uma relação disso, né, e traz até o gabinete, né, e ali o vereador ele vai fazer os pedidos, né, vai encaminhar para o prefeito, para os órgãos competentes, pra poder solucionar. Entendeu? Esse é nosso trabalho, né. Eu sou um auxiliar*

<sup>18</sup> Posteriormente Cláudio me contou que as solicitações de auxílio jurídico estão entre as mais frequentes no seu cotidiano de trabalho, havendo, inclusive, alguns advogados “amigos” que atendem as pessoas no gabinete dois ou três dias por semana.

<sup>19</sup> Este empreendimento de assistência social constitui-se numa combinação de vários tipos de “intermediações” e “encaminhamentos”. Acerca disto, o site de Almerindo apresenta as seguintes informações: “Desenvolvido a partir de 2001 pelo Gabinete do Vereador Pastor Almerindo Filho, é um trabalho fortemente voltado para a ajuda às comunidades carentes. Desde sua implantação, o Projeto Mão Amiga já beneficiou mais de 1200 pessoas, através de diversas ações. Entre as principais atividades desenvolvidas, estão o atendimento jurídico, atendimento de saúde, encaminhamento para segunda via de documentos e mutirões cívicos. Além disso, o Projeto mantém parcerias com o SINE (Serviço Nacional de Emprego) e mais cinco agências de empregos de Porto Alegre, já tendo encaminhado mais de 2.000 currículos para vagas de emprego. A comunidade ainda pode requisitar descontos e bolsas em escolas profissionalizantes e de ensino de jovens e adultos, como parte do Projeto.” ([www.almerindofilho.com.br](http://www.almerindofilho.com.br) – acessado em 25.09.2004)

*parlamentar. Tem o assessor, que fica diretamente com o vereador, que é a parte burocrática, e a gente tem esse trabalho na rua.” (Entrevista com Renato, 19/06/2004)*

Neste momento, penso ser indispensável destacar algumas diferenças dos vereadores evangélicos em relação aos “políticos laicos” no tratamento destas questões. Para começar, até onde pude perceber, a grande maioria destas pessoas que contribuem para o gabinete com seus bens e serviços são, elas mesmas, integrantes da IURD. Não é difícil supor que, desta forma, eles estão sinalizando simultaneamente as “preocupações com o próximo” e a prosperidade que sinalizam sua salvação. Ao mesmo tempo, não devemos desconsiderar o fato de que muitos daqueles que fazem pedidos aos vereadores conheceram Almerindo e Caetano através da Igreja ou de amigos, familiares e conhecidos que a freqüentam. A “divulgação do trabalho” é constante: são distribuídos nos templos e nas comunidades que os circundam calendários e “marcadores de Bíblia” com a foto do vereador e seus telefones e endereços de e-mail impressos com bastante destaque, ao lado da frase “Fale com o gabinete”. Desta forma, podemos dizer que a Igreja cumpre um papel fundamental na configuração dos mecanismos de assistência social acima descritos.

Um último tipo de “demanda” apresentada a estes parlamentares e seus assessores também tem relação com sua condição de evangélicos, mas não implica no fornecimento de serviços ou bens materiais para sua resolução. Refiro-me aos *conselhos*, tidos como, no mínimo, uma forma de atenuar a “condição precária” em que vivem muitas dessas pessoas:

*“Às vezes uma pessoa que vem aqui, ela quer até uma palavra, sabe? Um conselho, uma coisa de como...isso é importante. Então tudo isso, te tira muito tempo, num telefonema às vezes tu fica conversando com a pessoa, e são assuntos dos mais diversificados possíveis. Então, como diz que é uma casa do povo, e realmente é uma casa de porta aberta, mas com os problemas que às vezes a gente não tem ingerência sobre eles.” (Entrevista com Salete, 27/06/2003)*

A assessora sugere que, apesar do tempo despendido, o simples ato de conversar já é, por si só, uma maneira de “ajudar os necessitados”. Notemos também que ela concorda com a concepção de que o parlamento é a “casa do povo”, espaço onde os representantes discutem leis e medidas capazes de afetar seu cotidiano. Neste contexto, seria quase um contra-senso não se dispor a dedicar alguns minutos do tempo diário para manter contato com tais pessoas. Além disso, o diálogo e o aconselhamento podem ser como que uma compensação frente aos inúmeros problemas sobre os quais “não se têm ingerência”. A imagem do pastor seria tão forte que, diferentemente dos outros pedidos, não é apenas o “povo” que pede conselhos:

*“Tem muitos que pedem aconselhamento espiritual, aconselhamento da sua vida familiar. Vem aqui pra isso. Tem caso até de funcionários aqui da casa, funcionários da casa que são de outros gabinetes, de outros partidos, que vem até aqui pra conversar com a gente, pra pedir um conselho, muitas vezes... Então aqui a gente tem essa função também. E a questão de ser pastor, de ser da Igreja, é referência, né?”  
(Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Estes pedidos de “aconselhamento espiritual” certamente representam horas adicionais de trabalho para o vereador, pois, segundo Cláudio, em geral as pessoas querem falar diretamente com ele, e não com um de seus assessores. Todavia, esta situação é vista com uma certa naturalidade, sendo interpretada como mais uma decorrência da principal missão assumida pelos “homens de Deus” no parlamento: difundir os ensinamentos divinos entre aqueles que não poderiam encontrá-los por outros caminhos.

A “ajuda aos necessitados” à qual estes sujeitos se referem vai além de um fornecimento de bens e serviços, que também é realizado por outros gabinetes: importa, mais do que isso, ter a capacidade de mostrar àqueles que os procuram e expõem suas dificuldades que a compreensão das palavras divinas e, conseqüentemente, a conversão à Igreja podem lhes proporcionar melhorias maiores e mais duradouras do que a satisfação de suas necessidades imediatas. Em verdade, fica-se com a clara impressão de que tão ou mais importante do que efetivamente solucionar os problemas é “tentar fazer alguma coisa”. Apenas para reforçar este entendimento, lembro que, mesmo sem ter conseguido definir claramente o percentual de pedidos atendidos pelos gabinetes, o diálogo com os assessores sugere que aproximadamente a metade dos “necessitados” obtém solução quase imediata para suas demandas, sem que isso signifique uma desistência em atender os demais, para os quais “se faz o possível”.

O estabelecimento de vínculos pessoais entre políticos e assessores e as pessoas beneficiadas é uma conseqüência marcante de todo este processo. A este respeito, Cláudio comentou, demonstrando bastante satisfação:

*“Tem muitos que a gente tem, ajudou, que sabe que são pessoas verdadeiras, que era um momento na vida delas que elas tavam passando por dificuldade. São pessoas que a gente vê, que a gente acompanha, são pessoas que vêm aqui, muitas pessoas são agradecidas porque a gente ajudou naquele momento, elas vêm, voltam... Trazem bolo, trazem pão, trazem cartão de Natal, agora...”  
(Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Há, portanto, uma valorização dos laços estabelecidos a partir do “atendimento”, aproximando-nos dos princípios de troca e reciprocidade discutidos por Marcel Mauss (1974), quando este autor apresenta as obrigações de dar, receber e retribuir como definidoras da circulação de bens, serviços e símbolos num grande número de sociedades.

Com base neste referencial, Moacir Palmeira reflete sobre a política em pequenas comunidades de base rural no Nordeste e no Sul do país, indagando-se acerca dos compromissos estabelecidos entre os políticos e a população:

“Favores ou ajudas, grandes ou pequenos (...) supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas: a promessa da retribuição e a promessa do atendimento. A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros.”  
(Palmeira, 1996: 47)

Tentando transpor a análise para o contexto porto-alegrense, entendo que este princípio de reciprocidade está presente, mas, até onde minhas observações permitiram verificar, as promessas de retribuição dificilmente são explicitadas de uma maneira tão pública como nas cidades pesquisadas pelo autor. Os vereadores evangélicos certamente desejam receber os votos daqueles a quem ajudaram, mas enfatizam o fato de esperarem que estas pessoas o façam espontaneamente, sem que se sintam forçadas para isso. Em nenhum momento vi alguém prometer verbalmente dar seu voto como recompensa por algum benefício obtido. Em outras palavras: a retribuição é esperada, mas o voto não é utilizado como uma moeda de troca entre os políticos e seus eleitores, mas sim visto como “conseqüência de um bom trabalho”. Considero representativo, por exemplo, o caso de uma senhora que, tendo obtido a assessoria jurídica de que necessitava, enviou ao gabinete uma lista com os endereços de todas as pessoas que tinha em sua agenda. Sua atitude foi vista como um *reconhecimento* a um trabalho que, ao menos no discurso público, se apresenta como despretensioso. Por outro lado, saber que uma pessoa se interessou pela Igreja Universal, e até mesmo começou a freqüentar seus cultos, é tido como um *reconhecimento* ainda mais importante, pois, ao se tornar mais um “irmão de fé”, o sujeito em questão, além de revelar a eficiência da pregação dos pastores-vereadores, implicitamente passa a ser visto como um potencial eleitor para os pleitos posteriores.

Há um outro aspecto que também não pode ser desconsiderado quando refletimos sobre esta faceta do trabalho dos políticos evangélicos: suas *bases eleitorais* continuam, indiscutivelmente, sendo majoritariamente constituídas por fiéis de sua Igreja. Levando isto em conta, talvez seja possível compreender esta “atuação social” como mais um meio através do qual os pastores iurdianos buscam obter legitimidade social para sua Igreja, divulgando seu “trabalho assistencial” entre segmentos que os desconhecem.

## CAPÍTULO III

### “DE PASTORES A VEREADORES”: APRENDENDO AS REGRAS DO JOGO

#### Ocupando a tribuna: linguagem formalizada e campo político

A partir do momento em que foram empossados vereadores de Porto Alegre, Valdir Caetano e Almerindo Filho se tornaram interlocutores dotados de voz e voto no espaço privilegiado de discussões e deliberações que é a Câmara Municipal desta cidade. Considerando a novidade que esta situação representava para sujeitos cuja trajetória pessoal é especialmente demarcada pelo envolvimento com atividades vinculadas à sua instituição religiosa, uma das maneiras mais interessantes de analisar sua atuação durante esta legislatura é voltar o olhar para os pronunciamentos que realizaram durante as sessões, sejam estas ordinárias ou solenes.

A literatura antropológica nos demonstra como os discursos são aspectos fundamentais à atividade política, nas mais diversas sociedades. É comum a existência de uma série de especificações acerca de quais são os procedimentos esperados na execução de tais pronunciamentos: posturas corporais, entonações de voz e, até mesmo, reações “adequadas” por parte dos interlocutores e/ou da platéia.

Neste sentido, o trabalho de Maurice Bloch (1975) é capaz de fornecer interessantes contribuições. Estudando uma “sociedade tradicional” (os Merina de Madagascar), este autor constata uma distinção considerável entre a “linguagem cotidiana” e a “linguagem formalizada”, característica da oratória política. A segunda estaria sempre definida por uma série de restrições, um verdadeiro “empobrecimento” em relação à primeira, tendo como consequência mais notável uma certa “padronização” dos discursos e de suas possíveis respostas, no âmbito das assembléias tribais. Além disso, tal procedimento

“(…) dramaticamente restringe o que pode ser dito, de forma que os atos discursivos são todos semelhantes ou todos de um gênero, e, desta forma, se este modo de comunicação é adotado, há dificilmente qualquer escolha do que pode ser dito. Ainda que as restrições sejam usualmente vistas mais como de forma do que de conteúdo, elas são uma maneira bem mais efetiva de restringir o *conteúdo* do que seria possível se este fosse atacado diretamente.” (Bloch, 1975: 17 – grifo no original – tradução minha)

A aceitação desta formalização implicaria no compartilhamento de códigos e valores pelos sujeitos envolvidos, reduzindo as contradições e explicitando uma espécie de controle

social: haveria apenas uma maneira “correta” de participar da assembléia, com respostas padronizadas para falas igualmente padronizadas.

Se Bloch, buscando Weber como referência, relaciona esta realidade com um padrão tradicional de exercício do poder, é minha intenção transpor sua análise, ao menos em parte, para o contexto das sociedades complexas. Assim, proponho uma leitura dos pronunciamentos e das participações em debates dos vereadores evangélicos que leve em conta as sugestões deste autor: haveria um certo modelo que os políticos deveriam seguir ao ocupar o plenário e interagir com seus pares neste espaço de valorização do discurso. É evidente que uma descrição precisa deste modelo “ideal” foge de meus objetivos, sendo até mesmo questionável a possibilidade de tal procedimento, uma vez que, provavelmente, se trata de algo que varia com as transformações do campo político, incluindo-se aí sua estrutura institucional. Todavia, considero que a comparação de momentos distintos da atuação destes parlamentares, bem como da avaliação de seu comportamento por parte dos colegas de casa legislativa, permite um mínimo de esclarecimento sobre tais questões.

Neste momento, se faz necessário um esclarecimento: conforme veremos a seguir, considero que, entre os políticos investigados, a formalização se dá muito mais em termos do que o político pode abordar em seus discursos e das “áreas” para as quais pode voltar sua atuação do que numa delimitação dos termos e combinações que devem ser utilizados nos pronunciamentos. Não pretendo dizer que estes limites não existem, mas considero importante atentar para um detalhe lembrado pelo próprio Bloch: a formalização assume “níveis” ou “graus” diferentes conforme a sociedade, nem sempre apresentando a rigidez verificada entre os Merina.

De qualquer maneira, penso que a análise não pode deixar de levar em consideração algumas características do campo político, conforme são discutidas por Pierre Bourdieu (1989b). Sobretudo, pode ser interessante entendermos a atividade política como monopólio de alguns profissionais, dotados de habilidades e capitais peculiares e posicionados numa situação de inevitável distância em relação àqueles que são seus “representados”. A atribuição de competências sociais para ingresso em tal campo não é nada simples, sendo que

“(…) como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (...) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica

de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido” (Bourdieu, 1989b: 169-170)

Ora, no caso dos evangélicos este processo se revela com uma considerável especificidade: devido à peculiaridade de sua “escolha” pela Igreja e da eleição obtida predominantemente com votos dos “irmãos”, antes de adentrar no Parlamento eles dificilmente poderiam ser chamados de “profissionais”. Assim, numa condição de *outsiders*<sup>1</sup> no interior da Câmara Municipal, seu “aprendizado” teve que ocorrer durante o mandato, e é justamente a partir daí que se revela uma série de tensões entre “ser religioso” e “ser político” na sociedade brasileira.

### **O tempo das sessões**

As tardes de segunda, quarta e quinta-feira trazem consigo algumas alterações na rotina do Parlamento. Nestes dias, às 14 horas, iniciam-se as sessões plenárias, sem que haja uma determinação explícita de qual deve ser o horário de seu encerramento.

Primeiramente, devo ressaltar que a duração das sessões e, conseqüentemente, o envolvimento dos políticos e de seus assessores com elas é diretamente proporcional ao quão relevantes são consideradas as questões em pauta e os projetos em apreciação: para usar a expressão de Geertz (1989), uma discussão sobre o IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) da cidade é muito mais “absorvente” do que uma votação destinada a nomear ruas e praças.

No geral, há um certo “clima de agitação” no ar, demarcado pelos alto-falantes espalhados pelos corredores e gabinetes, reprodutores de todos os discursos e discussões efetivados pelos parlamentares no plenário. A movimentação é intensa, sendo especialmente notável a circulação dos vereadores e de seus *chefes de gabinete*, constantemente se deslocando para buscar documentos, coletar informações ou, até mesmo, encaminhar rápidas articulações com alguns colegas, longe das vistas de seus opositores.

Um olhar mais apurado revela que é bastante raro todos os vereadores presentes na Câmara estarem no plenário ao mesmo tempo. Mais do que isso, quando a questão em pauta não é tida como “relevante” ou “polêmica”, a maioria não parece prestar muita atenção na argumentação do parlamentar que está ocupando a tribuna. Fica-se com a nítida impressão de que é muito mais interessante aproveitar tais oportunidades para trocar idéias com os colegas: é muito comum ver-se dois ou três vereadores agrupados e conversando, num tom de voz bastante baixo, enquanto outro político faz seu pronunciamento. Ressalto, todavia, que o ocupante da tribuna não parece se importar com a aparente desatenção de seus

---

<sup>1</sup> Conforme Elias (2001), sobre a relação entre estabelecidos e *outsiders*.

companheiros de parlamento. Conversando com os assessores, me dei conta que o fato dos discursos serem transmitidos pela TV Câmara<sup>2</sup> e registrados textualmente pelos funcionários do Serviço de Taquigrafia desta casa parlamentar tornam a manifestação disponível para um público muito mais amplo do que aquele presente no interior da CMPA. Assim, mesmo que pareçam, num primeiro momento, estar “falando sozinhos”, os parlamentares sempre têm em mente os potenciais espectadores da televisão e aquelas pessoas que procuram informações sobre a atuação dos parlamentares no *site* da Câmara. Mesmo que a audiência do referido canal de TV não seja das mais significativas – infelizmente não pude obter dados precisos a esse respeito –, a possibilidade de contar com estas gravações a qualquer momento é tida como um importante trunfo a ser usado durante a campanha eleitoral, quando se faz necessário, mais do que nunca, “prestar contas” do que foi feito durante o mandato.

Nos dias em que os debates são mais acirrados, entretanto, além da sessão se estender até, no mínimo, o início da noite, há uma maior atenção dos políticos para as falas de seus interlocutores. Explicita-se, aí, uma necessidade de rebater ou desqualificar os argumentos do adversário, com a intenção de demarcar claramente a posição assumida em relação à proposta que está sendo discutida.

Nestas sessões mais “polêmicas”, é comum o surgimento de tensões, tanto entre os vereadores como entre estes e seus assessores. O nervosismo transparece na expressão de descontentamento e preocupação dos políticos, que trocam gestos rápidos e codificados com seus assessores. Algumas vezes as discussões se tornam mais acirradas: o debate pode encaminhar-se para uma troca de acusações pessoais, ou então um determinado parlamentar pode exigir de algum membro de sua equipe uma informação que ele não é capaz de obter no momento. “Xingamentos” e elevações no tom de voz são comuns nestas situações, ainda que condicionados pela manutenção de uma certa polidez tida como condizente com a atividade política. “*O nobre colega está faltando com a verdade*” e “*você não tem envergadura moral para dizer isso*”, são algumas expressões que vi serem utilizadas pelos parlamentares para se dirigir aos colegas nestes contextos. Também é freqüente vermos os políticos se dirigirem aceleradamente para seus gabinetes, a fim de exigir agilidade de seus assessores, cobrança que pode ser feita ainda no plenário, chamando o integrante da equipe para um canto e travando um diálogo ríspido, o que, mesmo à distância, pode ser percebido pela gesticulação brusca dos interlocutores. Tal acirramento de ânimos, todavia, costuma cessar rapidamente, culminando em novos acordos entre os vereadores e num retorno à “normalidade” das relações do parlamentar com sua equipe.

---

<sup>2</sup> Emissora de televisão responsável pela transmissão das sessões da Câmara Municipal, disponível através das redes de TV por assinatura de Porto Alegre.

## O início do mandato

As assessorias de ambos os representantes da IURD reconhecem que eles não são dos mais assíduos na tribuna, considerando desnecessário se pronunciar em todas as sessões, sobre todos os assuntos<sup>3</sup>. Tal afirmativa se coaduna com a idéia, freqüentemente difundida por estes parlamentares evangélicos, de que tão ou mais importantes do que aquilo que fazem “dentro” da Câmara, são as atividades realizadas “fora” dela: a principal referência, neste caso, é o “trabalho social” coordenado pelos gabinetes e o encaminhamento de soluções para as demandas dos “necessitados”, conforme vimos no capítulo anterior. Interessante destacar que, caso considerassem necessário ter mais tempo para falar, Almerindo e Caetano, enquanto líderes e únicos integrantes de suas respectivas bancadas, poderiam fazer uso do “tempo de liderança” que esta condição lhes proporciona. Todavia, conforme revelaram minhas observações e as transcrições que coletei no *site* da CMPA, grande parte dos pronunciamentos destes políticos se divide entre a participação em homenagens a instituições e personalidades da capital gaúcha e os comentários sobre os “problemas sociais” que afligem a cidade, o estado e o país (ver Quadro I). A extensão destas falas varia bastante, de tal forma que muitas delas se reduzem a rápidas manifestações de opinião em debates no plenário<sup>4</sup>. De resto, suas intervenções mais duradouras e seu engajamento mais contínuo em discussões públicas ocorreram, principalmente, naqueles momentos em que tiveram que defender a si mesmos e à sua Igreja<sup>5</sup>, sobretudo quando os colegas de parlamento questionaram a ingerência da instituição sobre suas opções políticas.

### Quadro I - Características gerais dos pronunciamentos dos vereadores evangélicos

Tipo de pronunciamento	Características gerais
Comentários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestação de opinião sobre determinado assunto ou pessoa (em âmbito local, regional ou nacional);</li> <li>- Insatisfação com as condições de determinada localidade ou grupo;</li> <li>- Elogio à iniciativa bem sucedida (em geral da Igreja ou de elementos ligados a ela);</li> <li>- Em geral explicita preocupação com “valores morais”, às vezes fazendo uso da Bíblia.</li> </ul>

<sup>3</sup> Em virtude da enorme quantidade de pronunciamentos que o conjunto dos vereadores fez ao longo da legislatura 2001-2004, infelizmente não tive condições materiais de efetivar um levantamento exaustivo e comparativo capaz de determinar quantitativamente quais parlamentares são mais ou menos afeitos a manifestar suas opiniões e posicionamentos através de discursos em plenário.

<sup>4</sup> Não me preocupei em categorizar estas falas conforme sua duração, ou em realizar qualquer classificação mais específica e detalhada, por considerar estes procedimentos desnecessários para que fossem alcançados os objetivos do trabalho.

<sup>5</sup> Estes momentos, que chamo de “polêmicas”, se caracterizam pelo questionamento das intenções, atitudes e da própria vinculação religiosa dos vereadores por parte de seus colegas de Câmara.

Reivindicações	- Insatisfação com um determinado “problema social”; - Apresentação de possíveis soluções; - Podem se basear em experiências da Igreja.
Relatos	- Contam fatos acontecidos em viagens ou experiências recentes; - Criticam ou elogiam aquilo que viram; - Um dos momentos para falar de outros políticos (bem ou mal).
Homenagens	- Elogios à trajetória de determinada pessoa, instituição ou grupo, lembrando os momentos mais marcantes e considerados dignos de destaque.

Logo no início de 2001, aparece com bastante clareza a idéia de que um vereador evangélico deve combinar fé com ação. Se a atividade política é também uma profissão de fé, a tribuna de onde os vereadores proferem seus discursos possui um significado de tal profundidade que aqueles que ali se apresentam devem respeitar e cultivar. No fim das contas, o parlamento e a Igreja não são lugares tão diferentes quanto possam parecer a uma primeira vista. Veja-se este pronunciamento de Almerindo Filho:

*“É a primeira vez, em meu mandato, que eu oficialmente subo à tribuna. E não poderia fazê-lo sem declarar que comparo este local a um altar da igreja, onde devem ser rendidas ofertas de trabalho e dedicação em prol de uma Cidade mais justa e melhor. (...) Após algumas aulas com os referidos mestres [vereadores Luiz Braz, Isaac Ainhorn, Reginaldo Pujol e Fernando Záchia], percebi que a forma de pensar de um Vereador não se distancia muito da mente de um pastor, visto que, em ambos os casos, temos pessoas sob nossa responsabilidade.” (Ver. Pr. Almerindo Filho – PFL, 01ª Sessão Ordinária, 16/02/2001)*

Utilizando-se de tais comparações, Almerindo efetua uma relativa “sacralização” do ambiente da Câmara e do trabalho exercido pelo vereador. Política e religião são atividades que, mesmo podendo ser inicialmente distintas, acabam se misturando: acima de tudo trata-se de um pastor evangélico, com todas suas vivências e experiências advindas de um ministério religioso, ingressando numa atividade na qual – como em todas as outras a que se dedicar em sua vida – não terá como abandonar sua identidade de crente e pregador<sup>6</sup>. Talvez isto seja por demais óbvio, mas torna-se evidente que o “sentido” fornecido pela religião para a vida deste sujeito não poderia desaparecer quando ele adentrasse a porta da casa legislativa em questão, simplesmente porque, retomando a discussão sobre a secularização (ou dessecularização), um estado laico não necessariamente implica um predomínio de cidadãos descrentes.

<sup>6</sup> Considero uma bela ilustração a explicação de Almerindo para o fato de, tanto em sua candidatura como na sua “identificação parlamentar”, ter preservado a designação de “Pastor” à frente do seu nome: “(...) todo mundo me conhece como pastor, é pastor pra lá, pastor pra cá, entendeu? E no meu coração primeiro eu sou pastor, um homem de Deus, depois eu sou político. Como é que eu vou fazer uma política exemplar se Deus não vier à frente do meu trabalho?” (Entrevista com Almerindo Filho, 29/08/2001)

Valdir Caetano, por sua vez, demorou um pouco mais para se pronunciar pela primeira vez, e quando o fez começou destacando a responsabilidade dos legisladores ali presentes e discorrendo acerca do “trabalho social” no qual está envolvido:

*“É importante que, unidos, possamos deixar gravado o nosso nome na história de Porto Alegre, como contribuintes para uma vida melhor, propósito para o qual me coloco totalmente à disposição. (...) Quero fazer aqui uma pequena exposição - e está sendo distribuído um material a respeito - sobre um trabalho que a Igreja Universal do Reino de Deus faz através da ABC - Associação Beneficente Cristã. É um trabalho que tem ajudado e contribuído, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, com a população mais carente, aqueles que não têm ninguém com quem contar. (...) Não procuramos e nem vemos se a pessoa a quem a ABC vai estender a mão e ajudar é religiosa, se é evangélica, ou qual é o seu credo religioso. A nossa maior preocupação é com a necessidade que a pessoa está passando.” (Ver. Valdir Caetano – PTB, 06ª Sessão Ordinária, 02/03/2001)*

Reproduzindo aqui as sutis diferenças em relação a Almerindo que já havíamos detectado, Caetano novamente explicita sua preocupação com “o povo de Porto Alegre”. Entretanto, não é apenas ele que se preocupa: a Igreja Universal, através das ações da ABC, está trabalhando para melhorar a vida destas pessoas, quaisquer que sejam, sem questionar suas crenças. Isto é algo que precisa ser divulgado, para mostrar a força e a benevolência da instituição e também, suponho, para ajudar a desconstruir a imagem negativa possuída pela IURD e seus pastores em virtude de certas matérias e casos polêmicos divulgados pela mídia<sup>7</sup>.

Esta intenção de positivar a imagem do evangélico se faz notar novamente na mesma sessão, quando o vereador encaminha um requerimento (posteriormente aprovado) solicitando a realização de uma Sessão Solene comemorando o Dia do Pastor, 10 de junho. Ao falar dos pastores em geral, destaca o quanto trabalham seus colegas da IURD:

*“São homens que dedicam as suas vidas por amor ao próximo, que prestam relevantes trabalhos à sociedade. (...) A Igreja Universal do Reino de Deus está com as suas portas abertas todos os dias da semana, 24 horas por dia. Quando os pastores não estão no altar, estão atendendo às pessoas, estão em programação de rádio e televisão, ou em visitas a asilos, hospitais ou presídios, onde a Igreja Universal do Reino de Deus tem feito um trabalho de evangelização.” (Ver. Valdir Caetano – PTB, 06ª Sessão Ordinária, 02/03/2001)*

Contudo, a divulgação das atividades da Igreja e o proselitismo em seu favor não são constantes, tanto que, ao fazer comentários sobre os “problemas sociais” os termos bíblico-

---

<sup>7</sup> Um exemplo sempre recorrente é o episódio do “chute na santa”, comentado por Burity (1997) e Mariano (1999).

religiosos nem sempre aparecerão. No dia 18 de julho de 2001, ao relatar sua participação, como representante da Comissão dos Direitos Humanos e do Consumidor, no *I Seminário sobre a Violência contra a Mulher e as Ações Municipais nas Mercocidades Brasileiras*, realizado no Rio de Janeiro na semana anterior, Pastor Almerindo adota um discurso de defesa dos direitos humanos e da igualdade entre os sexos, sem necessariamente explicitar a opinião da IURD a este respeito:

*“O Encontro demonstrou que a mulher ainda enfrenta vários desafios, apesar de continuar conquistando espaço desde a década de 80. Entretanto, a violência tende a crescer, inclusive a doméstica, porém cabe à mulher a busca de proteção de seus direitos, sem medo da denúncia de agressão, do abuso sexual ou ameaças que sofre, para contribuir com o rompimento do ciclo da violência em nosso País.”* (Ver. Pr. Almerindo – sem partido, 51ª Sessão Ordinária, 18/06/2001)

Em outros termos, combater a violência contra a mulher é uma obrigação de todos, algo que talvez seja tão evidente que torne desnecessário recorrer à legitimação através da palavra divina. Situação semelhante pode ser verificada quando os vereadores intervêm em discussões polêmicas no âmbito municipal, como aquela referente à abertura ou não do comércio aos domingos. Interessante mesmo é perceber como o representante da Universal explicará seu voto contrário ao projeto a partir da situação socioeconômica da população, enquanto um vereador católico do Partido dos Trabalhadores buscará na Bíblia justificativa para seu posicionamento:

*“Fizemos, através da Rádio Capital, onde por mais de dois anos apresentamos um programa das 7 às 9 horas da manhã, todos os tipos de pesquisa, e em todas elas chegamos à conclusão de que o porto-alegrense, o povo de Porto Alegre, não quer mais um dia para trabalhar e sim, um salário digno para que possa ter poder de consumo.”* (Ver. Valdir Caetano – PTB, 17ª Sessão Ordinária, 28/03/2001)

*“(...) os comerciários, antes de serem uma unidade de produção, o produto da mais-valia, são, principalmente, seres humanos. O domingo não é um dia qualquer da semana, é, sim, um dia especial dedicado ao descanso, à família, um dia dedicado ao Senhor, é dia do Criador, pois até o Senhor descansou no sétimo dia.”* (Ver. Aldacir Oliboni – PT, 17ª Sessão Ordinária, 28/03/2001)

Na verdade, me parece que os dois argumentos não são essencialmente diferentes entre si, uma vez que se orientam pela necessidade de “valorizar o ser humano”, trabalhador, e seu direito ao descanso. A peculiaridade está no fato de que Oliboni legitima sua fala a partir da conhecida história bíblica da Criação. Sendo ele membro de um partido “de esquerda”, que à primeira vista poderia ser concebido como devendo ser ainda mais laico do

que os demais, as interfaces entre os discursos religiosos e políticos se apresentam para nós como ainda mais complexas e surpreendentes.

Para além disto, na sessão seguinte, quando pretenderá reforçar sua opinião, Caetano irá relacionar a possível abertura do comércio aos domingos com uma das questões que mais o preocupa, o consumo de drogas entre os jovens e adolescentes:

*“Nós temos visto que, por um motivo ou outro, hoje, os pais e as mães têm de trabalhar para o sustento da sua casa, e é justamente aí que os traficantes tiram proveito. Nós não poderíamos jamais tirar o único dia da semana quando há uma oportunidade de a família estar junta. Este Vereador entende que o problema das drogas começa a partir do momento em que a família se distancia.” (Ver. Valdir Caetano – PTB, 18ª Sessão Ordinária, 30/03/2001)*

Novamente, o contato com os “carentes” proporcionado pelo envolvimento de Caetano com a ABC aparece como definidor de seus posicionamentos. Ainda assim, não devemos nos precipitar: o que foi visto até o momento não significa que os vereadores da IURD “apenas” divulguem a importância do trabalho exercido por sua Igreja e não busquem em Deus explicações e justificativas para os fatos com os quais se defrontam e as opiniões que manifestam. Atentemos para a explanação do Pastor Almerindo sobre o preconceito racial no Brasil, na qual, após analisar a situação através de termos e expressões próximos das Ciências Sociais (como “convivência cordial que distorce o conflito”), é o texto bíblico quem fornecerá o fechamento da questão:

*“Desejo que esta Semana se estenda e que não tenhamos apenas uma Semana de Consciência Negra, mas, sim, uma Semana de respeito, de dignidade e, principalmente, merecidas homenagens ao povo negro da nossa Nação. O Apóstolo Pedro em sua sabedoria certa vez disse: “Na verdade reconheço que Deus não faz acepção de pessoas”. Está escrito no Livro de Atos, dos apóstolos, Capítulo 10º., versículo 34.” (Ver. Pr. Almerindo Filho – PSL, 49ª Sessão Solene, 20/11/2001)*

Quaisquer que sejam as explicações para a origem do preconceito racial, não existe como justificá-lo, uma vez que Deus, que está num patamar superior a todos os seres humanos, não os distingue conforme qualquer critério deste gênero. A Bíblia é consultada ainda mais cuidadosamente quando o Pastor comenta os atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos:

*“Eu comecei a olhar aquelas imagens e, não podemos negar, nós, que praticamos a palavra de Deus, que isso tudo está escrito nas escrituras sagradas, ou seja, de que os últimos dias seriam dias de guerra. (...) Lembrei de uma certa passagem da Bíblia: ‘Portanto, eu vos julgarei, a cada um segundo os seus caminhos, ó casa de Israel. Convertedei-vos e desviai-vos de todas as vossas transgressões; e a*

*iniquidade não vos servirá de tropeço. Lançai de vós todas as vossas transgressões com que transgredistes, e criai em vós coração novo e espírito novo; pois, por que morreríeis, ó casa de Israel? Porque não tenho prazer na morte de ninguém.’ (...) Aos mortos, a Bíblia diz o seguinte: ‘Assim como aos homens está ordenado morrerem uma só vez, depois disso, o juízo.’ Os mortos já não sentem mais, mas quem está sofrendo, neste momento, é aquele pai, é aquela mãe, é aquele irmão, é aquela irmã. (...) é aqui na Terra que nós temos que nos afastar das transgressões e temos, também, de aceitar Jesus em nossos corações, para que a Sua paz venha a estar no nosso interior. E está provado neste capítulo 18, versículo 32, de Ezequiel, que eu vou repetir: ‘Porque não tenho prazer na morte de ninguém, diz o Senhor Deus, Portanto, convertei-vos e vivei.’ “ (Ver. Pr. Almerindo Filho – sem partido, 77ª Sessão Ordinária, 19/11/2001)*

A explicação para a “tragédia” já estava nas Escrituras: o pecado e a iniquidade que predominam no mundo inevitavelmente conduzirão a humanidade a desgraças. Ao mesmo tempo, subentende-se que os mortos são os que menos sofrem: como sua “missão na Terra” foi cumprida, serão submetidos ao julgamento divino, restando o sofrimento para seus familiares e entes queridos que aqui permaneceram. Deus não deseja que ninguém tenha este destino: como “pai supremo”, quer a felicidade para todos seus filhos, e o caminho para tanto pode ser encontrado através da fé e da oração. Este comentário do Pastor Almerindo é, dentre os que foram recolhidos no período em questão, aquele que aparenta um teor religioso mais estrito e acentuado, lamentando a destruição, obra da ação perniciosa dos homens, e indicando como caminho para impedir novos fatos do gênero o ato redentor da conversão, através do qual cada um deve “aceitar Jesus” e deixá-lo assumir o controle de sua vida.

Buscando uma visão geral sobre os comentários feitos por Almerindo e Valdir Caetano, parece-nos que, já nestes princípios de seu mandato, eles tentavam combinar, de uma forma complexa e nuançada, valores e termos referidos a partir de seu pertencimento religioso com uma atuação que se pretende próxima do comportamento “profissional” de um político, acionando recursos bíblico-religiosos diferencialmente conforme os contextos e questões em disputa. Todavia, como veremos a seguir, a interação com seus colegas parlamentares demonstrou como este comportamento não era considerado suficientemente adequado às regras vigentes no campo político.

### **Projetos e polêmicas**

Voltemos agora nossas atenções para os projetos de lei apresentados por Valdir Caetano e Almerindo Filho. Primeiramente tentarei apresentar uma visão mais geral do que cada um dos pastores-vereadores propôs ao longo de seu mandato, para logo após verificar algumas de suas repercussões entre os demais parlamentares.

O político do PL não apresentou muitos Projetos de Lei durante seu primeiro mandato: entre 2001 e 2004, foram apenas quatro proposições, fato que se justifica, nas palavras de uma de suas assessoras, pelo entendimento de que “*não adianta só ficar dando nome pra rua e fazendo homenagens pra todo mundo*”. Tal afirmação é uma crítica à prática de boa parte dos vereadores, que apresentam uma grande quantidade de projetos visando nomear logradouros e homenagear personalidades e “lideranças comunitárias” da cidade. Tal procedimento acaba por lhes garantir um número considerável de aprovações em plenário, o que, frente ao “grande público”, pode ser apresentado de maneira bastante positiva, especialmente durante os períodos eleitorais.

Isto não significa que Caetano não tenha proposto a realização de homenagens: lembremos, por exemplo, da sessão solene em comemoração ao Dia do Pastor, ocorrida ainda no primeiro ano do mandato, em 2001. Todavia, a realização destes eventos não parece estar no rol das maiores preocupações deste pastor-vereador: além desta homenagem aos pastores, tenho notícia apenas de dois outros eventos do gênero. No primeiro, em 11 de abril de 2002, eram celebrados os noventa anos do Colégio Militar de Porto Alegre, enquanto no segundo, no dia 25 de março de 2003, a instituição agraciada era um segmento do Exército denominado *1ª Divisão de Levantamento – Carta Geral de Porto Alegre*, responsável pela realização de trabalhos cartográficos na Região Sul do país.

Dentre os quatro Projetos de Lei protocolados por este vereador, três abarcavam questões tidas como relevantes para a totalidade da população de Porto Alegre: um deles propunha a alteração dos mecanismos de fiscalização do trânsito na cidade, prevendo a instalação de controladores eletrônicos de velocidade, conhecidos como “lombadas eletrônicas”, em substituição aos “pardais” instalados nos postes; outro obrigava as agências bancárias a disporem de sanitários para seus usuários; enquanto um terceiro autorizava o Executivo Municipal a instituir um “sistema público de vigilância”, instalando câmeras de vídeo em pontos estratégicos da capital gaúcha. O primeiro foi aprovado pelo plenário e vetado pelo prefeito municipal, de tal forma que, assim como o segundo, está arquivado, podendo, futuramente, ser colocado em tramitação outra vez. Já a última destas propostas está aguardando parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento (CEFOP), para que possa avançar para outras etapas do processo legislativo<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A tramitação dos projetos envolve um processo bastante complexo, integrado por diversas etapas imediatamente posteriores à sua redação. Inicialmente, o projeto é encaminhado para a Diretoria Legislativa, órgão que centraliza os procedimentos burocráticos da Câmara, onde seu recebimento é protocolado. Na seqüência, é “apregoadado” no plenário, ou seja, o presidente da casa lê em voz alta o número e a ementa da proposição em questão, destacando também quem é o vereador proponente e abrindo espaço para que, durante três sessões ordinárias, qualquer outro parlamentar possa apresentar emendas. Posteriormente, vai para a Procuradoria, encarregada de dar um primeiro parecer acerca de sua legalidade. Depois é encaminhado para as Comissões: a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deverá avaliá-lo como condizente ou não com as normas constitucionais, e as “comissões de mérito”, definidas de acordo com o conteúdo da proposta. Além

A única proposição que estava mais explicitamente vinculada aos interesses das instituições religiosas visava alterar um dispositivo da lei municipal que institui e disciplina os tributos de competência do município, de forma a garantir isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para organizações religiosas cujos imóveis sejam alugados. Este projeto, que obteve aprovação, objetivava solucionar aquilo que Caetano classificava como uma “distorção da lei”, que, no artigo em questão, tinha uma redação que acabava por beneficiar apenas as igrejas que fossem donas dos prédios em que estavam instalados seus templos.

Em relação à proposição de homenagens, a postura de Almerindo Filho não se diferencia muito daquela de Caetano. Assim, afora uma sessão solene em celebração aos 25 anos da Igreja Universal, em 2002, constam nos registros da CMPA aos quais tive acesso apenas dois eventos deste tipo promovidos pelo vereador do PSL: uma homenageando o Clube dos Caixeiros Viajantes, outra o Jornal do Comércio, instituições que Almerindo classifica como “*fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da cidade*”. Além disso, havia também propostas de concessão do título honorífico de “cidadão de Porto Alegre” a Iara Mendonça e Rudi Armin Petry, respectivamente uma conhecida empresária do ramo do turismo e um importante conselheiro do Grêmio Foot-Ball Porto-alegrense.

Segundo informações obtidas no site oficial do líder do PSL<sup>9</sup>, foram 23 os projetos apresentados pelo pastor-vereador entre os anos de 2001 e 2004. A grande maioria destas proposições se volta para as “questões sociais”. No boletim informativo publicado no final de 2001, por exemplo, foi feito o esclarecimento de que “*a preocupação principal do Ver. Pr. Almerindo neste ano foi apresentar Projetos de Lei que envolvessem o bem-estar da Sociedade como um todo, mas principalmente aqueles menos assistidos.*” (Informativo Atalaia, dezembro de 2001, p.1). Desta forma, são destacadas as proposições cujo conteúdo

*“Obriga a confecção e distribuição de material explicativo acerca da doação de sangue; Obriga o fornecimento de material escolar aos filhos de pais ou responsáveis carentes portadores do vírus HIV; Dispõe sobre o aproveitamento de materiais de construção nas obras*

---

disso, caso implique na criação de despesas, mesmo que originalmente seu “mérito” tenha sido avaliado por outra Comissão, o projeto terá que passar pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e do Mercosul (CEFOR). Em cada uma destas comissões, um vereador é designado como relator da avaliação do projeto, sendo suas responsabilidades a leitura do mesmo e a redação de um parecer definindo-se por sua aprovação ou desaprovação. Importante ressaltar que, em cada uma destas etapas, caso não seja aprovado o projeto volta para o vereador, que tem a possibilidade de modificá-lo e ajustá-lo conforme considerar necessário. Para que possa ser encaminhado à etapa final, a votação em plenário pelo conjunto dos vereadores, não é necessária a aprovação do projeto por todas as comissões: basta que uma delas tenha emitido um parecer favorável. Finalmente, caso o projeto venha a ser aceito pelo Legislativo, ainda assim dependerá do prefeito municipal para sua aprovação definitiva. Num período de quinze dias o chefe do Executivo deverá sancionar ou vetar o texto, parcialmente ou em sua integralidade. Todavia, mesmo em caso de veto, o plenário da Câmara é soberano, podendo derrubar o veto do prefeito e validar a lei.

<sup>9</sup> [www.almerindofilho.com.br](http://www.almerindofilho.com.br) – acessado em 16/09/2004.

*civis de Porto Alegre para destinação à construção de casas populares; Autoriza a criação de padarias comunitárias em bairros carentes de Porto Alegre; Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos postos de abastecimento de combustíveis de Porto Alegre; Garante a permanência de acompanhante nos casos de internação hospitalar de idosos.” (Informativo Atalaia, dezembro de 2001, p.1)*

Não é meu interesse no momento discutir o conteúdo mais profundo destas propostas, devendo apenas ser ressaltado o fato de que elas não se diferenciam muito daquelas apresentadas por quaisquer outros vereadores cuja atuação esteja voltada para a “questão social”. Num outro sentido, elas também podem ser correlacionadas com o processo de “aprendizado político” dos representantes da IURD, ao qual já fiz referência anteriormente.

Tais proposições não causaram maiores repercussões no plenário, gerando apenas comentários de “ordem técnica”: no máximo, os outros parlamentares contestavam a redação dos textos e sugeriam que a inexperiência de Almerindo estava dificultando o exercício de suas atividades enquanto vereador.

Contudo, em outros momentos a polêmica acabou se instalando. O tema “religião” foi efetivamente evocado a partir de duas proposições em particular, causadoras de uma série de manifestações reveladoras de avaliações em geral negativas dos pentecostais e sua atuação política. Num destes projetos, Almerindo apregoava a proibição da exposição de imagens religiosas em prédios e logradouros públicos; no outro, visava garantir vagas nas escolas municipais de Ensino Fundamental e Médio para filhos de pastores, bispos e missionários. Imediatamente, vários vereadores criticaram o conteúdo e as intenções de tais propostas. Tentemos, portanto, reconstituir este embate, atentando para a maneira como os agentes envolvidos interpretam as diferentes possibilidades de imbricação entre o político e o religioso.

### **Liberdades em conflito**

As primeiras manifestações contrárias às proposições de Almerindo Filho trouxeram à tona categorias tidas como definidoras do Estado liberal moderno, dentre as quais as noções de igualdade e liberdade (inclusive quando delimitada ao âmbito religioso):

*“Temos por norma respeitarmos todas as religiões. Esta Casa irá se manter neutra em relação às igrejas, de se constituírem livremente, e cada uma com a sua peculiaridade, sua tradição e cultura. (...) Ora, preocupar-se com imagens! A Constituição não permite, pois fere o art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, que dá liberdade às religiões, às igrejas de se constituírem livremente. (...)*

*Outro Projeto, de autoria do Ver. Almerindo Filho, que dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas do Município, de Ensino Fundamental e Médio, para filhos de bispos, pastores, missionários, aí, já inclui todos! Nós, aí, também não queremos, não vamos dar privilégio para ninguém. Todos somos iguais perante a Constituição, todos temos de ter as mesmas dificuldades, o mesmo respeito pelas religiões.” (Ver. Cassiá Carpes – PTB, 26ª Sessão Ordinária, 20/04/2001)*

Temos aqui, portanto, simultaneamente uma argumentação baseada nos princípios constitucionais que garantem liberdade de organização e manifestação para quaisquer crenças religiosas, com ênfase na diversidade (“cada uma com a sua peculiaridade, tradição e cultura”), e uma acusação implícita de que Almerindo estaria atuando com vistas a favorecer apenas seu segmento religioso. Em outro nível, Carpes nos indica uma visão “laica” e “secularizada” da Câmara, cujos integrantes deveriam agir na busca do “bem comum” da população, e não orientados pelos interesses particularistas de uma determinada religião.

O vereador Humberto Goulart, por sua vez, reafirma a importância da diversidade religiosa ao considerá-la característica da própria “riqueza da cultura brasileira”:

*“Que bonito que o Brasil tem toda essa diversidade de crenças, que tem os seus patuás, que tem os seus santinhos, que tem os seus escapulários, que tem as suas imagens sacras, de homens que deram exemplos maravilhosos de como se bem viver. Então, penso que é um equívoco essa medida, e esta Casa não pode, jamais, Ver. Cassiá Carpes, ir contra as missões de fé que as pessoas têm e contra o cultural, o bonito do brasileiro.” (Ver. Humberto Goulart – PDT, 26ª Sessão Ordinária, 20/04/2001)*

Vejamos bem: o projeto de Almerindo poderia até não estar necessariamente em desacordo com as leis, mas ia numa direção contrária aos próprios desígnios do “povo”, aos caracteres que constroem e dão singularidade ao Brasil. Concordar com tais idéias seria um desrespeito e uma desconsideração para com símbolos bastante presentes no exercício de fé da população. Enfim, o Pastor estaria sugerindo algo absurdo e inconveniente, não apenas por ir contra os princípios que, na concepção de seus colegas, deveriam reger o bom funcionamento do sistema democrático (“secularizado”). O problema de fundo estaria em desconsiderar os valores e crenças de grande parte das pessoas, sob as quais deveria assumir igual responsabilidade, ao menos enquanto vereador.

O vereador João Dib, do Partido Progressista (PP), por sua vez, faz uso de ironias ao contestar as propostas. Sobre a retirada das imagens, diz que, após sua aprovação, “vai haver dificuldades se as igrejas, que no alto de suas torres têm o crucifixo, terão de retirá-los, segundo o Pastor” (26ª Sessão Ordinária, 20/04/2001). Em relação às vagas asseguradas para os filhos de religiosos, enfatiza a exclusão dos católicos e comenta: “Tudo bem, é um direito dele fazer discriminação” (idem). A partir deste momento, os discursos tornam-se

carregados de uma afirmação do quão “absurdo” é considerar a consolidação de tais idéias, como demonstra Haroldo de Souza, apontando para um crucifixo com a representação de Jesus Cristo, presente no plenário da Câmara:

*“A fé é a mãe do ser humano. Todos nós temos que ter fé em alguma coisa. Não fosse a fé, meu querido Luiz Negrinho, que seria de nós. Quantos metros precisamos de uma escada para subir até aquele Cristo. Eu peço ao Ver. Almerindo que providencie essa escada se ele conseguir vencer. O nosso pensamento, nossas idéias, nossas crenças e nossa fé, para que eu possa registrar ele subindo por uma escada para tirar aquele Cristo que ali se encontra.” (Ver. Haroldo de Souza – PTB, 26ª Sessão Ordinária, 20/04/2001)*

Ou seja, além de ofender as leis e os “valores do povo”, Almerindo estaria mexendo com sentimentos íntimos e profundos, constituintes do próprio homem como sujeito. No fim das contas, me parece que os argumentos apresentados pelos vereadores indicam a consideração de que está ocorrendo a ingerência de um político num assunto sobre o qual não deve interferir. Em outras palavras, surge a idéia de que deve haver uma fronteira entre religião e política delimitando as possibilidades de influência mútua entre tais instâncias. Isto deveria ocorrer primordialmente para evitar “atitudes autoritárias” que pretendam impor como verdade o pensamento de um determinado grupo.

A discussão se encaminha para seu final com a expressão do pensamento de um vereador que se identifica como teólogo e faz uso desta condição para comparar-se com Almerindo e afirmar a maneira diferenciada como enxerga a problemática da liberdade religiosa:

*“Nós, os adventistas, guardamos o sábado e não o domingo. Imaginem se, como adventistas, nós obrigássemos, por meio de um Projeto de Lei, que todos fossem guardar o sábado e não o domingo. Eu acredito que isso seria um desrespeito, embora eu, particularmente, respeite o sábado, por estar também nos 10 mandamentos. Isso não me dá o direito de ir contra as outras religiões que respeitam as suas imagens, como também tenho de ser respeitado pela observância do sábado, porque os adventistas guardam o período do pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de sábado, como fazem os judeus.” (Ver. Elias Vidal – PTB, 26ª Sessão Ordinária, 20/04/2001)*

Em suma, Vidal só vem reafirmar a idéia de que liberdade e diversidade devem estar interligadas, subentendendo-se que este deve ser um dos princípios que guiam a tolerância religiosa num sistema democrático moderno. Neste sentido, somos remetidos à obra de Pierucci (1997b), quando define a sociedade secularizada como um espaço onde o pluralismo religioso está definitivamente instalado. No caso em pauta, Vidal, apresentando-se como “teólogo adventista”, parece concordar com esta afirmação, utilizando-se de concepções

similares a ela para criticar o representante da IURD. Até aí ele não estaria se distinguindo muito dos colegas, no que se refere ao conteúdo das críticas. Todavia, sua peculiaridade reside exatamente no fato de usar seu pertencimento religioso como uma legitimação de sua posição, uma vez que também os adventistas são contrários à adoração de imagens. Ele chega mesmo a fazer questão de ressaltar que isto realmente não é o mais importante, de forma tal que *“não é pela imagem que está num lugar público que você vai adorar ou deixar de adorar, porque isso já está na cabeça e no coração do adorador daquela imagem de escultura”* (26ª Sessão Ordinária, 20/04/2001). Ou seja, mesmo que fosse um objetivo válido do projeto difundir uma certa forma de crer, sem imagens, ainda assim ele não teria razão de ser, pois não é possível mudar as mentalidades das pessoas de uma hora para outra, rompendo bruscamente com suas trajetórias de vida anteriores.

Algumas sessões depois, Almerindo, que estava licenciado para tratamento de saúde quando seus projetos foram discutidos em plenário, voltou à Câmara e finalmente se manifestou, tentando explicar suas intenções e defender a importância dos eleitores evangélicos:

*“Quero dizer a todos que, às vezes, esta tribuna é tendenciosa. Ora, a instituição que eu defendo e os projetos que eu faço - quando falo em pastores, sacerdotes, bispos, é claro que eu tenho experiência dentro da igreja onde sou pastor - vão visar a todos os credos religiosos. Jamais farei um projeto que visará, apenas, a pastores da minha denominação. Então, quero dizer, em primeiro lugar, aos Srs. Vereadores que a minha intenção não foi ofender ninguém, jamais vou poder entrar na liberdade religiosa de cada um de vocês. Quero dizer que o eleitorado evangélico no Estado é de 120 mil votantes, e em Porto Alegre é de 30 mil. Creio que, às vezes, fica difícil, quando dizem que vão abrir esta ou aquela bancada. Há muita tendência, mas o povo da Igreja também olha a TV Câmara, e também ajuda a que Vereadores sejam eleitos nas diversas bancadas, sejam elas do PTB, seja PFL, sejam quais forem.”* (Ver. Pastor Almerindo – PFL, 32ª Sessão Ordinária, 04/05/2001)

Para começar, ele reconhece que defende uma instituição, mas enfatiza que não pretendia beneficiar apenas ela. O objetivo era melhorar as condições dos sacerdotes de “todos os credos religiosos”. Contudo, em seguida, após dizer que não desejava ofender ninguém, destaca a quantidade de eleitores responsáveis pela eleição da “bancada evangélica” no Rio Grande do Sul. Fica a impressão de que está “alertando” os colegas de parlamento, a fim de que respeitem e levem em conta esta fatia respeitável do eleitorado. Esta atitude se explica e ganha sentido quando lembramos que um dos motivos do ingresso pentecostal na política é “ganhar respeitabilidade” para suas igrejas, cuja “liberdade religiosa” é vista como excessivamente limitada pela “hegemonia católica”. Assim, talvez possamos arriscar dizer que a finalidade última destes projetos de lei seria proporcionar um aprofundamento das

raízes evangélicas no Brasil, fazendo com que algumas de suas crenças fossem levadas em conta na organização da sociedade – lembremos daquilo que Sanchis denominou o “repto pentecostal à cultura católico-brasileira” (Sanchis, 1994). É inegável, por outro lado, que as críticas recebidas por Almerindo têm por detrás justamente essa configuração de valores decorrente da força que o simbolismo religioso católico ainda possui em nossa sociedade.

De qualquer forma, há, neste caso, uma forte divergência entre Almerindo e os outros vereadores, sejam estes identificados como católicos ou não. O pedido de Haroldo de Souza sintetiza a situação, ao mesmo tempo em que encerra o debate:

*“A liberdade religiosa todos nós temos. Eu recomendo, do alto da minha humildade, de um homem de 58 anos e cristão, que V. Exa. retire este Projeto, tendo em vista a reação da sociedade. V. Exa. não tem o mínimo direito de entrar nos lares das pessoas, causando o impacto de uma proibição ...” (Ver. Haroldo de Souza – PTB, 32ª Sessão Ordinária, 04/05/2001)*

Enfim, a “liberdade religiosa” pretendida por Almerindo é claramente diferente daquela defendida por Souza e pelos demais que se manifestaram. No fim das contas, os projetos polêmicos acabaram sendo retirados por seu proponente.

Importa ressaltar que polêmicas deste tipo realmente não constituem novidades na história brasileira. Giumbelli (2003) analisou o caso do Pastor Miguel Vieira Ferreira que, no ano de 1889, envolveu-se numa polêmica com a imprensa e as autoridades de um Estado juridicamente definido como laico, ao protestar contra a presença de um crucifixo na sala do júri popular do Rio de Janeiro, capital da República recém proclamada. Penso que algumas das considerações deste autor podem subsidiar a reflexão sobre esta situação que acabamos de relatar:

*“De um lado, temos um argumento conjunturalmente secularizante, que reclama uma distinção mais clara entre o público e o religioso. De outro, um argumento conjunturalmente anti-secularizante, uma vez que permite a permanência de um símbolo religioso em uma repartição pública. Ocorre que o primeiro argumento é sustentado por um pastor que imagina um futuro cristão para o país, enquanto que o segundo é articulado pela imprensa não religiosa e pelas autoridades do Estado laico, com o apoio de jornais católicos, em consideração ao passado também cristão da nação.” (Giumbelli, 2003: 17)*

No caso porto-alegrense, em última instância é o “religioso político” quem está defendendo a laicidade do espaço público, ao solicitar a retirada dos símbolos ali presentes, ao passo que os “políticos laicos”, similarmente ao que foi sugerido por Giumbelli, defendem a permanência de tais imagens, municiando seus argumentos com uma retomada da importância da tradição cristã do país e da “religiosidade do povo”. Todavia, estes mesmos

parlamentares alegaram que Almerindo estaria erroneamente misturando religião com política, com sua outra proposta que reservava vagas para filhos de ministros religiosos nas escolas do município. Revela-se, assim, uma ambigüidade de posicionamentos, explicitando um acionamento diferenciado dos valores religiosos conforme o contexto.

Esta constatação, num certo sentido, aproxima-se dos resultados obtidos por Oro (2001b) em pesquisa realizada durante a legislatura anterior da mesma Câmara Municipal. Para a maioria dos vereadores daquele período, bem como para os deputados da Assembléia Legislativa do RS, a separação entre os campos político e religioso é algo desejável, pelo qual se deve trabalhar constantemente<sup>10</sup>. Entretanto, os mesmos políticos consideram que se dizer ateu pode ser prejudicial à sua imagem frente aos eleitores, reconhecendo a importância da religiosidade para a população em geral. Seja como for, chegamos a uma conclusão parcial de que, em meio às diferentes implicações entre religião e política, também os choques e atritos não podem ser desconsiderados ou deixados de lado, ao analisarmos a presença pentecostal no parlamento municipal porto-alegrense (Oro, 2001b).

### **Instituição religiosa e fidelidade partidária**

As discussões na Câmara sobre o relacionamento entre religião e política não se limitaram à campanha contra os projetos do Pastor Almerindo. As ações de Valdir Caetano também gerariam repercussões entre os vereadores, mas o fato desencadeador não seria um projeto de lei: a polêmica se instaurou a partir de uma mudança de partido, quando Caetano trocou o PTB pelo PL. Num dado momento da legislatura, o próprio vereador se encarregou de ir à tribuna para relatar o acontecido:

*“Recebi um convite do Dep. Paulo José Gouvêa, Presidente Estadual do PL, para que, juntos, pudéssemos fazer do PL um Partido forte nesta Cidade e neste Estado. Aceitei este desafio. Deixo o PTB, e assim que aceitei o convite do Deputado Paulo Gouvêa para iniciar um trabalho no PL nesta Cidade, a primeira pessoa a quem telefonei e conversei foi com o Deputado Sérgio Zambiasi. Conversei com o Deputado e falei a ele tudo que eu estava sentindo naquele momento. Devido a certas afinidades, como o programa de rádio, o trabalho social e o anseio pelo trabalho político, fui muito bem compreendido pelo Deputado Sérgio Zambiasi, que colocou na ocasião que não gostaria, de forma nenhuma, que o seu Partido perdesse o Valdir*

---

<sup>10</sup> Oro constatou que “Os vereadores e deputados que propõem fronteiras entre o político e o religioso recorrem aos argumentos de que tal separação resulta de uma conquista do positivismo e da moderna democracia, que tem conduzido à laicização, à democracia política (cujo resultado é uma postura política que deve estar acima dos faccionalismos ou preferências religiosas), e à separação dos campos, cabendo ao político as questões de ordem pública, e à religião as situações espirituais da esfera subjetiva. Além disso, outros políticos ponderam que a aproximação entre religião e política pode conduzir a fundamentalismos e totalitarismos.” (Oro, 2001b:172)

*Caetano, mas que, de certa forma, entendia aquilo que eu colocava para ele no momento, ou seja, esta oportunidade ímpar de um Vereador, recém-chegado à bancada de um partido, poder liderar esta bancada, iniciando um trabalho.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 20ª Sessão Ordinária, 04/04/2001)*

Caetano explica com naturalidade sua transferência de partido, justificando-a como resultado de um desafio que Paulo Gouvêa lhe colocou. Enfatiza a importância de poder assumir a posição de líder partidário, o que lhe possibilitaria mais facilidades e recursos para atuar na Câmara. Neste pronunciamento, ao que parece, seu grande objetivo é deixar bem claro que a mudança ocorreu sem traumas e rupturas, de uma forma negociada, tanto que o próprio presidente do PTB, Sérgio Zambiasi, compreendeu suas motivações. Entretanto, há um outro fator, não citado neste momento, que será o principal mote das críticas que lhe serão dirigidas por outros parlamentares: Paulo Gouvêa, deputado federal pelo PL, também veio do PTB e é pastor da Igreja Universal, tendo se transferido para a sigla liberal juntamente com várias lideranças nacionais da instituição, como seu antigo coordenador político, o deputado federal e ex-bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ). Em tal contexto, Valdir Caetano será acusado de colocar os interesses religiosos acima da fidelidade partidária, que seria fundamental para o “bom” exercício do mandato:

*“Isso é vergonhoso para esta Casa. Há gente que está trocando de partido para fazer bancada nesta Casa, para ter cargo político, e isso é vergonhoso! Isso não é profissionalismo, isso não é democracia, isso é ridículo! Ainda falam em Deus aqui nesta tribuna. (...) V. Exa. não faz política, V. Exa. trabalha por interesse pessoal e da sua religião. Mas aqui não se mistura religião. Eu era do futebol, hoje sou da política. Aqui não se mistura religião com política. E para falar sobre política, a pessoa tem de ter cultura, identidade política e convicção. V. Exa. veio brincar com a população de Porto Alegre.” (Ver. Cassiá Carpes – PTB, 20ª Sessão Ordinária, 04/04/2001)*

Em primeiro lugar, Carpes questiona a idoneidade de Caetano, cujo objetivo primordial estaria em conquistar cargos, uma vez que, constituindo-se em nova bancada, teria direito a indicar uma série de assessores, através de critérios políticos. A causa disto estaria na colocação de interesses particularistas, seus e de sua Igreja, na frente do “bem comum”<sup>11</sup>. Na continuidade, mais uma vez se evidencia, de forma extremamente clara, a idéia de que religião e política não devem se envolver. A Câmara deve ser um espaço de discussão política por excelência, conforme sugere Carpes, ele mesmo alegando que seu envolvimento

---

<sup>11</sup> Renato Janine Ribeiro, em texto recente, lembra que os estudiosos da política da Antigüidade costumam dizer que a grande peculiaridade da política da Modernidade é o fato de que esta era uma política das virtudes, que buscava o melhor para a sociedade, enquanto o que vemos atualmente é uma política de interesses (Ribeiro, 2002).

com o futebol<sup>12</sup> é deixado de lado enquanto atua como vereador. Ou seja: para este parlamentar, Deus não deve ser envolvido com esta instância de debates públicos, devendo se restringir à esfera das subjetividades individuais.

Mais do que desnecessárias, as interpenetrações mútuas entre o religioso e o político são vistas como nocivas para a sociedade, caracterizando uma situação de submissão prejudicial ao “livre-arbítrio” dos vereadores vinculados a instituições religiosas:

*“Até que ponto - e aqui vai a colocação - essas pessoas não estão submetidas a uma situação de verdadeira curatela? Seriam curatelados de curadores dessas instituições. Essa é uma questão que temos de examinar, porque, na realidade, podem estar acontecendo com os Partidos políticos ingerências de tal ordem - em face de essas relações que se fazem na sociedade, e principalmente relações religiosas - que os Partidos políticos ficam condicionados pela falta de autonomia e de liberdade de seu integrante.” (Ver. Elói Guimarães – PTB, 21ª Sessão Ordinária, 06/04/ 2001)*

A fala de Guimarães explicita, em linhas gerais, um “modelo ideal” de atuação política, nos moldes daquilo que sugeri a partir das indicações de Bourdieu (1989b). Percebemos, então, um entendimento de que o campo político deve ser autônomo, de tal maneira que aqueles que nele atuam, como os vereadores, devem agir com isenção e independência em relação a organizações, categoria em que é enquadrada a Igreja a que Caetano pertence. A única instituição à qual o político deve ser fiel é seu partido, em cujas fileiras deveria ingressar em virtude de convicções ideológicas e princípios doutrinários. Pois bem, qualquer que seja o partido, o fim último do político deve ser atender aos “interesses do povo”, entendido como uma totalidade indistinta de credos e demais matizes identitários. Neste sentido, o “sistema político democrático” estaria ameaçado, ou pelo menos sendo utilizado de uma maneira incorreta, pois os vereadores evangélicos estariam seguindo, primordialmente, os desígnios de sua Igreja.

Em suma, há neste debate uma clara divergência de concepções sobre a representação política e o papel do parlamentar: enquanto os vereadores da IURD consideram legítimo o fato de estarem na Câmara defendendo os interesses de sua Igreja (mesmo que reconheçam a necessidade de “aprender” como é preciso “cuidar de todos”, conforme já vimos), os demais sugerem que é exatamente isto o que não deveriam fazer, pois representam toda a população de Porto Alegre e são os “interesses comuns” que devem buscar.

Interessante verificar que esta situação é também entendida como consequência inevitável do modelo político brasileiro:

---

<sup>12</sup> Cássia Carpes, antes de ser vereador, foi jogador profissional de futebol e, posteriormente, treinador de equipes profissionais deste esporte.

*“Nós ficamos a pensar, com medo de que, realmente, essas seitas religiosas estão aí. Agora, é culpa só do Ver. Valdir Caetano? Também não é. A culpa é muito, também, dos Partidos, que, na hora de escolher os candidatos, devem fazer uma triagem para saber quem é quem, para que depois do fato consumado não tenhamos que conviver com essas coisas desagradáveis, como na rua sermos tachados de uma classe que, realmente, não condiz com os desejos e os anseios da coletividade e de todos os segmentos sociais.” (Ver. Haroldo de Souza – PTB, 21ª Sessão Ordinária, 06/04/2001)*

A preocupação se volta para um outro nível, em que os resultados de atitudes como aquela assumida por Valdir Caetano, ao trocar de partido logo no início do mandato, são vistos como extremamente prejudiciais à imagem pública do político brasileiro. É neste momento que não podemos deixar de perceber como as críticas a Caetano estão inseridas num processo mais amplo de conflitos políticos no interior da Câmara Municipal, em que a interferência de instituições religiosas não é o único foco de discussão. Vejamos: num período que vai de fins de março até meados de abril de 2001, três vereadores eleitos pelo PTB saem do partido. Paulo Brum vai para o PSDB, Luiz Braz para o PFL e Valdir Caetano para o PL. Ora, Cássia Carpes, Haroldo de Souza e Elói Guimarães eram todos filiados ao PTB, de forma que podemos supor a existência de uma influência considerável da direção partidária e de sua insatisfação com os quadros perdidos nas críticas por eles formuladas. Num contexto assim configurado, torna-se inteligível a tomada de posição de Luiz Braz, logo após Carpes chamar os assessores de Caetano de “capachos”:

*“Ver. Valdir Caetano, V. Exa. sofreu uma agressão, assim como o Ver. Paulo Brum e este Vereador, e não de uma pessoa que falou por ela mesma, ela estava, na verdade, a serviço de outras pessoas. Mandaletes. E, como mandaletes, eu realmente não vou-lhes dar atenção, como não dei-lhes atenção na época em que sofri o primeiro ataque. Só que hoje esse Vereador exagerou, ele não conhece esta Casa e atacou a Casa toda. Ele atacou as pessoas que vieram aqui prestigiar o ato.” (Ver. Luiz Braz –PFL, 20ª Sessão Ordinária, 04/04/2001)*

O desentendimento assume o caráter de um conflito pessoal, chegando ao ponto de um grupo de vereadores encaminhar à Comissão de Ética da Câmara reclamação contra o comportamento de Cássia Carpes. A acusação é de que ele estaria agindo em discrepância com as regras do decoro parlamentar. Logo em seguida, Caetano se manifesta para novamente defender seu direito à troca de partido:

*“Pensei, Srs. Vereadores (...) em não dizer nada; sinceramente, não ia falar nada, Ver. Cassiá Carpes, porque não é merecedor de resposta. Mas, me apeguei a fatos, Sr. Presidente, a um fato em especial, que, este sim, chamo de vergonhoso - é uma questão regional -: o fato de um Vereador vir a esta tribuna e falar que eu não tenho ligações*

*nenhuma com a Cidade de Porto Alegre. Ver. Cassiá Carpes, sou paulista sim, o que muito me honra, e nunca escondi, mas antes de ser paulista, eu sou brasileiro e, pelo que me consta, este maravilhoso Estado e esta maravilhosa Cidade fazem parte deste querido Brasil. Que direito tem V. Exa. de falar se eu posso ou não estar nesta Cidade? Ver.<sup>a</sup>. Clênia Maranhão, V. Exa. tem de ir embora daqui, porque a V. Exa. não é gaúcha; Ver. Luiz Braz, V. Exa., infelizmente, também; Ver. Pedro Américo Leal; e temos mais: Haroldo de Souza; quem é que vai vibrar com aquela coisa tão bonita que ele faz no rádio com os grenais? Não pode! (...) Eu quero perguntar aos porto-alegrenses que conhecem o trabalho que eu faço há quatro anos aqui e há seis anos neste País: quem fez mais por esta Cidade e por este Estado, eu, em quatro anos, ou V. Ex.<sup>a</sup>, em toda a sua existência?” (Ver. Valdir Caetano – PL, 21ª Sessão Ordinária, 06/04/2001)*

O tom é ríspido, e há um apelo emocional aos colegas mesclado com uma certa alegação de xenofobia da parte de Carpes – o que seria bastante grave: suas palavras ofensivas são desvalorizadas de tal forma que não se considera que mereçam resposta, mas o comentário de que um “paulista desconhecido” não se elegeria sem o apoio da IURD gera um questionamento profundo. Interessante verificar como o foco é deslocado da pertença religiosa para a identidade regional do sujeito: Caetano se apresenta como perseguido, mas não por causa de sua religião. O problema estaria no fato de ser “um homem de fora” (um *outsider*, talvez), cujo trabalho social realizado ao longo dos últimos anos está sendo reconhecido pela população, mas desprezado por um colega de parlamento. A fim de explicitar o quão absurda considera esta situação, exemplifica com os casos de outros vereadores “não-gaúchos”. Seja como for, o representante da Universal assume uma postura defensiva em que pretende reverter as críticas recebidas em acusações de preconceito, capazes de mobilizar intensamente os demais integrantes da Câmara. Para que tal estratégia fosse bem sucedida, era indispensável a participação do Pastor Almerindo:

*“Eu venho a esta tribuna, pois, na última semana, várias têm sido as manifestações a respeito da atitude do Ver. Valdir Caetano no que concerne a sua ida para o PL. Sobre isso, manifesto-me publicamente, desejando todo o sucesso ao meu companheiro nessa jornada. (...) Nesta Casa temos vários juristas, operadores das leis que são dignos de todo o respeito. Agora lhes pergunto: pode um juiz dar uma sentença sem conhecer o processo? Pode esse juiz atribuir sentença ao réu, sem saber a acusação, sem apreciar as provas? Falo isso, nobres Vereadores, para que pensemos se não é o caso de conhecermos primeiro a Igreja Universal do Reino de Deus antes de chamá-la de seita religiosa, de poder paralelo aos poderes constituídos.” (Ver. Pr. Almerindo Filho – PFL, 22ª Sessão Ordinária, 09/04/2001)*

Além de se solidarizar com o “irmão”, numa atitude que indica claramente afinidades que transcendem as cores partidárias, Almerindo defende sua instituição religiosa de origem, através de um convite aos colegas: todos deveriam conhecê-la antes de emitir juízos de valor.

A convicção é de que não fariam de “perigos” e “poderes paralelos” se tomassem conhecimento dos benefícios que a Igreja traz para as pessoas que a freqüentam. De qualquer maneira, a imagem da IURD pode até não ter melhorado entre os vereadores porto-alegrenses, mas as negociações ocorridas posteriormente a este embate levaram a um acirramento dos ânimos. O próprio Cássia Carpes, por exemplo, fez questão de ressaltar que *“a questão com o Ver. Valdir Caetano é política, e não pessoal”* (22ª Sessão Ordinária, 09/04/2001). Também Caetano vai ao plenário dizer que conversou com o colega, acabando com o confronto entre eles – decisão que culminou na retirada da acusação contra Carpes da Comissão de Ética.

### **Lombadas e pardais**

Após essa polêmica, se passou mais de um ano até Valdir Caetano voltar a ser foco de maiores atenções no plenário. O estopim dos novos debates foi um projeto de lei proposto no final de 2001, cuja discussão, todavia, só ocorreu em maio de 2002:

*“Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós protocolamos no dia 7 de dezembro de 2001 um Projeto que temos a certeza de que o seu objetivo será alcançado, no sentido de que sejam substituídos os “pardais” por lombadas eletrônicas para que os motoristas saibam, antecipadamente, o local exato das lombadas eletrônicas colocadas nas vias da nossa Capital. Este Vereador entende que o Poder Público tem a obrigação de combater severamente o abuso e o excesso de velocidade para diminuir o trágico índice de acidentes fatais em nossas vias. O Governo vem utilizando os equipamentos conhecidos como “pardais”, com o fim específico de arrecadar e não com o sentido de prevenir acidentes, preservar a vida e educar os cidadãos para que o trânsito possa fluir de forma que contemple a todos os condutores de veículos, acarretando uma autêntica revolta na população gaúcha contra essa verdadeira indústria de multas. Atualmente, esses equipamentos estão sendo instalados indiscriminadamente com a intenção traiçoeira de multar.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 39ª Sessão Ordinária, 22/05/2002)*

À primeira vista, poderíamos entender esta proposição como “apenas” mais uma tentativa de superar os tão lamentados problemas do trânsito numa metrópole. Entretanto, seu conteúdo e, especialmente, a maneira como Caetano a apresenta nos dizem mais que isso: está assinalado, nessa fala, o momento em que este vereador assume uma postura de crítica explícita à administração municipal de Porto Alegre. Até então, tanto ele como Almerindo hesitavam em se posicionar como “situação” ou “oposição”. Isto se torna ainda mais significativo quando lembramos que 2002 foi um ano eleitoral, período em que

entramos num certo “tempo da política” (Palmeira, 2002), durante o qual as divergências no interior do legislativo tendem a se acirrar<sup>13</sup>.

Interessante perceber como o projeto do representante da IURD repercutiu entre os colegas: não foram poucas as manifestações de vereadores que integravam partidos não alinhados com a Prefeitura. O primeiro a falar, em tal contexto, foi Fernando Záchia, político que construiu uma reputação de especialista em problemas relacionados ao trânsito, tendo, inclusive, pautado em questões deste gênero sua bem sucedida campanha para a Assembléia Legislativa, em 2002:

*“Sr. Presidente, Srs. Vereadores, a matéria que o Ver. Valdir Caetano traz à discussão é extremamente oportuna. Embora tenha dúvidas, existe o Parecer da Procuradoria dizendo que a matéria é absolutamente legal, e este Vereador por princípio se rende ao Parecer da douda Procuradoria da Casa. (...) Este Vereador tenta, nas duas Emendas apresentadas, com a Emenda n.º 1 fazer com que haja uma modificação, não alterando o mérito, mas fazendo uma atualização quando se refere à deliberação do CONTRAN n.º 29 de dezembro de 2001, não ficando restrito somente à Resolução n.º 79. Posteriormente, essa Resolução de 1998, o CONTRAN também deliberou sobre a mesma matéria, que é a obrigatoriedade, isso é importante. A Emenda n.º 2 sustenta nessa tese a obrigatoriedade quando da instalação desses controladores eletrônicos, que deve ser respeitada, deve ter uma justificativa técnica.” (Ver. Fernando Záchia – PMDB, 39ª Sessão Ordinária, 22/05/2002)*

Primeiramente, temos aqui um elogio à importância da questão trazida por Caetano, simultâneo ao esclarecimento da legalidade da medida proposta. Autores como Bezerra (2001) e Teixeira (1998) nos demonstram, em situações distintas, como a capacidade de lidar com desenvoltura com a legislação, acionando-a diferencialmente conforme os interesses em jogo, é elemento importante do *métier* de um político. Assim, talvez possamos entender o comentário de Záchia como implicitamente dotado de uma avaliação positiva do trabalho do vereador evangélico. Mais do que isso, é com todo o “respeito” esperado nestas situações de debate entre parlamentares que o político do PMDB irá falar de suas emendas, que teriam simplesmente a intenção de “atualizar” o projeto nos moldes da legislação brasileira de trânsito. Numa interação característica do relacionamento entre vereadores faccionalmente próximos, seguiu-se um rápido diálogo entre os dois:

---

<sup>13</sup> A este respeito, Salete, chefe de gabinete de Valdir Caetano, comentou: “Olha, aqui na Casa eles têm um bom relacionamento, sabe, todos os vereadores, eles formam uma família, eles se congregam, eles mesmos entre si se congregam... Lá no fundo, não sei as particularidades porque...enquanto não inicia a disputa...porque em ano de disputa as coisas até se alteram muito...e tu vê, tu pode verificar até essas diferenças em bancadas maiores, onde tem um partido com um número um pouco maior de elementos tu vê que às vezes ocorrem essas distorções, até de alteração de...a maneira de encarar as coisas...” (Entrevista com Salete, 27/06/2003).

*“Valdir Caetano: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Fernando Záchia, nós entendemos as suas Emendas ao Projeto deste Vereador e o quanto elas vêm colaborar. Entendemos que V. Exa. tem a mesma preocupação que nós temos em ter um trânsito saudável, um trânsito educativo, um trânsito que toda Porto Alegre venha a ser contemplada. Parabéns pelas suas Emendas.*

*Fernando Záchia: Muito obrigado, Ver. Valdir Caetano, o objetivo do conjunto dos Vereadores é colaborar com os bons projetos, como o da iniciativa que teve V. Exa. Sou também, como V. Exa., um lutador nessa causa e entendo que devemos ter controle de velocidade, excesso de velocidade, evidentemente que sim, mas desde que haja uma transparência nesse processo, desde que haja justiça nesse processo, e me parece que a lombada eletrônica vai dar garantia.” (Vers. Valdir Caetano – PL e Fernando Záchia – PMDB, 39ª Sessão Ordinária, 22/05/2002)*

A diferença em relação à discussão acerca da troca de partidos é notável. Agora, a legitimidade da atuação de Caetano não é questionada, sendo até mesmo ressaltada sua dedicação à “causa” da transparência dos mecanismos de controle de velocidade em Porto Alegre. Penso que isto se relaciona com uma mudança de postura, que não tenho condições para afirmar se foi deliberada ou não. Notemos como o projeto em questão explicita o que seria uma preocupação com a população da cidade como um todo, sem preferências por um grupo ou segmento. Além disso, o próprio fato de tomar uma posição mais clara em relação ao governo parece ser visto com bons olhos pelos “profissionais” já habituados com o cotidiano da política. Tanto que alguns se manifestarão simplesmente para elogiar a proposição:

*“Sr. Presidente e Srs. Vereadores, foi inteligente o Ver. Valdir Caetano, inclusive no texto que elaborou. O Vereador não manda instalar a lombada eletrônica, mas diz que, quando assim for feito, que se coloque a lombada eletrônica e não o “pardal”. É um texto que se ajusta à questão da competência, porque não está a determinar a criação de despesa, o que levaria a matéria ao crivo da ilegalidade. Não, ele estabeleceu, ajustou, do ponto de vista da redação do Projeto, um caminho capaz exatamente de perfectibilizá-lo do ponto vista jurídico e legal. Cumprimento V. Exa., Ver. Valdir Caetano.” (Ver. Elói Guimarães – PTB, 39ª Sessão Ordinária, 22/05/2002)*

Ao que parece, Caetano estaria entrando numa disputa própria do campo político. Uma leitura, mesmo que breve, dos pronunciamentos dos vereadores porto-alegrenses sugere que todos demonstram, em um momento ou outro, a necessidade de manter contato com as “bases” que seriam responsáveis pela grande massa dos votos que obtiveram. Todavia, também se evidencia a importância de ter “posições claras” sobre o governo: mesmo que o jogo de alianças e as votações revelem ambigüidades, ir à tribuna para criticar ou elogiar a administração municipal talvez seja constitutivo da própria construção identitária do

parlamentar. No mínimo, assim ele estará fazendo parte de um grupo, pertencerá a uma das facções que genericamente chamamos de “situação” e “oposição”.

Em suma, estaríamos frente a um debate eminentemente “político”, nos termos que os parlamentares consideram adequado e pertinente ao arcabouço institucional vigente. Não haveria, como antes, “ameaças à democracia”, mas sim a discussão de um tema considerado importante para a cidade. Desta forma, podemos compreender a manifestação de um vereador do partido governista:

*“Sr. Presidente e Srs. Vereadores, esta discussão está totalmente atravessada, nós devíamos estar aqui defendendo a vida e não defendendo a flexibilização para beneficiar os infratores do trânsito. (...) Esta discussão está totalmente atravessada! Eu quero, já de início, impugnar essa história de que o ‘pardal’ é um instrumento da fúria arrecadatória da Prefeitura. O ‘pardal’ é o instrumento mais eficaz, democrático de fiscalizar esses infratores da Lei, porque tanto faz passar um Fusca 66 ou um automóvel importado, tanto de um proprietário pobre como de um proprietário rico; não cumpriu a legislação, não cumpriu com o limite de velocidade, ele multa. Ele multa e fotografa. Ele não está sujeito às paixões humanas que um fiscal estaria. Então, ele é absolutamente eficaz!” (Ver. Zé Valdir – PT, 39ª Sessão Ordinária, 22/05/2002)*

Mesmo que a opinião seja divergente daquela dos opositoristas, notemos como o teor do discurso de Zé Valdir está bastante próximo das manifestações anteriores. A argumentação gira em torno do projeto e suas intenções, em nenhum momento sendo contestada a legitimidade do proponente. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma defesa dos procedimentos utilizados pela EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação)<sup>14</sup>, os quais estariam pautados pela indistinção entre os possíveis penalizados (*“Ele não está sujeito às paixões humanas que um fiscal estaria”*). Ora, como já sugeri, esta necessidade de justificar as medidas adotadas a partir de ideais como “universalidade” e “igualitarismo” é característica da atividade política “ideal” numa “democracia liberal” como o Brasil. Nesta mesma direção, Valdir Caetano respondeu às críticas, colocando os “interesses da população” num lugar de destaque:

*“Eu quero, em primeiro lugar, tranquilizar o Ver. Zé Valdir, nobre Vereador do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que este Vereador não é, de forma nenhuma, contra os controladores de velocidade; muito pelo contrário, nós queremos que haja, sim, um controle rigoroso de velocidade na nossa querida Porto Alegre. O que nós não queremos, o que nós somos contra, Ver. Zé Valdir, é com relação a essa fúria arrecadatória, dessa forma como está sendo feita. Com isso nós não podemos concordar! Se as lombadas*

---

<sup>14</sup> Órgão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre encarregado da fiscalização e organização do trânsito nas vias públicas da cidade.

*eletrônicas têm a mesma função dos “pardais” e são um instrumento visível, por que fazer as coisas às escondidas? Isso nos mostra, Ver. Zé Valdir, que o objetivo principal não é controlar trânsito coisa alguma, e, sim, afundar a mão no bolso dos condutores de veículo. Nós queremos, sim, um trânsito saudável para Porto Alegre, mas que o façam com lombadas eletrônicas.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 40ª Sessão Ordinária, 24/05/2002)*

Em primeiro lugar, cabe destacar como o uso de tratamentos formais e padronizados vai se tornando comum nas falas de Caetano: expressões como “nobre vereador” tornam-se como que uma necessidade no momento de se dirigir a um colega no plenário – fato que, provavelmente, para nos remetermos novamente ao trabalho de Bloch (1975), não é comum na linguagem cotidiana. Além disso, novamente podemos perceber críticas à prefeitura é à sua “fúria arrecadatória”, feitas de uma maneira bastante enfática, questionando a transparência dos mecanismos atualmente utilizados. Mais algumas manifestações se seguiram àquelas que apresentei, sem que nenhuma tenha se distinguido muito do padrão que tentei delinear. Seja como for, o projeto foi à votação no plenário, sendo aprovado com votos de todos os integrantes da bancada de “oposição” que estavam presentes<sup>15</sup>. Conforme as informações que obtive, posteriormente houve um veto por parte do Prefeito, sendo que ainda hoje a proposição está tramitando na Casa, com vistas a uma nova votação.

Todavia, penso que, desta seqüência de acontecimentos o que deve ser ressaltado é a sutil mudança na postura de Valdir Caetano. Afastando-se gradualmente de preocupações explicitamente vinculadas com seu segmento religioso, concebidas por seus pares como “particularistas”, ele acaba por trabalhar a construção de uma imagem de homem voltado para todo “o povo de Porto Alegre”. Com isso não estou pretendendo dizer que ele tenha deixado de ser um representante político da IURD, mas apenas sugerindo que as questões relacionadas à Igreja são cotidianamente deixadas para outras instâncias que não sejam aquelas dos projetos apresentados e discutidos em plenário. Esta “adaptação” ao campo político e suas regras se revela fundamental no sentido de permitir uma interlocução com os outros parlamentares e gradualmente fazer com que o Pastor, outrora considerado apenas um *outsider* envolvido em assuntos sobre os quais não possuía domínio, passe a ser visto como tão “profissional” quanto os demais.

### **Divergências acirradas**

Aproximadamente no mesmo período, Almerindo também principiou algumas mudanças em sua postura. Em maio de 2002, alguns dias antes do debate sobre os “pardais”

---

<sup>15</sup> O placar final foi de 17 votos a favor e 6 contra. Também as emendas de Fernando Záchia foram aprovadas, sendo contestadas apenas pelos partidos governistas.

e as “lombadas eletrônicas”, este vereador revelou-se integrante da “oposição” e teceu críticas ao Poder Executivo porto-alegrense num discurso em que elogiava o governo de Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre entre o final dos anos 50 e o início dos 60:

*“Como Vereadores da oposição, temos dificuldades enormes de conseguir informações do Executivo. Tenho vivido isso na pele, visto que há mais de 40 dias, realizei cerca de 25 Pedidos de Informação e até hoje somente recebi resposta de alguns.*

*Gostaria de elogiar a todos as obras e os feitos do Executivo de Porto Alegre, mas desconheço suas operações.*

*A constituição de Poder independente e harmônico, que é conferida a esta Casa, não passa de argumentação jurídica, visto que não podemos exercer a plenitude de nossas funções, principalmente no que tange ao controle e fiscalização dos atos do Sr. Prefeito.” (Ver. Almerindo Filho - PSL, 032ª Sessão Ordinária, 06/05/2002)*

Num tom ríspido, as ações do Governo são fortemente questionadas, dando a entender que este chegaria ao extremo de não considerar as atribuições legais do Legislativo, enquanto órgão independente e fiscalizador. Como já sugeri, a proximidade do período eleitoral costuma ocasionar um notável acirramento das divergências e conflitos na Câmara. Assim, em 16 de setembro de 2002, há menos de um mês das eleições que se realizariam em outubro, Almerindo vai à tribuna realizar um pronunciamento carregado de críticas à administração do então Governador do Estado, Olívio Dutra, ex-prefeito de Porto Alegre e integrante do PT. Apenas para ficarmos numa ilustração, vejamos um pequeno trecho deste longo discurso:

*“Sr. Presidente, em exercício, Ver. João Carlos Nedel, Senhores e Senhoras Vereadoras. O PIB agropecuário, do Rio Grande do Sul, cresceu 23% nos últimos três anos, graças aos financiamentos federais que perfizeram mais de 90% de todos os recursos investidos na agricultura.*

*O PT prometeu assentar 10 mil famílias e reassentar 20 mil. Segundo os boletins oficiais do Governo, menos de 50% da meta de assentamentos foi atingida e menos de 5% nos reassentamentos. Mais da metade dos assentamentos feitos no Rio Grande do Sul foram patrocinados pelo INCRA, ou seja, pelo Governo Federal.*

*O PT prometeu contemplar as reivindicações do CPERS, de um reajuste de 190%; concedeu apenas 40%.*

*O PT fez caixa com o dinheiro da educação dos municípios. Segundo a FAMURS, o Governo do Estado devia mais de 45 milhões em maio deste ano, referente ao salário-educação, além de 8,5 milhões de verbas de transporte escolar e 2,5 milhões de merenda escolar.*

*O Governo do Rio Grande do Sul deixou de receber 50 milhões para o Programa de Saúde para a Família, porque não estimulou, como poderia, o crescimento do Programa.” (Ver. Almerindo Filho – PSL, 074ª Sessão Ordinária, 16/09/2002)*

As reações foram imediatas. Marcelo Danéris, líder da bancada petista no Legislativo Municipal, imediatamente respondeu às acusações. Entretanto, mais do que refutar os dados apresentados, era sua preocupação desqualificar a legitimidade da manifestação de Almerindo. Desta forma, o que está registrado nas notas taquigráficas é um julgamento bastante negativo da atuação do vereador evangélico:

*“A Bancada do Partido dos Trabalhadores quer repudiar aqui a forma desqualificada e até despreparada que o Ver. Almerindo Filho tratou da política aqui. Obviamente, ele não está no plenário para ouvir, como nunca está no plenário, porque talvez seja o Vereador que mais falta na história desta Casa, ele nunca está nas votações mais importantes, não está neste momento, e não está para ouvir a resposta, porque vem com uma série de dados distorcidos para fazer um ataque duro à nossa Administração e ao Partido dos Trabalhadores, de repente, de forma surpreendente, porque nunca fala nesta tribuna, não usa o seu tempo de liderança, não está presente aqui e, de repente, vem com um texto lido, diria mal decorado, ainda por cima, com dados totalmente errados.” (Ver. Marcelo Danéris – PT, 074ª Sessão Ordinária, 16/09/2002)*

Notemos como o questionamento se volta para aspectos que caracterizariam o comportamento de um político tido como “profissional”: em resumo, participar de votações e estar sempre no plenário, seja para falar, seja para ouvir. Conforme a concepção de Danéris, o representante da IURD não estaria, portanto, fazendo jus à sua condição de vereador, por isso mesmo sendo contestável sua legitimidade em discursar contra o Governo do Estado.

Entretanto, a situação se altera com a intervenção de outros parlamentares da “oposição”. O primeiro a falar é Luiz Braz (PFL), cuja intenção é revelar uma situação que não foi registrada pelo Serviço de Taquigrafia ou pelas câmeras de televisão. Esta fala ganha importância por trazer à tona novamente a discussão sobre a problemática do relacionamento entre religião e política:

*“Imaginem os senhores, que apenas vêem através da televisão, e a televisão foca muito a nossa tribuna, a cena que aconteceu aqui neste Plenário. O Ver. Almerindo Filho, da Bancada do PSL, veio aqui na tribuna e fez uma série de denúncias da má administração deste Município e deste Estado. Tão logo o Ver. Almerindo Filho desceu aqui desta tribuna, o Líder da Bancada do PT, Ver. Marcelo Danéris, foi com o dedo em riste na direção do Ver. Almerindo Filho e disse: ‘Se nós tivéssemos dado alvará para aqueles 3 mil metros de construção,’ – é o templo da Igreja Universal – ‘V. Exa. não teria feito esse discurso’. (...) E assim tem acontecido em todas as regiões do Rio Grande do Sul, não apenas com a Igreja Universal, mas tem acontecido com os pequenos estabelecimentos. Ou o pequeno estabelecimento está com o PT, está apoiando o PT ou então é perseguido pelo PT” (Ver. Luiz Braz – PFL, 074ª Sessão Ordinária, 16/09/2002)*

Considero interessante refletir novamente sobre as novas implicações trazidas pela mudança de postura dos vereadores evangélicos. Notemos como, neste contexto de debate, Braz pretende retirar a “negatividade” da filiação religiosa de Almerindo, utilizando a acusação feita por Danéris “fora dos microfones” como uma desqualificação do petista e mais uma justificativa para as críticas do vereador do PSL ao partido governista. Em outros termos: na fala de Luiz Braz, o pertencimento à IURD deixa de ser algo a ser criticado para ser mais um elemento capaz de tornar o sujeito perseguido pela suposta “intolerância” do Partido dos Trabalhadores. Estaríamos, assim, diante de um exemplo claro das lógicas próprias ao campo político: torna-se novamente evidente como até mesmo o pertencimento religioso de um indivíduo pode ser diferencialmente avaliado conforme a composição das facções envolvidas num determinado embate.

Na mesma sessão, o vereador do PSL recebeu apoio de outros parlamentares, como Elói Guimarães, do PTB, que foi enfático em dizer que “(...) V. Exa. não deve se acovardar, Ver. Almerindo Filho, porque V. Exa. está aqui na Câmara trazido pela população de Porto Alegre, e haverá, sim, de exercer na plenitude o seu mandato. Não vai ser ameaça daqui nem dali que vai fazer V. Exa. recuar.” (074ª Sessão Ordinária, 16/09/2002). Na sessão seguinte, o debate se encerra com nova manifestação de Almerindo Filho, mais uma vez carregada de críticas à Prefeitura:

*“Venho hoje à tribuna em Comunicação de Líder do meu Partido para comentar alguns ataques realizados a minha pessoa na última Sessão Ordinária. Fui eleito em grande parte pelo povo evangélico da nossa Cidade, mas não oriento o meu mandato apenas para evangélicos. Talvez não venha muito à tribuna, nem fale muito bem às câmeras da TV Câmara, isso porque considero que o mandato de um Vereador não se dá apenas no plenário, mas principalmente nas ruas assistindo ao povo necessitado de nossa Cidade, excluído das propagandas do programa Cidade Viva. Minhas prerrogativas e de todos nós, Parlamentares, me concedem o direito de expressar livremente as minhas opiniões.” (Ver. Almerindo Filho – PSL, 076ª Sessão Ordinária, 19/09/2002)*

Numa postura que poderíamos qualificar como “humilde”, ele começa por explicar aquilo que já havia dito em outros momentos: mesmo reconhecendo que deve sua eleição ao “povo evangélico”, esclarece que não direciona suas ações apenas para este segmento da população. Esta colocação visa, ao meu ver, demarcar a condição de Almerindo como um político tão preocupado com os “interesses gerais” quanto seus colegas. Na seqüência do pronunciamento, intenta justificar suas ausências de certas discussões e votações com a explicação de que seria igualmente importante “estar nas ruas” do que “estar no plenário”. Assim, estaria refutando as acusações de Marcelo Danéris, ao mesmo tempo em que destaca as “necessidades do povo”, não reveladas pelos programas informativos da Prefeitura (como

o “Cidade Viva” em questão, divulgado nas principais emissoras de rádio e televisão da capital gaúcha).

No fim das contas, similarmente ao que vimos acontecer com Caetano, percebemos como algumas mudanças na postura de Almerindo, destacadamente sua adesão ao “bloco oposicionista”, modificam seu relacionamento com os outros vereadores. Utilizando uma linguagem peculiar e se portando no plenário de uma maneira similar aos demais, ele ganha “adversários” entre os membros da bancada governista, mas, simultaneamente se torna muito mais “aceitável” para os “profissionais da política”.

## CAPÍTULO IV

### “IRMÃOS E COMPANHEIROS”: NOVAS ALIANÇAS E A BUSCA PELO SEGUNDO MANDATO

#### O curto período “na oposição”

Após a polêmica acerca dos “pardais” e das “lombadas eletrônicas”, tornava-se necessário para Valdir Caetano, agora assumidamente um “vereador de oposição”, apresentar uma nova “bandeira de luta” a seus colegas parlamentares. Assim, em abril de 2003 o pastor-vereador ocupou a tribuna para falar sobre a importância de seu projeto que autorizava a Prefeitura Municipal a instalar câmeras de vídeo no Centro de Porto Alegre. O objetivo primordial de tal medida seria coibir a criminalidade, através de um registro de imagens dos transeuntes em alguns “pontos-chave” desta região da cidade. Mostrando duas pastas carregadas de documentos, o parlamentar enfatizou aos interlocutores que, assim como acontecia em relação às questões do trânsito, não estava realizando propostas sem embasamento “em estudos e debates”. Dito isto, relatou um encontro com representantes do Governo Municipal:

*“Eu estive, alguns dias atrás, numa reunião com o nosso Prefeito João Verle, uma pessoa muito educada, uma pessoa que nos recebeu de uma forma muito agradável e uma pessoa, Srs. Vereadores, sensível aos problemas que têm acontecido com a segurança pública no Centro de Porto Alegre. Nessa reunião, nós expusemos ao Prefeito as questões das necessidades e anseios dos porto-alegrenses, Ver. Pedro Américo Leal, da instalação de câmeras de vídeo no Centro de Porto Alegre. Já está ‘caindo de maduro’, já passou do prazo de nós termos câmeras de vídeo no Centro de Porto Alegre! (...) Participou, também, a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, a Sr.<sup>a</sup> Helena Bonumá, que se manifestou contrária à instalação das câmaras de vídeo, dizendo que o gasto é exorbitante – 500 mil reais – para dar segurança. Eu pergunto: Quinhentos mil reais, para colocar segurança no Centro de Porto Alegre, será que é uma quantidade exorbitante, realmente? Será que os porto-alegrenses não merecem essa segurança no Centro da nossa Capital? Ela se diz contrária às instalações de câmaras de vídeo.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 24<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 16/04/2003)*

Notemos, inicialmente, como Caetano começa elogiando o Prefeito João Verle, indicando, mais uma vez, que a adoção de certas normas de conduta e tratamento inerentes à atividade política é necessária para que as negociações possam vir a obter algum sucesso. Assim, percebendo como o representante do PL se adequa às “regras do jogo”, notemos que

também não é por acaso que, ao mencionar o assunto abordado na reunião com o chefe do Executivo, ele se dirige especialmente ao vereador Pedro Américo Leal (PP): este político, um oficial da reserva da Brigada Militar do RS, é bastante conhecido por seus pronunciamentos e opiniões acerca da problemática da segurança pública. Na seqüência, ao comentar a intervenção da secretária Helena Bonumá, Caetano assume uma postura bastante contestatória, típica daqueles que se posicionam como opositores do Governo Municipal: em tom inquisidor, afirma publicamente sua insatisfação com a alegação de que 500 mil reais seria um gasto muito elevado. Para o político evangélico este seria um preço baixo para “dar mais segurança aos porto-alegrenses”.

A insistência de Valdir Caetano se mostrou bem sucedida, de tal forma que, no início do mês de maio, o vereador novamente se dirigiu ao plenário, desta vez para manifestar sua satisfação com uma notícia publicada no *Jornal do Comércio*<sup>1</sup>:

*“Diz o ditado que ‘água mole em pedra dura tanto bate até que fura’. (...) Então, essa notícia do Jornal do Comércio de hoje, falando sobre um estudo entre SINDILOJAS, Governo Estadual e Municipal para a instalação de treze câmeras no Centro de Porto Alegre nos agradou muito.*

*Nós fizemos uma interativa no programa de rádio, no dia de hoje, fazendo a seguinte pergunta aos nossos ouvintes: ‘Na sua opinião, a sensação de estar sendo vigiado o incomoda ou não? As câmeras de vídeo são necessárias?’. Em trinta minutos de programa, tivemos treze participações, todas elas de pessoas dizendo que são favoráveis à instalação de câmeras de vídeo no Centro de Porto Alegre. Tanto a população porto-alegrense, a população gaúcha, quanto os lojistas querem que as câmeras sejam instaladas, para que as pessoas possam ter mais segurança no Centro de Porto Alegre.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 029ª Sessão Ordinária, 05/05/2003)*

A matéria, citando uma proposta conjunta dos lojistas e das administrações estadual e municipal, é utilizada para demonstrar como diferentes segmentos da sociedade são favoráveis à instalação das câmeras. Todavia, no jornal estava ausente uma das “vozes” mais interessadas, e é justamente aí que se evidencia a importância do programa radiofônico do vereador: ouvindo diretamente as “opiniões do povo”, Valdir Caetano constata que este não se importa de ser vigiado, desde que assim obtenha uma maior segurança em seus deslocamentos. Desta forma, ao referendar a proposta, os governos não estariam fazendo mais do que satisfazer os anseios da população. Considero que, implícito neste posicionamento, mais uma vez está uma tentativa do político do PL se mostrar como alguém

---

<sup>1</sup> Valdir Caetano e Almerindo Filho mantêm uma boa relação com este periódico, um dos mais tradicionais da capital gaúcha. Os pastores-vereadores destacaram, mais de uma vez, a “forma isenta” como este jornal aborda a política, ressaltando, sobretudo, o “tratamento respeitoso” que seus comentaristas dão aos religiosos envolvidos com atividades políticas. Valdir Caetano chegou, inclusive, a homenagear a passagem do aniversário de 70 anos deste veículo de comunicação durante uma das sessões do legislativo municipal, em setembro de 2003.

atento e interessado às necessidades e carências da totalidade da população, sem fazer distinções ou manifestar preferência por algum grupo específico, como diziam aqueles que anteriormente se posicionavam como seus acusadores.

Seja como for, um mês se passou e a administração municipal não tomou providências para instalar os referidos equipamentos. Assim sendo, Caetano novamente se manifestou, começando por citar notícia do jornal *Zero Hora* em que se anunciava que 60% dos moradores de Porto Alegre têm medo da violência, número que subiria para 86% na área central da cidade. Na seqüência, contrapôs estes dados àquela que poderia, sob certos aspectos, ser considerada uma “notícia positiva”:

*“A boa notícia fica a cargo do Fundo Nacional de Segurança Pública, que já anunciou um milhão como a primeira parcela de um total de dois milhões e oitocentos mil a serem destinados ao Município de Porto Alegre em 2003 para a segurança pública. Sendo assim, Presidente João Antonio Dib, Srs. Vereadores e Sr.as Vereadoras, quero, mais uma vez, bater na tecla da questão, Ver. Cláudio Sebenelo - que muita me honra com a sua atenção -, das câmaras de vídeo no Centro de Porto Alegre. Está orçamentada em 500 mil reais a colocação dessas câmaras de vídeo. (...) O Prefeito diz que toda essa verba será destinada para a segurança pública na questão da Guarda Municipal. Não que eu esteja contra a Guarda Municipal, é preciso. (...) Precisamos de segurança no Centro da Capital, precisamos de segurança em toda a nossa Capital, e a câmara de vídeo, vem, sim, inibir aqueles malfeitores que estão ali no Centro da Capital, para roubar, para tirar das pessoas aquilo que é produto do suor de seus rostos. Então, eu acho que esse dinheiro será muito bem investido, Sr. Prefeito, se o senhor destinar esses 500 mil reais para colocar essas câmaras de vídeo no Centro de Porto Alegre. O povo de Porto Alegre desde já agradece.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 044ª Sessão Ordinária, 09/06/2003)*

Ao destacar as verbas que o Fundo Nacional de Segurança Pública, criado pelo Governo Federal, destinaria para a capital gaúcha em 2003, Caetano aproveita para lembrar mais uma vez do valor orçado para colocar as câmeras de vídeo na região central da cidade. Este corresponderia a 50% de tais recursos, o que leva o vereador a apelar publicamente ao prefeito, cuja intenção seria aplicar na Guarda Municipal a totalidade do dinheiro disponível. No momento em que faz este apelo, o parlamentar demarca sua posição, dirigindo-se ao presidente da Casa, João Antonio Dib (PP), e a Cláudio Sebenelo (PSDB), dois expoentes da “oposição” na CMPA. Além disso, corroborando o que sugeri anteriormente, o representante iurdiano faz questão de se mostrar um “porta-voz” dos anseios do “povo de Porto Alegre”, que ficaria “agradecido” se a instalação das câmeras finalmente fosse efetivada.

Ao mesmo tempo em que Caetano trabalhava pela sua nova “bandeira de lutas”, Almerindo Filho não deixava de manter um bom relacionamento com os colegas

oposicionistas. Ainda no final de 2002 podemos perceber isso na fala do vereador Ervino Besson (PDT), elogiando uma das proposições do parlamentar do PSL:

*“Gostaria de falar, em primeiro lugar, sobre um Projeto de autoria do Ver. Almerindo Filho, que está em primeira sessão de Pauta, que dispõe sobre a reserva de habitações populares a idosos carentes. Eu vejo como uma iniciativa extremamente louvável do Ver. Almerindo Filho, porque nós sabemos e temos conhecimento, toda a Casa é sabedora disso, porque nós somos procurados seguidamente nos gabinetes por pessoas idosas, por pessoas carentes, que estão aí, depois de uma longa trajetória de vida, tendo dado o vigor da sua juventude, sem terem pelo menos uma moradia para morar nos seus últimos dias de vida, ou ter um local adequado para que possam ter uma maior tranquilidade na sua velhice. Como já disse, Vereador, achamos este Projeto bastante interessante e de grande alcance social.” (Ver. Ervino Besson – PDT, 106ª Sessão Ordinária, 16/12/2002)*

A intervenção do político pedetista, como podemos perceber, visa única e exclusivamente ressaltar a importância da proposta de Almerindo, lembrando de como ela poderia trazer melhorias para a vida dos “idosos carentes”. Tal comentário, dirigido a um vereador que faz questão de explicitar que pauta seu mandato na preocupação com as “questões sociais”, condiz com aquilo que sugeri no capítulo anterior: se enquadra num certo padrão de relacionamento existente entre os políticos que, ao menos no momento em questão, se mostram faccionalmente próximos. Em outra ocasião, João Carlos Nedel (PP) teceu críticas ao projeto de Almerindo Filho, mas, ainda assim, devemos atentar para o teor de seus comentários:

*“Nós já temos reservas de habitações populares a senhoras que são cabeças-de-casal, ou seja, que sustentam a família. Agora, queremos, pelo Projeto, ter uma reserva de 5% das unidades habitacionais para idosos carentes. Em breve, poderá vir para desempregados, para pessoas portadoras de doenças graves, e assim nós vamos reservando todos os planos habitacionais já, previamente, indicados. O mérito é claro, não existe dificuldade maior do que as pessoas idosas e carentes; pessoas que passaram toda a sua vida e não conseguiram ter uma habitação própria; é digno, é até justo; agora, como que uma administração vai projetar um plano habitacional reservando vagas e oportunidades previamente? Fica muito difícil! Eu entendo a disposição do ilustre Ver. Almerindo Filho, mas penso que deve ser muito bem estudada.” (Ver. João Carlos Nedel – PP, 106ª Sessão Ordinária, 02/12/2002)*

Este vereador, homem ligado à Igreja Católica que tem no trabalho assistencial uma das “bases de sustentação” do seu mandato, questiona a viabilidade técnica da proposição de Almerindo, sugerindo a dificuldade em elaborar planos habitacionais que reservem previamente vagas para segmentos específicos dos “carentes” – no caso, os idosos.

Percebamos, entretanto, como os comentários são feitos num tom de notável polidez, sem desconsiderar o “mérito” do projeto e, principalmente, valorizando as “boas intenções” do representante da IURD, explicitando, paradigmaticamente, a “boa convivência” que os vereadores evangélicos mantiveram com seus colegas da “oposição” enquanto foram integrantes desta facção política.

### **Aproximando-se do PT**

Com o passar do tempo, mudanças de posicionamento decorrentes de alianças políticas de âmbito nacional acabaram abalando estas “boas relações” de Almerindo Filho e Valdir Caetano com o conjunto dos vereadores identificados como “oposicionistas”. Se o estreitamento dos laços entre a Igreja Universal e o Partido dos Trabalhadores já vinha ocorrendo a alguns anos<sup>2</sup>, a eleição de Lula, em 2002, cujo vice é José Alencar, ex-senador do PL, sigla que abarca boa parte dos políticos da igreja, que apoiaram publicamente esta candidatura no segundo turno do pleito presidencial, trouxe consigo novos elementos para este quadro. Após alguns meses de negociações, em agosto de 2003, seguindo diretrizes das executivas nacionais dos seus partidos<sup>3</sup>, ambos os pastores-vereadores não só deixaram de integrar a “oposição” como se aliaram ao bloco governista do parlamento municipal. Esta “troca de lado” evidentemente acarretou diversas críticas da parte dos “oposicionistas”, que demonstraram grande indignação com a atitude.

Devo ressaltar, todavia, que os dois políticos e suas equipes se sentiram desconfortáveis com esta nova situação, ao menos em princípio: isto era especialmente perceptível em diálogos informais com alguns dos assessores, que reconheciam a dificuldade de fazer os colegas e a “opinião pública” compreenderem este novo posicionamento. Entretanto, era necessário “adaptar-se” e encarar com resignação as conseqüências de tais atos, pois, como disse um de meus interlocutores, *“isso faz parte do jogo político, a gente tem que estar preparado”*.

As reações no plenário foram imediatas, iniciando-se com uma intervenção de Reginaldo Pujol (PFL), que empunhava um exemplar do jornal *Correio do Povo* com a notícia que anunciava o ingresso de Caetano e Almerindo no bloco governista e comentava, num tom bastante crítico:

*“É um fato absolutamente lógico, natural, dentro de uma vivência político-partidária, em que os partidos políticos buscam, pelas suas afinidades, se reunir com o objetivo de cumprir seus programas. (...)”*

---

<sup>2</sup> Como foi visto no Capítulo I deste trabalho.

<sup>3</sup> O PL de Valdir Caetano e o PSL de Almerindo Filho estão coligados nacionalmente.

*Que se entreguem aos Vereadores do PL cargos na administração do Município, tudo isso nós aceitamos. Agora, eu faço um apelo, e é pena que não estejam aqui os Vereadores Almerindo Filho e Valdir Caetano, que foram referidos: quando forem acertar, lá nas instâncias do seu Partido e nas instâncias a que estão submetidos dentro da própria condição ideológica do PL de hoje, muito vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus, no celebrar o acordo, peçam liberação desse ato, que já está sendo anunciado, de avanço no bolso do contribuinte de Porto Alegre. Se esse é o preço que está sendo exigido pelo PL, quinze cargos é muito pouco, tem de ser muito mais! Mas se esse for o preço, busquem uma exclusão, façam isso em homenagem, inclusive, à circunstância, Ver. Almerindo Filho, que deve estar-me ouvindo em algum lugar, de V. Exa. ter sido eleito na minha legenda, cujo compromisso com Porto Alegre de evitar a derrama fiscal é uma bandeira permanente.” (Ver. Reginaldo Pujol – PFL, 062ª Sessão Ordinária, 25/08/2003)*

Considero que há duas questões em especial que merecem ser destacadas, nesta fala. Primeiramente, notemos como Pujol vincula os dois vereadores ao PL, mesmo que, na verdade, eles pertençam a partidos diferentes. Penso que isto se deve, em última instância, à imagem comum de “representantes da IURD” que, de uma forma ou de outra, foi construída em torno destes políticos, em virtude de posicionamentos comuns assumidos ao longo desta legislatura. Tal constatação é atestada pelo fato de, na seqüência, o parlamentar citar a IURD entre as “instâncias” que têm ingerência sobre o PL, em sua atual “condição ideológica”<sup>4</sup>. Num segundo momento, a problemática do relacionamento entre partido e igreja é deslocada, cedendo lugar a um apelo pessoal: lembrando que Almerindo elegeu-se originalmente pelo PFL, sigla que, seguindo um ideário liberal, apregoa a redução do número de tributos pagos pelos contribuintes, Pujol solicita que o pastor-vereador lembre-se dos “compromissos” assumidos enquanto ainda era membro do partido.

Visando responder imediatamente à contestação do pefelista, Marcelo Danéris (PT), líder do Governo na Câmara Municipal faz uso da palavra para defender a administração de seu partido. Após destacar os quatro mandatos da “Administração Popular” e listar os investimentos feitos ao longo destes anos em saúde, habitação, saneamento e políticas públicas das mais diversas, Danéris tratou de justificar a nova aliança:

*“É esta Administração Popular, com 15 anos, que tem sido uma administração de sucesso ao longo dos anos e hoje pode trazer, para integrar o Governo, o PL e o PSL, aqui na Câmara de Vereadores representados pelos Vereadores Valdir Caetano e Almerindo Filho. Essa é a capacidade que a Administração Popular tem de dialogar com os vários Partidos que há no Município, com seus cidadãos, com*

---

<sup>4</sup> Neste momento, suspeito que Pujol refere-se, implicitamente, à polêmica aliança em nível nacional entre o PT e o PL.

*as diferentes expressões políticas que temos na Cidade, é a capacidade de agregar força para transformar Porto Alegre numa potência cada vez maior de cidadania, de democracia, de participação. O Partido dos Trabalhadores, assim como a Frente Popular, o PCdoB, o PSB, o PCB, o PV, vão agora contar também com o Partido Liberal e com o Partido Social Liberal, com os dois Vereadores que aqui participam, Ver. Reginaldo Pujol.” (Ver. Marcelo Danéris – PT, 062ª Sessão Ordinária, 25/08/2003)*

Na fala deste vereador, o acordo é avaliado como algo “natural”, facilmente enquadrado no âmbito da “racionalidade política” vigente em nossa sociedade. Assim, a aproximação com Almerindo e Caetano seria mais uma expressão das capacidades de “dialogar” e “agregar forças” da Administração Popular, que estaria sempre disposta a interagir com “diferentes expressões políticas”. Em resumo: na leitura de Marcelo Danéris, a aliança com os dois pastores-vereadores seria um sinal marcante da “expansão” da Frente Popular, assinalando a postura de “tolerância” que, idealmente, deveria ser característica de um partido “de esquerda” como o PT. Bem diferente é a avaliação de Sebastião Melo (PMDB), um dos mais ferrenhos opositores do governo petista de Porto Alegre:

*“Onde o PT administra, o imposto é mais alto: mais taxas, mais cobranças e, geralmente, cobram dos pequenos, porque, com os grandes, eles andam de mãos dadas! Durante quatro anos, o PT negou-se a discutir qualquer política de aliança para oferecer uma Vice-Prefeitura para qualquer outro Partido. Eu disse, no jornal e num debate na rádio, que o que aconteceu, na oficialização dessa aliança aqui na Câmara, Ver. Dr. Goulart, não é nenhuma novidade, porque os nossos representantes da Igreja Universal, desde o nascedouro dos seus mandatos, carimbaram os Projetos do Executivo, nesta Casa, com louvor. Às vezes, divergiam sobre nome de rua, nome de praça, mas, no essencial, votaram com o Governo. Portanto, eu achei que foi um mau negócio do PT, porque eu achava que eles votavam tudo sem cargos e, agora, ofereceram 16 cargos e mais alguns alvarás.” (Ver. Sebastião Melo – PMDB, 063ª Sessão Ordinária, 27/08/2003)*

Retomando a situação do período em que os “políticos religiosos” se posicionavam como “independentes”, Melo, num tom bastante irônico, acusa-os de estarem apoiando os projetos do Executivo há tempos, antes mesmo de iniciarem as negociações com o PT. Percebamos, portanto, como o período de aproximadamente um ano em que os dois vereadores atuaram conjuntamente com o “bloco de oposição” é, de certa forma, desprezado pelo parlamentar do PMDB, no âmbito desta discussão. Notemos, ainda, que o autor do pronunciamento também toca na questão dos tributos municipais, já abordada por Pujol, deixando subentendido que concorda com a interpretação de que a aproximação do Governo

com Almerindo e Caetano está diretamente relacionada com o interesse em contar com seu apoio a projetos visando instaurar novos impostos e/ou aumentar taxas já existentes. Chama a atenção, por fim, o fato de Melo se referir aos pastores-vereadores como “representantes da Igreja Universal”, empregando um tom consideravelmente pejorativo, ao mesmo tempo em que ironiza o fato do PT ter lhes fornecido “16 cargos e alguns alvarás” em troca da aliança. Uma leitura cuidadosa revela que aí está implícita uma crítica à atuação dos parlamentares evangélicos: os “alvarás” aqui referidos são exatamente aqueles que estiveram no foco da discussão entre Almerindo e Marcelo Danéris relatada por Luiz Braz (ver Capítulo III), depreendendo-se daí que Sebastião Melo acusa os representantes do PL e do PSL de estarem novamente pautando suas ações enquanto parlamentares pelo atendimento das demandas de sua instituição religiosa.

Em consonância com as opiniões do político do PMDB, Cláudio Sebenelo questiona a postura ética dos envolvidos:

*“Sr. Presidente e Srs. Vereadores, há muito tempo existe uma profunda necessidade no País de uma reforma política. Essa reforma política está baseada no péssimo conceito que o político brasileiro goza junto à opinião pública, e isso é indisfarçável.*

*Mas como melhorar a imagem do político, se os monopolistas da decência e da transparência produzem aquela foto de ontem, no jornal Correio do Povo, do Prefeito abraçando dois Vereadores desta Câmara, de ideologia absolutamente antagônica à ideologia do Paço Municipal? O problema não é a foto. É a foto mais o conteúdo de uma notícia extremamente desagradável. Não são os 15 cargos, ou os 33 ‘dinheiros’; o grande problema para nós não é a foto e o conteúdo, mas a seqüência. E hoje colocarem na Pauta um aumento e uma nova taxa de Contribuição de Iluminação Pública. Então, somem esses fatos e vocês verão o que se chama despudor, desfaçatez, cara-de-pau. Não é por nada que, acompanhando a perda do discurso, agora, se acompanha a perda da vergonha. E isso vai ter uma profunda repercussão no eleitorado de Porto Alegre.” (Ver. Cláudio Sebenelo – PSDB, 063ª Sessão Ordinária, 27/08/2003)*

Ao propalar a necessidade de uma reforma política no Brasil, este vereador cita a “imagem negativa” que os políticos gozam junto à “opinião pública” do país. Feita esta introdução, inicia suas críticas à administração municipal citando uma foto publicada no jornal *Correio do Povo* (edição de 26/08/2003), como ilustração de matéria sobre o acordo entre o PT e o bloco PL-PSL. Na imagem em questão (ver Figura 1), o prefeito João Verle aparece abraçado a Valdir Caetano e Almerindo Filho, celebrando a união entre os partidos. Na seqüência, Sebenelo ataca a troca de cargos por apoio que teria ocorrido entre os novos aliados, alegando que fatos como este impedem a melhoria da “imagem do político”, ainda

mais quando os envolvidos são os “monopolistas da decência de da transparência”. Com esta última expressão, o ocupante da tribuna se refere a uma das bandeiras históricas do PT, que construiu sua identidade enquanto partido político afirmando inúmeras vezes que uma de suas grandes diferenças em relação aos “outros” seria a “conduta ética” de seus filiados. Não deixa de ser peculiar, neste sentido, que o tema da “conduta ética” surja quando PT e IURD se aproximam na capital gaúcha, visto que esta foi justamente uma das questões mais relevantes no momento em que as lideranças da Igreja declararam seu apoio a Tarso Genro nas eleições municipais de 2000. Na ocasião, Oro constatou que havia “uma afinidade discursiva entre a Universal e o PT pela ‘purificação da política’, pela ‘ética na política’, constituindo-se este o principal elemento de encontro e aproximação daquele partido com esta igreja e sua representação política nas eleições de 2000” (Oro, 2001a: 61-62). É digno de nota, portanto, o fato de, neste novo contexto, vermos os opositores afirmarem que é exatamente o descumprimento dos “preceitos éticos” que deveriam nortear a atividade política que pautou as negociações entre liberais – entendidos como “representantes da IURD” – e petistas.



**Figura 1 – Ver. Valdir Caetano (PL), Prefeito João Verle (PT) e Ver. Almerindo Filho (PSL)**

*Fonte: Correio do Povo, 26/08/2003*

Cabe, neste momento, buscarmos uma reflexão sobre os significados deste embate: no meu entendimento, este contexto de discussões revela que os esforços dos vereadores evangélicos para melhorar a imagem de sua instituição religiosa não foram suficientes para desconstruir uma série de representações negativas a seu respeito vigentes em nossa sociedade. Por mais que tenham conseguido se tornar interlocutores “aceitáveis” pelos colegas de parlamento, seus vínculos com a IURD ainda são utilizados para contestar e, até mesmo, tentar deslegitimar sua atuação política. Entretanto, diferentemente do que ocorria no início da legislatura, tais acusações surgem apenas em contextos de acirramento das divergências políticas no interior do parlamento, como este cujos principais momentos estou tentando reconstruir.

### Reagindo às críticas

Após as manifestações dos opositores e de Marcelo Danéris, os próprios Almerindo e Valdir Caetano se viram na necessidade de defenderem a si mesmos e à sua Igreja no plenário, pela primeira vez desde as discussões referentes aos projetos e à troca de partidos (ver Capítulo III). De início, cabe ressaltar que, como indiquei anteriormente, a mudança de posicionamento não foi algo tão simples para os próprios vereadores evangélicos. Na matéria do *Correio do Povo* citada por Cláudio Sebenelo, Valdir Caetano reconheceu que a decisão partiu da direção nacional dos partidos: *“Há desconforto, pois apoiamos Germano Rigotto na eleição estadual. A definição de agora não soou bem para nós, do PL no Rio Grande do Sul”*. Todavia, não deixou de ressaltar a importância da “fidelidade partidária”, afirmando que, diferentemente do que ocorreu em 2002, não seria interesse dos gaúchos se rebelar novamente contra a direção nacional: *“Buscaremos entendimento na medida do possível”* (*Correio do Povo*, 26/08/2003).

Se, numa primeira aproximação, poderíamos entender este fato como mais um marco da absorção das “energias utópicas” pelo “poder vampirizante” da política (Ribeiro, 2003), por outro não podemos deixar de lembrar que a liderança política nacional da IURD, na ocasião ainda exercida pelo Bispo Rodrigues (PL/RJ), confundia-se com a liderança nacional do PL: o deputado carioca era, até meados de 2004, vice-líder do partido na Câmara Federal. Assim, em certa medida esta aliança também não deixou de corresponder às diretrizes que a Igreja Universal estabelecia para seus políticos naquele momento<sup>5</sup>.

De qualquer forma, as críticas de Melo e Sebenelo provocaram uma reação de Caetano, ainda na mesma Sessão Ordinária:

*“Qual é o Partido que está de chapéu na mão pedindo pelo amor de Deus para que o PT venha a dar um Ministério para eles? Qual o Partido que vive dia e noite implorando um Ministério para trabalhar? Para fazer o quê?”*

*Eu não estou dizendo que o PMDB quer um Ministério com vaguinhas, não! O PMDB quer um Ministério para poder mostrar um trabalho. É justamente isso, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão aqui hoje, nesta tarde, que nos ouvem, que nos vêem pela TV Câmara, tudo que o Partido Liberal quer é uma oportunidade de mostrar um trabalho que pode ser feito.*

*Agora, quanto à questão da Igreja Universal do Reino de Deus, que V. Exa. lave a sua boca antes de falar dela, está bom!? Muito obrigado e desculpem, porque jamais eu gostaria de usar esta tribuna da forma como estou usando no dia de hoje, mas há Vereadores nesta Casa que*

---

<sup>5</sup> Posteriormente, sobretudo após as denúncias envolvendo o Bispo Rodrigues e Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro José Dirceu, e a postura crítica do senador Marcello Crivella em relação ao governo Lula, o apoio das lideranças da IURD ao governo do PT voltou a ser questionado. Todavia, esta é uma questão cuja exploração está além dos limites do presente trabalho.

*fazem desta tribuna um picadeiro, infelizmente.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 063ª Sessão Ordinária, 27/08/2003)*

O pastor-vereador procura defender-se criticando a postura da direção nacional do PMDB, partido de Sebastião Melo: referindo-se às negociações do Presidente Lula com as lideranças do partido em questão, visando obter o apoio de seus parlamentares à sua administração, o pastor sugere que este é um comportamento “normal” na política brasileira. Assim, Melo estaria sendo incoerente, uma vez que critica o PL municipal por práticas que o seu próprio partido adota em nível nacional. Em última instância, o objetivo maior de uma aliança como esta seria ter a possibilidade de “mostrar um trabalho”. Por fim, o líder do PL se mostra bastante ofendido pelas acusações que o parlamentar do PMDB fez à IURD, sugerindo que ele não seria uma pessoa suficientemente digna para sequer mencionar o nome da instituição (“lave a sua boca antes de falar dela”), sendo, inclusive, qualificável como um “palhaço”, que pretende transformar a tribuna num “picadeiro” de circo.

Após esta manifestação, Sebastião Melo fez um aparte em que, ironicamente, questionava: “(...) quero saber se a Mesa foi informada, porque, pela manifestação do Ver. Valdir Caetano, parece que ele mudou de Partido, foi para o PT. Ele já comunicou à Mesa sobre isso?”, obtendo, formalmente, uma resposta negativa por parte do então Presidente da CMPA, João Dib, do Partido Progressista (PP). Neste contexto, Marcelo Danéris considerou necessário fazer uso da tribuna mais uma vez:

*“Quando o Ver. Sebastião Melo e outros Partidos daqui tinham o apoio do PL ao Governo do Estado - Ver. Cláudio Sebenelo, que fez questão de ser descortês e desrespeitoso não só com as pessoas, com o PL, com o PSL, mas também com a Igreja Universal e todo mundo que encontrou pela frente, e o Vice-Governador é do seu Partido -, então esse Partido era perfeito, de boas pessoas, Partido sério, agora, quando perderam o apoio do PL, atacam da forma mais rebaixada que se pode ter notícia.*

*Nós já tivemos o apoio do PL em 2000, mas houve um momento em que o PL não nos apoiou e nós soubemos respeitar democraticamente a posição do Partido Liberal. Nunca os atacamos pessoalmente ou a sua religião, ao seu Partido. Agora que a Frente Popular retoma a relação com o Partido Liberal aqui em Porto Alegre, porque temos uma relação sólida de construção da transformação deste País junto com o Governo Lula, aí o PL é atacado, aí falam de cargos.” (Ver. Marcelo Danéris – PT, 063ª Sessão Ordinária, 27/08/2003)*

Podemos vislumbrar nesta fala do líder do PT aquela que considero uma das características mais marcantes deste debate: o fato de ambas as facções utilizarem tanto a política como a religião para a elaboração de seus argumentos. Os integrantes da “oposição” alegam que estariam sendo repetidas tradicionais práticas de trocas de favores por apoios, no caso em pauta beneficiando a Igreja Universal, uma instituição que, na visão destes

parlamentares, estaria se intrometendo demais na política institucional, sem medir esforços para obter cargos e vantagens. Enquanto isso, Caetano se defende tentando demonstrar como negociações do tipo são “normais” na política brasileira, sendo utilizadas até mesmo pelos partidos de seus acusadores. Danéris, por sua vez, simultaneamente faz uma exaltação da capacidade de “ampliar o espectro de alianças” do Governo ao qual pertence, capaz de “construir uma relação sólida” com o PL, e uma defesa da “liberdade religiosa”, acusando os oposicionistas de descumprirem com princípios básicos de tolerância que seriam fundamentais numa sociedade que se pretende democrática.

Penso que, neste momento, é importante atentarmos, mesmo que brevemente, para a problemática relativa às negociações entre partidos e governos, tema central da discussão em pauta. Sem pretender fazer algum julgamento da maneira como ocorrem estas práticas em Porto Alegre, considero fundamental termos em conta que as trocas de favores permanecem como elemento constitutivo do sistema político brasileiro, nos mais diferentes níveis. O trabalho de Marcos Otávio Bezerra (2001), por exemplo, parte da tentativa de romper com uma concepção arraigada no senso comum acerca da política: a distinção de lógicas de funcionamento entre o âmbito nacional, mais “programático”, e o âmbito local, mais “clientelista”. O autor pretende demonstrar como, na verdade, existe uma articulação entre estas duas esferas, de tal maneira que os atores políticos transitam com desenvoltura de um espaço ao outro. Tomando como universo de pesquisa a Comissão do Orçamento no Congresso Nacional brasileiro, este pesquisador intenciona verificar como se dão duas grandes ordens de relações: deputados, senadores e autoridades governamentais visando obter recursos para as “bases eleitorais” às quais estão ligados, por um lado; prefeitos e vereadores vinculados a políticos atuantes no plano federal agindo de forma a acessar tais recursos, por outro. Bezerra considera que a literatura sobre o clientelismo é consideravelmente limitada, ao reduzir a reciprocidade na política a uma troca de benefícios por apoio e votos. Pensando desta forma, estaríamos deixando de lado relações mais amplas, instituidoras de obrigações morais que se estendem no tempo. Ao deslocarmos o foco para procedimentos específicos da prática política, como as negociações em torno do orçamento, poderíamos ver como estão em jogo também outros elementos, num sistema complexo no qual são fundamentais “a busca de prestígio, poder e o cumprimento de obrigações formais e morais” (Bezerra, 2001: 185).

Tomando por base estas colocações de Bezerra, percebemos como o fato de Almerindo Filho e Valdir Caetano buscarem obter benefícios para sua igreja em negociações com outros partidos e/ou com o governo municipal não é algo que, em princípio, lhes diferencie dos “políticos laicos”: sua intenção seria, em última instância, satisfazer as demandas de suas “bases eleitorais”, cumprindo com certas “obrigações” que lhes foram impostas a partir de uma eleição obtida graças ao apoio de lideranças religiosas.

Por outro lado, não deixa de ser interessante sublinharmos mais uma vez a maneira como a adesão a um determinado bloco no interior do parlamento imediatamente implica em alterações no padrão de relacionamento com os outros políticos. Além dos pronunciamentos de Marcelo Danéris, considero significativa, neste sentido, a intervenção de Raul Carrion, representante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na CMPA, defendendo os pastores-vereadores da IURD:

*“Eu quero, em primeiro lugar, manifestar a nossa solidariedade aos Vereadores Valdir Caetano e Almerindo Filho, ao Partido Liberal, que tem um integrante seu eleito como Vice-Presidente desta República, inclusive, com a Igreja Universal, que foi agredida nesta tribuna por pronunciamentos descabidos. Realmente, nós não fomos eleitos para esse tipo de agressão. O Ver. Valdir Caetano teve uma expressiva votação nesta Cidade com mais de 11 mil votos (...) e, com muita honra para o PCdoB, para a Frente Popular, para a Administração Popular, passa a ser um companheiro nesta caminhada (...)  
Então, Ver. Valdir Caetano, eu sei que V. Exa. é um homem de não se atemorizar com as críticas do desespero, seja bem-vindo na Bancada da Frente Popular, seja bem-vindo na Administração Popular, V. Exa., o Ver. Almerindo Filho, que, certamente, muito terão a contribuir para o avanço desta Cidade.” (Ver. Raul Carrion – PC do B, 063ª Sessão Ordinária, 27/08/2004)*

Até este momento da legislatura, Carrion não havia manifestado publicamente sua opinião acerca dos vereadores evangélicos. Todavia, os ataques desferidos pelos opositoristas estimularam o vereador, informalmente considerado pelos colegas como um dos maiores nomes da esquerda no legislativo municipal, a ocupar o plenário para falar sobre seus novos aliados. Seu principal objetivo, nesta ocasião, era repudiar a “agressão” que estariam sofrendo os “políticos religiosos”, identificando-a como um sinal de “desespero” daqueles que não saberiam o que fazer contra o “crescimento” da Administração Popular. Chama a atenção o fato deste parlamentar, identificado com um segmento que, historicamente, mostrou-se reticente às imbricações entre religião e política, manifestar publicamente sua solidariedade para com a Igreja Universal, instituição “agredida” pelos “pronunciamentos descabidos” dos integrantes da “oposição”. Além disso, a fim de legitimar seu argumento, Carrion ressalta o “capital eleitoral” possuído por Valdir Caetano, lembrando das expressivas votações obtidas pelo representante da IURD nos pleitos dos quais participou.

Na seqüência, foi Almerindo Filho quem considerou necessário tornar pública sua avaliação do acordo no qual se viu envolvido:

*“Havia duas coisas – e este Plenário é prova disso, de uma das coisas – predominantes do meu pensamento em relação ao Partido dos Trabalhadores; uma era aquele, talvez, radicalismo que existia, mas*

*essa porta foi aberta no Governo Federal, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva flexibilizou e fez aliança com o Partido Liberal, com o PTB, com o PMDB.*

*Outro fator predominante, que foi o que me levou a fazer uma aliança com o Partido dos Trabalhadores, foi a sua união política, a sua união partidária, o que muitas vezes não existe na oposição desta Casa, pois a maioria, ou alguns, infelizmente – aliás, eu me dou bem com a maioria da oposição –, ‘puxam a brasa para o seu assado’, tornando-se um bloco dividido. Eu tenho muitos conhecidos na oposição e quero dizer uma coisa para todos os Vereadores: tanto eu como o Pastor Valdir somos pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, e, se você não conhece a Igreja Universal do Reino de Deus, você não tem como falar da Igreja. Podem ter certeza de que eu e o Pastor Valdir - ele me falou agora -, nos próximos informativos, vamos colocar para 30 mil, 35 mil pessoas que alguns Vereadores deveriam, até por uma democracia, falar de mim e do Pastor Valdir, mas não falar da Igreja Universal do Reino de Deus. (...) Eu não vou citar nomes, porque – eu não estava aqui – todo mundo viu, mas no informativo eu vou dizer o nome do Vereador, cujo Partido - desse Vereador - está-se aliando ao Partido dos Trabalhadores nacionalmente.” (Ver. Almerindo Filho – PSL, 063ª Sessão Ordinária, 27/08/2003)*

Teríamos, conforme a análise deste vereador, dois fatores primordiais conduzindo à aproximação entre o PT e os integrantes do bloco PL-PSL: um ligado à conjuntura política nacional, outro às especificidades do parlamento porto-alegrense. O primeiro aspecto seria, portanto, o abandono da posição “radical” adotada pelos petistas: Almerindo está se referindo à ampliação do espectro de alianças da sigla, que passou a negociar com partidos aos quais anteriormente se posicionava como antagonista. Neste processo, conforme nos indica Paul Freston (2001), é inegável a importância da atuação de lideranças evangélicas como Carlos Rodrigues (PL/RJ) que, atuando como opositorista durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu interlocuções que culminaram no apoio à candidatura de Lula. O segundo aspecto, todavia, merece uma atenção especial: refiro-me à “união política” que o vereador do PSL ressalta como uma das características mais marcantes do PT. Em outro momento, quando indagado por mim a este respeito, Almerindo Filho chegou a comparar a “coesão interna” do partido em questão com aquela existente no interior da Universal, dizendo que aquilo que mais os aproximava era o fato de ambos serem “famílias unidas”<sup>6</sup>. Mais do que isso: fica implícito que seria exatamente a existência de muitas disputas entre os membros da “oposição” que teria acarretado o afastamento deste grupo. Encerrando sua fala, o pastor-vereador novamente critica aqueles que “falam da Igreja sem conhecê-la”, anunciando que divulgará o nome destes num informativo que alcança um público composto por mais de 30 mil pessoas – suponho que o

---

<sup>6</sup> Pensando nas múltiplas imbricações entre o religioso e o político, lembremos dos comentários de Hervieu-Léger (1997), autora que sugere a existência de semelhanças estruturais entre alguns partidos políticos e certas organizações religiosas (ver Capítulo I deste trabalho).

alvo desta represália, que não pude saber se realmente chegou a acontecer, seja Sebastião Melo.

No fim das contas, o pronunciamento de Almerindo, quando cotejado com o contexto mais amplo da discussão instaurada na CMPA, sugere que não foram apenas votos e cargos que estiveram em jogo nesta troca de posicionamento dos vereadores evangélicos. Assim, manifestações como a de Sebastião Melo revelam que a presença na referida casa legislativa de políticos tão estreitamente ligados com uma instituição religiosa é algo que ainda hoje não se mostra plenamente aceitável para outros parlamentares. Neste contexto, é bem possível que as bandeiras da “tolerância” e da “liberdade religiosa” levantadas pelos integrantes do bloco governista tenham contribuído para aproximar Valdir Caetano e Almerindo Filho do governo municipal, mesmo que esta aliança, em última instância, se deva a diretrizes estabelecidas pelas coordenações nacionais dos partidos.

### **Um período pouco movimentado**

Após toda esta polêmica, os dois pastores-vereadores tornaram-se, oficialmente, integrantes da bancada governista. Todavia, passado o impacto inicial, caracterizado pelas intensas críticas de alguns de seus colegas parlamentares, a religião poucas vezes voltou a surgir como uma questão considerada relevante nos debates em plenário. Ao que parece, a reacomodação das forças políticas do município teve que, de uma forma ou de outra, ser “assimilada” por todos os envolvidos, para que fosse possível superar as discussões e retomar a “normalidade” do processo legislativo. Assim sendo, entre 2003 e 2004 foram poucas as manifestações de Caetano e Almerindo em plenário. Neste período, os dois políticos evangélicos praticamente só fizeram uso da palavra para comentar sobre seu posicionamento em relação a projetos de maior repercussão ou defender a si mesmos e à sua Igreja do ataque de setores da mídia.

Num destes momentos, Valdir Caetano fez questão de justificar publicamente sua mudança de postura frente ao projeto que institui cotas para afro-descendentes nos concursos públicos promovidos pelo município de Porto Alegre:

*“Como cristão, eu jamais poderia votar favorável a este Projeto, porque nós não vemos dessa maneira, nós não vemos a cor das pessoas. Nós não vemos se a pessoa tem a pele negra ou se a pessoa tem a pele branca, se a pessoa é estrangeira ou se ela é brasileira; enfim, nós aprendemos, por meio da palavra de Deus, a não ver e a não medir a pessoa por esse tipo de coisa. Como esta é uma Casa política, e estou aqui como Vereador e não como pastor, vou encaminhar também favorável a este Projeto. [Palmas.] (...) se os senhores e as senhoras da comunidade negra, que me procuraram, dizem que esse é um passo que avança em alguma coisa, que vem*

*diminuir um pouco as injustiças que outrora contra vocês foram cometidas, este Vereador também votará favorável.” (Ver. Valdir Caetano - PL, 066<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 03/09/2003)*

O parlamentar deixa bem claro que sua postura contrária à idéia das cotas se baseia em convicções religiosas: apregoando sua crença na idéia de que todos são iguais perante Deus e não devem ser diferenciados por critérios como cor da pele ou nacionalidade, Caetano evidencia que, neste caso, tem uma opinião “como pastor” que diverge daquilo que considera o melhor a ser feito “como vereador”. Evidenciam-se aqui, de forma bastante marcante, os resultados que o “aprendizado” obtido durante o mandato trouxe para os “políticos religiosos”: se, no começo, afirmavam sem meias palavras a intenção de transformar o parlamento em mais um espaço de pregação, convertendo a tribuna numa extensão do púlpito da Igreja, agora se vêem obrigados a reconhecer uma necessidade de separar o político e o religioso, ao menos nos momentos em que sua atuação ganha mais visibilidade pública. Nesta situação, em que as cotas são discutidas no plenário da Câmara, Caetano tenta se mostrar em sintonia com o “povo”, mais especificamente atendendo aos apelos dos integrantes da “comunidade negra” que o teriam procurado no gabinete.

Na mesma direção, este representante da IURD falou acerca da ainda polêmica questão da abertura do comércio aos domingos:

*“Eu fiz questão de vir aqui, nesta tribuna, para dizer que, por intermédio de um programa de rádio que nós apresentamos diariamente, programa este que tem duração de uma hora e meia, eu venho fazendo uma pesquisa e colocando uma enquete para os nossos ouvintes sobre a questão da abertura do comércio aos domingos. E eu não pergunto simplesmente se eles acham que deve ou não abrir o comércio aos domingos, eu coloco todas as questões e tudo aquilo que envolve a abertura do comércio aos domingos.*

*Todos sabem que o resultado da abertura do comércio aos domingos não trouxe uma evolução na questão do aumento de vendas, trouxe, sim, eu acredito, uma frustração muito grande por parte também dos empregadores. E essa Emenda, esse Substitutivo nº 02, de autoria do Ver. Nereu D’Ávila, que coloca a abertura do comércio aos domingos, em domingos anteriores ao Natal, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Dia das Crianças, em datas comemorativas em que o comércio vende mais, seria realmente muito importante. (...) E o domingo continua, como sempre deveria ser: um dia de descanso, um dia de lazer, um dia para a família.” (Ver. Valdir Caetano – PL, 098<sup>a</sup> Sessão Ordinária, 19/11/2003)*

Como no já comentado caso da instalação de câmeras de vigilância, o embasamento para a posição assumida pelo vereador é dado pelo próprio “povo”, contatado através do programa de rádio que apresenta todas as manhãs na Rádio Capital. Pretendendo se revelar um conhecedor da realidade dos afetados com tais medidas, Caetano cita o insucesso no aumento das vendas e a “frustração” que atinge até mesmo aos empregadores. Neste

contexto, a fim de equalizar todos os interesses em jogo, a solução efetivamente seria autorizar a abertura dos estabelecimentos comerciais apenas na proximidade daquelas datas comemorativas em que o movimento tradicionalmente é maior. Importa destacar, nesta argumentação, que mesmo afirmando no final de seu pronunciamento que o domingo deve ser um dia de descanso e lazer para o trabalhador e sua família, o líder do PL novamente não usa referências explicitamente religiosas para referendar esta convicção, diferentemente do que fez o petista Aldacir Oliboni (ver Capítulo III).

No momento em que os meios de comunicação citam negativamente a IURD, todavia, Almerindo e Caetano não hesitam em fazer defesas públicas de si mesmos e de sua instituição. Assim, comentários feitos por Rogério Mendelski, do jornal *O Sul* e da *Rede Pampa de Televisão*, não passaram despercebidos:

*“Eu tenho usado esta tribuna, Sr. Presidente, e, por algumas vezes, eu fiz para falar de algumas pessoas que têm usado a mídia de uma forma destrutiva. Nós temos acompanhado e sabemos da importância da mídia, mas quando ela é feita com responsabilidade. (...) Eu falei também, um dia desses, de um jornalista da revista Isto É, e hoje nós temos, no jornal, na coluna do Rogério Mendelski – eu gostaria que filmasse, para nós, por gentileza, aqui embaixo (Exibe o jornal.) –, em que ele está falando inverdades sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, dizendo coisas bárbaras, coisas que não existem sobre o trabalho da Igreja Universal do Reino de Deus. Venho aqui defender, não por ser pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, viria aqui para defender se fosse contra qualquer instituição, seja ela religiosa ou não, porque se trata de uma inverdade. Gostaria de dizer que o jornalista Rogério Mendelski já está sendo notificado pela Igreja Universal do Reino de Deus e terá de se retratar com relação às palavras, às mentiras que está falando sobre a Igreja. (...) E só um aviso ao jornalista Rogério Mendelski: quem se levanta contra a obra de Deus, se levanta contra o próprio Deus.”*  
(Ver. Valdir Caetano – PL, 105ª Sessão Ordinária, 08/12/2003)

O tema em discussão é a “responsabilidade” da mídia e de seus agentes, cuja atuação pode ter efeitos “destrutivos” para aqueles que são citados em suas matérias. No caso em pauta, Mendelski usa sua coluna em *O Sul* para fazer acusações a IURD, sugerindo que a instituição explora os fiéis. Interessante notar que, em sua resposta, Caetano argumenta simultaneamente “como vereador” e “como pastor”: primeiramente diz que defende a IURD como o faria com qualquer outra instituição sobre a qual se falasse inverdades, para depois advertir que a direção da Igreja tomará as medidas judiciais cabíveis e advertir, em tom de pregação, que, indiretamente, o jornalista estaria “se levantando contra o próprio Deus”.

Em outro momento, Almerindo Filho criticou um jornalista de *Zero Hora* que fez uma matéria sobre os vereadores com menos assiduidade nas sessões plenárias:

*“Sra. Presidenta, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, precisamente no dia 04 de fevereiro eu recebi uma ligação do Jornalista Felipe, da Rádio Gaúcha, dizendo que estava sendo feita uma enquete sobre a assiduidade aqui na Câmara de Vereadores. E, com muito respeito, como um político e também como um homem de Deus - que costuma respeitar todas as pessoas -, eu demorei até conversando com ele, dizendo o que eu fazia fora do gabinete aqui na Câmara Municipal; (...) No dia seguinte, vendo a reportagem - e não é a primeira vez que acontece isso comigo, falamos uma coisa para um repórter e, depois, é publicada outra coisa na matéria -, li que foi publicado o seguinte (Lê.): ‘Almerindo Filho lembrou que atua como pastor em uma Igreja Evangélica’. Então, ou esse repórter está mal-intencionado ou ele quer tirar proveito dos Vereadores da Casa. (...)*

*Eu acho que uma notícia no jornal, seja no jornal Zero Hora, no jornal O Sul ou no jornal Diário Gaúcho deve ser retratada por fatos e não por hipóteses. (...) Eu quero dizer a todos vocês, Vereadores, que não me importa eu ter tantas faltas, não ter falta nenhuma ou eu ser o Vereador mais faltoso na Casa; o que me importa é o que eu faço para os meus eleitores e para o povo de Porto Alegre. O jornalista – aliás, profissão para a qual eu dou muito valor, por ser uma profissão muito importante - tem de relatar fatos. E, de repente, esse Jornalista não teve coragem de colocar no jornal Zero Hora o que o Vereador-Pastor Almerindo faz fora do gabinete. Eu quero deixar claro e mandar um recado a todos os jornalistas: estarei sempre disposto a falar - mas, daqui por diante, no meu gabinete, olhando no meu olho, falando sinceramente na minha frente.” (Ver. Almerindo Filho – PSL, Sessão de Instalação da 4ª SLO, 16/02/2004)*

A insatisfação do vereador do PSL com o jornalista que o entrevistou se deveria, basicamente, ao fato daquilo que disse ao referido profissional não ter sido fielmente reproduzido no conteúdo final da matéria. Ocorre que, sem que o político o soubesse, o repórter estava coletando material para uma matéria sobre os políticos tidos como pouco assíduos nas sessões plenárias e demais atividades da CMPA: desta forma, ao listar as atividades que realiza fora do gabinete, Almerindo acabou, involuntariamente, subsidiando uma acusação de que suas faltas seriam decorrência do trabalho como pastor evangélico. Na interpretação do pastor-vereador, ao agir assim o profissional de imprensa estaria se baseando em “hipóteses” e não em “fatos”. Penso que há duas questões cuja importância se revela nesta fala: por um lado, temos uma recorrência da tradicionalmente problemática relação da IURD com a imprensa, culminando com a adoção, por parte de Almerindo, da postura de não mais realizar entrevistas por telefone, para que seja possível conversar com os jornalistas “olhando no olho”; por outro, notemos também como a necessidade de afirmar a importância dos trabalhos realizados pelo vereador fora das instâncias mais formais do parlamento é aqui reafirmada, coadunando-se com a valorização do “trabalho social” que referi anteriormente.

### **A campanha eleitoral de 2004**

Nos meses seguintes, o ritmo dos debates públicos e das votações de projetos na Câmara Municipal foi gradativamente sendo reduzido, em virtude da proximidade do período eleitoral, que torna as campanhas dos vereadores e dos candidatos a prefeito que estão apoiando as maiores preocupações daqueles envolvidos com a política municipal. Isto não foi diferente para os representantes da Igreja Universal, que logo se viram na necessidade de iniciar as “costuras” com vistas ao pleito que se aproximava.

Malgrado todas as “polêmicas” e debates nos quais se viram envolvidos, as articulações com vistas às eleições de 2004 demonstraram que tanto opositoristas como situacionistas estavam bastante interessados em contar com Almerindo Filho e Valdir Caetano em suas coligações. Neste contexto, ambos os pastores-vereadores estiveram próximos de se aliar com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que lhes proporcionaria um espaço considerado razoável nos programas de rádio e televisão, além de contribuir financeiramente com a gravação destas inserções e a produção de material impresso. Todavia, no fim das contas, mais uma vez seguindo orientações das cúpulas nacionais de seus partidos, os parlamentares evangélicos acabaram por concorrer como integrantes da coligação denominada Frente Popular<sup>7</sup>, cujos candidatos a prefeito e vice eram, respectivamente, o deputado estadual Raul Pont e a deputada federal Maria do Rosário, ambos integrantes do Partido dos Trabalhadores. Se o espaço no Horário Eleitoral Gratuito não era exatamente aquele que esperavam obter, ao menos foi possível barganhar um financiamento semelhante àquele que seria obtido junto ao PDT.

Uma das características mais marcantes da campanha eleitoral destes políticos religiosos foi uma divisão bastante explícita entre atividades “dentro” e “fora” da Igreja. Tanto os discursos em torno da candidatura, feitos pelo parlamentar e por seus apoiadores, como os materiais impressos distribuídos aos eleitores em potencial variavam bastante conforme o ambiente, sendo especialmente notável o fato de haver uma escolha cuidadosa dos momentos em que a identidade religiosa do político devia ser acionada. Além disso, não podemos deixar de destacar as peculiaridades acarretadas pela coligação dos partidos destes vereadores com o PT, responsável por situações outrora inimagináveis para um “político evangélico” no Brasil.

Uma observação do material distribuído nas ruas e nos gabinetes, por exemplo, tornava difícil para uma pessoa desavisada identificar vínculos de Almerindo e Caetano com qualquer tipo de organização religiosa. Como podemos verificar na Figura 2, os “santinhos” dos dois parlamentares seguem um padrão que não difere muito daquele verificado entre

---

<sup>7</sup> Além do PT, do PL e do PSL, integravam a coligação o PC do B, o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PMN (Partido da Mobilização Nacional) e o PTN (Partido Trabalhista Nacional).

“candidatos laicos”: uma foto do político, sorridente, acompanhada pelo seu número e pela indicação da chapa majoritária à qual está vinculado – no caso, aquela de Raul Pont e Maria do Rosário. Além disso, ambos apresentavam os símbolos e as cores de seus partidos políticos e, no caso de Almerindo, o *slogan* “Conquistando o seu voto!”, utilizado ao longo de toda a campanha.



**Figura 2 - "Santinhos" de Almerindo Filho e Valdir Caetano**

Em relação ao verso do panfleto, tive acesso a dois modelos diferentes para cada candidato. No primeiro, havia apenas uma divulgação da candidatura majoritária, onde eram apresentados alguns dos principais projetos dos candidatos petistas para a capital gaúcha, como a construção de um conjunto habitacional na entrada da cidade, a complementação viária da “Terceira Perimetral” e a limpeza dos esgotos e do Rio Guaíba.

Outro modelo apresentava uma espécie de “prestação de contas” do mandato dos vereadores, listando o que consideravam suas principais realizações. Valdir Caetano principiava lembrando dos votos que fez no último pleito municipal, ressaltando também os 213 mil que obteve quando se candidatou ao Senado, em 2002, 47 mil dos quais “só na capital gaúcha”. Destaca também o fato de ter exercido o cargo de segundo vice-presidente da Câmara Municipal por dois anos consecutivos, além de ser Líder da Bancada e Presidente Metropolitano do Partido Liberal. Por fim, resalta os projetos apresentados ao longo do seu mandato, destacando aqueles que determinam a instalação de câmeras de vídeo em pontos estratégicos da cidade, com a intenção de coibir a criminalidade, e a substituição dos “pardais” por “lombadas eletrônicas” na aferição da velocidade dos veículos. Neste material, o elemento religioso surge apenas no momento em que Caetano cita a proposta, aprovada, que garante “isenção de IPTU para os imóveis, alugados ou próprios, de entidades beneficentes,

hospitalares, religiosas (*todas*), sem fins lucrativos” (grifo meu). Por fim, o vereador destaca sua defesa da educação dos jovens e adultos, afirmando que esta é sua grande “bandeira”.

Almerindo Filho, por sua vez, apresentava-se como pastor evangélico, sem, todavia, prestar qualquer esclarecimento em relação à sua filiação institucional. Um destaque muito maior foi dado aos projetos que explicitam a “preocupação social” que o vereador faz questão de ressaltar como grande marca de seu mandato. Assim, o político do PSL listava projetos de distribuição de medicamentos genéricos a pacientes carentes possuidores de enfermidades crônicas, de elaboração de políticas de atenção integral à saúde dos diabéticos, de incentivo à doação de sangue e de fornecimento de material escolar para crianças cujos pais ou responsáveis sejam portadores de HIV. Almerindo cita como uma de suas maiores realizações a criação do “Projeto Mão Amiga”, o qual “leva a centenas de famílias serviços como: atendimento jurídico gratuito, orientação de saúde do idoso e da mulher, encaminhamento para empregos e retirada de documentos (2ª via), corte de cabelos etc.”.

As aparições de ambos os candidatos no Horário Eleitoral Gratuito também não fugiam muito de um padrão “não-religioso” de apresentação. Todavia, antes de olharmos com mais atenção para as falas dos pastores-veredores, devemos ressaltar que a distribuição de tempo nos programas de TV foi alvo de polêmicas durante a campanha: segundo matéria publicada no jornal *Zero Hora* (09/09/2004), outros candidatos do PL chegaram até mesmo a entrar com um pedido na Justiça Eleitoral, exigindo uma divisão mais igualitária. Luiz Negrinho, Sérgio Selister, Roni da Silva e Nelson Neves de Souza reclamavam que, dos 60 segundos destinados ao PL, 45 estariam sendo utilizados por Valdir Caetano. Além disso, conforme os reclamantes relataram ao periódico, durante a semana em questão “26 segundos de espaço da propaganda na TV teriam sido cedidos por Caetano ao pastor e vereador Almerindo Filho, do PSL, também integrante da Universal” (*Zero Hora*, 09/09/2004). Em resposta, a coordenação da Frente Popular alegou que a denúncia não tinha procedência, afirmando que o tempo originalmente disponível para o PL era mesmo de 60 segundos e um acordo deste partido com o PT havia determinado que cada um cederia dois ou três segundos para ampliar um pouco o espaço do PSL. Este impasse, classificado por *Zero Hora* como “mais um episódio no conflito entre integrantes da Igreja Universal e os demais filiados do PL no Estado”, não foi adiante, ao menos até onde tive informações: as aparições de Caetano prosseguiram maiores do que aquelas dos demais candidatos. Este talvez tenha sido o único momento, nesta campanha, em que as tensões entre o religioso e o político vieram a público de uma maneira mais explícita.

Caetano e Almerindo apareciam na televisão três vezes por semana, no espaço dedicado aos vereadores da Frente Popular. Desta vez, nenhum dos dois se apresentou como “pastor” ou representante de segmentos religiosos. A idéia, ao que parece, era também neste espaço efetivar uma “prestação de contas” listando as principais ações de cada mandato. Em

virtude da divisão acima mencionada, o vereador do PL tinha mais tempo e, além disso, optou por gravar uma maior variedade de mensagens. Ao longo de meu acompanhamento dos programas de TV<sup>8</sup>, identifiquei cinco falas diferentes de Valdir Caetano e duas de Almerindo. Vestindo terno preto, camisa branca e gravata vermelha, o representante do Partido Liberal falava no mesmo cenário usado por todos os outros candidatos da Frente Popular, onde se destacavam os nomes e o número de Raul Pont e Maria do Rosário. Sua única peculiaridade, neste momento, era a música característica dos comerciais de seu partido, que servia como pano de fundo para suas palavras. A primeira das aparições deste vereador, por sinal, é bastante paradigmática do teor assumido pela “face pública” de sua campanha:

*“Amigo porto-alegrense, sou o vereador Valdir Caetano. Concorro à reeleição pelo Partido Liberal, com o número 22.777. Tenho a convicção de que honrei os votos que recebi. No próximo mandato continuarei comprometido com as causas da nossa cidade. Tenho a certeza que é pela educação que se fará a verdadeira revolução. Educação é a solução. Vote sem engano, vote Valdir Caetano, 22.777! (Sorrindo e fazendo gesto de positivo com os polegares)”*

Como podemos ver, o político se apresenta como alguém “comprometido” com Porto Alegre, cujo envolvimento com as “causas da cidade” dá a certeza de que teve uma atuação “honrada”. Assim, simpático e sorridente, Caetano listou algumas das “grandes realizações” de seu mandato: trata-se justamente daqueles projetos já citados em seu material impresso. Numa de suas últimas aparições, o pastor-vereador fez a única menção ao tema “religião”:

*“É de minha autoria a lei aprovada em dezembro de 2002, que isenta de IPTU os prédios de todas as igrejas, resolvendo assim um problema existente há muito tempo. Portanto, prezado líder religioso, se a tua igreja ainda não recebeu esse benefício, me procure em meu gabinete que terei prazer em lhe atender.”*

Atentemos para o fato de que, como já estava implícito na referência a este projeto em seu “santinho”, Valdir Caetano se dirigia aos líderes “de todas as igrejas”, sem especificar seu pertencimento religioso ou mencionar qualquer tipo de predileção por um segmento ou outro. Compreendemos tal atitude, complementada pela sugestão de que os interessados podem procurar o gabinete para obter orientação, como uma estratégia utilizada por este político para simultaneamente demonstrar em público sua preocupação com as organizações religiosas, atitude que certamente deve agradar suas “bases eleitorais”, e evitar as acusações de sectarismo que tanto atingiram ambos os representantes da IURD no início de seus

---

<sup>8</sup> Infelizmente não pude acompanhar todos os programas do Horário Eleitoral, em virtude de outros compromissos e atividades que tinha no momento em que o programa era transmitido.

mandatos. Em outra de suas aparições, Caetano destacou o conhecimento que possui dos limites da atuação de um vereador: *“(...) Não vou prometer o que o vereador não pode cumprir. A competência do vereador está definida na Lei Orgânica do Município: a ele cabe fiscalizar o bom uso das verbas públicas, propor e votar projetos de lei que melhorem a vida do povo”*. Tal esclarecimento repercutiu de forma bastante positiva na mídia, chegando até mesmo a resultar em elogios da comentarista política do grupo RBS, Rosane de Oliveira. Como veremos a seguir, este “reconhecimento” foi visto como uma grande vitória pelas lideranças da Igreja Universal.

No último dia do Horário Eleitoral, o candidato do PL apresentou uma fala especial, agradecendo pelas *“milhares de manifestações de carinho, de atenção e apoio recebidas dos porto-alegrenses”*, garantindo que, num eventual novo mandato, continuaria *“comprometido com a nossa cidade”*. Por fim, no gesto mais “religioso” de sua campanha televisiva, despediu-se desejando que *“Deus abençoe a todos”*.

Almerindo Filho, por sua vez, não deixou sua identidade religiosa transparecer nem sequer indiretamente em suas aparições na televisão. Foram apenas duas as falas deste pastor-vereador que consegui registrar, ambas consideravelmente curtas e sintéticas. Trajando terno azul-escuro, camisa branca e uma gravata listrado em branco e azul-marinho, o representante do PSL também usava em seus pronunciamentos o cenário padrão da Frente Popular:

*“A distribuição gratuita de medicamentos genéricos e a criação da cesta básica do idoso estão entre os principais projetos de meu primeiro mandato. Quero conquistar seu voto e continuar a dedicar meu trabalho às comunidades carentes. Vote 17.632, Almerindo Filho.”*

*“Hoje quero falar com você que nestes quatro anos foi atendido em meu gabinete ou recebeu nossa visita em sua comunidade. Ao todo, foram mais de 2000 pessoas atendidas. Quero continuar com esse trabalho. Almerindo Filho, 17.632.”*

A ênfase, portanto, novamente foi colocada sobre o “trabalho social” executado pelo gabinete do vereador. Se na primeira aparição Almerindo citava projetos voltados para a resolução de problemas da “população carente”, na segunda foi ainda mais explícito, dirigindo-se diretamente àquelas pessoas que foram atendidas em suas comunidades ao longo dos quatro anos de seu mandato. Como podemos inferir cotejando esta fala com o conteúdo dos “santinhos” expostos acima, as ações do “Projeto Mão Amiga” têm uma centralidade notável na avaliação que o próprio político do PSL faz de suas realizações. Assim, este pastor-vereador tenta construir sua legitimidade enquanto postulante à reeleição através da publicização de uma preocupação com os “necessitados”, evidenciando ações que o político pode ter “fora do plenário”. Por outro lado, lembremos que o “trabalho social” de

forma alguma prescinde da estrutura da Igreja: devemos ter em conta que, mesmo sem ser citado na propaganda eleitoral, o apoio de lideranças religiosas e “empresários cristãos” é indispensável para o sucesso de tais atividades.

### **A campanha no culto**

Se a propaganda televisiva e o material impresso revelavam uma faceta predominantemente “não-religiosa” da campanha dos pastores-vereadores, a observação de alguns cultos e o acompanhamento de eventos nos quais ambos os políticos se fizeram presentes revela uma realidade bem diferente. Inicialmente, é essencial termos em conta o fato de que, mais uma vez, os estrategistas políticos da Igreja Universal tiveram o cuidado de dividir as zonas eleitorais da cidade entre seus dois candidatos: geograficamente, o Centro e o Norte ficaram com Valdir Caetano, enquanto o Sul e o Leste, maiores territorialmente, porém menores em termos populacionais, foram destinados para Almerindo Filho. Seguindo esta divisão, cada político teve à sua disposição, como “base” para as movimentações de campanha, um dos grandes templos que a Universal possui em Porto Alegre: a Catedral da Fé, estrategicamente localizada no Centro da cidade, nas proximidades de paradas de ônibus, da Estação Rodoviária e de um dos principais pontos do trem metropolitano, era o grande ponto de concentração dos apoiadores de Caetano, enquanto a Catedral da Azenha, de menores proporções, recentemente inaugurada na Avenida Oscar Pereira, num dos bairros de maior movimento da cidade, cumpriu a mesma função para os simpatizantes de Almerindo. Assim, se durante a semana percorriam os cultos de diversas igrejas de suas “regiões”, aos domingos os pastores-vereadores se dedicavam a estes pontos onde o afluxo de público era bastante elevado.

No dia 6 de setembro, por exemplo, a pouco menos de um mês das eleições, o bispo que coordenava o culto dominical das 10 horas da manhã na Catedral da Fé dedicou aproximadamente 15 minutos para falar sobre a importância das eleições e do voto nos “candidatos cristãos”. Para tanto, chamou Valdir Caetano até o palco, chamando-o de “nosso pastor” e apresentando-o como um “homem de Deus”, escolhido para sua “missão” pela intervenção das forças divinas. Ou seja: ele não estava na política por vontade própria, mas porque o Senhor assim ordenou. Na seqüência, o ministro religioso leu para aos fiéis uma nota publicada na coluna da articulista política Rosane de Oliveira, do jornal *Zero Hora*. Tratava-se justamente da matéria que citei anteriormente, em que a colunista elogiava o fato de Valdir Caetano afirmar na sua propaganda política que não iria propor nada que não estivesse na alçada de um vereador. Com isso, o bispo quis demonstrar como o então candidato à reeleição estava repercutindo fora do âmbito da igreja, entre os não-crentes. Esta “atuação destacada” estaria ocorrendo, conforme o líder religioso, porque, diferentemente

dos outros políticos, que seriam enganadores e corrompidos por “não deverem nada a ninguém”, os religiosos estariam obrigados a “prestar contas a Deus e aos irmãos”, situação que lhes colocaria como fortes opositores dos “demônios” que assolariam as instâncias políticas do país<sup>9</sup>. Para finalizar, o bispo convidou todos os presentes a fazerem uma oração em prol de Valdir Caetano: com a mão sobre a cabeça do vereador, invocou as bênçãos de Deus para a candidatura, tendo suas palavras repetidas em coro pelas cerca de duas mil pessoas presentes no templo. Interessante destacar que o próprio Caetano nada falou durante o evento, apenas permanecendo de pé ao lado do bispo.

Na seqüência, os obreiros da igreja entregaram aos fiéis um livreto, intitulado “Voto de Fé – união evangélica em favor do povo” (ver Figura 3).



**Figura 3 - Livreto distribuído nos cultos da IURD durante o período eleitoral**

Na capa, havia uma série de imagens remetendo ao conceito de uma “identidade gaúcha”: bota, rodas de carroça, colheitadeira, a bandeira do Estado. Ficava claro, assim, de qual “povo” se estava falando. Nas primeiras páginas tínhamos pequenos textos do deputado estadual Sérgio Peres e do Bispo William, que davam seu apoio e pediam votos para Valdir Caetano. O próprio vereador não deixava de se pronunciar, dessa vez adotando um tom bastante diferente da “campanha laica” que verificamos em outros contextos:

*“Prezado(a) Irmão(ã). Estou na política não por vontade ou interesse pessoal, mas sim para cumprir uma missão que foi delegada pelo povo Cristão, qual seja, a defesa das suas causas, assegurando a liberdade de culto religioso, combatendo a intolerância contra nossa igreja e outras que nos são caras. É para isto que sou vereador de Porto Alegre e agora, indicado para concorrer à reeleição venho*

<sup>9</sup> O tema dos imaginários das “forças invisíveis”, bastante difundido entre segmentos evangélicos na América Latina, foi desenvolvido por Corten e Mary (2000).

*pedir o teu voto e o trabalho de multiplicação dos votos da fé. A tua atuação será uma oferta de amor e dedicação à nossa causa e luta.”*

Como podemos ver, Caetano se dirige diretamente aos “irmãos de fé”, ressaltando que seu ingresso na política se deve ao “povo Cristão” e lembrando das ações em sua defesa que um mandato parlamentar permite realizar. Para que assim continue, manifesta a necessidade de contar com a dedicação de todos ao “trabalho de multiplicação”: no livreto em questão havia sete pequenos questionários com perguntas como nome, endereço e título de eleitor. Estes espaços deviam ser preenchidos pelo fiel e por mais seis pessoas que ele convencesse a votar em Valdir Caetano. Posteriormente, já preenchidos, os livreto deveriam ser entregues na Igreja, o que daria às lideranças uma prévia da quantidade de votos disponíveis e do perfil dos eleitores do candidato. As palavras do Bispo William, colocadas logo após sua foto e a citação bíblica de Provérbios, 29:2 (“Quando se multiplicam os justos, o povo se alegra, quando, porém, domina o perverso, o povo suspira”), tentam reforçar a importância do “voto evangélico”:

*“Com o presente livro, pedimos além do seu voto, como uma oferta à nossa obra, também a multiplicação do voto, pela conquista de outros votos, o que tornará o nosso candidato o mais votado da cidade, com o que seremos mais respeitados como organização que realmente tem capacidade eleitoral e assim influência na comunidade onde atuamos.”*

Explicita-se, aqui, a intenção de contar com representantes cuja votação e visibilidade garantam mais “respeito” e “influência” para a Igreja. Tal afirmação sempre esteve presente nos diálogos que travei com estes sujeitos, sendo repetida inúmeras vezes por líderes religiosos, políticos e assessores ao longo da pesquisa. Além disso, à maneira do que sugere Oro (2003c), podemos perceber neste texto uma notável “sacralização do voto”, identificado como mais uma das “ofertas” necessárias para a continuidade da “obra da Igreja”. Considero indispensável destacar, também, que, conforme relataram meus interlocutores, este livreto foi adotado em todos os municípios do Rio Grande do Sul onde a IURD lançou “candidatos oficiais”, sendo que as mensagens do Bispo Willian e do Deputado e Pastor Sérgio Peres<sup>10</sup> se repetiam, sendo substituído apenas o “recado” do candidato a vereador.

Desta forma, não há nada de surpreendente no fato de, ao participar de um culto dominical na Catedral da Azenha, eu também ter recebido semelhante livreto: a única diferença era uma mensagem pessoal de Almerindo Filho, que novamente destacava o

<sup>10</sup> Apenas para exemplificar o teor “genérico” desta mensagem, que não se refere apenas à cidade de Porto Alegre, citemos um trecho do que diz Sérgio Peres: após agradecer a “generosidade” de seus “irmãos evangélicos”, que o colocaram na Assembléia Legislativa”, o pastor-deputado faz o pedido: “Converse com seus parentes, amigos, colegas de trabalho e conhecidos, conquiste o voto deles, tragas-os para a nossa causa, diga a eles da seriedade e do comprometimento do(a) nosso(a) candidato(a) com o teu município. (...) Tenho certeza que Deus te capacitará para esta missão.”

“Projeto Mão Amiga” e as realizações de seu mandato, obtidas apesar da “falta de experiência política”. Encerrando seu “recado”, o representante do PSL pedia: *“Com fé para mudar e vencer, na defesa do evangelho e do povo de Deus, vote: Pr. Almerindo Filho – 17632”*.

Devo ressaltar, também, que na contracapa do material em questão havia uma foto de uma das mais importantes lideranças políticas da Igreja Universal na atualidade: o bispo Marcello Crivella, do Rio de Janeiro<sup>11</sup>. Visando, mais uma vez, referendar biblicamente a necessidade de se ter “homens de Deus” na política, havia ali também uma frase retirada do Livro dos Provérbios (15:22): “Onde não há conselhos fracassam os projetos, mas com os muitos conselheiros há bom êxito”.

### **Caminhadas e “bandeiraços”**

Os dois vereadores evangélicos de Porto Alegre promoveram atividades comuns àquelas realizadas pelos “políticos laicos”: refiro-me à chamada “campanha de rua”, caracterizada por eventos tais como caminhadas, “bandeiraços”<sup>12</sup>, “carreatas” e comícios.

No dia 5 de setembro, Almerindo Filho e seus apoiadores realizaram uma caminhada, cuja “concentração” ocorreu nas imediações do Estádio Olímpico. Contando com aproximadamente duzentas pessoas, o evento parecia expressar uma necessidade de levar a campanha para um público mais amplo, além do âmbito “restrito” dos templos. Contudo, camisetas com mensagens bíblicas e símbolos da IURD, algumas das quais com a inscrição “Juventude Universal”, já denunciavam o fato da maioria dos participantes ser fiel da Igreja. Tratava-se, predominantemente, de mulheres e crianças, que percorreram animadamente algumas ruas das imediações, portando adesivos e bandeiras com as cores do PSL, o nome e o número do candidato. Acompanhando todo o trajeto havia um carro de som, coberto de adesivos, incluindo-se um bastante grande, em sua traseira, em que se podia ler o conhecido *slogan* da Igreja Universal: “Jesus Cristo é o Senhor”. Além de reproduzir a música da campanha, os alto-falantes transmitiam mensagens que enfatizavam bastante o “trabalho social” feito por Almerindo, citando, inclusive, as “mais de 2000 pessoas” que teriam sido atendidas durante seu mandato. Como se já não bastassem os indícios apontados e o fato da

---

<sup>11</sup> A importância de Crivella nos planos políticos da IURD pode ser aferida pelo fato do bispo responsável pelo culto das 10 horas do dia 26 de setembro, na Catedral da Fé, ter solicitado aos presentes que entrassem em contato com amigos e familiares do Rio de Janeiro para solicitar seu voto na candidatura do Bispo à prefeitura daquela cidade. No fim das contas, Crivella, filiado ao PL, ficou em segundo lugar nas eleições, vencidas no primeiro turno por César Maia (PFL). Todavia, é inegável que o líder religioso obteve uma votação considerável: 753.189 eleitores optaram por sua candidatura (21,83% do total), enquanto 1.728.853 (50,11%) propiciaram a reeleição de Maia.

<sup>12</sup> O termo “bandeiraço” é utilizado para designar as ocasiões em que os cabos eleitorais de um determinado candidato reúnem-se numa via pública, preferencialmente bastante movimentada, e lá permanecem por certo período de tempo agitando bandeiras e distribuindo material de propaganda. Às vezes a atividade conta com o acompanhamento de um carro de som, através do qual é reproduzido o *jingle* do político e/ou são apresentadas suas realizações e propostas.

caminhada terminar nos arredores da Catedral da Azenha, a vinculação religiosa do candidato tornava-se evidente para qualquer transeunte que prestasse atenção na letra do seu *jingle*:

*Com a benção do Senhor,  
Vote Almerindo para vereador.  
Com a benção do Senhor,  
Vote Almerindo para vereador.*

*Vote bonito,  
Vote lindo.  
Vote pastor Almerindo.  
Vote bonito,  
Vote lindo.  
Vote pastor Almerindo.*

*17632  
Vote Almerindo para vereador.  
17632  
Com a benção do Senhor.  
17632  
Vote Almerindo para vereador.  
17632  
Com a benção do Senhor*

Esta música, cantarolada de forma bastante animada por boa parte dos presentes na caminhada, também era executada ao fim dos cultos na Catedral da Azenha, quando o próprio Almerindo Filho cumprimentava os fiéis que estavam saindo do templo, e nos “bandeiraços”, geralmente realizados nas imediações do referido templo. Chamando o político de “pastor” e pedindo que o voto seja feito “com a benção do Senhor”, a execução pública deste *jingle* foi um dos raros momentos nesta campanha em que os elementos religiosos foram acionados por um dos candidatos fora do ambiente da Igreja.

Valdir Caetano também promoveu “bandeiraços” em torno da Catedral da Fé, sobretudo após os cultos dominicais, e ambos os candidatos promoveram caminhadas em direção ao Brique da Redenção<sup>13</sup>. Tradicional ponto de encontro de militantes e candidatos durante as campanhas eleitorais em Porto Alegre, este espaço tem uma importância tão grande para os políticos da capital gaúcha que, significativamente, foi o único onde os apoiadores dos dois candidatos da IURD se fizeram presentes, deixando momentaneamente de lado a divisão eleitoral da cidade. Assim, em domingos alternados, Almerindo e Caetano levaram sua campanha para o local. O primeiro saía da Catedral da Azenha com seus apoiadores, caminhava pela Avenida João Pessoa, passava pelo Brique e retornava aos arredores da Oscar Pereira, onde ficava por algumas horas fazendo “bandeiraço” com sua

---

<sup>13</sup> Trata-se de uma feira de artesanato e antiguidades realizada todos os sábados na Rua José Bonifácio, ao lado do Parque Farroupilha, popularmente conhecido como “Parque da Redenção” e tido como um dos principais locais de lazer das classes médias porto-alegrenses.

militância. A caminhada de Valdir Caetano, por sua vez, seguia outro trajeto, mas igualmente atraía as atenções dos freqüentadores do local: saindo da Catedral da Fé e percorrendo algumas vias centrais da cidade, o grupo, bastante barulhento e animado, atravessava alguns dos caminhos mais movimentados do Parque da Redenção, antes de chegar ao Brique. Após alguns minutos, tomavam o caminho de volta à Catedral, de onde se dispersavam para alguns “bandeiraços” menores e estrategicamente localizados nos arredores.

A internet também foi utilizada por Almerindo Filho como um meio de divulgação da candidatura. No dia 16 de setembro, o vereador promoveu o coquetel de lançamento de seu *site* ([www.almerindofilho.com.br](http://www.almerindofilho.com.br)), o qual contém informações sobre a campanha e o mandato na Câmara Municipal. O evento teve a presença de representantes de suas “bases eleitorais”: líderes comunitários dos bairros onde o vereador realiza o “trabalho social”, pastores, obreiros e, destacadamente, o Bispo Paulo Pereira, da IURD. Convidado pela assessoria do parlamentar<sup>14</sup>, quando cheguei ao local, uma churrascaria na Avenida José de Alencar, sentei numa das mesinhas decoradas com flores azuis e amarelas, cores do PSL, e santinhos com a foto de Almerindo. O vereador, seu chefe de gabinete Cláudio e alguns outros assessores caminhavam pelo salão e cumprimentavam as pessoas, enquanto esperavam a chegada da principal convidada da noite: a deputada federal Maria do Rosário, candidata a vice-prefeita pela Frente Popular.

Após mais de uma hora de espera, durante a qual os presentes conversavam discretamente, em pequenos grupos, a parlamentar finalmente chegou, dando início à cerimônia propriamente dita. Inicialmente, o pastor-vereador agradeceu aos presentes, citando, inclusive, os “pesquisadores do Núcleo de Estudos da Religião da UFRGS”, e apresentou seu *site*, fazendo uso dos recursos multimídia de um computador conectado a um projetor (*data-show*). Posteriormente, reforçou a importância do trabalho realizado durante seu mandato e falou sobre a candidatura à reeleição, momento em que citou a aliança com a Frente Popular e apresentou a deputada Maria do Rosário aos presentes. A parlamentar petista disse algumas palavras acerca do trabalho já feito pela prefeitura, defendendo também a tolerância religiosa e de todo tipo. Por fim, ressaltou as qualidades do político evangélico: *“A primeira impressão que tivemos do Vereador Pastor Almerindo, em visita a Igreja Universal, é de que ele é uma pessoa vencedora. É esse espírito que nós, da candidatura majoritária da Frente Popular, queremos imprimir a todos os cidadãos de Porto Alegre”*. Depois dos pronunciamentos de Almerindo e de Maria do Rosário, o bispo Paulo foi chamado para fazer uma oração pelas candidaturas do pastor e de Raul Pont. Assim, todos os presentes oraram, de olhos fechados e com as mãos dadas, solicitando que as bênçãos divinas recaíssem sobre os candidatos.

---

<sup>14</sup> Na ocasião, estava acompanhado por Grazielle Schweig e Débora Bueno, alunas do curso de Ciências Sociais da UFRGS interessadas no tema da pesquisa.

A participação de uma liderança do Partido dos Trabalhadores num evento onde a política e a religião se combinam de forma tão estreita certamente merece alguns comentários. Para compreender este fenômeno, como já indiquei, é necessário lembrar das contribuições de autores como Freston (2001) e Oro (2001a), que demonstram como posicionamentos similares em relação à conduta ética na política e aos “problemas sociais” acabaram por aproximar estas instituições que outrora pareciam antagônicas. Ora, um dos resultados mais notáveis desta aproximação, durante o período eleitoral, é o fato dos atores sociais envolvidos passarem a freqüentar ambientes distintos daqueles com os quais estão habituados. Se, por um lado, vemos Maria do Rosário orando ao lado de pastores, bispos e obreiros, por outro assistimos a participação dos vereadores evangélicos em eventos possuidores de uma fortíssima carga simbólica para a esquerda política: no caso específico de Porto Alegre, refiro-me aos comícios da Frente Popular, conhecidos por aglomerar milhares de militantes aguerridos, com suas bandeiras e palavras de ordem de inspiração socialista. Ora, no comício ocorrido na noite do dia 24 de setembro, ao lado da Prefeitura, os cabos eleitorais de Valdir Caetano eram alguns dos mais empolgados, agitando suas bandeiras e gritando o nome do vereador, sobretudo quando este foi citado entre os representantes dos partidos integrantes da Frente Popular. Já no segundo turno, ambos os vereadores se fizeram presentes no comício que encerrou a campanha de Raul Pont e Maria do Rosário, sendo que Almerindo chegou até mesmo a destacar esta atividade numa notícia publicada em seu *site*.

Não achemos, porém, que esta recente aliança entre o PT e os políticos da IURD ocorre sem resistências. Primeiramente, como já sugeri, nem todos os integrantes da Igreja ficaram satisfeitos com a coligação, devido a confrontos anteriores, que culminaram, inclusive, no apoio à candidatura de Germano Rigotto, do PMDB, adversário do petista Tarso Genro no segundo turno da disputa pelo governo do RS, em 2002. Além disso, nos cultos que observei durante a campanha de 2004, em nenhum momento vi o pastor solicitar o voto na chapa majoritária: apenas o nome do vereador, o “homem de Deus na política”, era citado. Talvez sabendo desta dificuldade, militantes do PT distribuíam, na saída da Igreja, panfletos vinculando Almerindo ou Caetano com Raul Pont, material este que era recebido com expressões de estranhamento por alguns dos fiéis. Intitulado “Carta aos Evangélicos”, o referido panfleto continha um texto anunciando a formação da “Frente Evangélica em Apoio à Frente Popular”, formada por pastores, obreiros e membros que têm *“como objetivo principal defender os interesses de nossas igrejas junto ao poder público”*. Anunciando a proximidade das eleições e enfatizando a importância deste momento, os signatários pediam aos “irmãos” apoio para a candidatura de Raul Pont:

*“Temos em nossa capital uma experiência muito positiva de administração, com obras e serviços voltados para os mais pobres, com participação de todos os segmentos sociais. Um projeto que há 16*

*anos tem feito nossa cidade e a igreja do Senhor Jesus prosperarem. A Frente Popular (...) tem sido amiga das Igrejas Evangélicas, dando liberdade e incentivo ao culto religioso e às suas obras sociais. (...) Queremos pedir a sua ajuda para que Porto Alegre continue crescendo e para que o Reino de Deus continue sendo propagado com a mesma liberdade e apoio que tem tido até agora.”*

A mensagem aborda dois pontos muito relevantes para os evangélicos: a preocupação com os “necessitados”, marca de uma administração “voltada para os mais pobres”, e a “liberdade religiosa”, garantida por governantes que afirmam prezar pela “tolerância”. A avaliação destas questões tem importância notável na definição das opções eleitorais das lideranças evangélicas, de tal forma que o destaque que recebem neste material deve ser visto como uma estratégia adotada pelos religiosos ligados ao PT para angariar apoios em meio a segmentos refratários ao tradicional discurso “de esquerda” do partido. O emprego da citação bíblica de Provérbios, 14:31 (“O que oprime o pobre insulta o criador e a este honra o que dele se compadece”) e a apresentação de depoimentos do pastor Joel Neves, da Assembléia de Deus de Porto Alegre, do pastor Enéias Gonçalves, da Assembléia de Deus Madureira, do Bispo Antônio Fideles Marin, da Igreja Nova Jerusalém, de Marina Silva, evangélica e ministra do Meio Ambiente, bem como dos próprios vereadores Valdir Caetano e Almerindo Filho<sup>15</sup> visam reforçar e legitimar o pedido de que os “irmãos de fé” estejam ao lado da Frente Popular.

Não esqueçamos, também, que alguns petistas se mostram incomodados em ver seu partido se aproximar com grupos aos quais anteriormente se opunha, manifestando sua insatisfação com o pragmatismo eleitoral adotado por seus dirigentes nos últimos anos. Não deixa de ser significativo, neste sentido, perceber como militantes com bandeiras vermelhas e camisetas com a imagem do revolucionário Che Guevara se sentiram incomodados ao verem o pastor Valdir Caetano no mesmo palanque que suas lideranças. Presenciei esta situação no último comício do primeiro turno, quando alguns destes petistas, em sua maioria jovens aparentando menos de 20 anos, gritavam “*Volta pra Igreja!*” todas as vezes que o representante da Igreja Universal era citado pelos apresentadores.

---

<sup>15</sup> Ambos os representantes da IURD enfatizam a questão da liberdade religiosa. Caetano lembra que “a Frente popular administra Porto Alegre há 16 anos, o que demonstra o respeito e a aprovação dos porto-alegrenses por uma Administração que assegura, às inúmeras denominações religiosas, o respeito e a liberdade de culto”, enquanto Almerindo ressalta que “a plena aceitação de um vereador evangélico, comprovando o respeito do PT pela pluralidade de crenças e opiniões, foi decisiva para levar o nosso apoio à Frente Popular”.

### O que disseram as urnas

Os últimos atos das campanhas de Valdir Caetano e Almerindo Filho reafirmaram a divisão eleitoral da cidade: no sábado, dia 2 de outubro, véspera do pleito, os dois realizaram “carreatas”, cada uma passando pelas principais ruas de alguns bairros que constituíam a “sua” parte da cidade. No dia seguinte, terminada a apuração, os resultados finais revelaram que ambos conseguiram se reeleger: Almerindo com 6.342 votos, Caetano com 10.138. Para conferir o quão eficientes foram as estratégias eleitorais das lideranças iurdianas, nada melhor do que verificarmos a votação dos candidatos na diferentes zonas eleitorais de Porto Alegre. Com a intenção de identificar possíveis alterações ocorridas no intervalo de quatro anos que separa uma eleição da outra, optamos por colocar lado a lado os dados de 2000 e 2004 (informações obtidas junto ao TRE/RS).

**Tabela 1 - Votos de Almerindo Filho nas eleições de 2000 e 2004, por Zona Eleitoral**

<b>ZONA ELEITORAL</b>	<b>Votos em 2000</b>	<b>Votos em 2004</b>
<b>1 (Centro)</b>	365	281
<b>2 (Bela Vista, Petrópolis)</b>	185	134
<b>111 (Farrapos, 4º Distrito)</b>	142	90
<b>112 (Zona Norte)</b>	241	109
<b>113 (Partenon)</b>	972	676
<b>114 (Azenha, M. Deus, Cruzeiro, Terezópolis)</b>	1303	1287
<b>158 (Bom Jesus, Maias, Sarandi)</b>	167	146
<b>159 (Lomba do Pinheiro)</b>	2187	1797
<b>160 (Cavallhada, Tristeza)</b>	751	641
<b>161 (Restinga)</b>	1332	1181
<b>TOTAL</b>	<b>7645</b>	<b>6342</b>

**Tabela 2 - Votos de Valdir Caetano nas eleições de 2000 e 2004, por Zona Eleitoral**

<b>ZONA ELEITORAL</b>	<b>Votos em 2000</b>	<b>Votos em 2004</b>
<b>1 (Centro)</b>	896	916
<b>2 (Bela Vista, Petrópolis)</b>	664	716
<b>111 (Farrapos, 4º Distrito)</b>	1192	1112
<b>112 (Zona Norte)</b>	1241	1188
<b>113 (Partenon)</b>	798	713
<b>114 (Azenha, M. Deus, Cruzeiro, Terezópolis)</b>	847	684
<b>158 (Bom Jesus, Maias, Sarandi)</b>	3119	2593
<b>159 (Lomba do Pinheiro)</b>	1428	1499
<b>160 (Cavanhada, Tristeza)</b>	407	374
<b>161 (Restinga)</b>	321	343
<b>TOTAL</b>	<b>10913</b>	<b>10138</b>

Uma rápida análise destes números revela que, novamente, os procedimentos adotados foram bem sucedidos. A “topografia eleitoral” de Almerindo Filho demonstra uma concentração de votos em bairros do sul e do sudeste: Partenon, Azenha, Menino Deus, Cruzeiro, Terezópolis, Restinga e parte da Lomba do Pinheiro responderam por nada menos de 78% da votação do representante do PSL. Valdir Caetano, por sua vez, obtém a maior parte de seus sufrágios entre eleitores do norte e do nordeste da cidade: Centro, Avenida Farrapos, 4º Distrito, Zona Norte, Bom Jesus, Parque dos Maias e Sarandi e a outra parte da Lomba do Pinheiro perfazem aproximadamente 80% de seus votos. Outro dado que nos chama a atenção é a votação expressiva que os dois candidatos receberam no Partenon e na Lomba do Pinheiro. Supomos que isto se deve a peculiaridades dos dois bairros: o primeiro é praticamente cortado ao meio pela Avenida Ipiranga, marco que os estrategistas da Universal adotaram para dividir a cidade, enquanto a segunda é uma das regiões mais populosas de Porto Alegre, fato que pode ter levado estes mesmos sujeitos a intencionalmente dedicar partes distintas de seu território à campanha de um ou outro candidato<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Há ainda uma outra questão que deve ser levantada, mesmo que não tenhamos à disposição dados para respondê-la: considerando que inúmeros fiéis da IURD trabalham e/ou estudam numa região da cidade e moram em outra, muitas vezes freqüentando templos diferentes conforme o dia da semana, surge um questionamento: quais serão os critérios que tais sujeitos levam em conta para definir suas escolhas eleitorais? Considero que apenas outras pesquisas de caráter qualitativo poderão fornecer pistas capazes de fornecer algum tipo de esclarecimento neste sentido.

Se, por um lado, os dados nos indicam uma repetição do sucesso eleitoral destes “políticos religiosos”, uma comparação dos resultados obtidos em 2000 e 2004 sugere que, além de se ver reduzido, em termos globais, o número de eleitores que optaram por um dos “candidatos oficiais” da IURD decaiu em praticamente todas as regiões da cidade. Tal fato certamente suscitará reflexões por parte dos dirigentes da Igreja, uma vez que estes pretendiam tomar os resultados do pleito de 2004 como indicadores capazes de determinar se lançariam ou não um terceiro candidato em 2008. Esta possibilidade se viu bastante reduzida, considerando que o próprio Almerindo Filho ficou com a última das 12 vagas obtidas pela Frente Popular, contando, para isto, com as alterações na legislação que aumentaram para 36 a quantidade de vereadores na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Considerando que, segundo os próprios pastores, neste período de quatro anos aumentou a quantidade de templos na cidade, o que, conseqüentemente, deve ter trazido mais fiéis para a Igreja, juntamente com o fato dos vereadores contarem, agora, com uma estrutura política e institucional construída a partir de sua inserção na Câmara, recurso que não tinham no pleito de 2000, torna-se necessário encontrar explicações para este fenômeno. Sem que tenha sido possível explorar a questão com suficiente profundidade, penso que pode ser frutífero principiar lembrando dos comentários de André Marengo dos Santos (2001) acerca dos resultados obtidos por Almerindo e Caetano em sua primeira eleição. O autor sugere que a mesma estrutura organizacional hierárquica e centralizada que garante o sucesso dos candidatos indicados pela Igreja aos seus fiéis poderia ser responsável por uma limitação de suas possibilidades eleitorais. Na ocasião, este pesquisador indicava que “o desafio posto frente à expansão eleitoral da Igreja Universal será o de expandir a audiência de seus porta-vozes para além dos eleitores mais fiéis” (Santos, 2001: 108). Haveria, por exemplo, uma dificuldade decorrente do fato destes sujeitos estarem, em geral, associados com partidos e discursos à direita do espectro político. A aproximação com o PT certamente trouxe nova luz sobre este quadro, mas, ainda assim, parece que a “mensagem” dos “políticos religiosos” não obteve a repercussão esperada. Ao que parece, a exposição propiciada por quatro anos de atuação parlamentar e “trabalho social” não foi suficiente para expandir as “bases eleitorais” para além do espaço da Igreja. Por outro lado, Ari Pedro Oro também traz sua contribuição, pensando sobre uma questão que transcende o âmbito porto-alegrense e atinge a IURD em nível nacional: lembrando que este último pleito foi o primeiro no qual Carlos Rodrigues não atuou como coordenador e organizador político da Universal, este autor sugere que “é possível levantar a hipótese de que sua ausência tenha deixado uma lacuna na igreja, ainda não preenchida, cujo resultado foi o relativo fracasso nas eleições 2004” (Oro, 2004: 28). Penso que estas são reflexões que, se não necessariamente propiciam uma compreensão aprofundada acerca dos resultados obtidos pelos pastores-vereadores, ao

menos indicam uma orientação passível de ser seguida por aqueles que prosseguirem com a investigação deste fenômeno.

## **CAPÍTULO V**

### **“A PALAVRA DE DEUS NO PARLAMENTO”: REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA**

Terminada a exposição acerca da atuação de Valdir Caetano e Almerindo Filho ao longo dos quatro anos de seus mandatos, resta efetuarmos uma reflexão final acerca das representações que os agentes em questão têm acerca da atividade política e das atribuições de um vereador. Nesta análise, procurarei estar atento à maneira como os simbolismos religiosos surgem nas falas de vereadores e assessores, supondo que, por se tratar de pessoas cuja trajetória está fortemente marcada pelo pertencimento a uma Igreja, estes sejam acionados como fontes de legitimação de suas ações e posturas. Em outros termos: intenciono verificar como o imaginário religioso informa a atuação e o discurso dos políticos evangélicos no município de Porto Alegre.

#### **Imaginários e sociedade**

A discussão sobre a “imaginação social” é uma constante na história das Ciências Humanas. Todavia, em fins do século XX a problemática se tornou ainda mais central nos debates acadêmicos: Sandra Pesavento (1995), por exemplo, considera que a crise dos paradigmas explicativos da realidade social e o declínio da crença em verdades absolutas capazes de legitimar a ordem social vigente acarretaram transformações fundamentais nos procedimentos analíticos destas disciplinas.

Não podemos prosseguir, todavia, sem ter em conta que, ao falar de “imaginação social” não estamos nos referindo a algo que esteja em oposição ao “real”. Tal distinção, marcada numa certa ciência social de caráter pretensamente “objetivista”, foi superada por trabalhos que privilegiam um enfoque etnográfico e/ou voltado para a “história das mentalidades”. Neste sentido, Bronislaw Baczko entende que os “imaginários sociais” não são nem “faculdades” nem poderes psicológicos autônomos, sendo, em verdade, um aspecto da vida social, constantemente presente nas atividades dos agentes envolvidos (Baczko, 1985: 309). Se o imaginário é sempre produto da elaboração de uma coletividade, o autor sugere que podemos compreendê-lo como um dos mecanismos através dos quais são apresentadas respostas para os conflitos e divisões (reais ou potenciais) com os quais um grupo se defronta. Desta forma, naquilo que é mais interessante para os propósitos neste trabalho, importa ressaltar que:

“As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. [cf. Gauchet 1977]. O imaginário social é, pois, uma peça electiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o *lugar* e o *objecto* dos conflitos sociais.” (Baczko, 1985: 309-310 – Grifos e colchetes no original)

Desta maneira, portanto, tal “dispositivo” fornece ao grupo esquemas de interpretação da realidade, enfocando as experiências individuais através de um código eminentemente coletivo. Como “sistema de orientação”, o imaginário tem a capacidade de *informar* sobre a realidade ao mesmo tempo em que incentiva determinados padrões de comportamento e ação. Em suma, favorece “a adesão a um sistema de valores e intervém, eficazmente, nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (Baczko, 1985: 311).

Conforme o autor em questão, existe uma série de “discursos” através dos quais o imaginário se torna inteligível, os quais se constituem num conjunto de representações coletivas que configuram uma espécie de “linguagem” articulada – a qual poderíamos chamar de “sistemas simbólicos”.

É a partir destas colocações que proponho uma análise da maneira através da qual os vereadores evangélicos buscam legitimar sua condição de “religiosos no parlamento”, justificando suas ações e os projetos que apresentam a partir de simbolismos que lhes são familiares e possuem sentidos eficazes para aqueles de quem são “representantes”.

### **Representações sociais**

Uma das peculiaridades dos parlamentares que servem de interlocutores para esta pesquisa reside, como já indiquei, no fato de dificilmente poderem ser taxados de “políticos profissionais” (Bourdieu, 1989b). Isto se deve à sua trajetória, muito mais vinculada à instituição religiosa de origem (a Igreja Universal do Reino de Deus) do que a outras experiências que caracterizariam uma formação mais propriamente “política” – no sentido dado a este termo pelos “dominantes” do campo.

Em tal contexto, penso que as referências de ordem religiosa têm papel fundamental na legitimação da atividade parlamentar destes sujeitos: como veremos, antes de qualquer coisa estamos falando de “homens de Deus” na Câmara Municipal. As considerações de Pesavento, ao comentar a obra de Pierre Bourdieu, me parecem bastante interessantes:

“Para Bourdieu, o mundo social é também representação e vontade, e todo discurso contém, em si, estratégias de interesses determinados. A autoridade de um discurso e a sua eficácia em termos de dominação simbólica vêm de fora: a palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real, agindo sobre a representação deste real.” (Pesavento, 1995: 18)

O conceito de representações sociais está, assim, diretamente vinculado à discussão sobre o imaginário. Alvo de polêmicas e divergências nos mais diversos campos científicos (vide Ruano-Borbalan, 1993), sua riqueza estaria, fundamentalmente, nas possibilidades que oferece para se interpretar os fenômenos da vida cotidiana. Para Denise Jodelet, as representações se definem como “uma forma de conhecimento corrente, dito de senso comum” (Jodelet, 1993:s/n – tradução minha). Suas principais características estariam no fato de ser socialmente construído e partilhado, tomando como referências todas as nossas experiências e saberes, recebidos e transmitidos pela educação, pela tradição e pelos meios de comunicação; na intenção de organizar e fornecer orientação para os comportamentos e condutas; e na pretensão de estabelecer uma visão da realidade comum a um determinado grupo social ou cultural (Jodelet, 1993).

Avançando na definição, concluímos com o entendimento de que lidamos com “fenômenos agindo em sociedade, produzidos pelos indivíduos portando a marca de seu meio de pertencimento” (Jodelet, 1993: s/n – tradução minha).

As representações sociais seriam, inclusive, uma via privilegiada para estudarmos a identidade dos indivíduos, pois a análise dos emblemas através dos quais os atores sociais se apresentam publicamente, em termos de rituais, discursos, formas de se portar e vestir, entre outros aspectos, revela muito sobre seu pertencimento a um determinado grupo e sobre os valores que são acionados para orientação de suas condutas (Bromberger *et alli*, 1989)

### **O Evangelho no Parlamento**

Nos princípio do mandato, ao serem questionados acerca do papel que cumprem na Câmara Municipal e do que pensam sobre o crescimento na quantidade de políticos explicitamente vinculados com as igrejas evangélicas, os pastores-vereadores não hesitaram em afirmar que a difusão da “palavra de Deus” é a principal meta da instituição à qual estão vinculados. Assim, explicitando a intenção de “pregar o Evangelho” em todo e qualquer espaço no qual tenham a oportunidade de se dedicar a esta “atividade missionária”, consideram estar cumprindo com a “missão” que lhes foi atribuída a partir do “chamado divino” que receberam. Neste sentido, Almerindo Filho comentou, em um de nossos primeiros diálogos:

*“O objetivo é o próprio Evangelho, dinheiro não é, porque apesar da Igreja ser uma Igreja que cresceu com o tempo e abriu vários templos, o objetivo em dinheiro não é...Então o objetivo principal da Igreja, não há dúvida, não preciso perguntar pra ninguém, pra nenhum líder acima de mim na Igreja, que é o Evangelho, a palavra de Deus-“ (Entrevista com Almerindo Filho, 29/08/2001)*

Em outros momentos, defendendo-se de acusações que, veladamente ou não, eram feitas tanto por certos setores da imprensa como por seus colegas de parlamento, os representantes da IURD chegaram a sugerir que a Igreja não precisaria da política para obter recursos financeiros. A intenção seria, de uma certa forma, fazer do espaço do Parlamento como que uma extensão do púlpito onde o pastor prega a “palavra de Deus” para seus fiéis. Entretanto, como é a Igreja que detém os meios de acesso aos ensinamentos divinos, defendê-la é uma consequência inevitável:

*“Eu vejo de uma maneira muito comum este envolvimento é...de pessoas ligadas a uma denominação envolvidas na política...porque nós temos assim, se você pegar um segmento de religião (...) eles têm ali pessoas que vão representá-las na política. Então por que não as igrejas [evangélicas] também não terem seu representante? Chega um ponto em que a gente cansa de bater na porta dos outros, e nós queremos ter a nossa própria porta, a nossa própria condição de fazer.” (Entrevista com Valdir Caetano, 24/08/2001)*

Nas palavras de Valdir Caetano, sua função como vereador não seria, então, obter verbas, mas sim garantir a possibilidade da Igreja contar com um dos “seus” quando precisar de qualquer tipo de intervenção junto ao poder público. Salete, a *chefe de gabinete* deste mesmo vereador, dá mais detalhes sobre este entendimento de que é necessário “estar na política” nem que seja para marcar posição frente a outros grupos:

*“(...) a Igreja sempre foi muito discriminada, muitos grupos são até respeitados, de todos...a gente vê na sociedade inúmeros grupos que se representam, e se organizam, então nós como um grupo muito perseguido, um grupo perseguido, tinha que se organizar pelo menos pra ter voz, porque a pessoa, se ela não tem voz na sociedade ela é absorvida pelos outros, então tem que ter voz. E nós representávamos, como representamos, um segmento da sociedade que precisava ser respeitado, e de que maneira, isso, nós conseguimos? Através da política. Foi então que começou a se articular, de nós termos representantes a nível de prefeituras, como vereadores.” (Entrevista com Salete, 10/05/2003)*

Desta forma, as preocupações fundamentais destes parlamentares estariam voltadas para o “povo evangélico”, com os interesses de sua instituição, com a obtenção de garantias

para o exercício de seus cultos e o combate às “medidas persecutórias” propostas por seus “adversários”. A este respeito, comentou Valdir Caetano:

*“A coisa começa mais ou menos assim: batiam em nós através do jornal, nós adquirimos um jornal... quando se ouve falar de um duelo, naquele tempo do duelo, quando um oponente batia no outro com a luva, mostrando que era um desafio, né...então, escolhiam-se as armas, mas as armas tinham que ser as mesmas, não podia, por exemplo, um com uma espada e um com uma adaga. Que vai ser a nossa luta? Vai ser com espadas, então os dois tinham espadas. Então, por aí, a nossa visão foi essa, a visão da Igreja foi essa: pára um pouquinho, se estão nos criticando através do jornal, vamos ter jornal, se estão nos criticando através do rádio, vamos adquirir rádio... Igualdade. Você vê, que até, as coisas são assim, eles não pegam um lutador peso-pena pra lutar com um peso-pesado, aí não tem jogo, né? Então, adquirimos a rádio... Através da televisão? Adquirimos a televisão. Então, começaram o que, a prejudicar o Evangelho do Senhor Jesus através de leis, que eram leis, que até hoje existem várias leis, que camufladamente ela é direcionada pro Evangelho, através de tentar inibir o Evangelho. Então a visão da gente foi ‘vamos fazer o seguinte: vamos colocar gente nossa lá’. Porque, nós procurávamos ajuda através dos parlamentares, mas (expressão de desgosto)... Cada um vai defender o seu segmento.”*  
(Entrevista com Valdir Caetano, 15/09/2003)

Vemos, portanto, como a justificativa dada pelo parlamentar para o ingresso de representantes da IURD no campo político é a necessidade de “lutar com as mesmas armas do adversário”. Tal proposição, inicialmente colocada em prática através da aquisição de canais de rádio e televisão, visa, explicitamente, combater a elaboração de leis que teriam por objetivo “tentar inibir o Evangelho”. Além disso, reforçando o que foi dito anteriormente, Caetano sugere que não foi suficiente buscar o auxílio de outros parlamentares, pois estes estariam única e exclusivamente interessados em buscar resolução para as demandas do “seu segmento”, ou seja, dos integrantes de suas próprias “bases eleitorais”. Considerando uma avaliação desta “lógica” da política brasileira, nada mais natural, para as lideranças iurdianas, do que trabalhar para eleger os “seus” próprios representantes.

### **O “religioso” e o “homem de Deus”**

Com o tempo, tivemos um maior desenvolvimento da argumentação acerca dos objetivos do representante de uma confissão religiosa que atua na política. Tanto que, em 2003, ao ser questionado sobre as possibilidades de fazer da tribuna um púlpito, Almerindo Filho nos apresentou uma distinção bastante interessante. Por um lado, teríamos o “religioso”:

*“O religioso é aquela pessoa, que às vezes, ela fala que ela é de Deus, ela diz ‘Deus te abençoe’, mas não vive uma vida reta, diante de Deus. (...) O religioso, ele diz que é de Deus, ele faz orações, muitas vezes ele se diz um pastor, se diz um padre, se diz um líder afro-brasileiro, mas ele não vive o que Deus quer que ele viva. Ele vive aquilo pra um determinado fim (...)” (Entrevista com Almerindo Filho, 02/09/2003)*

De acordo com as palavras do vereador, esta seria a maneira incorreta de vivenciar a religiosidade. Transposta para o âmbito da política, tal representação parece se direcionar para outros políticos que fazem uso de sua filiação religiosa para legitimar sua atuação, mas, na prática, não estão preocupados com o “povo de Deus” – categoria genérica que, aparentemente, designa todos aqueles “necessitados” tidos como alvo privilegiado das ações de um “bom político”.

Seja como for, o contraponto à categoria dos “religiosos” estaria nos “homens de Deus”:

*“O homem de Deus, ele tá preocupado em viver a palavra de Deus que tá na Bíblia: ele tem uma mulher só, ele procura viver na palavra de Deus olhando pras pessoas com bons olhos, ser honesto, ser trabalhador, respeitar o pai e a mãe como mandam os dez mandamentos, quer dizer, viver como tá a palavra de Deus aqui, ó (aponta para uma Bíblia em cima de sua mesa).” (Entrevista com Almerindo Filho, 02/09/2003)*

Como podemos ver, a grande referência está no âmbito religioso. A Bíblia e todos os simbolismos nela contidos devem ser as fontes de orientação para aqueles que desejam seguir pelo caminho “correto”. O imaginário religioso é, desta maneira, acionado para avaliar os comportamentos dos agentes políticos, servindo como medida daquilo que é tido ou não como correto e, principalmente, justificando os porquês da inserção de um pastor pentecostal na atividade política. É neste contexto que o próprio Almerindo novamente fala sobre as razões que o levaram a ocupar a posição em que encontra atualmente:

*“Eu tô na política porque, claro, foi a IURD que me elegeu, mas a IURD foi fundada pelo espírito de Deus, conforme tá aqui na palavra de Deus. Pode ver que se o senhor for na IURD vão lhe pedir uma oferta, tá na Bíblia, vão lhe falar do dízimo, tá na Bíblia, vão lhe dizer pra buscar o Espírito Santo, tá na Bíblia, vão fazer uma oração forte, Jesus fazia isso, tirava os espírito maligno, de doença, de perturbações nas pessoas. Então nós vivemos o que tá na Bíblia.” (Entrevista com Almerindo Filho, 02/09/2003)*

Neste trecho, a centralidade de Bíblia como fonte de recursos simbólicos e interpretativos se torna ainda mais evidente. O papel de um pastor que se torna político assume um caráter que talvez pudéssemos qualificar como “missionário”: já que foram os

desígnios de Deus que o colocaram no Parlamento, não haveria como um fiel contestar a legitimidade de sua atuação. Afinal de contas, estamos falando de coisas que “estão na Bíblia”. Para além disso, novamente percebemos uma defesa da Igreja Universal e seus procedimentos. Nada mais justo do que agir de acordo com a direção fornecida pela instituição, uma vez que todas as orientações que ela fornece aos “irmãos” foram inspiradas pelo conteúdo dos textos sagrados.

Os comentários de Renato, assessor de Almerindo Filho, indicam que, na visão destes interlocutores, a possibilidade de “colocar em prática” o conteúdo dos escritos bíblicos seria um dos grandes trunfos dos vereadores evangélicos em relação a seus colegas de parlamento:

*“Então na Bíblia lá a gente lê um monte de coisas, mas às vezes falta cumprir missão da gente de muitas coisas da vida. (...) A Bíblia fala sobre isso, que todo escritor é inspirado, né, por Deus. Então, se a pessoa que crê em Deus, então ela vai crer que aquilo ali é de Deus. E realmente a gente vê no dia-a-dia que isso funciona, né. A gente sai daquela escrita ali e traz pra prática, o que está escrito na Bíblia, a gente vê que são coisas que funcionam. E então e comecei a ver também à luz da Bíblia, que eu tinha essa concepção, no meio da Igreja, que não se misturava religião, política, futebol, não se discutia, né. E é um engano isso aí, porque a política faz parte da vida de todo mundo, né. Não interessa se é um segmento religioso, se a pessoa tem uma formação acadêmica, se ela nem terminou o primário lá na escola, né, mas faz parte da vida das pessoas. Então, eu comecei a ver à luz da Bíblia, né, que Deus usou muitas pessoas, ali, politicamente falando. Que ele tinha que representar. Representava até um povo, né. Era um povo ali separado por Deus. Hoje é estendido pra todo mundo.” (Entrevista com Renato, 19/06/2004)*

Nas palavras deste interlocutor, a Bíblia é vista como a “grande referência”, capaz de orientar a vida daqueles que realmente crêem em Deus. Neste sentido, o entrevistado sugere que o mais importante é tentar “trazer para a prática” o que está contido nos textos em questão. Para tanto, é importante superar a idéia de que política e religião são “coisas” que não se misturam e/ou discutem. No caso específico de Renato, a leitura atenta da Bíblia lhe mostrou que Deus “usou politicamente” inúmeras pessoas, transformadas em “seus representantes”. Ora, subentende-se, daí, que não haveria nada de incorreto em sujeitos como Almerindo Filho e Valdir Caetano, verdadeiros “homens de Deus” advindos da IURD, se apresentarem como representantes do povo que necessita de seu “trabalho evangelizador”. Neste contexto, o fato de ser simultaneamente pastor e vereador é algo que deve ser valorizado:

*“Qual o papel específico de um pastor? Ele cuida da parte espiritual, né. Ele cuida da parte espiritual. Ele não tem somente uma parte material pra dar pra pessoa. Mas ele tem também uma parte espiritual. E é qual a diferença nisso tudo? Pôxa, por quê? Quando*

*“você passa somente material, material é uma coisa perecível. Você recebe aqui, mas daqui a um tempo, amanhã, você vai precisar de novo, né. E a parte espiritual, ela sustenta a pessoa interiormente, né, é o que dá força pra ela acreditar que ela pode conseguir, que ela pode conquistar, que ela pode vencer uma dificuldade, superar uma dificuldade. E a gente vê que falta muito isso nas pessoas, né. Infelizmente falta. As pessoas falam muito sobre Deus e Deus, falam, falam, falam, falam, falam, mas são só são palavras, né. Mas você vai se deparar, você sai nas ruas, você vê. As pessoas falam em Deus, mas estão sofrendo, estão em dificuldade, estão desesperada, não sabem aonde correr, a quem recorrer. E por esse fato, a gente vê a diferença nisso. ‘Pôxa, ele é vereador, mas ele é um pastor. Pôxa, mas espera aí, ele tem algo pra dizer pra mim, ele tem algo pra me falar.’ E realmente tem. Então, quando as pessoas procuram ele, está sempre disposto, pronto a ouvir as pessoas. E não somente a ouvir, a resolver o problema dela, e dar solução pro problema, né.” (Entrevista com Renato, 19/06/2004)*

O fato de ser um “homem de Deus” possibilita ao vereador evangélico dar “algo mais” para aqueles que o procuram no gabinete – como referi anteriormente (ver Capítulo II), os pedidos recebidos diariamente são inúmeros, incluindo-se aí aquelas pessoas que estão em busca de aconselhamento acerca do que devem fazer em suas vidas pessoais e profissionais. Renato lembra que a “parte material” se esgota rapidamente, enquanto a “parte espiritual” permanece: o assessor certamente se refere aos conselhos que os pastores podem dar àqueles que os procuram nos gabinetes, sugerindo ações que, embasadas no conhecimento da “palavra de Deus”, devem guiar estas pessoas rumo à superação de suas dificuldades de uma forma que a simples resolução dos “problemas imediatos” não permitiria. Esta postura revela, de certa maneira, uma outra possibilidade de utilização do parlamento como espaço de pregação, diferenciada dos discursos em plenário e da apresentação de projetos visando solucionar demandas do segmento evangélico.

De uma maneira geral, estas falas nos demonstram como um imaginário religioso, especialmente referendado na Bíblia Sagrada, é constantemente acionado pelos vereadores evangélicos e seus assessores para explicar seu sucesso político e sua postura no Parlamento. Todavia, não deixa de ser interessante verificarmos como a defesa da IURD surge com igual frequência nestes comentários, sendo perceptível uma identificação desta organização religiosa com a própria “palavra de Deus” e as perseguições às quais seriam constantemente submetidos todos aqueles que seguem tais desígnios.

### **Representações sobre a política**

Ajustando um pouco mais o foco da discussão, penso ser de fundamental importância atentarmos para as representações de vereadores e assessores sobre o campo político e seu

funcionamento. Em primeiro lugar, prevalece a opinião de que se trata de uma esfera da realidade caracterizada por constantes disputas:

*“Eu não esperava encontrar facilidade, porque tudo que é importante é sempre uma guerra, e é muito importante a política, por isso que a política se torna uma guerra. Uma guerra de interesses, né? Por exemplo: mesmo que meu interesse seja o Evangelho, há um interesse atrás de cada vereador. (...) Então cada um defende a sua bandeira, nesse meio não tem facilidade, não existe facilidade. É um trabalho, é uma guerra, né. Assim como também era uma guerra eu pegar uma Igreja, pregar o Evangelho e abençoar o povo.” (Entrevista com Almerindo Filho, 02/09/2003)*

Almerindo Filho demonstra um entendimento claro da “lógica competitiva” que definiria a política institucional numa sociedade “liberal” e “democrática”<sup>1</sup> como o Brasil. Tal avaliação parece complementar a fala da Valdir Caetano que apresentei na seção anterior: se o sistema funciona desta forma, por que também os representantes da IURD não poderiam participar dele? Além de estar sempre buscando novos e eficientes canais capazes de facilitar o funcionamento de sua Igreja e garantir a defesa de seus interesses enquanto instituição, os “representantes do Evangelho” teriam uma peculiaridade que é também uma responsabilidade a mais: como a atuação dos “homens de Deus” é calcada nas “palavras divinas” contidas na Bíblia, cujos desígnios a tradição religiosa à qual se vinculam consideram passíveis de ser seguidos por todos, o foco de seus interesses não pode deixar de ser, no fim das contas, o “povo”, na acepção mais genérica que este termo possa ter.

Flávia, assessora que trabalha no gabinete de Almerindo Filho, destaca o “compromisso ético” dos “políticos religiosos”:

*“Eu creio assim, quando a pessoa tem um compromisso com Deus, ela tem... ela tem aquele compromisso de... Ela tem aquilo dela ter que ajudar as pessoas, entendeu. Claro que vocês têm visto que têm exceções, né. (...) eu vejo assim, que a corrupção, assim, que a gente tem visto hoje, né, é porque não existe nenhum compromisso com Deus, né. Então essa é a visão que eu tenho, né. Não tem compromisso. Então eles não têm porque ‘ah, eu não vou ser corrupto’. Por quê? Porque eu tenho compromisso. Eles não têm, não existe, né, então...” (Entrevista com Flávia, 03/07/2004)*

Os evangélicos envolvidos na atividade política estariam, acima de tudo, “comprometidos com Deus”, de tal forma que, mesmo considerando as “exceções” cuja existência a assessora não deixa de registrar, a possibilidade de se tornarem corruptos seria menor do que aquilo que verificamos entre os “políticos laicos”.

---

<sup>1</sup> As aspas nos dois últimos termos significam apenas que não estou fazendo uso de alguma definição mais formal de ambos, lidando com categorias bastante presentes no senso comum.

Quando questionei Salete sobre os resultados que a participação política dos evangélicos vem obtendo nos últimos anos, me defrontei ainda mais explicitamente com uma outra faceta dos discursos sobre o assunto:

*“O nosso grupo enquanto, ele se constitui politicamente, ele começou a chamar a atenção, a ser até mais respeitado, porque enquanto nós não nos organizávamos... nós éramos organizados até como grupo religioso... mas no momento em que nós começamos a participar da política, foi visto que nós tínhamos força, e pra nós isso também é importante, saber que nós temos força, e que nós podemos decidir uma eleição também. E faz diferença, o nosso apoio faz diferença, e que já foi provado nas eleições municipais, agora nas eleições estaduais também, porque a diferença foi muito pequena.” (Entrevista com Salete, 10/05/2003)*

Ou seja, ao mesmo tempo em que se afirma a intenção de trabalhar “para todos”, há um reconhecimento da importância dos parlamentares para sua instituição de origem. Em outros termos, podemos sugerir que “interesses gerais” e “interesses particularistas” se combinam e se complementam. É certo que, conforme comentou Almerindo, “cada um defende sua bandeira”. Salete chega até mesmo a ressaltar como o ingresso na política fez com que a IURD fosse mais “respeitada” enquanto organização, “conquista” importantíssima para um grupo que se considera extremamente perseguido e foi alvo de inúmeras acusações por parte da mídia e de outras instituições religiosas durante as décadas de 80 e 90. Interessa notar também como este “respeito” é convertido numa espécie de “capital político”: a “força” que a Igreja revelou em eleições recentes certamente não é ignorada por suas lideranças. Devo destacar que isto não é uma exclusividade da Universal, sendo notáveis, por exemplo, as negociações envolvendo os então candidatos José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva com pastores de grandes igrejas evangélicas durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2002 (Oro, 2003c).

Uma observação mais atenta, todavia, demonstra como a lógica própria do campo político também parece ser capaz de acarretar alterações nas representações dos próprios vereadores:

*“Quando eu entrei na Câmara, quando eu comecei a conhecer a política, a ver os projetos, a ver a necessidade das vilas, porque eu também já conhecia as vilas pelo trabalho evangelístico, ver a dificuldade na habitação, no transporte, na saúde, é claro que eu achei a política interessantíssima, e eu vou também lutar paralelamente junto pra abençoar esse povo que não é da Igreja, também, o povo de Porto Alegre.” (Entrevista com Almerindo Filho, 29/08/2001)*

Tal comentário novamente nos remete ao trabalho de Conrado (2000), quando este autor constata que a incorporação de um certo *habitus* político trazido pelos anos atuando neste campo leva os políticos evangélicos a ampliar sua esfera de atuação e manifestar preocupações com setores mais amplos da população. Indo um pouco além, reforço a impressão que isto talvez se configure como uma “exigência” do campo político, uma vez que este é dotado de uma lógica diferenciada daquela do campo religioso, tendo como participantes de seus “jogos” e embates sujeitos dotados de posturas, comportamentos e técnicas discursivas distintas e minimamente padronizadas, capazes de identificá-los enquanto “profissionais” (Bourdieu, 1989b). Em tal contexto, os pastores pentecostais, possuidores de trajetórias e formações bastante diferentes de seus colegas de Câmara Municipal, acabaram tendo que “se adaptar”, gradualmente modificando suas práticas e discursos para que fossem vistos como interlocutores pelos demais.

Esta necessidade de trabalhar para o “povo” e para os “irmãos” se revela neste comentário de Valdir Caetano:

*“O que eu sempre costumo dizer, que é de fundamental importância, que nós não estamos fazendo um trabalho político direcionado (enfático) a igrejas evangélicas. Não, nós fazemos um trabalho político mesmo (enfático). Só que, assim: nós temos vereadores aqui de diversos segmentos, nós temos vereadores aqui que fazem um trabalho político, muito bem, diga-se de passagem, mas, quando as igrejas, quando as religiões afro precisam de alguma coisa tem um vereador que representa, como tem vereador que faz um trabalho político mas é um defensor ferrenho da Igreja Católica. Então, a nossa Igreja também, vamos ter pessoas que façam trabalho pra nossa cidade, pro estado, pro país, mas que, quando vêm leis que são contrárias ao Evangelho, de certa forma uma proibição, então nós tamos na linha de frente pra defender o trabalho.” (Entrevista com Valdir Caetano, 15/09/2003)*

Ao se referir ao “trabalho político mesmo” que estaria realizando, Caetano busca se colocar ao lado dos demais parlamentares, como alguém que se pretende conhecedor dos problemas que afligem a grande maioria dos porto-alegrenses, e não apenas um segmento específico da população. Todavia, ao mesmo tempo deixa bastante claro que não há nenhum tipo de constrangimento em defender sua instituição de origem de medidas que considere prejudiciais à mesma, justamente porque há colegas de parlamento que fazem o mesmo em relação a outras denominações religiosas. Assim, o ideal seria simultaneamente “trabalhar pela cidade” e “defender o Evangelho”. Numa primeira aproximação, este discurso pode indicar aproximações entre o religioso e o político capazes de surpreender a um observador mais incauto. Todavia, se retomarmos as contribuições de autores como Bezerra (1999) e Kuschnir (2000), podemos perceber que esta atuação que combina uma preocupação mais explícita com as “grandes questões” e um atendimento das demandas das “bases eleitorais” é

marcante na política brasileira, não sendo, de forma alguma, exclusividade dos “políticos religiosos”.

Neste ponto, não posso deixar de fazer um esclarecimento: justamente por estar trabalhando com imaginário e representações sociais, faço tais colocações a partir do discurso dos agentes investigados. Desta forma, não tenho como objetivo afirmar categoricamente até que ponto Almerindo Filho e Valdir Caetano trabalham para o “seu segmento” ou “para toda a população da cidade”. Na verdade, a tensão entre estes “modelos ideais de atuação” se revelou uma constante no decorrer de toda a pesquisa, sendo realmente questionável a possibilidade de se chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

### **Partidos políticos e Igreja: uma relação sempre complicada**

Considero que os dados apresentados possibilitam a identificação de algumas peculiaridades da maneira como a Igreja Universal do Reino de Deus concebe a relação entre religião e política. Uma das principais questões passíveis de serem problematizadas é a constatação de que um representante desta instituição deve, sempre que possível, procurar manter os interesses religiosos acima dos interesses partidários. Assim sendo, o partido ao qual está filiado, sua ideologia e conteúdo programático possuem uma importância secundária em relação aos desígnios dos dirigentes religiosos. Por vezes, o pertencimento a uma destas organizações chega a parecer uma formalidade a que obriga a estruturação do sistema político brasileiro. Uma decorrência desta concepção é o fato de tornar-se claro que eles procuram sempre seguir as orientações dos dirigentes da Igreja, inclusive sendo a esta instituição e seu “carisma” que devem sua eleição<sup>2</sup>.

Tal uso instrumental dos partidos políticos se revela de forma paradigmática quando os representantes da IURD falam sobre o PL (mesmo que um deles não seja filiado à sigla em questão). Sobre as acusações de que esta agremiação “pertenceria” aos pastores da Igreja, disse Valdir Caetano:

*“Tem que tirar essa idéia de que é um partido da IURD. (...) É que a questão que este é o partido com que nós estamos nos identificando com a maneira de trabalho, não é, por isso que está acontecendo esse tipo de coisa, mas não que o PL é da IURD, ou que é o partido da IURD. Se nós colocássemos um partido, segmentasse o partido numa Igreja, numa denominação, nós estaríamos sendo muito burros em fazer isso (...) quem tá dando muito discípulo pro PL é a IURD, nós é que estamos dando pro PL, não o PL que é nosso, nós estamos dando os milhares de votos que nós temos para o Partido Liberal. É o contrário do que eles procuram...O partido da IURD, não...a IURD*

---

<sup>2</sup> Esta questão foi explorada no Capítulo II.

*tem dado sua contribuição, com os seus candidatos, enfim, para o Partido Liberal.” (Entrevista com Valdir Caetano, 24/08/2001)*

Ao que parece, Caetano concebe o PL (partido ao qual é filiado) como um espaço que os políticos vinculados a IURD estão ocupando porque com ele se identificam, de uma forma ou de outra. Todavia, em nenhum momento há referência a conteúdos programáticos ou ideológicos: na verdade, a argumentação gira em torno de uma certa “racionalidade eleitoral”, destacando a quantidade de votos que os religiosos são capazes de trazer para a sigla. O “lado estratégico” da concepção de política dos vereadores evangélicos vem à tona neste momento, sobretudo quando pensamos na diversidade de posições das lideranças partidárias em relação a estas situações: enquanto alguns aceitam facilmente um candidato da IURD em suas fileiras, exatamente por levar em conta a votação que ele trará para a legenda, outros, insatisfeitos, chegam a abandonar o partido, em sinal de protesto (Oro, 2001a). Ora, sem ter dados suficientes para fazer afirmações mais conclusivas, arrisco dizer que a relação entre PL e IURD é pautada por um tipo de reciprocidade: o partido dá o espaço para os políticos evangélicos atuarem legitimamente, enquanto estes últimos fornecem votos capazes de garantir que os demais políticos continuem participando do “jogo”. Assim Caetano pode dizer que, simultaneamente, “o PL não é da IURD” e é a Igreja que “tem dado sua contribuição para o Partido Liberal”.

De qualquer maneira, não podemos desconsiderar a “racionalidade política” das lideranças da IURD. O planejamento estratégico efetivado pela instituição se mostra de forma ainda mais notável na resposta de Almerindo ao questionamento de quais motivos o levaram a optar por um partido diferente daquele em que ingressou o outro pastor-vereador:

*“Eu acho mais interessante o Evangelho ter... Por exemplo, se eu tivesse no PL, nós teríamos uma bancada só, nós teríamos um partido só dominando, eu e o Pastor Valdir, e assim nós temos dois. Já é diferente. Nós podemos coligar com nós mesmos. Entendeu? Eu posso coligar com a direita, ele coligar com a esquerda, como fez o PL nacionalmente. Ou eu posso coligar aqui com o PT e ele coligar com a direita. Então, a gente tem recursos políticos em dois partidos, na minha opinião até o Evangelho tinha que ter outro partido, tinha que ter mais do que dois partidos, pra ter mais poder político.” (Entrevista com Almerindo Filho, 02/09/2003)*

Aqui, torna-se ainda mais evidente a hierarquização entre “fidelidade denominacional” e “fidelidade partidária”. Ficamos com a impressão de que aquilo que realmente importa são os “interesses do Evangelho” – os quais claramente se confundem com os interesses da Igreja, uma vez que esta é tida como guardiã da “palavra de Deus”. Em decorrência disso, ganha inteligibilidade o fato dos pastores estarem espalhados por vários partidos: a pretensão seria, efetivamente, ocupar a maior quantidade de espaços possível.

Almerindo chega, inclusive, a destacar a diversidade de opções que têm a sua disposição: ele e Caetano podem coligar-se um com o partido do outro ou buscar alianças em pólos diferentes do espectro ideológico, conforme a correlação de forças e os interesses vigentes no momento.

Considero importante notarmos como, com o passar do tempo, se evidencia cada vez mais uma certa necessidade de separar a Igreja do partido. Talvez seja possível compreender este procedimento como uma maneira de resguardar a IURD de possíveis críticas oriundas de uma concepção “secularizada” de política, a qual se supõe como dominante no Brasil. É nestes termos que encontramos a explicação do apoio dado pelo deputado federal e antigo coordenador das ações políticas da IURD, Bispo Rodrigues, à candidatura de Lula:

*“O Bispo Rodrigues, não foi a Igreja, a Igreja Universal não apoiou o Lula, e nem o Serra. Quem apoiou o Lula foi o PL, e o Bispo Rodrigues faz parte do PL, assim como teve ramificações da Igreja Católica que apoiaram o Lula. Não foi, quando o Bispo Rodrigues aparece na televisão, muitas vezes não é a IURD que tá ali, é o PL, ele é o vice-líder no Brasil. Então, às vezes a gente vê o Bispo Rodrigues lá, então ‘ah, a Igreja tá apoiando’. Não, é o PL que tá apoiando.” (Entrevista com Almerindo Filho, 02/09/2003)*

Indo na mesma direção, Valdir Caetano critica o que seria uma visão equivocada acerca das relações entre Igreja e partido:

*“As pessoas costumam associar muito Igreja e o Partido, o PL, o ‘partido da Igreja’. Não é assim, nosso partido tem um grande segmento evangélico, tem pessoas candidatas, deputados estaduais, federais, vereadores, que são da Igreja, mas tem muita gente que não é da Igreja também.” (Entrevista com Valdir Caetano, 15/09/2003)*

Penso que este discurso é, antes de qualquer coisa, acionado para rebater as críticas feitas por parlamentares e comentaristas políticos que vislumbram a participação evangélica na política brasileira como uma “ameaça à democracia”. Demonstrando que o partido teria inúmeros integrantes não-evangélicos, o vereador pretende desconstruir a idéia, bastante arraigada tanto na imprensa como entre outros políticos que discordam de suas práticas, de que o PL é uma sigla “dominada” pela Universal. Seja como for, é inegável que, à exceção do vice-presidente da República, José Alencar, alguns dos principais expoentes do partido surgidos nos últimos anos são também lideranças da Igreja: este é o caso dos já citados Carlos Rodrigues e Marcello Crivella, por exemplo.

Neste contexto, todavia, ressaltemos a forma como os representantes da IURD enfatizam a preponderância de seus vínculos originários. Almerindo Filho fala sobre a hierarquia entre política e religião na qual baseia suas ações:

*“No meu coração primeiro eu sou pastor, um homem de Deus, depois eu sou político. Como é que eu vou fazer uma política exemplar se Deus não vier à frente do meu trabalho?” (Almerindo Filho – 29/08/2001)*

Da mesma forma, o vereador do PL não deixa de esclarecer a quem deve uma maior fidelidade:

*“Prof. Ari: O que para o senhor é mais importante em última instância, o partido, ou a Igreja, ou os dois?”*

*Valdir Caetano: Não, a Igreja. A Igreja é tudo, se não fosse a Igreja, se não fosse esse encontro que eu tive com Deus, eu nem aqui estaria, eu nem vivo estaria mais.” (Entrevista com Valdir Caetano, 23/11/2003)<sup>3</sup>*

Não há, para este interlocutor, qualquer dúvida: em última instância, é à Igreja que deve maior fidelidade, inclusive porque, lembrando o período em que se converteu, afirma que não estaria vivo se não tivesse contado com o apoio da instituição, cujos pastores lhe revelaram a “palavra do Senhor Jesus” no momento em que se encontrava “no fundo do poço”. Não é necessário repetir que tal postura ocasionou grande parte das polêmicas e embates nos quais Almerindo Filho e Valdir Caetano se envolveram ao longo de seus mandatos, visto que a grande maioria dos “profissionais” com os quais conviviam no parlamento municipal consideram nociva à democracia esta interpenetração entre o religioso e o político.

Lévi-Strauss (1983) nos convida a dessubstancializar a noção de identidade. Para o etnólogo francês, mais interessante do que procurarmos os pontos fixos e determinados que caracterizariam um grupo social específico, seria atentarmos para a multiplicidade dos elementos que se combinam e recombina conforme as culturas e os contextos. Desta maneira, não deveríamos nos preocupar pura e simplesmente com afirmações e postulações identitárias, mas sim com suas constantes reconstruções. Assim, o autor conclui que “a identidade é um tipo de foco virtual ao qual é indispensável que nos refiramos para explicar um certo número de coisas, mas sem que tenha jamais uma existência real” (Lévi-Strauss, 1983: 332 – tradução minha).

A partir destas considerações, podemos ler as falas de Almerindo como expressivas de uma espécie de “jogo identitário”, através do qual o político evangélico busca se situar de maneiras “adequadas” tanto a seus interlocutores no Parlamento quanto aos “irmãos” que os elegeram. Por isso, os elementos acionados variam de acordo com o momento e o assunto debatido; mesmo que, no geral, fiquemos com a impressão de que é mais importante “ser religioso” do que “ser político”, algumas vezes, como no caso citado, a distinção se apresenta

<sup>3</sup> Entrevista feita conjuntamente com o Prof. Ari Pedro Oro.

de outra forma: na avaliação de Almerindo, o “Rodrigues político” teria atitudes que não necessariamente se relacionam com sua condição de líder religioso. No mínimo, desconfio que a argumentação do vereador tem a intenção, implícita ou não, de evidenciar alguns limites da ingerência de uma instituição religiosa como a IURD sobre as grandes questões da política nacional, o que é ainda mais significativo quando sabemos que a acusação de “intromissão em assuntos que não lhes dizem respeito” tem sido freqüentemente dirigida aos parlamentares evangélicos.

### **Avaliando o mandato**

Nos diálogos informais que mantive com meus interlocutores, por diversas vezes os convidei a avaliar seu ingresso na atividade política, refletindo sobre as diferenças entre a imagem que anteriormente tinham do trabalho parlamentar e o cotidiano com o qual se defrontaram ao chegar à Câmara Municipal de Porto Alegre. Em tais momentos, foi constante ouvi-los falar sobre um “aprendizado” ao qual foram submetidos desde o princípio, sendo uma das maiores lições a descoberta do quão “limitada” é a atuação de um vereador, quando comparada às representações que seriam vigentes no senso comum acerca de tais agentes. Todavia, de uma maneira geral, o fato de “estar aprendendo” faz com que a experiência seja avaliada de forma bastante positiva:

*“Assim como o padre tem dificuldade de administrar uma Igreja, como o pai-de-santo tem dificuldade de administrar um terreiro, é uma guerra, é um trabalho. Então, eu, até então eu não tinha perspectiva nenhuma, só... eu entrei pra defender o Evangelho, mas vendo como a política é, eu achei importantíssima, importantíssima (enfático). Eu conheci, dentro da Igreja eu conhecia pessoas só que iam na Igreja e queriam a palavra de Deus, e aqui na política eu mantenho um contato forte com os evangélicos e tô conhecendo pessoas, até mesmo vocês que tão aqui, pessoas que não são do Evangelho, e conhecendo outros tipos de pessoas também, o que é muito gratificante, né... Conhecer o povo de Porto Alegre, conhecer a política, evidentemente, conhecer os partidos, tudo, né, conhecer políticos importantes...” (Entrevista com Almerindo Filho, 30/07/2003)*

Almerindo reconhece as dificuldades enfrentadas, mas afirma que, considerando a importância da política, não esperava que a situação fosse diferente. Importa, sobretudo, destacar a centralidade dada à metáfora da *guerra*: participar do embate de interesses no parlamento não seria tão diferente de “lutar” para “pregar o Evangelho” e “abençoar o povo”; explicita-se, mais uma vez, a proximidade entre o púlpito da Igreja e a tribuna da Câmara. Outra faceta do “aprendizado” é a possibilidade de “conhecer pessoas” que o pastor supõe

difícilmente encontrar na Igreja, tais como outros políticos, integrantes do “povo” e, até mesmo, pesquisadores como eu e meu orientador. Assim, se o objetivo primordial era “defender o Evangelho”, o representante do PSL reconhece que os contatos que obteve no parlamento lhe possibilitaram uma ampliação de horizontes bastante “gratificante”. Mais do que isso, considero que, a partir do que conversamos em outros momentos, os políticos evangélicos entendem que estes “contatos” obtidos a partir da atuação parlamentar são benéficos para a própria Igreja, que ganha muito ao não ser mais vista como uma instituição “exótica” e/ou “nociva” no âmbito da sociedade brasileira.

Indagado sobre este mesmo assunto, Valdir Caetano disse que seu trabalho é marcado por sentimentos de gratificação em alguns momentos e frustração em outros:

*“Eu me sinto muito bem como vereador de Porto Alegre, em poder dar a minha contribuição pra essa cidade, pra esse Estado que eu amo, que me adotou, sabe, eu tô muito bem aqui nesse estado, se depender de mim daqui eu vou só pro céu, pra mais nenhum lugar, não tenho a menor idéia de sair do Rio Grande do Sul, tenho certeza absoluta que é o melhor estado do Brasil, sem dúvida nenhuma... Frustrante, por quê? Por que nós somos muito limitados. Quando a gente chega aqui, a gente chega com um milhão de idéias, de coisas que a gente quer colocar em prática, e depois você passa a ver que você tem mais 32 cabeças aqui dentro, 33 com a sua, e que cada uma delas, na sua grande maioria, pensam de forma diferente. Aí, então, a dificuldade. Existem as questões partidárias, existem os acordos políticos, e uma série de coisas que realmente, eu não gosto muito dessa frase, mas, é um mal necessário, não tem como... tem que haver partidos políticos, tem que haver oposição, a oposição é como uma concorrência, e se nós não tivermos concorrência o senhor sabe que o preço vai lá em cima, vende-se produtos de péssima qualidade, com preços exorbitante, enfim, faz parte do jogo. Eu faço um balanço desses três anos do meu mandato, como eu já disse anteriormente, é um primário, o primário da política é vereador.” (Entrevista com Valdir Caetano, 23/11/2003)*

O “lado gratificante” está no fato de poder “trabalhar pelo povo de Porto Alegre”, afirmação que ganha importância quando lembramos que este vereador veio de São Paulo para a capital gaúcha em 1996, o que acarreta uma certa necessidade de afirmar publicamente a profundidade das relações que vem estabelecendo com a cidade e sua população. Já o “lado frustrante” é exatamente a constatação de que o processo legislativo, da forma como está estruturado, implica em muitas dificuldades para que um parlamentar consiga efetivamente “colocar em prática” suas idéias. Entretanto, isto não significa que Caetano se posicione como um opositor desta lógica: este representante da IURD reconhece que os acordos e negociações, por mais complicados e difíceis que possam ser, são um “mal necessário”, sendo elementos que compõem as relações de “concorrência” necessárias para o bom funcionamento do sistema político. Em outros termos: como sugeri em outros

momentos, os vereadores evangélicos se defrontaram com a necessidade de aprender as “regras do jogo”, as quais somente puderam conhecer após algum tempo interagindo com outros políticos.

Considero bastante significativa, neste sentido, a fala do assessor Cláudio acerca do desafio de redigir projetos e pareceres nos termos de uma linguagem tida como juridicamente correta, bastante valorizada no espaço parlamentar:

*“Não sou advogado. (...) foi bem complicado, assim. Tive que aprender essa linguagem e tive que aprender o mecanismo legislativo também, né. O processo legislativo, como um todo, que é um processo bem...bem extenso, assim. É um processo bem longo. Eu tive que tomar esse processo para mim. Aprender esse processo foi... Eu tive que fazer isso rápido. E aqui a gente não tem professor, né. Tive que eu mesmo tomar para mim. No primeiro ano retornavam muitos processos e projetos nossos. Por quê? Por total inconstitucionalidade. Por desconhecimento meu naquele termo, naquele formato, era inconstitucional... No segundo ano em diante não aconteceu mais isso, então eu já aprendi... A gente já ia... Os vereadores, assim... Quando os vereadores são novatos, de primeira legislatura...os vereadores mais velhos têm uma certa complacência, assim, né. E quando mandam os pareceres, eles já dão as dicas...” (Entrevista com Cláudio, 16/12/2003)*

Primeiramente, deve ser destacado o fato de Cláudio relatar espontaneamente que “não ser advogado” representou um desafio a mais no primeiro ano em que se viu envolvido com os trâmites burocráticos da Câmara. Esta fala é permeada pela idéia de que ocorreu um “aprendizado”, e este se deu “na prática”. Isto significa que muitas dificuldades tiveram que ser enfrentadas, que apenas após muitos erros decorrentes do “desconhecimento” foi possível desvendar os mistérios da linguagem e do processo legislativo. Num outro sentido, Cláudio revela a existência de um tipo de colaboração entre políticos “novatos” e seus colegas “mais experientes”. O próprio parecer, que é o documento onde o vereador integrante de uma das comissões expressa sua opinião pela aprovação ou não do projeto, pode ter em seu conteúdo “dicas” de como adequar o referido texto à forma padronizada e juridicamente aceita. Teríamos, portanto, um saber que é simultaneamente obtido através da prática do ofício de redigir, sem “professores” ou “manuais”, e de um diálogo que se trava no interior dos próprios textos que circulam pela casa. Complementarmente, Cláudio e outros assessores contam que diálogos informais com outros políticos e assessores também podem ser bastante frutíferos.

Se o processo legislativo não permite grandes realizações, há a necessidade de encontrar outros meios através dos quais seja possível “ajudar a população”. Eis, então, a importância do trabalho de *atendimento* (ver Capítulo II), visto como uma forma de superar

os entraves burocráticos. Marco, assessor que trabalha como motorista de Almerindo Filho fala sobre sua experiência:

*“(...) É um choque porque eu nunca tinha me envolvido com política antes, só na campanha. Ai, dentro da Câmara, a gente vê, passa a ter esse convívio com o processo de legislação, né, com o processo da Câmara, de trabalho, do trabalho interno. Eu tive um choque no sentido assim que, você vê os vereadores no plenário... Mas isso é uma opinião minha, né. Eu vejo que muito do tempo é jogado fora. Sabe, é... Poderia ser usado pras coisas mais objetivas, e ser resolvido muito mais coisas. E é perdido muito tempo, né, principalmente no plenário, a gente vê. Claro, a gente não conhece o trabalho de cada gabinete, né. Por exemplo, no plenário a pessoa não está resolvendo muita coisa, mas aí, no trabalho fora do gabinete, ela faz muito pelo povo, né. Então, é esse choque que eu digo. Porque no plenário a gente não vê muita coisa acontecendo. A gente vê muita, sabe, muito empurra-empurra, sabe, coisas que não se resolvem, né. Isso no geral, né.” (Entrevista com Marco, 30/09/2004)*

Para este assessor, foi chocante perceber como é lento o ritmo em que as discussões e votações se desenrolam no parlamento. No seu entendimento, há um grande desperdício de tempo, que impede a resolução de problemas mais imediatos e “objetivos”. Contudo, “fora do gabinete” os vereadores têm a possibilidade de “fazer muito pelo povo”, de tal forma que não se pode julgar a atuação de um político apenas vislumbrando o que ele faz no plenário. Esta, realmente, parece ser a grande ênfase do trabalho dos vereadores evangélicos, com especial destaque para Almerindo Filho que, como vimos, destacou o “Projeto Mão Amiga” como uma de suas grandes realizações, durante sua campanha à reeleição. Na visão de meus interlocutores, esta “preocupação social” nada mais seria do que uma das maneiras de “colocar em prática” o conteúdo dos escritos bíblicos. Vejamos o que Renato fala sobre isso:

*“A Igreja faz um trabalho no lado social, nesse lado, né. Ali já faz um trabalho no lado social. Ela procura atingir aquelas pessoas que estão... Que ninguém olha pra elas, não importa qual seja a camada delas. Mas a Igreja tem esse trabalho social. Ela vai lá resgatar, resgatar suas pessoas. Fazer elas se motivarem. Porque tem muita gente por aí que acha que não tem mais jeito. Ela enfrenta tantas dificuldades, ela encontra tantas barreiras, né. E a política influi nisso, acaba influenciando. Então chega a um ponto que a pessoa fica... Ela fica desacreditada, descrente de tudo, né. (...) Então a gente começou a levar isso, né, essa visão aí, na política também. Começou a ser implantado esse trabalho na Igreja, então, a visão que é desse trabalho que é feito ali, foi levado pro lado de fora também, não somente pra que está na Igreja, mas pra todo mundo.” (Entrevista com Renato, 19/06/2004)*

Nas palavras deste assessor parlamentar, o “trabalho social” encontra-se no rol das maiores preocupações da Igreja, sendo uma atividade à qual suas lideranças se dedicavam

antes de ingressar na política. Assim, se “orientar” e “resgatar” as pessoas que estão “desmotivadas” e “desacreditadas”, sem saber como superar as “barreiras” que encontram pela frente, já é uma das maiores obrigações dos “homens de Deus”, ao ingressar no parlamento faz-se necessário que tais agentes ampliem sua esfera de atuação, atingindo com suas ações aqueles que normalmente não recorreriam à Igreja na busca por soluções para seus problemas. Em outras palavras: importa a possibilidade de “levar pra fora” um “trabalho” que era feito apenas no interior dos templos.

Neste ponto, podemos retomar, sob um outro ângulo, a polêmica acerca dos “interesses particularistas” que supostamente guiariam os políticos evangélicos. Salete fala sobre a importância dos vínculos com as “bases eleitorais”:

*“O trabalho dos vereadores tá muito ligado às suas bases, né? Os vereadores, todos eles, se não se ligarem às suas bases...O que acontece, um vereador eleito num mandato, e depois ele não é reeleito? Ele se afasta das bases, né... Então uma das coisas é o vereador tem que permanecer as suas bases. A nossa base de apoio é o pessoal que elegeu o vereador, não é? O pessoal evangélico, não só da nossa Igreja, mas de outras Igrejas...tanto que assim, ó: um dos projetos que o vereador fez é que tinha isenção de IPTU... até da própria lei orgânica do município... é que as igrejas com templos próprios eram isentas de IPTU, assim como, não só igrejas evangélicas, mas até templos maçônicos, tudo isso, fazia parte da lei, de qualquer denominação... Mas aí, tu pensa bem, a incoerência: quem tem um prédio próprio, é porque tem condições de adquirir...e aquele coitadinho que aluga, porque nessas comunidades...porque nesse trabalho, não importa de que religião, não tô falando aqui de evangélico, de qualquer religião, templo religioso, tô falando em templo religioso...que tu insere numa comunidade bem pobrezinha, às vezes, ele paga aluguel, ele acaba pagando (...)” (Entrevista com Salete, 10/05/2003)*

A *chefe de gabinete* de Valdir Caetano não nega que um político, preocupado com suas possibilidades de reeleição, deve priorizar o atendimento das demandas de suas “bases”. No caso, há uma referência especial ao projeto que isentava de IPTU os prédios alugados por instituições religiosas: este é o caso de grande parte dos templos da IURD na periferia da cidade. Todavia, como já indiquei anteriormente, para que fosse aprovado, o projeto não poderia, de forma alguma, beneficiar apenas um segmento: havia a necessidade de garantir a isenção para todas as instituições juridicamente similares, como terreiros e lojas maçônicas. Mas, além disso, há um outro aspecto que merece ser ressaltado. Mesmo uma proposição deste teor tem como justificativa uma certa noção de “interesse geral da população”. Considero significativo, neste sentido, o comentário de Renato sobre o projeto de Almerindo Filho dispensando as instituições religiosas de alvará de funcionamento:

*“As instituições religiosas, elas prestam serviço muito na parte social, da população de menor poder aquisitivo, muito grande. Então estavam assim enfrentando dificuldades, em alguns locais, de se manterem abertos, continuar funcionando, outros não tinham condição de providenciar uma documentação... Que existe uma documentação básica. Isso aí é lei, né. Então, é... E por conta desse projeto, que foi apresentado pelo pastor, então hoje, as instituições religiosas, né, de diversos segmentos, ela já não têm essa dificuldade, né, de apresentar o seu alvará, e ficam isentos, né. (...) Então isso beneficiou muitos segmentos religiosos, porque encontravam dificuldades quanto à documentação, às vezes barravam muitas coisas. Na burocracia... Infelizmente a burocracia é grande no nosso país, né. Em vez de desburocratizar, sabe, se burocratiza mais...”*  
(Entrevista com Renato, 19/06/2004)

Na avaliação deste assessor, uma lei que traga benefícios para as instituições religiosas está, na verdade, “ajudando os necessitados”, pois estas organizações prestam uma série de serviços para este segmento da população. Ou seja: a legitimidade da proposta residiria no fato de não favorecer uma instituição ou conjunto de instituições, mas sim o “povo”, praticamente na sua totalidade. Tenta-se, assim, construir uma imagem de que os parlamentares evangélicos não seriam apenas representantes de suas igrejas, mas sim “homens de Deus” preocupados com um “rebanho” cuja extensão transcende os limites da denominação à qual estão vinculados. Porém, ainda assim os pastores-vereadores continuam tendo que lidar com sua situação peculiar de agentes que efetivam mediações entre o religioso e o político. Outra fala do assessor Renato sintetiza a situação:

*“Pelo fato de ter esse título de pastor, então as pessoas passam a olhar de uma outra forma. Porque, é como eu te disse, dificilmente as pessoas conseguem relacionar religião com a política. O nosso povo é assim. Por falta de uma formação de base, desde criança, né, de... Sabe, existe isso no nosso país. Eu vivi isso. Hoje eu tenho uma outra visão. Se fosse dada desde cedo nas escolas, né, essa associação com a sociedade, de política, religião, que faz parte de um contexto, então a visão seria totalmente diferente. (...) Então a gente vê, de algumas pessoas, há um certo preconceito, né, há um certo preconceito. Alguns olham com um lado bom, outros já não olham, né, com um lado bom: ‘pôxa, o negócio dele não é..., que que está fazendo aqui? O negócio dele é pra Igreja, é na Igreja’, né. Então às vezes surge, sim, certo tipo de comentário, mas são coisas que, pra quem é atuante, né, pra quem trabalha, sempre enfrenta esse tipo de problema, né, em qualquer área. (...) Agora, uma pergunta que você fez, pelo fato dele ser um pastor, geralmente têm pessoas que olham de uma outra forma, né. Não sei se incomoda elas, o fato dele ser pastor e estar ali. Porque sabe que um pastor ele tem seu... Ele tem que fazer o impossível pra ser o mais correto, né. E passa a ser uma pessoa visada. Pois é pastor, quer dizer, qualquer deslize que ele cometa, uma palavrinha que ele coloque errada, as pessoas já criticam – ‘mas é pastor!’, né.”*  
(Entrevista com Renato, 19/06/2004)

Primeiramente, Renato reconhece que o título de “pastor”, por si só, faz com que as pessoas olhem para o vereador “de outra forma”. Isto seria consequência do fato de vivermos num país cuja população não tem informações suficientes para perceber como o relacionamento entre instâncias políticas e religiosas é “parte de um contexto”. Assim, o assessor tenta positivar as mesmas combinações que são ferrenhamente criticadas pelos defensores de uma “política laica”. Penso, entretanto, que esta fala traz à tona uma questão fundamental: o reconhecimento, por parte de um dos agentes envolvidos com a atividade política dos pastores evangélicos, que sua condição de “religiosos” traz consigo, simultaneamente, um ônus e um bônus. Sumariamente, o bônus seria decorrência do fato dos pastores-vereadores serem “homem de Deus”, cujos compromissos ético-religiosos garantem uma “atuação diferenciada”, voltada para a “defesa do Evangelho” e o atendimento dos “necessitados” e do “povo” de uma maneira geral. Já o ônus residiria nas desconfianças daqueles que “não entendem” as imbricações entre política e religião e nas cobranças exacerbadas recebidas de quem considera que estes “homens de Deus” não podem cometer qualquer tipo de “erro” ou “deslize”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

### **“TRIBUNOS DO POVO, SERVOS DE DEUS”.**

Ao encerrar este trabalho, não pretendo apresentar conclusões que se proponham definitivas. Intento, sim, fazer alguns apontamentos a partir do que indicou o material etnográfico que coletei durante o trabalho de campo, com a intenção de contribuir para outras pesquisas que pretendam abordar a participação de agentes religiosos nas esferas institucionais da política.

Dentre as possibilidades abertas para análise, optei por assumir um caminho teoricamente orientado na problemática da secularização. Neste trajeto, parti das linhas mais gerais propostas pelo debate sociológico e antropológico para um questionamento acerca das relações entre o religioso e político, instâncias que, numa aproximação inicial, estariam supostamente afastadas num mundo moderno e pautado pela racionalidade. Os autores contemporâneos dedicados à investigação do tema nos sugerem uma complexificação desta realidade, onde nossa atenção não deve estar voltada para uma total sobreposição ou uma separação definitiva: interessam sim as combinações, intersecções, tensões e conflitos entre religião e política.

Neste sentido, voltar os olhos para os vereadores evangélicos na Câmara Municipal de Porto Alegre pode ser uma via privilegiada para desvendar uma série de relações e concepções existentes na sociedade brasileira. Sem que haja qualquer pretensão de generalização, no mínimo posso dizer que há algumas questões bastante interessantes que surgem ao fim desta tentativa de interpretação da inserção pentecostal na política.

Inicialmente, podemos identificar a maneira peculiar como as lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus concebem a relação entre religião e política. Conforme podemos depreender das polêmicas nas quais Valdir Caetano e Almerindo Filho se envolveram nos primeiros anos de seu mandato, um representante desta instituição deve, ao menos idealmente, procurar manter os interesses religiosos acima dos interesses partidários, deixando ideologias e conteúdos programáticos num plano secundário e privilegiando as orientações dadas por seus líderes religiosos. Conseqüentemente, logo ao chegar à Câmara, são os “irmãos” que procuram defender em seus pronunciamentos e beneficiar com seus projetos. Assim, me parece que para a IURD a política pode ser vista como mais um instrumento de difusão de seus ideais, ou seja, da “palavra divina” contida no Evangelho. Garantindo as possibilidades de funcionamento da Igreja e trabalhando para construir uma imagem positiva da mesma, os vereadores estariam apenas cumprindo os desígnios do Senhor.

Pensando nas características que diferenciariam os “religiosos políticos” dos “políticos laicos”, verificamos que, no cotidiano do parlamento municipal, além do fato de colocarem a fidelidade à Igreja num primeiro plano, chama a atenção a presença de “conteúdo moral” em seus pronunciamentos, nos quais constantemente falam da importância de cultivar certos valores e algumas vezes fazem uso de citações da Bíblia. Enfim, é extremamente significativo que, num dado momento, Almerindo compare o plenário a um altar, de certa maneira “sacralizando” o espaço anteriormente laicizado da Câmara de Vereadores. Em outras palavras: uma das maiores tarefas dos “homens de Deus” na política seria fazer da tribuna do parlamento uma extensão do púlpito da Igreja.

Todavia, o acompanhamento etnográfico do relacionamento dos vereadores evangélicos com os demais parlamentares revelou um processo através do qual eles acabaram, deliberadamente ou não, por modificar algumas de suas posturas e atitudes, tornando-se, desta forma, mais “aceitáveis” para os agentes já consolidados no campo político.

Em tal contexto, as contribuições teóricas de Bloch (1975) e Bourdieu (1989b) se mostraram inestimáveis, demonstrando como há uma série de padrões de atuação a serem seguidos por qualquer um que pretenda ser reconhecido como “político”. Haveria, em suma, um conjunto de posturas corporais, maneiras formalizadas de falar e se relacionar com os “companheiros” e assuntos que podem (ou devem) ser abordados nos debates. Somente aqueles que estão de acordo com tais especificações têm a possibilidade de se tornar “profissionais” e atuar com desenvoltura no espaço parlamentar.

Assim, pudemos ver como, no início do mandato, os representantes da Igreja Universal do Reino de Deus acionavam sua filiação denominacional como a referência identitária mais marcante: os discursos que explicavam e justificavam sua inserção política, por exemplo, apareciam extremamente carregados de imagens e simbolismos religiosos. Neste sentido, alguns projetos apresentados são bastante significativos, pois têm como foco de suas atenções o segmento evangélico da população. Isto certamente agradava as “bases eleitorais”, mas logo ocasionou críticas por parte dos colegas de Parlamento, que classificaram tais procedimentos como voltados para “interesses particularistas”, contrapostos aos “interesses gerais da população”. Além disso, o “uso instrumental” que os pastores fazem dos partidos, mesmo que não seja algo necessariamente incomum na política brasileira, foi considerado uma verdadeira ameaça ao sistema democrático.

Com o passar do tempo, todavia, pudemos constatar a força das exigências que o campo político impõe a um agente que nele queira ingressar de forma bem sucedida. Neste sentido, é notável que tanto Almerindo como Caetano acabaram assumindo posições claras nos debates faccionais existentes no interior da Câmara Municipal. Ao se aproximar da chamada “bancada oposicionista”, ambos os vereadores certamente acabaram entrando em

conflito com alguns integrantes da “situação”, mas, simultaneamente, passaram as ser reconhecidos como “membros do grupo” pelos demais. Desta forma, se tornaram interlocutores com mais legitimidade, participando das discussões de uma maneira diferenciada daquela que era anteriormente verificada. Para começar, seu pertencimento religioso dificilmente voltou a ser evocado como algo negativo. Afora isso, é paradigmático perceber como as críticas feitas pelos governistas aos seus projetos e pronunciamentos eram imediatamente rebatidas conjuntamente com os companheiros de “oposição”. Outro aspecto que leva os vereadores evangélicos a adquirir mais “respeitabilidade” está relacionado com o público para o qual dizem voltar suas atenções: como vimos no caso relatado, Valdir Caetano foi visto muito mais positivamente pelos outros parlamentares após apresentar um projeto que, além de contrariar a postura da Prefeitura Municipal, estava voltado para “toda a população de Porto Alegre”, e não para um segmento específico desta – que seria, evidentemente, constituído pelos fiéis de sua Igreja.

Não posso deixar de ressaltar, entretanto, como esta “avaliação positiva” dos vereadores evangélicos se mostrou bastante variável conforme a relação que estes agentes mantinham com as facções políticas predominantes na capital gaúcha. Explicando melhor: quando, seguindo diretrizes definidas por seus partidos e pela sua Igreja no plano nacional, os dois parlamentares abandonaram a “oposição” para ficar ao lado do governo municipal, a insatisfação de seus companheiros de outrora logo se converteu num retorno das acusações de que estariam “ameaçando a democracia” e “misturando coisas incompatíveis”. Ao mesmo tempo, a fim de agradar os novos parceiros, os integrantes da “Frente Popular” acionaram um discurso carregado de referências à “tolerância” e à “liberdade religiosa”, sugerindo que os opositoristas não estariam seguindo estes princípios tidos como básicos numa sociedade democrática.

No fim das contas, penso que a análise deste processo é reveladora de uma tensão considerável entre os valores, projetos e simbolismos inerentes aos campos da religião e da política.

Num outro sentido, também não podemos desconsiderar o papel que os valores religiosos aos quais estes sujeitos se vinculam possuem na definição da importância que é dada ao atendimento dos “necessitados” que apresentam demandas aos gabinetes todos os dias. Devo ressaltar, inclusive, que esta parte do trabalho parlamentar dos pastores-vereadores é concebida como nada mais do que uma extensão de sua prática evangelística.

Ao mesmo tempo, como contrapartida deste fato, supõe-se que muitos dos “pedintes” procuram os gabinetes motivados pela identificação pública dos dois vereadores como pastores evangélicos, agentes aos quais é atribuída uma capacidade de alocar recursos com mais facilidade do que os outros políticos.

A partir daí, devido a uma “escassez de recursos”, muito lamentada por todos, evidencia-se uma distinção entre os “recursos da Igreja” e os “recursos para a assistência social”, demarcada e justificada a partir de referências diretas ao texto bíblico. Complementarmente a isso, as doações diretas de dinheiro são vistas com restrições, devido às “possibilidades corruptoras” atribuídas a este instrumento de trocas. Mais do que isso, “doações sem responsabilidades” poderiam fazer com que os beneficiados deixassem de “se esforçar” na busca por melhorias em suas condições de vida, que, na concepção neopentecostal, só serão obtidas através do trabalho e dos esforços individuais.

Torna-se necessário, então, encontrar formas alternativas de obter soluções para os *problemas* apresentados pelas pessoas, a fim de que seja possível criar e manter os laços de lealdade e reciprocidade necessários à atividade do político. A solução encontrada é recorrer a órgãos públicos e empresas privadas que fornecem bens e serviços correspondentes aos anseios dos “pedintes”. Os vereadores estabelecem, desta forma, relações de *mediação* entre sua “clientela” e estas instituições, que são, em geral, ou compostas por integrantes da IURD, ou acessadas por canais abertos para os ocupantes de cadeiras no legislativo municipal. Sendo assim, tanto a condição de “vereador” quanto a condição de “pastor” são acionadas para efetivar o atendimento das “demandas da população”.

Considero que, desta forma, a análise aqui apresentada contribui simultaneamente para a reflexão sobre elementos constitutivos da cultura política brasileira e para a discussão sobre as combinações e interações entre o religioso e o político em nossa sociedade.

Ainda outro ponto que revela especificidades de Almerindo Filho e Valdir Caetano em relação aos demais vereadores é o fato de tanto eles mesmos como seus assessores acionarem constantemente um imaginário religioso, fundamentalmente referenciado na Bíblia Sagrada, para legitimar e justificar sua condição de “representantes do povo”. Neste sentido, considero significativo destacar mais uma vez o fato destes agentes apresentarem-se como “homens de Deus”, verdadeiros defensores dos “necessitados” e do Evangelho, em contraposição aos simples “religiosos”, sujeitos cujo discurso não estaria de acordo com uma prática desvinculada dos ensinamentos divinos (ver Capítulo V).

Todavia, uma observação atenta revela que os objetivos que os antagonistas dos pastores-vereadores qualificam como “particularistas” jamais são completamente deixados de lado: uma das principais motivações parece mesmo ser defender a IURD e garantir maior respeitabilidade para tal instituição, mas isto não é tido como incorreto, uma vez que, na Câmara, “cada um defende sua bandeira”.

É neste contexto que ganham sentido as representações destes pastores e de seus assessores sobre o campo político: este é tido, em suma, como um espaço de disputas e jogos de interesses do qual se viram obrigados a participar para melhor poder “difundir a palavra de Deus”. Justamente por este motivo os partidos políticos e suas ideologias são secundários:

tais organizações são interessantes enquanto favorecem a “defesa do Evangelho”. Ao meu ver, é paradigmático o caso do PL: o número crescente de evangélicos nas fileiras desta organização pode ser entendido como resultado de uma “troca”, onde um elemento (o partido) entra com o “espaço institucional”, indispensável no sistema político brasileiro, e o outro (a Igreja e seus pastores), com os votos que uma organização partidária de pequeno porte como esta sigla dificilmente poderia obter de outra forma.

Todavia, mesmo aqui percebemos a tentativa de incorporar certos elementos que caracterizam a atuação dos “políticos laicos”, demonstrando, ao menos publicamente, uma compreensão e uma valorização do sistema político vigente no país. Penso que isto é especialmente perceptível nos comentários sobre as eleições de 2002. No caso, houve uma tentativa de relativização do posicionamento manifestado pelo Bispo Rodrigues, então líder político da Igreja: o apoio a Lula não estaria manifestando uma posição da IURD, mas sim do PL. Sem que interesse discutir no momento a postura efetiva da Universal no pleito em questão, importa sublinhar que uma afirmação deste tipo pode representar uma espécie de “adaptação” dos políticos evangélicos às representações dominantes sobre a política, que assinalam uma limitação das possibilidades de interferência do campo religioso sobre seus processos.

Desta maneira, torna-se interessante enfocar o “jogo identitário” em que os vereadores evangélicos buscam se situar simultaneamente como preocupados com a totalidade da população e defensores dos interesses de sua Igreja, enfatizando um ou outro aspecto conforme a situação.

Finalmente, ao refletir sobre as eleições de 2004, penso que Renato Janine Ribeiro (2003) fornece contribuições indispensáveis para que possamos entender o caráter “não-religioso” da face mais pública da campanha de Valdir Caetano e Almerindo Filho. Este autor considera que a política “moderna” e “laicizada” vigente no Ocidente não dá espaço para os sentimentos e as emoções, condenando os comportamentos considerados passionais em prol das “operações da razão” (Ribeiro, 2003: 3). Desta maneira, não possuindo mais laços sociais suficientemente estreitos, a política se vê obrigada a recrutar agentes dotados de “novas energias” que pulsam em locais distantes das instâncias tradicionais de participação. Ganham importância, neste processo, a sociedade civil, os movimentos sociais e, naquilo que mais nos interessa nos limites deste trabalho, a religião. Entretanto, logo esta situação muda: o que era intenso e criativo se torna convencional, formalizado e incapaz de continuar atraindo as atenções da população. Desta forma, o autor chega a afirmar que a vida política é dotada de um “poder vampirizante”, capaz de absorver completamente a “vitalidade” advinda de outros campos da realidade social.

Desta forma, sugiro que a “vampirização” à qual os dois vereadores evangélicos foram submetidos durante seus mandatos culminou numa campanha que, em grande medida, não

se diferenciava daquela dos “políticos laicos”, o que era especialmente visível nos panfletos e nas aparições na televisão. Assim, estes agentes estariam se adequando às regras vigentes no campo político, o que lhes propiciaria um maior reconhecimento por parte dos agentes dominantes nesta esfera da realidade social, os chamados “profissionais da política” (Bourdieu, 1989b).

Entretanto, o fato de se tornarem aparentemente “secularizados” não significa que tais políticos tenham se desvinculado de sua condição de representantes da IURD. Seu relacionamento com as “bases eleitorais” – no caso, os fiéis da Igreja – combina elementos característicos da cultura política brasileira, como um padrão de relacionamentos pessoais baseados na reciprocidade (Bezerra, 1999), com traços peculiares à sua condição de “candidatos oficiais” de uma instituição religiosa, como a construção de uma imagem de “homem de Deus”, em quem o voto seria, mais do que uma obrigação cívica, um “ato de fé”. Evidencia-se, assim, aquela que considero uma de minhas principais constatações: os pastores-vereadores trabalharam, em suas campanhas, com uma divisão clara entre o que devia ser dito “dentro” e “fora” da Igreja, acionando símbolos e discursos diferentes de acordo com a situação.

Por um lado, é inegável que o fato de tentarem demonstrar o quanto seu trabalho na Câmara trouxe benefícios para a população em geral indica uma pretensão de expandir as “bases” para além dos limites dos templos. Por outro, sou obrigado a questionar o sucesso dessa empreitada. No mínimo, ao perceber que os participantes de caminhadas, carreatas e “bandeiraços” eram eminentemente os mesmos fiéis que acompanhavam as pregações dos pastores sobre a importância do voto e da escolha de candidatos “comprometidos com a palavra do Senhor”, sou levado a indagar se estes eventos não estariam servindo muito mais como uma demonstração ao grande público da força das candidaturas evangélicas do que como um recurso para efetivar um proselitismo eficiente entre os não-crentes.

Em outros termos: talvez seja o momento de, novamente, nos questionarmos sobre os limites das imbricações entre o religioso e o político na sociedade brasileira. Não quero, de forma alguma, afirmar que os segmentos religiosos deixarão de cumprir um papel crucial na definição do sucesso ou fracasso de determinadas candidaturas, nem mesmo sugerir que suas lideranças deixarão de participar da política institucional. Entretanto, não podemos negar que é preciso buscar fatores além da legislação eleitoral, que reduziu as câmaras municipais da maior parte dos pequenos municípios, para explicar um declínio que, segundo o jornal *O Globo* (edição de 17/10/2004), foi bastante considerável: segundo este periódico, a IURD, neste pleito, elegeu apenas 70 vereadores em todo o país, contra os 350 das eleições anteriores, em 2000. Penso que somente a continuidade das pesquisas etnográficas e sociológicas poderá fornecer explicações para este fato.

Seja como for, ao encerrar este trabalho considero que uma das maiores contribuições que posso fornecer é sugerir que, muito mais do que nos prendermos a dicotomias que muitas vezes acabamos por naturalizar, é importante que, enquanto pesquisadores, continuemos na busca por uma desconstrução dos sentidos usuais e das oposições habituais entre os termos “religioso” e “político”, vendo como eles se aproximam e se cruzam com frequência talvez maior do que aquela que nossas categorias e classificações tradicionais supõem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIAZZI, Alberto *et alii*. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação Social*. In: **Anthropos – Homem 5. Enciclopédia Einaudi**. Edição portuguesa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. In: **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, 2001.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das "bases". Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Políticos, representação política e recursos públicos*. **Horizontes Antropológicos 15 – Antropologia e Política**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2001.
- BLOCH, Maurice. *Introduction*. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Political Language and Oratory in Traditional Society**. London: Academic Press, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. *et alii*. *A construção do objeto*. In: \_\_\_\_\_. *et alii*. **A Profissão do Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1989a.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989b.
- \_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BROMBERGER, C *et alii*. *Entre le local et le global. Les figures de l'identité*. In: SEGALIN, Martine. (org.) **L'Autre et le Semblable**. Paris: Presses du CNRS, 1989.
- BURITY, Joanildo. **Identidade e Política no Campo Religioso**. Recife: IPESPE, Editora Universitária/UFPE, 1997.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Os "políticos de Cristo" – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil**. Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade do XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2002.
- CARDOSO, Ruth. (org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CICOUREL, Aaron. *Teoria e método em pesquisa de campo*. In: GUIMARÃES, Alba. Z. (org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- CONRADO, Flávio César dos Santos. **Cidadãos do Reino de Deus: Representações, Práticas e Estratégias Eleitorais: Um estudo da "Folha Universal" nas eleições**

**de 1998.** Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo. O Pentecostalismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pentecôtisme et politique en Amérique latine.* In: **Problèmes d'Amérique Latine.** N. 24, 1997.

CORTEN, André & MARY, André. *Introduction,* In: CORTEN, André & MARY, Andre (orgs.), **Imaginaires politiques et pentecôtismes, Afrique/Amérique Latine,** Paris: Karthala, 2000.

DODSON, Michael. *Pentecostals, Politics and Public Space in Latin America.* In: E. CLEARY *et alii* (orgs.). **Power, politics and Pentecostals in Latin America.** Westview Press, 1997.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

EVANS-PRITCHARD, E. E. e FORTES, Meyer. *Sistemas políticos africanos.* In: LLOBERA, J. R. (org.) **Antropologia política.** Barcelona: Anagrama, 1979.

FERNANDES, Rubem César *et alii.* **Novo Nascimento: os evangélicos em Casa, na Igreja e na Política.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FONSECA, Alexandre Brasil. *A maior bancada evangélica.* **Tempo e Presença,** São Paulo, Cedi, N. 302, 1998.

\_\_\_\_\_. **Religião e Democracia no Brasil (1998-2001): um estudo sobre os principais atores evangélicos na política.** Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade do XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2002.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GAUCHET, Marcel. **Le Désenchantement du Monde. Une histoire politique de la religion.** Paris: Gallimard, 1985.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação de Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_. *O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder.* In: **Nova luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. *Religião e espaço público no caso do Cristo no júri, Rio de Janeiro, 1891.* **Acervo: Revista do Arquivo Nacional,** Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2003.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia Moderna.* In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: Global, 1987.

GOLDMAN, Marcio & PALMEIRA, Moacir. (orgs.) **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. **Vers um nouveau christianisme?.** Paris: Cerf, 1987.

\_\_\_\_\_. *Croire en modernité: au-delà de la problématique des champs religieux et politiques*. In: MICHEL, Patrick (org). **Religion et Démocratie. Nouveaux enjeux, nouvelles approches**. Paris: Albin Michel, 1997.

JODELET, Denise. *Les Représentations Sociales*. **Sciences Humaines**, nº 27, avril 1993.

JUNGBLUT, Airton Luiz. *“Deus e Nós, o Diabo e os Outros”*: a construção da identidade religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus. **Cadernos de Antropologia**, n. 9. PPGAS/UFRGS, 1992.

KUSCHNIR, Karina. *Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro*. In: GOLDMAN, Marcio & PALMEIRA, Moacir. (orgs.) **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

\_\_\_\_\_. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: o Purgatório*. In: **A Bolsa e a Vida. Economia e Religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEACH, Edmund. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Conclusions*. In: **L'Identité (Seminaire dirigé par Lévi-Strauss)**. Paris: Quadrige/PUF, 1983.

MACHADO, Maria das Dores C. **Existe um estilo evangélico de fazer política?** Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade do XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2002.

\_\_\_\_\_. *Igreja Universal: uma organização providência*. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André & DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio. *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*. In: PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso**. Ponencia apresentada em el 3er Congreso Virtual de Antropología y Arqueología 2002 - NayA <[http://www.naya.org.ar/congreso2002/mesa\\_religion.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/mesa_religion.htm)> (acessado em 06/09/2004)

\_\_\_\_\_. *O reino de prosperidade da Igreja Universal*. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André & DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003a.

\_\_\_\_\_. *A Igreja Universal no Brasil*. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André & DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003b.

MARIZ, Cecília. *Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger*. **Religião e Sociedade**, v. 21, n. 1, 2001.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In: **Sociologia e Antropologia**. Vol. II. São Paulo: E.P.U., 1974.

MICHEL, Patrick. *Introduction*. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Religion et Démocratie. Nouveaux enjeux, nouvelles approches**. Paris: Albin Michel, 1997.

OLIVEN, Ruben George. *De Olho no Dinheiro nos Estados Unidos*. **Estudos Históricos**. v. 15, n. 27, Rio de Janeiro, 2001.

ORO, Ari Pedro. *“Podem passar a sacolinha”*: um estudo sobre as representações do dinheiro no neo-pentecostalismo brasileiro. **Cadernos de Antropologia**, N. 9. PPGAS/UFRGS, 1992.

\_\_\_\_\_. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Religião e Política nas Eleições 2000 em Porto Alegre (RS)*. In: **Debates do NER**, Ano 2, N. 3. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Políticos e Religião no Rio Grande do Sul – Brasil*. In: **Horizontes Antropológicos 15 – Antropologia e Política**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Igreja Universal: um poder político*. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André & DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Principes religieux et pratiques politiques des “religieux politiques” et des “politiciens laïques” au Sud du Brésil**. Trabalho apresentado na 27ª Reunion Internationale de Sociologie des Religions, Turim, Itália, 2003b.

\_\_\_\_\_. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003c.

\_\_\_\_\_. *Religiões e Eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004*. In: **Debates do NER**, ano 5, n. 6. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2004.

PALMEIRA, Moacir. *“Política, facções e voto”*. In: GOLDMAN, Marcio & PALMEIRA, Moacir. (orgs.) **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

\_\_\_\_\_. *Política e tempo: nota exploratória*. In: PEIRANO, Mariza. (org.) **O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PESAVENTO, Sandra. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. **Revista Brasileira de História**. nº 29. ANPUH, Editora Contexto, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. In: PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Interesses Religiosos dos Sociólogos da Religião*. In: ORO, Ari Pedro & STEIL, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Reencantamento e Dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião*. **Novos Estudos CEBRAP**, 49, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.13, n.37, 1998.

\_\_\_\_\_. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.

PRANDI, Reginaldo. *A religião do planeta global*. In: ORO, Ari Pedro & STEIL, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. *Religião e Política no Brasil contemporâneo*. In: FRIDMAN, Luís Carlos (org.). **Política e Cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: ALERJ & Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. **Transcendance et immanence dans la politique et le sacré**. Trabalho apresentado na 27ª Reunion Internationale de Sociologie des Religions, Turim, Itália, 2003.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. *Une Notion Clef des Sciences Humaines*. **Sciences Humaines**, nº 27, abril 1993.

SANCHIS, Pierre. *Desencanto e formas contemporâneas do religioso*. **Ciencias Sociales y Religión**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. *O repto pentecostal à cultura católico-brasileira*. In: ANTONIAZZI, Alberto *et alii*. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, André Marengo. *Fides Implicita: candidatos religiosos nas eleições municipais de 2000 em Porto Alegre*. **Debates do NER**, ano 2, n.3. Porto Alegre:PPGAS/UFRGS, 2001.

SANTOS, Marcio Martins dos. **Entre o Púlpito e a Tribuna: um estudo sobre a atuação dos vereadores evangélicos na Câmara Municipal de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

STEIL, Carlos. *Para ler Gauchet*. **Religião & Sociedade**, v. 16, n. 3, 1994.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VELHO, Otávio. **Besta-Fera: Recriação do mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, s/d.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WILSON, Bryan. *The secularization thesis: Criticisms and rebuttals*. In: LAERMANS, Rudy; WILSON, Bryan and BILLIET, Jaak. (orgs.) **Secularization and Social Integration. Papers in Honor of Karel Dobbelaere**. Leuven: Leuven University Press, 1998.